



**ANAIS DO
III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
E
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO
GRUPO DE ESTUDOS EM
HISTÓRIA MILITAR DO MMCMS
(GEHM-MMCMS)**

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM
29 a 31 de outubro de 2019
ISBN 978-65-88095-00-3

**ANAIS DO
III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
E
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO
GRUPO DE ESTUDOS EM
HISTÓRIA MILITAR DO MMCMS
(GEHM-MMCMS)**

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

IANKO BETT

PAOLA NATALIA LAUX

BÁRBARA TIKAMI DE LIMA

(ORGS.)

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR

E

II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GRUPO DE ESTUDOS EM

HISTÓRIA MILITAR DO MMCMS

(GEHM-MMCMS)

E-BOOK



2020

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

© DOS AUTORES – 2020

COMISSÃO ORGANIZADORA E EDITORIAL

IANKO BETT

PAOLA NATALIA LAUX

BÁRBARA TIKAMI DE LIMA

CRÉDITO DA IMAGEM DA CAPA

FOTO DO ARSENAL DE GUERRA DE PORTO ALEGRE NA DÉCADA DE 1920, INSTALAÇÃO QUE HOJE É A SEDE DO MUSEU MILITAR DO CMS (ÁLBUM DO ARSENAL DE GUERRA, QUE FAZ PARTE DO ACERVO DO MUSEU MILITAR DO CMS SOB O NÚMERO DE INVENTÁRIO MMCMS 4030)

OBSERVAÇÃO: OS TEXTOS SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS(AS) AUTORES(AS), INCLUINDO A ADEQUAÇÃO TÉCNICA E LINGUÍSTICA.

EDITORA MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

E56 Encontro de História Militar (3. : 2019 : Porto Alegre, RS)

Anais do III Encontro de História Militar e II Colóquio de Pesquisas do Grupo de Estudos em História Militar do MMCMS (GEHM-MMCMS) [recurso eletrônico] : 29, 30 e 31 de outubro de 2019 / Ianko Bett, Paola Natalia Laux e Bárbara Tikami de Lima (org.) – Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2020.

Modo de acesso: Internet.

ISBN: 978-65-88095-00-3

1. História Militar. 2. Exército. Comando Militar do Sul. Museu Militar do Comando Militar do Sul. 3. Grupo de Estudos em História Militar do MMCMS (GEHM-MMCMS). I. Bett, Ianko. II. Laux, Paola Natalia. III. Lima, Bárbara Tikami de. IV. Título.

Bibliotecária responsável – Ana Izabel Batista da Silva – CRB 10/2621

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – Fernando da Silva Rodrigues	7
A HISTÓRIA MILITAR E OS NOVOS REGIMES DE HISTORICIDADE – Ronaldo Queiroz de Moraes	10
HISTÓRIA MILITAR E PERIODIZAÇÃO DA HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS – Mateus Dalmáz	17
ADMINISTRAÇÃO CIVIL E ADMINISTRAÇÃO MILITAR NA ASCENSÃO DO DESPOTISMO NAS MONARQUIAS IBÉRICAS (SÉC. XVIII) – Alfredo de Jesus Dal Molin Flores	32
PINTAR A GUERRA: INTERFACES ENTRE HISTÓRIA E ARTE COMO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO E LEGITIMAÇÃO DOS ESTADOS (SÉCULOS XVI-XVII) – Marcello José Gomes Loureiro	51
O EXÉRCITO BRASILEIRO NAS PÁGINAS DO JORNAL THE AFRO-AMERICAN (1944-1945) – Anielly Tedesco Oliveira	67
O PAPEL DO PODER EXECUTIVO PROVINCIAL NAS DECISÕES LOGÍSTICAS DA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA: O CASO DO RIO GRANDE DO SUL – Paola Natalia Laux	89
O POLICIAMENTO DA BRIGADA MILITAR: UMA NOVA FORMAÇÃO DISCURSIVA? (1913-1957) – Kelvin Emmanuel Pereira da Silva	122
MULHER ESCREVE HISTÓRIA MILITAR? - Andrea Helena Petry Rahmeier e Bárbara Tikami de Lima	136
DESCONTINUIDADE, ACONTECIMENTO E MEMÓRIA: A CONSTRUÇÃO DO HISTÓRICO DE ORGANIZAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO BRASILEIRO SOB AS PREMISSAS DA TEORIA E METODOLOGIA DA PESQUISA HISTÓRICA – Ianko Bett	153
NOTÍCIAS DA FRENTE ITALIANA: POLÍTICA DE BOA VIZINHANÇA E NOTICIÁRIO DE GUERRA SOBRE AS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS NA CAMPANHA DA ITÁLIA (1944/45) – Wilson de Oliveira Neto	171
HISTÓRIA ORAL E A REINTEGRAÇÃO DOS VETERANOS DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA: ANÁLISE DA COLEÇÃO “HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL” – Victor Hugo Bento da Costa Traldi	188
PLANO ESTRATÉGICO DO MINISTÉRIO DA MARINHA E MINISTÉRIO DA GUERRA POR DIREITO À NAVEGAÇÃO DO RIO PARAGUAI AO IMPÉRIO DO BRASIL – Jéssica de Freitas e Gonzaga da Silva	206

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

AGENTES DA ORDEM EM DISCÓRDIA: CONFLITOS ENTRE MEMBROS DAS DIFERENTES CORPORAÇÕES FARDADAS NA PORTO ALEGRE EM FINS DO SÉC. XIX – Giane Caroline Flores	223
A CORRIDA ARMAMENTISTA ENTRE ARGENTINA E CHILE E OS PACTOS DE MAYO (1902) – Adelar Heinsfeld	241
TOKIO JOKIO: OS JAPONESES EM FOCO NOS DESENHOS ANIMADOS DA WARNER BROS. (1942-1945) – Inajara Barbosa Paulo	262
PROJETO CULTURAL “SOUZA DOCA” – Carmen Regina Dornelles Nogueira, Ronaldo Bernardino Colvero e Samuel Elias Candeiro	279
EXPOSIÇÕES DE MAQUETES: MUSEUS MILITARES, MEMÓRIAS E ENSINO – William Gaia Farias	304

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

APRESENTAÇÃO

Os Anais do III Encontro de História Militar e II Colóquio de Pesquisas do GEHM teve como proposta reunir especialistas de diversas partes do Brasil para discutir e analisar a História Militar, a História das Instituições Militares e suas interfaces com a política, com a cultura, e com a sociedade, tratando de temas como historicidade, administração militar, produção artística, imprensa, comemorações, trajetórias, logística, formação policial, gênero, História Oral, historiografia, memória, guerras, História Naval, ensino de história, questões museológicas e cultura. O trabalho de investigação dos participantes explorou arquivos civis e militares, nacionais e internacionais demonstrando, com a dinâmica de suas pesquisas, as diversas potencialidades de desenvolvimento de novas investigações no campo histórico.

Nessa coletânea, os autores desenvolveram análises que cobrem uma faixa temporal bastante extensa, que vai do período colonial brasileiro até a Segunda Guerra Mundial. Os autores apresentam trajetórias acadêmicas e carreiras diversas, o que possibilita estabelecer uma visão enriquecedora e criar um instrumento de difusão de conhecimentos, para temas ainda pouco explorados pelas Ciências Humanas.

Além disso, o fortalecimento da História como profissão e a expansão dos programas de pós-graduação têm apoiado mudanças significativas na produção de conhecimento, resultando no lançamento de uma série de estudos novos, com diferentes recortes temporais, espaciais, teóricos e metodológicos, que nos permitem estabelecer outras formas de ver os militares.

Com essa proposta, percebemos uma clara mudança na relação do pesquisador com o objeto de pesquisa, em parte resultado dos novos tempos vividos e, especialmente, sentido a partir da aproximação de pesquisadores civis com as organizações arquivísticas e museológicas militares, setores responsáveis pela guarda de importantes acervos documentais, e de objetos tridimensionais sobre a trajetória dos militares e das suas instituições. Trata-se de organizações militares que vem recebendo tratamento cada vez mais técnico com o objetivo de implantar políticas que visam ampliar o acesso à informação.

Seguindo a lógica de acesso aos documentos, podemos citar como a aproximação entre a Academia e as Forças Armadas, tem gerado a necessidade de profissionalização dos Arquivos, Bibliotecas, e Museus Militares, com a entrada de historiadores, bibliotecários, museólogos e arquivistas com formação acadêmica no quadro de trabalho dessas organizações militares.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Exemplo dessa profissionalização é o fato observado no Museu Militar do Comando Militar do Sul que, desde 2012, têm alocado, sistematicamente, no seu quadro permanente e temporário, oficiais, sargentos e cabos com formação acadêmica.

Um caso particular é em relação às praças, que pertencem aos quadros combatentes do Exército, e passaram a desenvolver atividades específicas do meio acadêmico na esfera militar. Militares subalternos, dentro da hierarquia institucional, que aprofundaram sua formação intelectual na graduação e por meio de programas de pós-graduação, se especializando em temas como a história militar.

Esses militares que também são profissionais da área da História desenvolvem pesquisas e realizam trabalhos diários nessas instituições, se tornando com isso peças importantes desse processo, na medida em que são sujeitos históricos que transitam no meio militar e no meio acadêmico civil, o que ajuda a promover a diminuição das tensões existentes entre as duas categorias sociais, herdadas de momentos históricos do passado recente.

Assim, o principal objetivo desta coletânea para além de dar visibilidade ao evento é o de apresentar novas abordagens que contemplem novas visões relativas aos processos de formação e evolução das forças militares, e como esses processos se articularam e se inseriram dentro de outras esferas política, cultural, econômica e a social.

Fernando da Silva Rodrigues
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Salgado de Oliveira

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

CONFERÊNCIAS

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

A HISTÓRIA MILITAR E OS NOVOS REGIMES DE HISTORICIDADE

Ronaldo Queiroz de Moraes¹

Introdução

É fato: a história militar abriga-se sobre as asas de Clio, a musa da história, portanto comporta o barulho das batalhas e o silêncio da ordem militar no contorno da representação textual do real vivido a fim de fazer lembrar o acontecimento social no quadro de um corte crítico. Clio é a rainha das ciências porque guarda, por meio da escrita, a experiência social dos homens no tempo.

A História Militar é o campo estrondoso da representação, na forma de texto, do real vivido nas batalhas, da preparação e execução do ato belicoso. Não é tudo. Também compõe o silêncio ordinário e disciplinador da formação do corpo e da identidade militar. Em substância, quando avaliamos a historiografia, as narrativas estão no limite da guerra e do militar.

No século XX nos deparamos, precisamente em 1929, com uma profunda Revolução Francesa na historiografia que produziu certo afastamento crítico de Clio do evento militar, no entanto no final desse século, a musa da história, aproximou-se significativamente reivindicando uma Nova História Militar. Objetivamente, inserindo na episteme historiográfica paradigmas interdisciplinares das Ciências Sociais a fim de adequar a História Militar aos novos regimes de historicidade. E é sobre a emergência da Nova História Militar que procurarei discorrer aqui sublinhando metodologias e objetos que indiciam novos regimes de historicidade. Na onda da renovação e modernização das ciências posta no século XX, Clio sofreu transformação para compor um regime narrativo de tom científico. E é sobre esses novos regimes de historicidade que pretendo aqui discorrer.

A História Militar e a Escola dos Annales

A Escola dos Annales, fundada em 1929, foi antes uma máquina de guerra contra a História Tradicional e seus ídolos do que demiurgo de inovações nos regimes de historicidade vigente. Explico: desde os iluministas do século XVIII aos historiadores do século XIX já é possível perceber inserções de uma historiografia descolada da chamada história dos grandes

¹ Major QCO. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

homens presa ao cronológico (BURKE, 1991). Em realidade, os historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch sistematizaram saberes, com enorme êxito, a fim de formar uma nova tribo de historiadores. Tal qual a Revolução Francesa que reivindicou a universidade política de suas ideias, os Annales universalizaram um bossa necessária para a historiografia moderna.

Tal qual a Revolução Francesa, a Escola dos Annales tinha um antigo regime a combater. François Simiand em 1903 escreve artigo emblemático, ideias presentes na obra “método histórico e ciência social”, derrubando a bastilha da historiografia tradicional e inspirando a transformação da escola do Annales. Trata-se de combate sem trégua à uma historiografia tradicional alicerçada em três ídolos: o político, o indivíduo (grandes homens) e o cronológico.

O abalo transformador foi tão forte que isolou a historiografia militar ao espaço restrito da caserna. Qual foi a razão? A História Militar naturalmente está centrada na figura do chefe militar (o grande homem) e, também, sob a égide do espectro político, da força do Estado e dos governantes (o ídolo político) e de uma temporalidade linear (cronológico). Ou seja, a historiografia militar continha os “três ídolos” que a Escola dos Annales desejava superar. No entanto, quando realizamos um balanço crítico acerca da produção historiográfica do século XX sob a égide dos Annales é possível inferir que o combate pela história deflagrado pelos franceses foi antes de retórica epistemológica do que efetivo abandono da História Militar.

Mesmo os fundadores da Escola dos Annales tiveram que se reportar ao tema militar a fim de compreender a realidade beligerante vivida nas guerras totais do século XX. Dramaticamente, os historiadores são empurrados pelos temas de seu tempo. Marc Bloch, por exemplo, aos 53 anos alistou-se no Exército francês, após a derrota para a Alemanha, resolveu persistir no combate engajando-se na Resistência, preso pelos alemães foi fuzilado em 1944, contudo, mesmo em situação-limite, ainda escreveu duas obras importantes, uma delas referente à História Militar. *L'Étrange défaite* (A Estranha Derrota) foi uma tentativa de, na perspectiva do historiador, compreender a derrota militar francesa (BURKE, 1991).

A dificuldade de tratar da questão militar descolada da importância essencial do chefe militar, principalmente na derrota, fica evidente na obra em tela. Malgrado, Bloch procurou afinar a pena para escrever um relato antes de historiador do que memória de soldado. Palavras do autor:

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Acabei de falar do “comando”. No entanto, assim que a palavra saiu de minha pena o historiador em mim se escandalizou por tê-la escrito, pois o abecê de nosso ofício aconselha a fugir desses grandes nomes abstratos para tentar estabelecer, por trás deles, as únicas realidades concretas, que são os homens. Os erros do comando foram, fundamentalmente, os de um grupo humano. (BLOCH, 2011, p. 28).

O fenômeno militar acompanhou, direta ou indiretamente, a historiografia que julgou superar os ídolos da História Tradicional. Exatamente, porque é impossível deslocar a guerra de uma história que se pretende total. No pós-guerra quando Fernand Braudel conduz a segunda geração da Escola dos Annales apresentando poderoso estudo sobre Felipe II e o Mediterrâneo o tema militar acompanhou a temporalidade curta de sua imensa narrativa de dois volumes. Ele insere as formas mutantes de guerra na história das estruturas. Trata-se de uma explicação para os conflitos políticos e militares a partir das estruturas dadas na longa duração. Nesse sentido, explica o passado por meio de teias estruturais que favorecem ou limitam o êxito dos indivíduos. Para Braudel, o indivíduo é um prisioneiro de seu destino sobre o qual pouco pode influir (BURKE, 1991). Consoante Braudel: “Falar de conjuntura na sequência de capítulos consagrados à vida econômica, política, cultural e bélica do mediterrâneo, não é concluir elaborando, como é justo, um balanço recapitulativo, mas abrir uma via e novas explicações”. (BRAUDEL, 1995, p. 261).

Poderíamos persistir nesse ponto e avançar para a Terceira Geração dos Annales na pena do historiador medievalista Georges Duby a fim de sublinhar a persistência do fenômeno militar no coração da historiografia francesa. De fato, Duby escreveu “Guerreiros e Camponeses” e “As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo” em que discorre sobre a dimensão militar medieval. Entretanto, minhas palavras têm apenas a intenção de, no interior da Escola dos Annales, demonstrar que a História Militar esteve, desde os primeiros passos, inserida na gramática historiográfica revolucionária de nosso tempo. E poderia ser diferente? Penso que não.

A pesquisa no campo militar e os novos regimes de historicidade

Toda pesquisa exige uma atualização metodológica e teórica, na História Militar não é diferente. Há novos regimes de historicidade que provocam desafios necessários a fim de travarmos nossos combates pela História. O trabalho é epistemológico, pois temos que a cada

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

pesquisa pensar no regime teórico que orienta nossa pena. Tal qual a ciência da guerra que se transforma no tempo, a História Militar carrega a contingência da própria modernidade: a mudança constante.

A Nova História, de certa forma um prolongamento da Escola dos Annales, impõe pensar a dimensão cultural (sentido antropológico) dos fenômenos sociais. Assim, impera um regime de historicidade que exige a busca das teias de significados que compõe as transformações dos homens no tempo. Então, o que seria uma História Militar renovada? Deve-se pensar a inserção da dimensão militar no interior do novos regimes de historicidade. Contudo, todo o cuidado é pouco. No trato da paisagem militar é necessário descobrir o significado das teias que são tecidas no interior da caserna e na lama das batalhas. O imaginário militar carrega uma singularidade que o aparta do civil. Há toda uma linguagem no interior de uma gramática própria. Palavras de John Keegan:

Os soldados não são como os outros homens – eis a lição que aprendi de uma vida de guerreiros. Essa lição fez-me considerar altamente suspeitas todas as teorias e representações da guerra que a colocaram no mesmo pé de outras atividades humanas. A guerra está indiscutivelmente ligada à economia, à diplomacia e à política, como demonstram os teóricos. Mas a ligação não significa identidade ou mesmo semelhança. A guerra é completamente diferente da diplomacia ou da política porque precisa ser travada por homens cujos os valores e habilidades não são os dos políticos e diplomatas. São valores de um mundo à parte, um mundo muito antigo, que existe paralelamente ao mundo do cotidiano mas não pertence a ele (KEEGAN, 2006, p. 16).

Sendo assim, a pesquisa no quadro epistemológico de uma Nova História Militar deve elaborar filigranas que, respeitando a singularidade do mundo militar e da guerra, permitam uma leitura coerente da sociedade como um todo. Desde os Annales que a historiografia contemporânea insiste na composição do real vivida numa totalidade de práticas sociais que se articulam entre si. Afinal, o homem não é apenas um “animal político” ou “ser social”, há uma dimensão guerreira que o faz “homo bellicum”.

Dito isto, economizando palavras, os novos regimes de historicidade impõe leituras do real vivido carregadas de política de identidade e de viés cultural. Recuso-me à ideia de uma história em migalhas. Trata-se de uma história de narrativa voltada aos sujeitos e de cartografia fragmentada. Há também novos objetos e fontes que auxiliam inovações na

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

pesquisa e escrita da História. É a biografia, a memória, a narrativa literária, a iconografia e o cinema, enfim, um campo aberto às possibilidades de investigação.

Desde Clausewitz a leitura da guerra deve imperar o político. O historiador Jean-Pierre Azéma (1996, p. 409) acentua: “uma leitura política da guerra parece de fato ser não só possível mas necessária”. Em substância, se a gramática militar tem uma vida social própria de imensa singularidade, o que torna inteligível a lama das batalhas é o político. Em poucas palavras, deve-se avaliar e explicar o fenômeno militar para além da violência que contingencia a guerra. É possível uma História Militar realmente social que permita compreender a totalidade da sociedade pela lama das batalhas. As instituições militares e o real vivido nas batalhas representam instrumentos de abertura para a compreensão do que somos como sociedade e nação.

Em realidade, se a guerra carrega o político, também é possível perceber no político, no ordenamento social e cultural, a presença silenciosa e residual da lama das batalhas. Por exemplo, em essência, o esboço de luta pela cidadania e o imaginário abolicionista no Brasil nasceu no calor da Guerra da Tríplice Aliança no século XIX. Quiçá a primeira escola pública para pobres foi fundada no Rio de Janeiro - Colégio Militar - como resultado de reivindicação de ex-combatentes a fim de abrigar os órfãos de guerra. Ou o primeiro olhar verdadeiramente inclusivo de alteridade referente aos indígenas, de proteção radical foi militar na figura do Marechal Rondon: “morrer se preciso for, matar nunca”.

Por fim, trago aqui uma questão posta por Michel Foucault, de trabalho arqueológico, de prática de escavação meticulosa a fim de resgatar um saber sujeitado na modernidade a partir da inversão do clássico aforismo de Clausewitz, ou seja, da percepção da política e do poder como guerra continuada por outros meios. Trata-se de uma das questões fundamentais da história e da política que no horizonte da guerra tece interpretações sobre a ordem civil, econômica e cultural da sociedade moderna. Nas palavras de Foucault (1999, p. 53): “[...] isso que chamamos a luta, a luta econômica, a luta política, a luta pelo Estado, pode ser efetivamente analisado em termos não guerreiros? [...]. Ou devemos descobrir, por de trás disso, algo que seria, justamente, o pano de fundo indefinido da guerra e da dominação [...]?”. A História Militar possibilita-nos formar uma genealogia do social e do política que abre questões novas a fim de compreender os fenômenos históricos.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Considerações finais: por uma história social da caserna e da guerra

A guerra é do humano, mas não está inscrita no “ser biológico”, visto que corresponde, essencialmente, ao Homem como “ser social” enredado nas teias culturais. Trata-se de violência extrema praticada por grupos humanos em combate entre si. A violência pode representar a vontade de uma sociedade inteira, do Estado, de classes sociais ou de etnias mobilizadas ideologicamente por motivações diversas. A matéria-prima que, no interior da caserna se transforma em guerreiro e que faz o acontecimento belicoso, é o homem como ser social. E é essa dimensão que deve orientar a pesquisa em História Militar.

Como a guerra habita o social que, na longa duração, sofre inúmeras transformações, o conceito de guerra deve ser observado como questão imbricada na temporalidade histórica e nas práticas culturais. Há sempre uma antropologia da violência marcada de historicidade que nos faz ser parcimoniosos quando apresentamos um conceito geral da guerra. Há sempre um modo de produção da guerra que se transforma no tempo, imbricado à uma ideia hegemônica de sociedade.

É nesse sentido que se torna seminal as palavras de Pierre Clastres (1980, p. 15): “[...] a ideia de guerra serve de medida à ideia de sociedade”, pois possibilita-nos pensar a guerra em uma relação produtiva com a dinâmica da sociedade – o modo de fazer a guerra diz muito sobre o modo de ser e de fazer da sociedade. Em outras palavras, a guerra acompanha a própria vicissitude das transformações sociais: de forma que cada sociedade, em sua historicidade, produz um sentido próprio para o uso da violência extrema que descortina questões e problemas pertinentes ao estudo da História Militar.

Referências

- AZÉMA, Jean-Pierre. A guerra. In: RÉMOND, René (Org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- BLOCH, Marc. *A Estranha Derrota*. São Paulo: Zahar, 2011.
- BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo*. Vol. II. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

CLASTRES, Pierre. Arqueologia da Violência: a guerra nas sociedades primitivas. In: CLASTRES, P., GAUCHET, Marcel e outros (Orgs.). *Guerra, Religião, Poder*. Lisboa: Edições 70, 1980.

FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Cia das Letras 2006.

SIMIAND, François. *Método Histórico e Ciência Social*. Bauru: EDUSC, 2003.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

**HISTÓRIA MILITAR E PERIODIZAÇÃO DA HISTÓRIA DAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

Mateus Dalmáz²

Introdução

A história militar tradicionalmente ocupou um espaço privilegiado na história das relações internacionais. Ao desenvolver estudos sobre interações entre atores no plano externo, a área das relações internacionais desde o seu início se debruçou em temas ligados, sobretudo, ao poder político, econômico e militar dos Estados na trama internacional. Assuntos envolvendo governos, processos decisórios de política externa, tratados diplomáticos, conflitos e batalhas foram objeto de estudo de importantes correntes teóricas das relações internacionais, cada uma adotando distintos critérios para identificar fases da história das relações internacionais.

É com o objetivo de compreender diferentes periodizações da história das relações internacionais, a partir de perspectivas teóricas diversas, que este artigo está organizado em cinco partes: a primeira, sobre história militar, visa identificar o perfil de uma historiografia específica a respeito do tema e o quanto a mesma contribui com conteúdo para a história das relações internacionais. A segunda, sobre o campo de estudo das relações internacionais, busca caracterizar, em geral, a área de conhecimento dentro da qual os temas militares se inserem. A terceira, quarta e quinta partes, respectivamente, sobre as escolas teóricas realista, liberal e marxista, têm o propósito, por fim, de analisar o tipo de abordagem e de periodização histórica possíveis no campo das relações internacionais.

História Militar

A historiografia específica sobre temas militares possui uma trajetória autônoma. Tal qual as ciências humanas, de um modo geral, a escrita sobre a história militar percorreu um caminho que partiu do reduzido ao elevado cuidado metodológico e científico, invertendo a dosagem no que diz respeito à parcialidade política, isto é, de um caráter celebrativo para um crítico e analítico.

² Doutor em História pela PUCRS; professor dos cursos de Relações Internacionais e de História da Universidade do Vale do Taquari – Univates (Lajeado/RS).

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

A abordagem tradicional da história militar, iniciada no século XIX, definiu como objeto de estudo temas relacionados a conflitos internacionais, forças armadas, condutas de guerra e feitos de grandes generais. Narrativas descritivas trataram de engrandecer o papel dos tomadores de decisão e de condução de operações em cenários de guerra. Em paralelo, a história militar também contou com estudos influenciados pela corrente historiográfica “positivista”, a qual pretendeu garantir um estatuto científico à área de conhecimento da história a partir de cinco definições: 1) exame de temas essencialmente políticos; 2) dados retirados de fontes exclusivamente documentais, escritas e oficiais; 3) minuciosa narrativa descritiva e factual em ordem cronológica; 4) conteúdo centrado em lideranças políticas e militares, numa perspectiva histórica “vista de cima”; e 5) imparcialidade do historiador, na medida em que a crítica sobre a veracidade das fontes daria aos documentos o caráter de depositários da verdade, cabendo ao pesquisador apenas a transcrição dos mesmos (BURKE, LOPES, 1992). A história militar tradicional, portanto, constituiu-se numa historiografia celebrativa (devido à exaltação de figuras heróicas) e narrativa (conforme os preceitos da escola teórica positivista).

A estes dois perfis, acrescenta-se a proposta utilitária da historiografia tradicional, uma vez que também foi produzida com o objetivo de contribuir para a formação profissional de militares. Surge, assim, uma historiografia militar patriótica, que tem origem no século XIX e ainda conta com tais propósitos, pois

normalmente tem sido produzida por militares profissionais, com um sentido fortemente pragmático, em busca de ensinamentos para o desenvolvimento de doutrinas militares e para a formação e o desenvolvimento profissional da oficialidade. Sua perspectiva teórica é positivista e se caracteriza pela racionalidade e objetividade de sua abordagem epistemológica (Pedroza, 2019, p. 15).

Dentro da historiografia tradicional, a abordagem com cunho patriótico vem sendo produzida com detalhamentos sobre a conduta daqueles que seriam os grandes sujeitos da história. É a chamada “nova história da batalha”, que

concentra sua atenção nos protagonistas da batalha: os homens, suas mentalidades e seus sentimentos de camaradagem, medo, excitação, ódio, angústia e sofrimento. Grande atenção também é dedicada ao uso das armas e equipamentos, bem como aos efeitos das armas nos ferimentos sofridos pelos homens, e à execução das manobras e suas dificuldades, diante da realidade do terreno e das condições meteorológicas – lama, poeira, frio, calor, terreno acidentados, vegetação e outros fatores que reduzem ações

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

supostamente heróicas a homens atolados, esgotados, dispersos e desorientados no campo de batalha (Pedroza, 2019, p. 20).

No decorrer do século XX, no entanto, a história militar também passou a ser produzida a partir de critérios trazidos pela nova historiografia francesa, chamada de “Escola dos Annales”, que se contrapôs à historiografia positivista em cinco grandes aspectos: 1) ao invés de temas essencialmente políticos, propôs a diversificação de assuntos, especialmente ligados à cultura e à sociedade; 2) renovou a noção de fonte histórica, incorporando fontes não-escritas e não-oficiais; 3) refutou a mera narrativa descritiva em nome de problematizações e abordagens críticas delimitadas no tempo e no espaço; 4) abordou temas a partir do ponto de vista de diferentes parcelas da sociedade, produzindo uma história “vista de baixo”; e 5) admitiu o caráter provisório – e não definitivo – das interpretações históricas, tratando a ciência como subjetiva e passível de revisões a cada investigação científica (BURKE, LOPES, 1992). Surgiu, assim, uma nova história militar, centrada nas instituições militares e na sua relação com a sociedade. Abordagens críticas, com problematizações, hipóteses, delimitação temporal e espacial, amparada em novas noções de fontes. Como avalia Fernando Pedroza (2019, p. 16),

a Nova História Militar sofria clara influência da Nova História Cultural, então em voga nas universidades norte-americanas, concentrando suas atenções em temas como poder, ideologia, classe, identidade cultural, raça, gênero etc. Seu principal objeto de estudo eram as relações entre as instituições militares e a sociedade.

Para a área das relações internacionais, por mais que os dados trazidos pela história militar tradicional tivessem relevância, em grande parte pelas informações presentes em documentos oficiais, é a abordagem da nova história militar que tem contribuído com conteúdo para o exame científico realizado por internacionalistas. Embora importante, a esfera militar não é a única de interesse da área de conhecimento das relações internacionais. O estudo do comportamento de atores no plano externo envolve diferentes variáveis, ligadas às ciências humanas e sociais aplicadas, como cabe esclarecer a seguir.

Relações Internacionais

Dentro das ciências humanas e sociais aplicadas, as relações internacionais, desde o século XIX, abordam temas de quatro grandes áreas: política, economia, história e direito. A

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

exemplo da história militar, a história das relações internacionais também passou por uma trajetória científica que, no início, centrava-se quase que essencialmente em temas políticos e militares para só então, depois, ampliar abordagens para temáticas diversas. Conteúdos militares, portanto, estiveram presentes nos estudos sobre relações internacionais desde os primórdios da área como ciência e seguem ocupando importante espaço atualmente, ao lado de outros, quando o perfil multidisciplinar se aprofundou. É este, aliás, um aspecto importante das relações internacionais, sua multidisciplinaridade,

por consistirem em uma disciplina orientada em torno de diversos eixos temáticos das Ciências Sociais, destacando-se como principais a Ciência Política, a Economia, a História e o Direito. Temos uma disciplina que deriva, “empresta”, seus conceitos de outras disciplinas, sendo formada por uma variedade complexa e abrangente de matérias (Pecequillo, 2003, p. 19).

Se por um lado há os fatores negativos da multidisciplinaridade, como a fragmentação da disciplina e uma certa dificuldade para composição de uma unidade de análise, por outro há elementos positivos, como a compreensão abrangente do objeto de estudo segundo diferentes prismas, o dinamismo e a variedade de caminhos de pesquisa, análise e atuação profissional. Exemplo disso são as áreas de especialização das relações internacionais: Estratégia e Guerra (mais tradicional, aborda desenvolvimento de guerras, estratégias e táticas), Segurança Internacional (a respeito de terrorismo, crime, nacionalismo, armamentos), História das Relações Internacionais e da Diplomacia (compreende história dos eventos internacionais, evolução e estrutura do sistema), Economia e Comércio Internacional (focada em fluxos comerciais, dívida externa, investimentos, atores), Integração Regional e Globalização (analisa tópicos políticos, sociais, culturais, processos formativos, resultados, direitos humanos, relações bilaterais e multilaterais, organizações internacionais), Análise de Política Externa (exame de prioridades, processos decisórios, história, conteúdos) (JACKSON, SORENSEN, 2007). Tal listagem permite observar o quanto temas abordados pela história militar tem relevância para as relações internacionais e o quanto fazem parte dos objetos de estudo da área.

A forma de analisá-los e de estipular o que é central para o exame científico, bem como os critérios para definir mudanças nas características das relações internacionais ao longo do tempo variam conforme a escola teórica adotada. É a identificação destas escolas e a análise das distintas periodizações propostas por elas que se fará a seguir.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Escola Realista e periodização da História das Relações Internacionais

O realismo é a escola teórica “clássica” das relações internacionais. Modernamente pensada por autores como Edward Carr, Hans Morgenthau e Kenneth Waltz, tem sua origem nos estudos de Tucídides sobre a Guerra do Peloponeso, de Maquiavel sobre estratégias de centralização de poder, de Thomas Hobbes sobre o contrato social e de Max Weber sobre a diferença entre Estado e moral. De todos estes autores, Hobbes é o mais influente para a formulação da teoria realista.

Conforme o pensamento político de Thomas Hobbes, o Estado é o instrumento através do qual é possível impor ordem e garantir os direitos naturais do indivíduo dentro de cada território nacional (quadro 1):

Quadro 1: Estado Hobbesiano

O Estado de Natureza	O Contrato Social	O Estado Civil
Caracterizado como um estado de guerra. Todos os homens seriam iguais e com os mesmos objetivos: lucro, segurança e reputação. Teriam o direito natural de usar a liberdade para preservar sua própria vida. A competição, a desconfiança e a glória gerariam discórdias, conflitos e guerras, o que ameaçaria a vida de todos.	Troca dos direitos naturais pelo poder absoluto de um homem, o qual garantiria a convivência pacífica da sociedade. O Estado seria a condição para a existência da sociedade.	Absolutismo (Leviatã).

Fonte: WEFFORT (2003)

Hipoteticamente, Hobbes imaginou como seria a vida dos seres humanos se não houvesse leis e Estado, e sim, apenas os direitos naturais à vida, liberdade e propriedade (Estado de Natureza). Em tal cenário, escreveu o autor, cada indivíduo defenderia os direitos naturais com as próprias mãos, transformando o Estado de Natureza em um Estado de Guerra. Entre todos os direitos, o direito à vida seria o mais ameaçado, exigindo dos indivíduos a realização de um pacto ou contrato social que defendesse os direitos naturais através de leis e de um Estado. Para Hobbes, o tipo de Estado que conseguiria garantir os direitos nacionais seria o absolutista, com concentração de poder nas mãos do governante. O Estado teria o

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

poder necessário para garantir direitos naturais individuais e relações de sociabilidade, tornando-se, assim, uma espécie de condição para a sociedade existir.

Transpondo para as relações internacionais, a escola teórica realista considera que, diferente do que ocorre internamente em um Estado, onde a sociedade civil se subordina a um contrato social, não há regras que regulem a relação entre os atores, fazendo com que o cenário externo fosse anárquico. Assim, cada Estado se comportaria como o indivíduo no estado de natureza, isto é, buscando autonomia, gerando conflitos e guerras:

O sistema internacional será formado por estes Estados soberanos, que se relacionarão entre si tendo como sustentáculo esta autonomia e identidade própria, inexistindo qualquer outro agente que possa se impor a eles. O Estado é reconhecido como soberano, único e autônomo no cenário, sendo impossível que se estabeleça qualquer autoridade superior a sua razão e existência. Ou seja, diferentemente do pacto interno, onde existe a transferência de soberanias, no mundo externo as soberanias já se encontram estabelecidas e não mais poderiam ser transferidas, prevalecendo o Estado de Natureza original. Cada Estado, como cada homem, visa sua sobrevivência, autonomia e interesses, buscando poder, segurança, glória e prestígio. A guerra, assim como a diplomacia, é elemento essencial do intercâmbio entre as entidades estatais nacionais, dotada dos mesmos direitos, mas possuidora de diferentes capacidades e possibilidades de ação (Pecequillo, 2003, p. 119).

Em resumo, a escola teórica realista contém cinco primados essenciais: 1) centralidade do Estado (interesse de existir nas relações internacionais, manter a paz dentro das fronteiras e segurança dos cidadãos contra agressões externas), 2) anarquia internacional (ausência de autoridade suprema, desconfiança permanente, busca pela sobrevivência, tal qual estado de natureza hobbesiano), 3) sobrevivência (interesse nacional de sobreviver como ator, buscando paz doméstica e a segurança internacional), 4) função do poder (capacidade absoluta ou relativa do Estado para garantir a sobrevivência via auto-ajuda ou alianças, o que caracteriza a balança/equilíbrio de poder) e 5) auto-ajuda (desconfiança, vigilância permanente, dependência das próprias capacidades) (NOGUEIRA, MESSARI, 2005).

Levando em conta tais aspectos, é possível identificar sete períodos da história das relações internacionais (quadro 2):

Quadro 2: Periodização conforme Escola Realista

Períodos:	Características:
1. Equilíbrio de Poder (1648-1792)	Da “Paz de Westfália” (1648) à formação da coligação anti-França, em 1792

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

2. Guerras entre Estados e sistemas (1792-1815)	Guerras de Grã-Bretanha, Áustria, Prússia e Rússia x França
3. Concerto Europeu (1815-1871)	Equilíbrio de poder entre 5 Estados: Grã-Bretanha, França, Áustria, Prússia e Rússia
4. Rearranjos do Concerto (1871-1918)	Desequilíbrio de poder causado pela unificação da Alemanha e pela I Guerra Mundial
5. Diplomacia Triangular (1919-1945)	Relações entre três blocos rivais (democracias, nazi-fascistas e socialistas) e II Guerra Mundial
6. Guerra Fria (1945-1991)	Bipolarização entre duas superpotências: EUA e URSS
7. Multipolarização (1991-...)	Relações entre uma superpotência (EUA) e candidatas a superpotência (China, Rússia e União Europeia)

Para a ótica realista, a característica central de cada fase é o perfil de relações entre Estados, sendo a atuação destes definida conforme seus interesses de sobrevivência e exercício de poder no cenário externo. No primeiro período, “Equilíbrio de Poder (1648-1791)”, a Paz de Westfália seria a estratégia através da qual as grandes potências³ do período evitariam a supremacia de um Estado perante os demais. Na segunda, “Guerras entre Estados e sistemas (1792-1815)”, o equilíbrio de poder esteve ameaçado devido às ações da França durante e após a Revolução Francesa. No terceiro, “Concerto Europeu (1815-1871)”, construiu-se um novo cenário de equilíbrio entre as cinco potências que travaram o conflito nos anos anteriores. No quarto, “Rearranjos do Concerto (1871-1918)”, os interesses de ampliação de poder por parte da Alemanha provocaram tensão, corrida armamentista, polarizações e finalmente a I Guerra Mundial. No quinto, “Diplomacia Triangular (1919-1945)”, dois blocos distintos de Estados (democracias e socialistas) se aliaram estrategicamente para eliminar um inimigo comum (bloco nazi-fascista) na II Guerra Mundial. No sexto, “Guerra Fria (1945-1991)”, houve variação de estratégias de exercício de poder por parte das duas superpotências (EUA e URSS) após a II Guerra. No sétimo e último período, “Multipolarização (1991-...)”, a queda da URSS abriu espaço para tentativas de ampliação de poder por parte de Estados em escala regional e global, havendo apenas uma única superpotência – os EUA – no plano exterior.

Se o interesse de Estados num cenário externo anárquico, gerando conflitos, é o critério para a periodização da história das relações internacionais na perspectiva realista, é

³ Entende-se por “grande potência” um Estado que consiga exercer em escala internacional ao menos dois destes três poderes: econômico (altos índices de produção de riqueza, tecnologia, balança comercial favorável), militar (material bélico de ponta) e diplomático (capacidade de fazer aliados). Uma “superpotência” é a que reúne os três aspectos (BUZAN, 2008).

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

justamente o contrário, isto é, a percepção de momentos de interdependência entre atores, num sistema internacional ordenado, gerando cooperação, que se constitui no critério do ponto de vista da escola liberal, como se verá a seguir.

Escola Liberal e periodização da História das Relações Internacionais

Baseada em autores como John Locke, Montesquieu, Jeremy Bentham, John Stuart Mill e Immanuel Kant, o liberalismo tem sua origem nos estudos que defenderam a liberdade individual, política e econômica. Conforme o pensamento político de John Locke, um dos autores mais influentes, conflitos entre indivíduos seriam resolvidos por um pacto social, que formaria um Estado preocupado com a defesa das liberdades individuais (Quadro 3):

Quadro 3: Contrato Social de Locke

O Estado de Natureza	O Contrato Social	O Estado Civil
Vida harmônica logo substituída por um estado de guerra. Os homens teriam o direito natural de desfrutarem da vida, da liberdade e da propriedade. Inicialmente harmônica, a convivência entre os homens seria ameaçada pelo grande acúmulo de bens, o que geraria conflitos e ameaças à propriedade.	É um pacto de consentimento em que os homens concordam livremente em formar a sociedade civil para preservar e consolidar ainda mais os direitos que possuíam originalmente no estado de natureza.	Formação de associação que defenda a pessoa e seus bens e que não lhe tire a liberdade. Prevê a alienação total dos direitos de cada associado em favor da comunidade. Todos ficariam iguais.

Fonte: WEFFORT (2003)

Locke também imaginou um cenário hipotético onde não existiriam leis e Estado. Ao contrário de Hobbes, porém, considerou que haveria harmonia entre indivíduos, cada um obtendo por conta própria os direitos naturais à vida, liberdade e propriedade (Estado de Natureza). Conflitos surgiriam apenas a partir do momento em que o direito à propriedade passasse a ser ameaçado por parte de quem não tivesse obtido posses (Estado de Guerra), sendo necessário, então, a elaboração de regras (Contrato Social) para garantir os direitos naturais. O pacto social proposto por Locke seria a formação de um corpo representativo (Estado Civil) que defendesse os direitos naturais, sobretudo o direito à propriedade.

Projetando a linha de raciocínio de Locke para as relações internacionais, a escola liberal considera que, assim como um contrato social seria capaz de garantir direitos no plano

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

doméstico, também seria eficiente para aprofundar relações de cooperação entre Estados no plano externo. Isto é, cada Estado obteria nas relações internacionais o mesmo entendimento alcançado no cenário interno:

No liberalismo, procura-se estender o funcionamento doméstico das sociedades a uma escala internacional, propondo arranjos e mecanismos que possam organizar o relacionamento entre Estados da mesma forma que as instituições da sociedade civil o fazem internamente. Fundamentadas nos preceitos de regimes democráticos, estas instituições, interna e externamente, garantem a liberdade e os direitos individuais, sendo guiadas e sustentadas por uma crença permanente no aperfeiçoamento da natureza humana. No sistema internacional, a partir do momento em que se reproduza esse esquema, havendo o predomínio da democracia como prática e valor haverá a possibilidade da criação de uma estrutura que conduza naturalmente à paz e à cooperação” (PECEQUILO, 2003, p. 140).

Em outras palavras, para os pensadores liberais seria possível estabelecer paz e cooperação nas relações exteriores através da existência de um conjunto de regras ou acordos internacionais (direito internacional), reproduzindo externamente o ordenamento jurídico que haveria internamente. Cria-se, com isso, na visão liberal, a possibilidade de uma “sociedade internacional”, marcada por livre-comércio (interdependência e interesses mútuos entre as nações, incompatibilidade entre comércio e guerra), democracia (zona estável de paz e prosperidade, importância da opinião pública) e instituições (redução dos conflitos a partir de um edifício jurídico internacional e cosmopolita) (NOGUEIRA, MESSARI, 2005).

Com base nestes critérios, é possível identificar 4 grandes períodos da história das relações internacionais (quadro 4):

Quadro 4: Periodização conforme Escola Liberal

Períodos:	Características:
1. Rivalidades entre atores internacionais (1648-1919)	Prevalência de interesses de Estado sobre a cooperação a partir da “Paz de Westfália” (1648)
2. Idealismo Wilsoniano (1919-1945)	Relações entre atores no sistema internacional a partir das regulações propostas pela Sociedade das Nações Unidas (1919), conforme preceitos do presidente estadunidense Woodrow Wilson
3. Percepções Internalistas (1945-1991)	Sistema internacional ordenado conforme propostas da Organização das Nações Unidas (1945), contudo, com equívocos de percepções de intenções por parte de EUA e URSS
4. Globalização (1991-...)	Aceleração de redes mundiais de interdependência

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Para o liberalismo, a história das relações internacionais se caracterizaria por variações de momentos de cooperação entre atores num cenário externo ordenado, algo que favoreceria e aprofundaria relações de interdependência⁴. No primeiro período, “Rivalidades entre atores internacionais (1648-1919)”, haveria uma longa fase em que a inexistência de um direito internacional e de um órgão supranacional capaz de fazer valer regras globais inviabilizaria a formação de uma sociedade internacional, prevalecendo interesses de Estados, conforme estipulado pela “Paz de Westfália”, permitindo surgir conflitos diversos sob a égide do edifício westfaliano. No segundo, “Idealismo Wilsoniano (1919-1945)”, o surgimento da Liga das Nações Unidas após a I Guerra Mundial, a partir das ideias do presidente estadunidense Woodrow Wilson, viabilizaria a formação de uma sociedade internacional, a qual ruiu durante a II Guerra Mundial pela ineficiência da primeira organização supranacional da história das relações internacionais. O terceiro, “Percepções Internalistas (1945-1991)”, refere-se às equivocadas interpretações de EUA e URSS a respeito das intenções de ambos durante a Guerra Fria, período propício à cooperação devido à existência da Organização das Nações Unidas (ONU), desde 1945, porém, com sucessivos conflitos em razão das percepções internalistas das duas superpotências. O quarto, “Globalização (1991-...)”, por fim, seria caracterizado pelo aceleração das redes mundiais de interdependência, algo propiciado pela abertura ao capitalismo no leste europeu após a queda da URSS.

À certa convergência de períodos identificados por realistas e liberais na história das relações internacionais se contraporía a escola teórica marxista, cuja percepção da dimensão doméstica e externa dos Estados é substancialmente diferente das demais, como se verá a seguir.

Escola Marxista e periodização da História das Relações Internacionais

A partir de autores como Eric Hobsbawm, Immanuel Wallerstein e Fred Halliday, o marxismo interpreta as relações internacionais como sendo um cenário de disputa de poder entre classes sociais. Tal ponto de vista considera que haveria imposição de normas e valores de uma classe no sistema internacional, pois, assim como internamente cada Estado se

⁴ Entende-se interdependência como Joseph Nye Jr (2009), para quem o conceito se caracteriza por relações de dependência mútua entre atores internacionais nos planos político, militar, econômico, social, cultural e ambiental.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

caracterizaria pela hegemonia de uma classe dominante, o cenário externo também seria marcado pela tentativa de imposição da hegemonia de um Estado a partir dos valores de sua classe dominante.

A escola marxista ou materialista histórica se desenvolveu a partir da obra de Karl Marx e Friedrich Engels, que ofereceram modelos de análise sobre a evolução da sociedade ao longo do tempo. Para os autores, em cada momento histórico houve aspectos infraestruturais (condições socioeconômicas) e superestruturais (aparato ideológico, jurídico e institucional) que caracterizaram o modo da sociedade produzir riqueza em cada época (quadro 5):

Quadro 5: Modos de Produção

Modo de Produção Antigo	Modo de Produção Feudal	Modo de Produção Capitalista
<ul style="list-style-type: none">● Superestrutura: regimes oligárquicos, vida aristocrática	<ul style="list-style-type: none">● Superestrutura: monarquias, vida aristocrática, moral cristã	<ul style="list-style-type: none">● Superestrutura: democracias, iluminismo, liberalismo
<ul style="list-style-type: none">● Infraestrutura: escravo, terras, agricultura, comércio, escravidão	<ul style="list-style-type: none">● Infraestrutura: servos, terras, agricultura, comércio, servidão, vassalagem	<ul style="list-style-type: none">● Infraestrutura: operários, propriedades privadas, indústria, comércio, agricultura, finanças, mão de obra assalariada
<ul style="list-style-type: none">● Contradição: aristocratas x escravos.	<ul style="list-style-type: none">● Contradição: senhores feudais x servos	<ul style="list-style-type: none">● Contradição: burgueses x operários

Fonte: WEFFORT (2003)

Para Marx e Engels, as classes sociais que surgem em meio às atividades econômicas têm suas relações regulamentadas pelas leis e instituições de cada período. O discurso ideológico, por sua vez, refere-se a visões de mundo da classe dominante que são incorporadas por todas as classes sociais sem que estas percebam que, ao incorporá-las, colaboraram para a dominação das classes hegemônicas. O marxismo aplica um método dialético para analisar a sociedade. O método dialético pressupõe o exame das contradições da sociedade e da superação das contradições através da formação de um novo conjunto de características. Assim, de acordo com a concepção da evolução dialética dos modos de produção, o modo de produção feudal se caracteriza pelas relações escravistas de produção. A

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

contradição é a luta de classes entre aristocratas e escravos. A superação da contradição é a formação de um novo modo de produção, o feudal, cujas relações de produção passam a ser a servidão. A nova contradição é uma nova luta de classes, entre senhores feudais e servos. A evolução dialética de tal contradição é um novo modo de produção, o capitalista, marcado por relações remuneradas de produção. Contudo, há uma nova contradição: a luta de classes entre burgueses e operários.

Aplicando a concepção marxista de formação social para as relações internacionais, entende-se as mesmas como sendo um espaço de projeção de poder da classe social internamente hegemônica. Isto é,

Para o marxismo, o sistema internacional é produto de fatores econômicos e um espaço ordenado segundo os interesses da classe, havendo o domínio da burguesia e sua imposição de normas e valores sobre o cenário e sua dinâmica. Globalmente, assistimos à dominação desta burguesia e a opressão do proletariado, que se definem como agentes internacionais. Estados, OIGs [Organizações Internacionais Governamentais], FTs [Forças Transnacionais] são, neste sentido, expressões destes agentes e suas formas de interação, possuindo uma dinâmica própria e antagônica” (PECEQUILO, 2003, p. 164).

Em outras palavras, as classes sociais que alcançaram hegemonia no plano doméstico, não apenas em nível infraestrutural, como, sobretudo, na esfera superestrutural, seriam aquelas que tomariam decisões sobre o comportamento do Estado nas relações internacionais. O conjunto de ordenamentos resultantes das interações entre Estados que compartilham de uma mesma ideologia daria às relações internacionais um caráter de espaço de afirmação material e ideológica. Seria possível o estabelecimento de relações de dependência entre um centro hegemônica e uma periferia, de imperialismo entre metrópoles e colônias ou áreas subordinadas, e a constituição de sistemas mundiais de dominação política, econômica e ideológica.

A partir de tais premissas, é possível identificar cinco períodos históricos das relações internacionais (quadro 6):

Quadro 6: Periodização conforme Escola Marxista

Períodos:	Características:
1. Era das Revoluções (1780-1848)	Projeção de poder internacional de países que vivenciaram ascensão da burguesia e de ideário iluminista-liberal, contrapondo-se ao Antigo Regime

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

2. Era do Capital (1848-1873)	Projeção de poder internacional de países que consolidaram capitalismo e ideologia liberal, contrapondo-se às classes operárias
3. Era dos Impérios (1873-1914)	Projeção de poder internacional de países que dominaram territórios periféricos e escoaram excedente de produção
4. Era dos Extremos (1914-1991)	Conflito intersistêmico (capitalismo x socialismo)
5. Era da Globalização (1991-...)	Globalização produtiva, financeira e tecnológica após queda do sistema socialista

Considerando que as relações internacionais, para o marxismo, são espaços de afirmação material e ideológica de classes sociais nacionalmente hegemônicas, o desenvolvimento do capitalismo propiciaria a ascensão de uma ideologia burguesa no cenário externo no decorrer de cinco períodos: no primeiro, “Era das Revoluções (1780-1848)”, uma longa fase de fortalecimento econômico da burguesia (entre os séculos XI e XVIII) teria garantido condições para ela obter poder político nos Estados em que o processo de revolução industrial se encontrava em fase mais adiantada. Na Era das Revoluções, a burguesia havia se tornada revolucionária contra uma classe social distinta, porém, não antagônica: a aristocracia. No segundo período, “Era do Capital (1848-873)”, a chegada ao poder político por parte da burguesia havia se completado, permitindo a ela a percepção sobre qual classe, de fato, representava ideias antagônicas: o operariado. A Era do Capital teria sido o momento da burguesia deixar de ser revolucionário e afirmar seu status quo através da conquista de mercados externos para a expansão do sistema do capitalista. No terceiro, “Era dos Impérios (1873-1914)”, a crise de superprodução industrial do final do século XIX havia exigido por parte das potências capitalistas a adoção de medidas monopolizadoras de mercado, ampliando, assim, o número de metrópoles e áreas periféricas subordinadas ou colonizadas, fenômeno tratado pela escola marxista com o conceito de imperialismo. Disputas entre potências imperialistas teriam levado ao conflito tradicionalmente chamado de I Guerra Mundial. O quarto, “Era dos Extremos (1914-1991)”, trata do processo histórico de constituição de um sistema contrário ao capitalismo: o socialismo. Advinda da conjuntura da I Guerra, a URSS seria o ator internacional socialista que se colocaria à frente dos EUA, o representante do sistema capitalista, caracterizando boa parte do século XX como sendo o de um conflito intersistêmico, visando o aniquilamento total de um por parte do outro (HALLIDAY, 1999). O quinto período, “Era da Globalização (1991-...)”, refere-se à fase pós-

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

derrocada do sistema socialista-soviético e à chegada do capitalismo, nos moldes liberais, no leste europeu no decorrer dos anos 1990.

O marxismo, deste modo, identifica nas relações internacionais diferentes estratégias dos atores internacionais, material e ideologicamente comprometidos com o fortalecimento e perpetuação do capitalismo. A história das relações internacionais, seria, assim, equivalente às fases dessas estratégias.

Considerações finais

A história militar, como se viu, ofereceu enorme contribuição para as análises sobre relações internacionais, especialmente quando estas se debruçaram sobre o papel do Estado no cenário externo. Por mais que diferentes teorias de relações internacionais considerem uma amplitude de fatores como influentes nos processos decisórios, o espectro militar ocupa um lugar importante e tradicional na área.

A história das relações internacionais pode ser narrada de distintos modos. As escolas teóricas aqui visitadas – realismo, liberalismo e marxismo – são apenas algumas dentre outras que o campo de estudos sobre as relações internacionais pode oferecer. Constituem-se, aquelas três, nas mais tradicionais e embrionárias da área. Em todas elas há critérios bastante alinhados como o modo de caracterizar as relações internacionais, que são, em suma: o conflito, a cooperação e a dominação. São os aspectos que respectivamente a escola realista, liberal e marxista definem como sendo centrais na trama internacional. Importa salientar o quanto a escola realista desassocia a política interna da externa, identificando elementos exteriores específicos da esfera internacional que impactam no processo decisório dos Estados. Liberalismo e Marxismo, por sua vez, projetam para o plano externo as estruturas do plano interno, acreditando que o sistema internacional tem um funcionamento “sistêmico” similar ao que ocorre internamente. Há, por fim, por parte da escola realista uma concentração de foco no papel do Estado nas relações internacionais, ao passo que liberais e marxistas atribuem igual valor a diferentes atores, como organizações internacionais, por exemplo.

Ao escrever sobre periodizações a partir de escolas teóricas, importa frisar, atribui-se subjetivamente certas nomenclaturas e datas, aspecto inerente ao olhar do pesquisador, inserido no campo científico e, como tal, passível de releituras e divergentes pontos de vista. A história, enquanto representação simbólica da trajetória da sociedade no tempo e no espaço,

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

expressa-se através de narrativas que são, científica e inevitavelmente, construções teóricas e retóricas sobre os vestígios deixados por diversos atores sociais no tempo e no espaço.

Referências

BURKE, Peter; LOPES, Magda. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. *Regions and powers: the structure of international security*. New York: Cambridge University Press, 2008.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

JACKSON, Robert H., SORENSEN, Georg. *Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

NOGUEIRA, João Pontes, MESSARI, Nizar. *Teoria das relações internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NYE JR., Joseph S. *Cooperação e conflito nas relações internacionais: uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial*. São Paulo: Gente, 2009.

PECEQUILO, Cristina. *Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões*. Petrópolis: Vozes, 2004.

PEDROZA, Fernando Veloso Gomes. Por uma história global: da história militar tradicional à nova história militar. *Revista Brasileira de História Militar*. Rio de Janeiro, Ano X, Nº 25, Maio de 2019.

WEFFORT, Francisco C. (Org). *Os Clássicos da política*. São Paulo: Ática, 2003.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

**ADMINISTRAÇÃO CIVIL E ADMINISTRAÇÃO MILITAR NA ASCENSÃO DO
DESPOTISMO NAS MONARQUIAS IBÉRICAS (SÉC. XVIII)**

Alfredo de J. Flores⁵

Introdução

A intenção deste trabalho é a de propor algumas sugestões e ideias em apoio às pesquisas atuais sobre a temática da história militar, de forma que se possa estabelecer um diálogo com os estudos historiográficos que tratam das instituições da Administração pública durante o séc. XVIII, campo esse em que nos aproximamos em nossos trabalhos. Assim, falando em outros termos, recomendamos essa aproximação com a investigação científica sobre a organização do Estado no contexto colonial na região que atualmente é o Cone Sul, particularmente na fronteira sul que se encontra entre os mundos hispano e lusitano da América do Sul, no sentido de que a história militar pode ter frutos do contato com essa parte de uma história do direito colonial. Da mesma forma, é importante recordar que qualquer que seja a contribuição histórico-jurídica que venha a ser dada ao debate e estudo sobre a história militar destas regiões, deve-se presumir que demandará a averiguação sobre os meios e os processos de adaptação para tanto, já que a metodologia histórico-jurídica possui as suas idiossincrasias, o que exigirá uma maior atenção na aproximação das linguagens.

O título deste trabalho poderá apresentar-se muito genérico ao leitor, demandando assim uma argumentação que ultrapassaria os limites da publicação aqui proposta. Tendo em conta a citada questão e atuando dentro de um espírito de adaptação ao contexto de debate, afirma-se que o que se busca em definitivo com esta investigação é apresentar alguns elementos para o estudo da administração civil e militar colonial na região sul da América Latina a partir dos usos da expressão “comandância militar” (termo mais comum na língua

⁵ Doutor em Direito e Filosofia pela *Universitat de València* (Espanha, 2004). Professor Associado de Metodologia Jurídica na *Universidade Federal do Rio Grande do Sul* (UFRGS, 2007). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGDir-UFRGS, 2007). Sócio efetivo, *Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul* (IARGS, 2006). Membro, *Instituto Brasileiro de História do Direito* (IBHD, 2013). Membro-correspondente, *Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho* (IIHD, Argentina, 2014). Membro, *Associação Nacional de História*, Seção Rio Grande do Sul (ANPUH-RS, 2015). Membro efetivo, *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* (IHGRGS, 2016). Associado, *Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos* (AHILA, 2017). Membro, *American Society for Legal History* (ASLH, 2018). Associado, *Asociación Argentina de Filosofía del Derecho* (AAFD, 2019). Membro efetivo, *Instituto dos Advogados Brasileiros* (IAB, 2019). Membro, *Société de Législation Comparée*, Section Amérique Latine (SLC, 2019). Sócio efetivo, *Associação Brasileira de Linguística* (ABRALIN, 2020). Contato: ajdmf@yahoo.com.br

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

espanhola da época), de modo particular em período próximo à implantação do regime de Intendências por meio da *Real Ordenanza de Intendentes* de 1782 nesta região platina. Dando atenção especialmente à parte oriental daquele que seria o território à época do Governo e, logo depois, do Vice-reinado de Buenos Aires, teremos em mãos dados relevantes para o estudo que aqui se propõe.

Faz-se mister recordar que, por obra da citada *Real Ordenanza*, estabelece-se a criação de governos regionais de título “político e militar”, para algumas partes fronteiriças desse Vice-reinado, em lugar das Intendências que estavam sendo constituídas no restante do território e que abarcariam as atribuições que existissem neste mesmo sentido político-militar nestas outras regiões. Por isso, dentre os territórios de fronteira, que recebem tratamento especial, não sendo enquadrados inicialmente como Intendências, estaria a chamada “Banda Oriental” do Uruguai, a qual aqui deve ser realçada, pois nela se percebe que a *Real Ordenanza* viria a reforçar práticas anteriores que aí existiam, como as já mencionadas “comandâncias” militares que já existiam anteriormente ao momento em que se deu a implantação de dita legislação.

Pois bem: é um fato relevante que a *Real Ordenanza de Intendentes* promulgada no ano de 1782 havia definido a existência desses “governos políticos e militares” tanto para a Banda Oriental, como já comentamos, mas também para outras regiões do Vice-reinado, chamado “de Buenos Aires” ou “do Rio da Prata” nos documentos daquela época. Logo, a terminologia inova com tal associação, sempre recordando que os significados dos termos “político” e “militar” no séc. XVIII não são necessariamente os mesmos dos dias atuais. Diga-se de passagem, a noção de “militar” no citado século ainda é anterior ao processo generalizado de profissionalização que se conhece da carreira militar durante o séc. XIX. Isso explica as ponderações que podem ser feitas, e que geralmente são feitas, por vários autores da historiografia militar atual quando se coloca a atenção nesse período tardio da Idade Moderna, ao menos dentre os representantes da historiografia militar brasileira.

Deste modo, a *Real Ordenanza* e aquela legislação que a ela se vinculou na sequência viriam a acrescentar um novo sentido a esse tipo de governo, de título “político e militar”, ante a situação de que, nas demais regiões do Vice-reinado, houve o enquadramento que a legislação determinava de forma genérica, de que os governos estariam então sob nova

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

categoria, a das “Intendências”. No texto original da *Real Ordenanza*, dizia-se, no espanhol daquela época, que

los Gobiernos políticos y militares de las Provincias del Paraguái, Tucuman y Santa-Cruz de la Sierra, y el Corregimiento de la de Buenos-aires, que ha de crearse, y los de la Paz, Mendoza, la Plata y Potosí, han de ir precisa y respectivamente unidos á las Intendencias que establezco en dichas Provincias (REAL ORDENANZA..., 1782).

Em trabalhos anteriores (FLORES, 2016, 2018), foram feitos estudos sobre a linguagem empregada para significar as realidades da América, nessa mutável fronteira oriental do Vice-reinado de Buenos Aires com os domínios lusitanos, em especial quanto ao território do atual Rio Grande do Sul e a Banda Oriental do Uruguai, onde percebemos elementos que estabelecem uma base de transformação de “conceitos”, “termos” ou “vocábulos” desde o período colonial até a implementação do regime liberal na região.

É justamente nesse cenário de construção de significados pelos atores políticos da época que encontraremos os questionamentos sobre os níveis da linguagem, em que se distinguem discursos e tipos de análise: ou seja, acompanhando recentes indagações historiográficas a respeito do “espaço jurídico”, reconhece-se que a valorização de uma pluralidade de cenários supera com segurança visões unilaterais de análise dos fenômenos históricos, em especial na região de fronteira, em que se sobrepõem vários planos. De fato, a questão do espaço jurídico se mostra importante dentro de um cenário histórico de concretização de linguagens político-jurídicas, como foi aquele das fronteiras (para maiores detalhes, ver obra de referência sobre os “espaços jurídicos” (BENDA-BECKMANN, 2009). Especificamente dentro do tema dessa investigação, deve-se ter em conta que o “*topos*” fronteira foi determinante para a definição das políticas de povoamento adotadas pela Coroa espanhola, por exemplo, como se pode recordar com a imagem do ministro José Gálvez. Este político, em seu ímpeto de modernizar e tornar racional o modelo administrativo borbônico na América, em meados do séc. XVIII, emprega o tema da fronteira como elemento-chave para as “comandâncias” no norte mexicano, segundo já explicava Luis Navarro García em importante obra sobre Gálvez:

Su propósito es engrandecer en poco tiempo las fronteras, para lo cual él [Gálvez] y el virrey Croix – que firman conjuntamente el Plan – exponen la idea de crear una Comandancia general bien autorizada que comprenda bajo de su privativo gobierno las provincias de Sonora, Sinaloa, Nueva Vizcaya y la península de California. El plan de Gálvez y Croix renuncia a proponer un

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

virreinato según el proyecto de 1760 visto en Madrid, por demasiado costoso y no más eficaz que la Comandancia (NAVARRO GARCÍA, 1964, p. 158-159).

Deste modo, a julgar pela relevância de Gálvez para a implementação deste regime das Intendências na América, é significativo que a figura da “comandância” viesse a cumprir um papel fundamental para a Coroa espanhola naquele momento, ainda que a implementação desta devesse adequar-se aos cenários em que se inscrevesse. De concreto, sabe-se que essa função dos governos militares da época já era definida pela legislação, como recorda Fernando de Salas López:

A lo largo de sus artículos, las Ordenanzas van esculpiendo en los cerebros de los militares una detallada casuística con la pretensión de dar normas éticas de comportamiento para la mayor parte de las situaciones que puedan presentarse en guarnición y en campaña. Se convierten así en un amplio recetario que intenta tener previstos todos los casos, y aunque no estimula la iniciativa – que como la vocación, la responsabilidad y al prestigio, no son mencionados –, da una pauta de actuación al señalar que en aquellos casos no prevenidos actúan según «su situación, caso y objeto», debiendo en los dudosos «elegir el más digno de su espíritu y honor» (DE SALAS LÓPEZ, 1992, p. 87-88).

Partindo destes elementos, pode-se confirmar que houve a intenção da Coroa espanhola de estabelecer uma concepção arquitetônica da Administração naquele momento histórico, de modo a poder enfrentar as dificuldades e favorecer o desenvolvimento dos territórios da Coroa na América. O regime de Intendências cumpriria tal papel. Por outro lado, não se deve esquecer que os cenários locais e regionais já se desenhavam naquele então, de onde tal regime deveria sofrer adaptações aos contextos. Desde este ponto, entendemos ser oportuno asseverar que neste texto se buscará realçar a possibilidade de estabelecer um caráter complementar entre essas diferentes análises da temática, ao retratar de forma concomitante, de um lado, a *atuação das competências municipais neste contexto fronteiriço*, com a finalidade de comparar, por outro, com *as estratégias administrativas dos governos centrais*.

Aproximação ao contexto do Rio da Prata

Em um nível discursivo, deve-se recordar que a história institucional, que normalmente tem a atenção dos historiadores do direito, repercutindo em seus métodos, recompõe os espaços discursivos, em que a estrutura institucional representa âmbitos de

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

alcance de cada discurso, no caso, a distinção entre o *micro* e o *macro* na linguagem governamental. Tendo-se em conta tal constatação, a presente proposta, em termos preliminares, desenvolve-se mediante a distinção de níveis de análise, respeitando o ponto de vista estrutural sobre a amplitude dos discursos em seus diversos âmbitos. Primeiramente, o nível mais amplo, que nos demanda atenção, é aquele das estruturas administrativas mais gerais. Na presente investigação, o entrelaçamento entre um olhar sobre a implementação do Vice-reinado na região e a singularidade da consolidação do domínio espanhol sobre a Banda Oriental do Uruguai, recordando neste território a existência da peculiaridade do contexto fronteiriço com os domínios portugueses no Brasil – nesse caso, como uma explicação da singularidade ante o processo aqui recordado, de que a implementação das Intendências tem em conta a anterior existência de comandâncias militares na região.

Por outro lado, num sentido mais estrito, existe também o plano de aplicação localizada dos termos, agora dentro do contexto municipal, como se percebeu em documentação municipal e outros documentos de dirigentes políticos da época. Essa distinção, contudo, demanda que se faça uma análise das realidades municipais da Banda Oriental sempre tendo em conta o “*topos*” de que se trata de limites territoriais do Império espanhol ante os domínios luso-brasileiros, isso porque o cenário de fronteira representa a redefinição de alguns elementos.

Com isso, conforme afirmado antes, quando se pensa o tema da aplicação da legislação de Intendências, entendemos que é preciso levar-se em conta que não é recomendável somente ter o ponto de vista *macro*, das decisões tomadas por aqueles que detêm o poder desde o nível mais superior. É inegável que se trata de aspecto fundamental por relevar, pois corresponde ao ponto de vista da arquitetura institucional – assim, a determinação da *Real Ordenanza* de 1782, definiu para o território da Banda Oriental a elevação (mas que também seria uma continuidade) de um “governo político e militar”. Entretanto, do que se depreende de pesquisas históricas a respeito deste período, sabe-se que, em décadas anteriores, existiram práticas de administração militar que poderiam servir de substrato material e conceitual para as “comandâncias militares” que se moldavam ao regime geral das Intendências, isso porque já se faziam realidade na região dentro do estilo que havia sido definido pelo então governador bonaerense Pedro de Cevallos desde o ano de 1756.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Dentro do novo cenário implementado pela Dinastia dos Bourbons, o citado regime de Intendências, em termos mais concretos, desenvolve-se no Rio da Prata desde dois documentos legais: a *Real Ordenanza para el establecimiento e instrucción de Intendentes de Ejército y Provincia en el Virreinato de Buenos-Aires*, de janeiro de 1782; e ainda as *Declaraciones modificatorias*, de agosto de 1783. O cenário seria muito peculiar, pela constância de militares no poder nessa região em razão do quadro de seguidos conflitos bélicos e tratados diplomáticos com o Império português no séc. XVIII. Deste modo, enquanto região de fronteira, teve ainda de enfrentar a necessidade de uma política de povoamento, elevando vilas, “*pueblos*”, ou ainda postos para assegurar o domínio territorial, de modo a garantir a presença hispânica perante a correlata política portuguesa de avanço para o sul de seus domínios, a qual buscava ligar o território brasileiro ao que foi a região de influência da Colônia do Sacramento.

O caso de San Carlos como comandância militar

Estabelecidos os parâmetros de análise, pode-se perceber que os territórios mais ao norte da Banda Oriental se tornam muito visados pelas políticas expansionistas de ambas as potências imperiais na região. Como um exemplo dessa preocupação por ocupar espaços na região, pode-se apontar para os pareceres de Rafael Pérez del Puerto – a historiadora Florencia Fajardo Terán recorda a resposta feita por Pérez del Puerto no dia 15 de setembro de 1791 a um documento que havia sido enviado em momento anterior (03 de agosto de 1791) pelo então Vice-rei Nicolás de Arredondo, cujo título era “*Informe el Ministro de Real Hacienda del Puerto de Maldonado cuanto se le ofrezca y parezca sobre la formación de Poblaciones de que se trata este expediente*”. Em sua resposta, Pérez del Puerto entende que o nordeste da Banda Oriental (onde depois se fundará a vila de Rocha) merece a atenção da administração, pois – conforme cita Florencia Fajardo Terán em sua obra sobre essa cidade:

realmente al mirar la inmensidad de campos incultos que se hallan en la parte del norte del Río de la Plata tan propio para todo género de labores, y particularmente para la cría de ganados por su temperamento, fertilidad y arroyos que la riegan, con las demás ventajas que su población proporcionaría, persuaden su adopción (FAJARDO TERÁN, 1955, p. 16).

Por sua vez, a consulta às fontes primárias e à bibliografia, principalmente no que tange aos regimes municipais desta região de fronteira, no caso aqui sob o domínio do

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Governo de Montevideú, mostra-se inovadora quanto à execução da estratégia borbônica de organização de poder. Desde antes da instauração das Intendências no Rio da Prata, um sugestivo aspecto centralizador já se fazia presente nas comandâncias militares que existiam na região, o que poderia antecipar ou servir de base para dito projeto imperial hispânico para tal fronteira. Adentrando mais ainda no caso uruguaio, a vigência de comandâncias militares na citada região determinou todo um cenário político entre as vilas e cidades (“*pueblos*”) que se fundavam, pois em alguns casos se implantavam um “*cabildo*” e em outras não. Aqui entra o caso de San Carlos, que explicaremos na sequência.

O método que vamos empregar nesse estudo, em termos mais breves, será o de trabalhar um caso concreto da região, porque apresenta muitas singularidades; na história dos regimes municipais do território da Banda Oriental no séc. XVIII, a Vila de San Carlos, enquanto um povoado de relevância econômica na região, isso segundo a historiografia uruguaia, teve papel fundamental para a constituição e consolidação do território uruguaio na costa leste. Parte destas peculiaridades que apontaremos está no fato de que San Carlos apresenta uma relevante presença de portugueses entre os habitantes da região, o que é um fator importante, tratando-se de pesquisa histórica dos últimos rincões do Império espanhol na América do Sul.

Em primeiro lugar, deve-se constatar que uma análise do caso da Vila de San Carlos tem por base principalmente a documentação em arquivos e publicações que se encontram e se discutem a partir da historiografia uruguaia e argentina, de maneira geral (tendo em conta que há documentação na Argentina por ser sede de governo central), havendo da parte brasileira e sul-rio-grandense muito pouca expressão. Se o parâmetro da historiografia fosse ainda o do séc. XIX, com seu nacionalismo metodológico, seria compreensível. Entretanto, o fato da presença portuguesa no território da Banda Oriental deveria presumir uma maior atenção por parte dos autores portugueses e brasileiros, falando aqui no ponto de vista *micro*. A documentação sobre a Colônia do Sacramento e o governo da Cisplatina, estes sim em muito presentes em arquivos e no debate brasileiro e português, infelizmente não abarcam esse período histórico de finais do séc. XVIII e, em particular, essa perspectiva municipal. De outra banda, há relevantes pesquisas no Brasil e no Rio Grande do Sul a respeito da presença e expansão portuguesa ao sul do atual território sul-rio-grandense, o que sana de algum modo

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

a questão, porque se tratam de territórios próximos à costa leste da Banda Oriental, durante o período acima determinado, tendo também sua relevância para esse tipo de análise.

Comenta-se isso porque nesta região a migração de população de origem portuguesa foi intensa, seja em razão do cumprimento do Tratado de Madrid quanto à devolução da Colônia do Sacramento, com a mobilização de portugueses para o território da então Capitania de São Pedro do Rio Grande, ou ainda a permanência de alguns dentro território da Banda Oriental, por interesse próprio, seja em vista dos constantes conflitos bélicos na região, em que habitantes do Rio Grande, em sua maioria gente de Açores, permeia todo o território até as cercanias de Montevidéu.

É neste singular contexto que nos encontramos com um episódio insólito, que merece ser recordado – um grupo de açorianos, “capturado” em 1763 pelo então governador bonaerense Pedro de Cevallos, é levado para o atual território uruguaio, então a Banda Oriental, e formam um povoado sob o domínio espanhol. Vários destes portugueses se radicaram ali, o que explica a influência portuguesa no Uruguai até os dias atuais. Alguns que retornaram posteriormente ao Rio Grande, mantiveram contato com os que ficaram no território uruguaio, isso em razão das relações de parentesco e de comércio.

Pois bem, apesar de aparentemente isso ter resultado em uma peculiaridade da região, há alguns aspectos que demonstram as dificuldades ali sentidas para administrar este cenário; assim, esses açorianos tiveram seu espaço nos domínios espanhóis no Prata, mas de forma bem tutelada, uma vez que a Vila de San Carlos se enquadrava institucionalmente durante o séc. XVIII como uma comandância militar, num primeiro estágio estando na total dependência da Comandância de Maldonado, para depois de julho de 1771 ficar dependendo somente no plano militar. Ou seja, os açorianos não tiveram autonomia política, pois não possuíam um “*cabildo*” na Vila naquele século. Eis o tema que faz o pano de fundo de nossa reflexão.

Nossa intenção será, após poder aprofundar algo mais sobre o contexto das dificuldades enfrentadas pela população de San Carlos naquele período, buscar alguns elementos que podem servir de critério para elucidar o cenário de disputas internas na Vila de San Carlos, em que por um bom tempo a identificação de nacionalidade – seja espanhol peninsular, seja “português” – viria a determinar a forma de relacionamento com os centros regionais de poder, em primeiro lugar Montevidéu e depois Maldonado. Tais elementos têm

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

ligação com a relação estabelecida entre política e administração militar, o que explica o desenrolar histórico em San Carlos no que tange à tão buscada autonomia política durante a segunda metade do séc. XVIII.

Em termos sucintos, a intersecção entre a política e a ação militar na região é fator mais que fundamental para tal intuito. Neste caso, há outro nível de discurso, referente aos limites territoriais do Império espanhol, em que o *contexto de fronteira* redefiniria alguns elementos, além da formação dos agentes políticos daquele tempo, quando fazemos uma aproximação à história das mentalidades e das ideias, em que se tem em conta a personalidade dos juristas, políticos e militares desse período de confrontos entre os Impérios ibéricos na América, durante a consolidação da política portuguesa no atual Rio Grande do Sul e da política espanhola ao erigir Buenos Aires como Vice-reinado.

Dessa maneira, mediante a aproximação entre essas distintas leituras, pode-se apreciar a relevância dos acontecimentos que ocorreram no período no contexto do centro-nordeste uruguaio (região de San Carlos) e sul do Rio Grande.

A prática de governo na América Meridional durante o Despotismo Esclarecido

No contexto final do modelo colonial, os governos da política centralizadora do Setecentos borbônico implementam um processo de intervenção nas realidades locais em favor de determinados fins buscados por essa política. Aqui ficam patentes as contradições entre os âmbitos do direito municipal (capitular) e da legislação e práticas de governos regionais, em que estava em jogo a atuação do governo de Montevideu quanto aos territórios fronteiriços com os portugueses, onde eram fundados novos “*pueblos*” e se estabeleciam comandâncias de caráter militar, como já ocorria desde os anos 1750-1760.

Por essa razão, ao falarmos da implantação da *Real Ordenanza para el establecimiento e instrucción de Intendentes de Ejército y Provincia en el Virreinato de Buenos-Aires* (1782), é preciso entender que se está dentro de um cenário em que ocorrem mudanças profundas dentro da administração colonial espanhola, pois é o tempo da implementação de novos Vice-reinados, de Nova Granada (1717-1723, para então de forma ininterrupta a partir de 1739) e do Rio da Prata (1776). Segundo opinião de Ricardo Zorraquín Becú, neste período (segunda metade do séc. XVIII) se está implementando “em quase todo o Novo Mundo hispânico o sistema das Intendências, que substitui os antigos governos, sem

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

destruir os vice-reinados” (ZORRAQUÍN BECÚ, 1988, p. 309 – nossa tradução). Com isso, a historiografia confirma que a intenção do governo borbônico seria uma reforma, tendo uma gradual modificação a um novo modelo. Conforme já afirmamos acima, este teria sido o pensamento do ministro José de Gálvez, que resultará na influência das Intendências junto às estruturas dos vice-reinados do séc. XVIII. É o que aponta Luis Navarro García em obra sobre as Intendências, referência obrigatória nestes estudos:

la variación, pues, que Gálvez imprimía en esta parte a las antiguas leyes consistía, en sustancia, en sólo dos puntos: el primero, en quitar a los Virreyes y dar a los Intendentes la dirección por mayor, superior, directiva o gubernativa de la Real Hacienda; y el segundo, en separar de los Oficiales Reales la jurisdicción contenciosa que al principio no tuvieron y después les concedió la ley 2ª, tít. 3º, lib. 8, incorporándola a los Intendentes (NAVARRO GARCÍA, 1959, p. 82).

Com isso, a política borbônica busca, mediante a implementação de “*Intendencias de Ejército y Provincia*”, a finalidade de criar “um novo governo territorial que viria a substituir as antigas autoridades locais”. Contudo, da mesma forma, manteve ou criou “*gubernaciones militares*” subordinadas diretamente ao Vice-rei, o que se daria desde uma dinâmica singular nos demais territórios do Rio da Prata sob tal regime. Nesta perspectiva, Mariluz Urquijo diz que “as quatro ‘Gubernaciones militares’ já mencionadas serão anexadas politicamente às intendências vizinhas” (MARILUZ URQUIJO, 1995, p. 35 – nossa tradução). Segue ainda o autor afirmando: “o território que segundo a Real Cédula de 1º de setembro de 1776 integrava o Vice-reinado platino, divide-se agora em oito intendências e dois governos militares. Estes dois últimos, situados em zonas limítrofes com domínios portugueses, por razões estratégicas” (*ibidem*, p. 30). De forma mais clara, os dois primeiros, definidos em 1782, seriam Misiones e Montevideu; os dois outros governos militares posteriores, Moxos e Chiquitos, são definidos na sequência de aplicação da nova legislação, como recorda o professor Mariluz Urquijo:

La Real Ordenanza había establecido que Montevideo y Misiones – con sus jurisdicciones – serían Gubernaciones Militares, y que debían continuar con la causa de Justicia, unidas al mando militar y al de policía. Por los informes que dieron origen a la Real Orden modificatoria, y en virtud de las opiniones vertidas por las personas consultadas conocedoras de la región, se crean dos gobiernos militares más – declaraciones 2, 3, y 4 de la Real Orden de Reforma –, que son las de las jurisdicciones de Moxos y Chiquitos, en la frontera con las posesiones portuguesas (*ibidem*, p. 32-33).

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Sobre esse processo de mudança, com a substituição dos antigos modelos, Ricardo Rees Jones explica que “de acordo com o art. 7 se extinguíram os governos e corregimentos conforme venham a vagar, com exceção dos de Montevideu e Misiones de índios guaranis, que estavam unidos ao mando militar. Não se mencionavam os de Mojos e Chiquitos, que deveriam seguir a mesma sorte, por igual causa” (REES JONES, 1992, p. 316-317 – nossa tradução).

Deve-se recordar, no caso montevideano, que está explícito o espírito castrense de uma atuação dos governadores dessas regiões e em especial de Joaquín del Pino, de formação militar, na Banda Oriental. Trata-se do estilo militar de governo, que aponta para o disciplinamento da administração da América sob os Bourbons. Está claro que não se tratava de processo mecânico, pois o elemento político sempre se fez presente; contudo, a prática de governo em Montevideu e seus arredores já se encontrava dentro dessa lógica bourbônica que depois se consolida com a instauração das Intendências no Rio da Prata com a *Real Ordenanza* de 1782.

Vale recordar que a terminologia dos documentos de legislação real para esse cenário da Banda Oriental é de um “governo político e militar”, também no sentido que ali viria a se desenvolver historicamente, segundo fatores próprios de seu contexto, já mencionados. Em termos mais sintéticos, mesmo que se aponte que tal modelo administrativo dos Bourbons seja centrado na formação militar (pensemos nos engenheiros militares, de modo especial – com a peculiaridade espanhola quanto à matriz francesa, lembrando que a origem da dinastia também explica o modelo francês de administração no Império espanhol da época), sua implementação nas Índias ocidentais, sobretudo na região de fronteira sul com os domínios portugueses, tem alguns elementos de continuidade na sequência de administradores desses territórios. De fato, os engenheiros militares são reconhecidos por sua formação técnica e científica e impregnam o restante do corpo militar desse espírito, como também a administração. Exemplos nessa região de fronteira seriam o já rememorado governador Joaquín del Pino, com notória passagem em Montevideu, e a administração do Marquês de Avilés, em fins do séc. XVIII a começos do séc. XIX.

Outro elemento importante de configuração do cenário seria o contexto de fronteiras, o qual muitas vezes serviu para problematizar a historiografia oficial advinda do séc. XIX. Desta maneira, pensando mais na historiografia latino-americana presente nos âmbitos

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

institucionais (nesse caso, falamos aqui do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e das Academias de História dos países hispano-americanos), percebe-se que o papel do processo de construção das realidades comunitárias (formação de vilas, cidades, “*pueblos*”), que teria sido parte essencial de construção da identidade social de cada povo – pensemos na função atribuída aos “*cabildos abiertos*” no processo de independência. Contudo, a análise a partir das relações de fronteira terrestre e de contato bélico e comercial entre pessoas adverte que os padrões de identidade político-comunitária eram móveis, isso justamente em razão dos conflitos armados seguidos e também pela composição variada do corpo social (ou seja, além dos ibéricos, dos indígenas e africanos – com suas respectivas contribuições).

O elemento do povoamento traz um porém então à narrativa oficial – de que a variedade social presente na formação dos contingentes populacionais poderia problematizar a vertente liberal do discurso, que foi típica em meados do séc. XIX, servindo para a causa dos dirigentes da época, de que existiria uma “consciência” de cidadania e de participação na política de moldes liberais. Deve-se ter em conta ainda que muitos destes povoadores, falando aqui do contexto da fronteira sul entre os impérios ibéricos na América, seriam propriamente militares de baixa patente. Sem esquecer os de alta patente, que governam. E isso igualmente poderia se justificar em razão do constante cenário de conflitos bélicos, em que também da guerra se retiram os elementos “terra”, “gado” e “comércio/contrabando”.

A Vila de San Carlos de Maldonado e a singularidade político-administrativa na região

Já expusemos acima em breves palavras a singularidade da existência de um povoado em pleno território espanhol da América em que a população fundadora fosse basicamente de origem portuguesa – de modo especial, açorianos. Claro está que essa presença portuguesa no território remontava à fundação em 1680 da Colônia do Sacramento às portas de Buenos Aires, de onde o elemento português nesta região era constante. Além disso, tal fato se explica pela presença de portugueses na documentação municipal da região, passando por Montevideu, para chegar a toda a costa leste desta mesma região, com Canelones, Maldonado e Rocha. Neste sentido, mediante a consulta a fontes, como as atas capitulares de Montevideu e documentos do Governo da região, ou ainda à bibliografia secundária que comenta sobre a fundação e a história destas mesmas localidades, seguidamente se reporta a presença de portugueses e açorianos como “*vecinos*”, ou seja, como habitantes que estão habilitados a

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

formar parte destes povoados e compor econômica e politicamente na região o substrato humano do Império espanhol.

Vamos aos fatos: durante a campanha do Rio Grande do governador bonaerense Pedro de Cevallos, que servia desde o ponto de vista militar para a afirmação do domínio espanhol na Banda Oriental do Uruguai, no ano de 1763, tal governador, avança para o leste, para além da jurisdição de Montevideu – território em disputa entre portugueses e espanhóis naquele então e no qual somente havia pequenos postos militares espanhóis disseminados na zona costeira. E vale lembrar que em Maldonado desde 1757 havia uma Comandância militar que tutelava tais postos militares e os respectivos grupamentos populacionais vinculados a tais postos ou na vastidão dos campos da região.

Foi neste período que Cevallos empreendeu a conquista de território até o Rio Grande atual, em que se encontravam várias famílias de açorianos que haviam sido deixadas na cidade de Rio Grande pelas tropas portuguesas que retornaram a território seguro. A documentação da época, tanto do Arquivo Geral da República Argentina (que consultamos impressa) como do congêneres do Uruguai (que conseguimos consultar *in loco*) fala, por exemplo, de “prisioneiros, aventureiros e famílias” (FAJARDO TERÁN, 1953, p. 12), em que, a respeito dos prisioneiros, há detalhes e pormenores, mas pouco a respeito das famílias. De qualquer forma, o léxico da documentação da época fala destas famílias de açorianos (ou então de portugueses) como os “*ysleños*” (*ibidem*, p. 79-93), os quais são deslocados para um posto militar preexistente em meados do ano de 1763 para formar ali a Vila de San Carlos.

De fato, a região era adequada para estabelecer uma população civil de agricultores e de cultivadores da lida do gado, por tratar-se de uma encruzilhada de rotas terrestres, possuir água permanente e ter lenha abundante, como recorda a historiografia. Isto é, segundo os parâmetros espanhóis de fundação de povoados, estariam cumpridos os requisitos, bem como o elemento humano era adequado para o assentamento, uma vez que a gente açoriana já era capacitada no trato do campo à época. Por essa razão, reportava a Cevallos, governador em Buenos Aires, o comandante militar de Maldonado, Lázaro de Mendinueta, do envio de Fernando de Cossio (o qual é citado como Cosido) como comandante de San Carlos em setembro de 1763 juntamente com instruções de organização do povoado (*ibidem*, p. 46).

A julgar pela relevância histórica deste povoado para o Uruguai atual, é de estranhar-se que a condição política do povoado até 1799 fosse precária, sendo que várias outras

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

localidades chegam a constituir “*cabildo*” ou “*medio cabildo*” à época, não sendo o caso de San Carlos. E de fato tal situação não resultava de comodidade por parte da população de origem portuguesa, pois de forma seguida durante a segunda metade do séc. XVIII os habitantes da Vila, por meio de procuradores constituídos, foram apresentando petição para que a Vila erigisse “*Cabildo*”, o que era negado seguidamente.

Como resposta imediata a tal situação, é de reconhecer-se que a tutela de Maldonado foi a causa primeira destas dificuldades. De forma contundente – uma vez que Maldonado cada vez mais vai perdendo força em termos militares (em virtude do deslocamento para o norte dos interesses governamentais na área) e se dedica à área do comércio marítimo, enquanto porto de referência na região – os habitantes de Maldonado, dentre eles descendentes de portugueses, se opuseram à constituição de “*cabildo*” em San Carlos, o que dificultou bastante o arranjo político e administrativo da Vila. Mesmo com a autonomia política, econômica e de justiça alcançada em 1771, a tutela militar de Maldonado sobre San Carlos representou um obstáculo naquele então aos habitantes da região. Neste caso, entendemos que partindo da perspectiva da história institucional, pode-se alcançar novos elementos para a análise do caso (*ibidem*, p. 205 et seq.).

Falando em termos mais concisos: no processo natural de aperfeiçoamento de seus órgãos de governo, seria de presumir-se naquele então que a comandância militar e política da Vila fosse substituída pelas funções que envolviam um órgão mais completo, o “*cabildo*”. De mais a mais, o crescimento vegetativo e econômico da região reclamava tal mudança a partir de duas décadas de sua fundação. Havia ainda razões de ânimo quanto ao tema, pois os “*vecinos*” de San Carlos estavam constantemente em conflito com os habitantes de Maldonado e de modo particular com o comandante militar desta cidade, porque se bem economicamente San Carlos poderia àquela altura ufanar-se de crescimento e desenvolvimento humano, a Comandância de Maldonado ainda tinha prerrogativas sobre esta Vila, por ser de maior hierarquia, derivada esta da condição de Posto e Porto militar. Além disso, Maldonado era responsável ainda pela defesa e sustento das posses espanholas no território sul-rio-grandense, com as obrigações e direitos correlatos, o que resultava em pressão contra San Carlos de um modo ou de outro.

A título exemplificativo, a historiografia retrata processo de habitantes de San Carlos em 1780 chamado “Os vizinhos principais da Vila de San Carlos sobre que por este Superior

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Governo se lhes conceda permissão para eleger Justiças ordinárias, conforme a Lei das Índias”. Dos inúmeros detalhes deste expediente, o que vale recordar é que os peticionantes puderam justificar amplamente o cumprimento das condições que a legislação hispana para a América determinava para erigir e dar funcionamento à esta câmara municipal hispânica, o “*cabildo*”. No fundo, para os habitantes de San Carlos seria o meio mais prático e legítimo para escapar da órbita das autoridades de Maldonado, tanto o comandante militar como o ministro da *Real Hacienda*, isso já contando com a aplicação promulgada na mesma década da legislação sobre as Intendências no Rio da Prata.

O processo iniciado em 1780, tendo por procurador Antonio Castañeda, segue de modo normal a tramitação até que um ocorrido veio a obstaculizar o andamento: desde um ponto de vista geral, o contexto da região se deflagra com questões surgidas da “pacificação” pós-1777 em que contrabandistas portugueses do Rio Grande aparentemente tinham livre acesso a esta região, o que resultou numa movimentação de habitantes açorianos de San Carlos para outras paragens, tanto no Rio Grande como em outras localidades da Banda Oriental (inclusive para Montevideu). Disso resultou representação de parte dos portugueses habitantes de San Carlos contra o procurador Castañeda, sobretudo por discriminá-los na hora de compor a lista para a eleição dos “*regidores*”, em que se apresentavam doze espanhóis e somente dois portugueses. De fato, estes se declaravam “*Vecinos y pobladores mas antiguos de la Villa, Pueblo Nuevo de S.n Carlos*”, atribuindo ao procurador o rótulo de “*vno de los modernos de dho. Pueblo*”, o que por si só já representa muito (*ibidem*, p. 206).

Um dado interessante dessa situação é que, quando se consulta a historiografia feita em Portugal e Brasil sobre a fundação de vilas e cidades, pode-se perceber que o estilo de petição que essa gente de Açores emprega em documentação enviada ao Vice-rei é muito similar aos registros que se fizeram no Brasil na época, de que o fundamento primeiro das petições feitas da parte dos habitantes seria a sua antiguidade. Em outros termos, não comentam o fato de que tenham acompanhado a Cevallos na viagem à Banda Oriental e logo depois tenham aceitado a submissão de sua vila à Comandância de Maldonado – o argumento jurídico é a singularidade de que eles se consideravam os primeiros “*vecinos*” de San Carlos, habitantes com direito de primazia. Por isso, ante um tema tão comentado na historiografia, que seria o da nacionalidade – que está presente nos apontamentos de Castañeda (empregado aqui para efeitos retóricos deste processo mencionado acima, ao buscar vinculá-los aos

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

contrabandistas, mesmo presumindo que algumas vezes foi real tal vinculação) e, claro, sem que falemos ainda em consciência nacional conforme o parâmetro liberal, pois não é o caso – os fundadores de San Carlos, em sua maior parte, com suas origens nas ilhas dos Açores, apresentam-se como os “*antiguos habitantes*”, ao dirigirem-se às autoridades, atribuindo a Castañeda o rótulo de “moderno”, porque se incorpora à vila posteriormente.

Ocorre depois resposta por parte do procurador Castañeda ao Vice-rei, buscando culpar os portugueses por transtornos. Esse entrevero seguramente foi fator para a suspensão do processo de constituição do “*cabildo*” em San Carlos, favorecendo os interesses de Maldonado na região, até que somente no final do mesmo século San Carlos conquistasse seu objetivo de ter seu “*cabildo*”.

Conclusão

Ante o dogma liberal do séc. XIX, onde a consolidação do regime constitucional ordena a realidade política municipal para a adaptação (ou melhor, a submissão) a tal regime, onde se extinguem “*cabildos*” para a assunção das salas de representantes, confirmando as províncias, deve-se recordar que no século anterior existiram inúmeros contratemplos dentro do cenário da antiga fronteira luso-espanhola entre os Impérios coloniais. As estratégias que remontavam ao governo metropolitano, na passagem do modelo polissinodal ao despótico de meados do séc. XVIII, demonstram que os governos que se concretizaram na América meridional muitas vezes empregaram um expediente de governo militar a populações de região de fronteira, uma vez que se fundavam tais povoados em geral de maneira umbilicalmente vinculada à necessidade de defesa de postos militares.

Assim sendo, o ponto de vista da narrativa da história municipal de San Carlos necessita ser comparado com os movimentos em questão na região, pois há implementação do regime de Intendência e, conseqüentemente, a adaptação da anterior Comandância militar, recordando ainda o processo de militarização da carreira de altos cargos e o início da burocratização administrativa vinculada ao Despotismo, pensando aqui particularmente no contexto espanhol.

Ficariam como indicativos para próximas pesquisas a esse respeito o plano de análise mais abrangente, de atuação do *Consejo de Índias* e, por que não, do Conselho Ultramarino, nesses dois planos governamentais dos impérios na região – do governo regional e do

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

municipal num espaço de constantes mudanças. Por outro lado, igualmente relevante seria aprofundar o método de análise localizado, primeiramente levantando o cenário *micro* aqui recordado, de San Carlos, mas também observando outros casos singulares nesta faixa de fronteira entre os dois impérios coloniais.

A estratégia de apresentar o caso com a indicação de alguns elementos para análise claro que mostra o tom mais preliminar desta investigação, a qual se deverá dar sequência com novos instrumentos. De qualquer modo, a análise dos usos que se percebem nos documentos da época a respeito do conceito de “*comandancia militar*”, ainda que se diga que o fundamento está todo na legislação real (tenhamos em conta o título II do sexto *Tratado de las Ordenanzas* de 1768, quando fala de “*gobernador*” ou “*comandante de plaza*” – e.g. *Ordenanzas de S. M. para el regimen, disciplina, subordinacion y servicio de sus Exercitos*, tomo 3), deve-se ter em mente que o citado conceito recebe significados segundo a dinâmica histórica de administração do território, pois a historiografia sobre as Intendências, por sua parte, já reconhecia elementos anteriores à *Real Ordenanza* de 1782 e o terceiro volume das *Ordenanzas militares* de 1768.

Com referência à petição de San Carlos, por eleger “*cabildo*” durante a segunda metade do séc. XVIII, demonstra a dificuldade de desenvolvimento municipal ante a Comandância e o “*cabildo*” que se encontravam na vizinha cidade de Maldonado, a qual se comportava como central na região. Mas também sucede uma maior autonomia em 1771, por causas múltiplas, isso porque estava ocorrendo nesse período uma nova designação de habitantes para a região costeira, agora com migrantes do norte do território espanhol, que eram próximos à cultura de Portugal, como foram os galegos e asturianos nas décadas seguintes, bem como outros oriundos da Península Ibérica.

Desta feita, entendemos que a presente proposta, de buscar estabelecer uma metodologia que venha a aproximar a análise do direito municipal e local com a análise do discurso *macro*, da legislação real, segue tendo a sua validade, e esse foi o objetivo a que nos dedicamos com a confecção da versão final desse texto.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Referências

BENDA-BECKMANN, Franz von; BENDA-BECKMANN, Keebet von; GRIFFITH, Anne (eds.). *Spatializing Law: An Anthropological Geography of Law and Society*. Burlington: Ashgate, 2009.

DE SALAS LÓPEZ, Fernando. *Ordenanzas militares en España e Hispanoamérica*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

FAJARDO TERÁN, Florencia. *Historia de la ciudad de Rocha*. Montevideo: Talleres Gráficos Oliveras Roses y Villaamil, 1955.

FAJARDO TERÁN, Florencia. *Historia de la ciudad de San Carlos*. Tomo I (Orígenes y primeros tiempos). Montevideo: Talleres Gráficos Oliveras Roses y Villaamil, 1953.

FLORES, Alfredo de J. Aproximación al lenguaje jurídico de los cabildos indígenas en el período indiano. In: SANTIN, J. R.; LEZAMA FRAGA, M. R. (org.). *História do direito* (V Encontro Internacional CONPEDI - Montevideo). Florianópolis/Brasil: CONPEDI, 2016. p. 102-117.

FLORES, Alfredo de J. Temáticas eclesiales y religiosas en las actas de Cabildos seculares de la frontera oriental del Virreinato del Río de la Plata. In: *Actas de las IV Jornadas de Estudios del Derecho Canónico Indiano (2017)*. Buenos Aires: UCA, 2018. p. 27-50.

MARILUZ URQUIJO, J. M. *Estudios sobre la Real Ordenanza de Intendentes del Río de la Plata*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 1995.

NAVARRO GARCÍA, Luis. *Intendencias en Indias*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-americanos de Sevilla, 1959.

NAVARRO GARCÍA, Luis. *José de Gálvez y la Comandancia General de las Provincias Internas*. Sevilla: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1964.

Ordenanzas de S. M. para el regimen, disciplina, subordinacion y servicio de sus Exercitos. 3 tomos. Madrid: Oficina de Pedro Marin, 1768.

Real Ordenanza para el establecimiento e instrucción de Intendentes de Ejército y Provincia en el Virreinato de Buenos-Aires. Madrid: Imprenta Real, 1782.

REES JONES, Ricardo. *El Superintendente Manuel Ignacio Fernández (1778-1783): Las reformas borbónicas en el Virreinato de Buenos Aires*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 1992.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

ZORRAQUÍN BECÚ, R. El oficio de gobernador en el derecho indiano, In: ZORRAQUÍN BECÚ, Ricardo. *Estudios de Historia del Derecho*. Tomo I. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho / Abeledo-Perrot, 1988.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

**PINTAR A GUERRA: INTERFACES ENTRE HISTÓRIA E ARTE COMO
INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO E LEGITIMAÇÃO DOS ESTADOS
(SÉCULOS XVI-XVII)**

Marcello José Gomes Loureiro⁶

Introdução

Nos últimos anos, a história da arte tem sido revisitada a partir de novas perspectivas. Os interesses enfatizados pelas pesquisas de Aby Warburg, Erwin Panofsky e Ernst Gombrich não estão esquecidos, mas agora concorrem com outras chaves teórico-interpretativas (BURKE, 2017). A obra de Michael Baxandall (2006), já faz algumas décadas, sublinhou a necessidade de se perscrutar a finalidade de uma imagem, imiscuir-se em seu contexto de produção e de intenção. Para além, outras investigações se debruçaram sobre a necessidade de se examinar não apenas as condições de produção de uma obra, mas também sua circulação, desde seu suporte material à sua amplitude geográfica, bem como seu consumo, modos de recepção e de percepção, e mormente seu impacto. Por outro lado, com tendência mais recente na historiografia brasileira, o ponto de vista de Georges Didi-Huberman (2015) sublinha como a história da arte necessariamente reflete anacronismo, já que a contextualização da utensilagem disponível para a produção artística não é garantia de sua compreensão.

Influenciada por outros fatores, a história militar também encontrou outros referenciais de partida. O estudo da batalha, *per se*, perdeu interesse por diversas razões. Antes, em primeiro lugar, cumpria sobretudo a função de fabricar heróis, em um contexto em que o Estado inventava a Nação, orientando a história para uma memória compartilhada (GUIMARÃES, 1988). Depois, em segundo lugar, imaginado como útil ao universo de uma operação militar, o exame da batalha deveria confirmar ou não a validade doutrinária de princípios de guerra, esquematizados genuinamente nas obras de Antoine-Henri Jomini e Carl von Clausewitz.

Todavia, não apenas a produção historiográfica se libertou da tutela exclusivista do Estado, como também a complexidade dos conflitos explicitou a ingenuidade da

⁶ Doutor em História e Civilização - École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS-Paris); doutor em História Social - Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ). Pós-doutor - Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF).

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

matematização newtoniana da guerra, esmaecendo a busca de um *nomos* universalista. No limite, a guerra deixou de ser apenas a batalha, importando igualmente a idiossincrasia contextual (material e intelectual) que a promoveu. A falência da eficácia da aplicação de uma metodologia doutrinária ao estudo da guerra – sobretudo aquela anterior ao século XIX – permitiu a observação analítica e cuidadosa das disposições particulares em torno dos confrontos. Em geral, a guerra no Antigo Regime não está regida a partir da máxima de que o Estado dispõe do monopólio da violência legítima, ou sequer contava com um programa estratégico coerente, por exemplo (COSTA, 2004). Nesse sentido, a guerra dos séculos XVI a XVIII era uma atividade essencial aos Estados em formação, mas que sofria muitos constrangimentos: dificuldades de recrutamento e tributação, necessidade de negociação constante entre as esferas de poderes locais e centrais, típicos de uma governação polissinodal (COSTA, 2010; HESPANHA, 2011).

Em síntese, disso resultou uma (nova) história militar reformulada e alargada, articulada à história social e econômica, alinhada ao movimento dos *Annales*, e disposta a enfrentar antigos e novos objetos. Um deles é, exatamente, a propaganda da guerra por meio da arte. Assim, em face dessas considerações preliminares, este artigo procura estabelecer interfaces entre guerra e imagem, de modo a oferecer uma aproximação entre a história militar e a história da arte. O contexto de análise são os séculos XVI e XVII. Para tanto, duas referências teóricas são privilegiadas, dentre outras possíveis, para, em seguida, elencar-se alguns exemplos que, sem análise exaustiva, pretendem confirmar alguns dos argumentos dispostos ao debate.

A primeira dessas referências é a obra de Charles Tilly (1996), incontornável para aqueles que almejam discutir as relações entre o Estado – e seu intrincado processo formativo – e a guerra. Tilly, a partir de uma sociologia histórica, procurou compreender a formação dos Estados Modernos tomando por base os efeitos que a guerra neles produziu. Conforme aponta o autor, os Estados esforçaram-se para organizar exércitos e marinhas fortes, além de diversas outras instituições, a fim de poderem vender proteção às suas populações. Nas regiões onde havia concentração de capital, como Gênova, Veneza e Holanda, os governantes tiveram de negociar com agentes mercantis, assegurando-lhes privilégios e reconhecendo órgãos representativos urbanos. Em decorrência, a burocracia representante do poder central se subordinava às oligarquias comerciais nesses locais.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Por outro lado, onde não havia comércio expressivo, a solução era a coerção, pelo que os dirigentes políticos dependiam das alianças que teciam com os senhores rurais. Nas instâncias representativas do poder central dessas regiões, era necessário que houvesse maior número de funcionários; mas se a coerção não fosse eficaz, o Estado acabava dominado por outros, o que ocorreu com a Polônia. Analisando as situações da França e Inglaterra, áreas que simultaneamente verificavam o comércio e o poder feudal, Tilly mostra como os governantes precisavam criar mecanismos de modo que comerciantes e senhores feudais estivessem em contraposição. Só assim podiam reter certa autonomia. A venda de proteção efetiva era aquilo que legitimava, no limite, a cobrança tributária.

A outra referência é um texto de Roger Chartier (2002) que propõe, de maneira um tanto programática, questões para reflexões e investigações acerca do que na altura denominou de “formas culturais” do “Estado moderno”. Chartier, nessa oportunidade, lembrava que as monarquias medievais e modernas guardavam, apesar de disporem de um rei e sua corte, muitas diferenças. Não apenas as distintas formas de remunerar os serviços dos vassallos (de uma remuneração em terras, ao longo da Idade Média, para uma remuneração monetária, conforme salientara já Marc Bloch), mas também pelo estabelecimento de uma série de dispositivos inéditos que, a partir de finais do século XV, começaram cada vez mais a relevar. Como exemplo, pode-se citar a presença do registro escrito como forma de divulgar intenções e registrar processos de deliberação; o desenvolvimento dos arquivos e bibliotecas; a edificação de palácios monumentais; a difusão do selo régio; a recorrência de ciclos de pintura; a construção de galerias decoradas. Essas monarquias de Antigo Regime, ainda segundo Chartier, passavam a ter de dispor de uma certa consciência de si e, para além, deviam se mostrar capazes de comunicar sua própria história. Essas novas tecnologias a serviço do poder, das quais a arquitetura e a arte eram essenciais, contribuíam para que pudessem reiterar sua legitimidade e representar seu poder – necessidade imperiosa e permanente – seja pela ordem dos discursos, dos signos, ou ainda das cerimônias (CHARTIER, 2002, p. 215-229).

O governo da guerra e das imagens eram, portanto, atividades primaciais ao Estado, já que asseveravam a legitimidade régia. A representação propagandística da guerra contribuía para o convencimento e publicidade de sua justa necessidade, requisito indispensável para o aporte tributário e para o recrutamento militar (RAMEIX, 2014). No Antigo Regime, sem

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

uma clara justificativa, a guerra não passaria de mero devaneio. Os percursos jurídico-políticos que afiançavam a arrecadação tributária eram labirínticos e bastante incertos: dependiam, por exemplo, de reuniões que clamavam à negociação os três estados do reino (clero, nobreza e representantes do povo), procedimento que poderia se estender por meses (CARDIM, 1998). Do mesmo modo que a cobrança inadvertida de tributos, o recrutamento poderia expor o rei à categoria de “tirano”, já que sequestrava das famílias suas linhagens masculinas, imputando riscos concernentes à previsibilidade de transmissão patrimonial e, em última instância, mesmo de continuidade da casa familiar (COSTA, 2004, p. 14). Assim, justificar a guerra deveria gerar preocupação valórica.

A propaganda régia entre textos e imagens

A propaganda régia podia ser operada tanto por meio de uma cultura oral (sermões são bons exemplos), escrita (relações de batalha, pasquins e libelos), ou ainda visual, a exemplo de pinturas e principalmente gravuras (OLIVARI, 2014). Os estudos recentes têm percebido um ascenso da cultura escrita nas sociedades europeias desde o século XV. Contudo, uma vez que suas populações eram majoritariamente analfabetas, a leitura pública não era prática estranha. A cultura visual, por sua vez, geralmente figurava atrelada à cultura escrita, indício, aliás, de que as imagens em circulação precisavam de certa legenda para serem consumidas do modo esperado (ALBUQUERQUE, 2020).

Para demonstrar a importância dessa propaganda de guerra, vinculada à cultura escrita, vale referir o relato que Matias de Albuquerque, futuro conde de Alegrete, esboçou da Batalha de Montijo, disputada entre lusos e castelhanos, em 1643. Na ocasião, o comandante das tropas portuguesas reconhecia certa indefinição dos resultados da batalha, mas recordava ao monarca que o mais importante era a impressão e difusão das informações que lhe transmitia, mesmo que não fossem perfeitamente verdadeiras, para que finalmente “vejam os reis e príncipes aliados como Vossa Majestade (...) vence batalhas” (apud COELHO, 1940, p. 149-152).

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Figura 1 - Diego Velázquez (Cópia de Peter Paul Rubens). *Felipe IV a cavalo*.



Fonte: Galeria degli UFFIZI, Florença.

Outro exemplo, mas dessa vez atrelado à cultura visual, é o quadro que Diego Velázquez e sua oficina pintaram, denominado *Felipe IV de Espanha a Cavalo*,⁷ geralmente interpretado como uma “alegoria da vitória do cristianismo sobre a heresia” (FOSSI, 2017, p. 284). A imagem representa o rei, trajando armadura e portando espada, com um bastão de comando, insígnia tradicionalmente associada à autoridade militar. Em seu chapéu, a pluma vermelha – cor normalmente associada à nobreza e à justiça – tem seu aspecto cromático repisado pela echarpe, transpassada pelo peito, e não pela cintura, sinal de sua dignidade. Sobre o rei, duas figurações femininas se distinguem por seus atributos. Uma delas, cujo braço acompanha a silhueta da face do animal, está prestes a desferir o raio fulminante de Júpiter, garantia de invencibilidade régia, contra a heresia, representada por uma cobra diante do cavalo; outra, com louros, glorifica uma expectativa de vitória decorrente, enquanto fixa

⁷ Acervo da *Galleria degli Uffizi* de Florença. A cópia de 1645 foi encomendada pelo marquês de Heliche, mais tarde vice-rei de Nápoles.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

um crucifixo que triunfa sobre o globo. O que mais instiga, contudo, é a presença de um aio, que discretamente ocupa a direita da representação: um indígena – assim já identificado em um inventário de 1651 – que pelas mãos oferece um elmo ao rei, mas porta na cinta dezenas de flechas (PÉREZ, 2014). Sua presença, provavelmente, alude ao apoio das conquistas ultramarinas de Castela ao desempenho de Castela na Guerra dos Trinta Anos. O panejamento barroco dos tecidos agita o céu e é harmônico à tensão cinemática do cavalo em posição de “curveta”. Mas o rei é capaz de submeter a selvageria do animal e controlar sua montaria, como poderia, por semelhança, debelar rebeliões ou aplacar inimigos. Aliás, a única figura estável e serena, em todo o conjunto, parece ser a do próprio monarca.

Felipe IV a cavalo é um exemplo pertinente de propaganda política que não se destinava apenas a glorificar a monarquia. No Antigo Regime, a propaganda também contribuía para a conformação da “opinião” – hoje, opinião pública ou coletiva –, elemento integrante e relevante das forças que condicionavam os esforços de guerra e, em decorrência, a conservação de ordenamentos e estatutos jurídico-políticos e sociais.

Quase em simultâneo, na França, Philippe de Champaigne pintou Luís XIII, em referência a um contexto também conturbado, porém de âmbito interno. O monarca aparece trajando armadura, com bastão de comando, sendo coroado pela vitória, em frente a uma cortina vermelha, índice da teatralidade do mundo e da política. A armadura, distinta por dispor da repetição da flor-de-lis, bem como as rendas do monarca foram detalhadamente representadas. A ordem do Espírito Santo, criada por Henrique III de Valois, também merece destaque. Ao fundo, percebe-se o cerco de La Rochelle, signo de resistência protestante, debelada em 1628. Luís XIII adotaria como símbolo de seu governo contra os protestantes um porrete de Hércules, comum, por exemplo, nas representações dos apartamentos reais do Château de Fontainebleau. A imagem se complementa com outra, de dimensões equânimes, do Cardeal de Richelieu, valido do rei, corresponsável por sua política. Ambos os quadros fazem parte do Museu do Louvre.

A análise desses textos e dessas imagens deve ser realizada com imensa cautela, já que sua intenção primacial era difundir uma imagem de um rei glorioso ou de algum episódio considerado virtuoso. São documentos e imagens hiperbólicas, típicas de uma cultura barroca. Imagens e textos que demandam, assim, uma metodologia própria, uma vez que não falam por si só. Mesmo sob o prisma da eucronia, esses relatos eram questionáveis. Sobre sua

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

fidedignidade, o jesuíta Antônio Vieira, por exemplo, defendeu, no *Sermão da Visitação de Nossa Senhora* (1640), que era necessário o exame das certidões que atestavam os serviços militares recompensados, porque “nem todas são verdadeiras. [...] se foram verdadeiras todas as certidões dos soldados do Brasil, se aquelas rumas de façanhas em papel foram conformes a seus originais, que mais queríamos nós? [...] todo o mundo fora nosso” (VIEIRA, 2015, p. 91).

Pieter Bruegel: um exemplo de contrapropaganda?

Se os exemplos de propaganda régia são incontáveis, é preciso também referir aqueles que tinham intenção contrária: tentativas de enfraquecimento de um inimigo, a consignação de críticas à política de um monarca ou mesmo à sua ocupação do trono. Luís XIV, mais reputado pela sua imagem pública, também sofreu imensa contrapropaganda advinda das guerras contra Províncias Unidas e Inglaterra (BOITEL, 2016). Evidentemente, determinados contextos foram também mais propícios à produção de imagens dessa natureza, como aqueles de guerra ou de agitação interna, como a revolução inglesa de 1640. Mais uma vez, as gravuras parecem ter se prestado melhor a essa finalidade. Seja como for, para que se mantenha a escolha pela pintura, selecionamos aqui um conjunto de imagens de Pieter Bruegel, chamado “o Velho”, para identificar aquilo que essas imagens poderiam ter em comum.

De início, vale ressaltar uma de suas obras singulares: pouco afeito à temática mitológica, Bruegel se dedicou à representação de *A Queda de Ícaro* (VOHRINGER, 2007). O tema faz parte das Metamorfoses de Ovídio. Não foi generoso com Ícaro, nem tampouco esboçou seu momento em pleno ar. Na verdade, quando se observa desatentamente sua tela, a sensação é a de que Ícaro sequer existe, já que o pintor se deteve sobretudo em uma paisagem onírica ou fabulosa. Um olhar atento, no entanto, detecta que Ícaro está a se afogar no canto inferior direito, sem destaque ou qualquer atributo singular.

Pintor genuíno dos Países Baixos, Bruegel é considerado um dos paisagistas mais influentes do século XVI, e sua reputação não foi lhe usurpada. Mesmo se a vida do artista escapa à certeza documental (FERINO-PAGDEN, 2011), percebe-se em suas telas uma certa tendência à representação de vistas impressionantes que se desenrolam pelos meandros do horizonte, para depois terminarem por um largo panorama do mar (SELLINK, 2015).

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Na composição da paisagem dessa obra, Bruegel bem delinea uma baía de águas esverdeadas e serenas, cujo perímetro é marcado por rochedos expressivos. Ao fundo, à esquerda, uma cidade se beneficia de um porto protegido; em sua frente, há uma ilha com algumas edificações de menor contundência, enquanto na extremidade oposta, figuram palácios encastelados. Embarcações de distintas dimensões e tipologias, de barineis a naus, operam em simultâneo na baía, sugerindo a concomitância de comércio local, mas também da inserção do porto em rotas mercantis de mais longo curso. Em síntese, uma cidade que devia dispor de uma elite comercial e financeira suficientemente abastada, imiscuída em negócios de escala global, capaz de afiançar a segurança do porto e de seus negócios. Sua sofisticação justificava, quiçá, a própria encomenda do quadro. Se isso for assim, demonstrava seu refinamento cultural, expressando seu interesse por arte, modo de comunicar seu próprio reconhecimento (CHARTIER, 2002). Ao fundo, na mediana da boca da barra, o sol, algoz de Ícaro: na prática, bem distante da personagem; de espectro pacífico, parece não ter responsabilidade alguma pela tragédia que transcorreu. Qual era então a força que derrubava os sonhos de Ícaro?

Figura 2 - Pieter Bruegel. *A Queda de Ícaro*.



Fonte: Musée des Beaux Arts, Bruxelas.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

É no primeiro plano que a cena se desenrola mais propriamente. A arar o solo, um lavrador parece ocupado com seus afazeres diários. Atrás dele, um pastor não retém sua atenção nas ovelhas, mas, com braços cruzados, observa o céu, reverenciando-o por meio da retirada de seu chapéu. Mais à direita, um homem, sentado, pesca e, incrivelmente, é incapaz de observar o desespero de Ícaro, quase à sua frente. Mais paradoxal, sem dúvida, é a atitude dos homens que trabalham na embarcação. (Sim, Ícaro se afoga ao lado de uma embarcação!) Não poderia tê-lo auxiliado? Incluída por Bruegel na narrativa, trata-se de uma nau, com mastros e mastaréis, velas redondas e latinas, leme, canhões em mais de um convés, e até portinholas. Um navio típico dos quinhentos, portanto. Nela, um marinheiro sobe a enxárcia e outro, equilibrado na verga, ferra a vela. Um terceiro labuta no convés principal.

O que, em conjunto, todos esses homens têm em comum, além de não ampararem o despercebido Ícaro? A primeira característica comum que os conecta talvez pudesse ser enunciada: ninguém ajuda os que ousam subverter a ordem estabelecida, porque estão mais interessados em seu universo particular, sem refletir ou analisar aquilo que os circunda. Imersos em suas atividades comezinhas, enfasiados pelo seu cotidiano reiterativo, deixaram de se interessar e de se compromissar com o bem comum. Poderiam ter interferido em favor de Ícaro, mas seu silêncio e omissão foram prevalentes.

Noutra tela, Bruegel reforça os danos que o silêncio pode causar. Trata-se de *O Calvário*.⁸ Em meio a uma multidão de pessoas, Cristo, sem amparo ou patrocínio dos incontáveis presentes, carrega sua cruz em direção ao calvário. Ninguém se intromete no desenrolar da decisão (ou omissão) de Pôncio Pilatos.

Essas imagens demandam, assim, a propositura de uma questão: que relação poderia haver entre Bruegel e o contexto político em que estava inserido? Ou reformulando o problema noutros termos, qual a posição de Bruegel ou de seu comanditário acerca das possibilidades de tessitura da monarquia católica de Felipe II?

Evidentemente, as telas produzidas por Bruegel se vinculam à dinâmica própria do tempo que experimentou. Os navios que frequentemente viu e pintou não testemunharam apenas atividades comerciais crescentes e intensas de uma cidade portuária; eles simbolizam a

⁸ Pieter Bruegel. *O Caminho do Calvário* ou *Cristo carregando a cruz* (1564). Acervo do Kunsthistorisches Museum, Gemaldegalerie, Viena.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

visão de um mundo em plena transformação, no momento em que a Europa se expandia pelo resto do planeta. Caravelas e naus, dotadas de velas e canhões, ofereciam um movimento estratégico inédito às elites e monarquias europeias, permitindo a conquista de territórios longínquos. As monarquias de Portugal e de Castela construía assim seus impérios ultramarinos e, praticamente em simultâneo, uma intensa discussão político-jurídica debatia a essência de sua legitimidade (CASSI, 2007, p. 123-153; CALAFATE & GUTIÉRREZ, 2014).

Castela, para além das conquistas ultramarinas, agregava territórios de prestígio na própria península ibérica, como Aragão, Granada, Navarra e Portugal (após 1580), por exemplo, mas também extrapolava suas vizinhanças, imbricando-se ao governo de Flandres e de Nápoles. Tratava-se, nos termos de John Elliott, de uma “monarquia compósita”, porque constituída de diversos territórios com estatutos políticos diferenciados, em que suas particularidades e estilos jurisdicionais inerentes deveriam ser respeitados pelo rei (ELLIOTT, 1992; PUJOL, 2012).

Era viável a constituição de um império ou uma “monarquia universal”, capaz de asseverar uma paz perpétua? Para alguns tratadistas, como Bartolomé de las Casas, não. A tensão política desenvolvida entre esses territórios europeus também parecia sugerir o mesmo. Flandres, por exemplo, a região originária de Bruegel, experimentava contundente tensão, logo deflagrada em rebelião no final da década de 1560. Era essa a conjuntura de produção das imagens de Bruegel. Qual então a posição de Bruegel acerca da exequibilidade desses impérios? Seria Ícaro, afogado paradoxalmente ao lado de uma nau, uma crítica ao projeto de “monarquia universal” de Carlos V e, mais nomeadamente seu filho, Felipe II? Uma sugestão de que os impérios ultramarinos não subsistiriam? O destino de Ícaro não seria aquilo que atualmente designaríamos de “alter ego” daquele presumível do rei das “Espanhas”?

Duas imagens ainda podem auxiliar a percepção da contrapropaganda de Felipe II nos territórios da Flandres. Uma delas é *O recenciamento em Belém*, que deveria mostrar a saída da Sagrada Família de Belém.⁹ A fuga, contudo, passa quase despercebida, enquanto toda a movimentação para estar orientada para a cobrança dos tributos pela monarquia de Felipe II, considerados comumente excessivos naquela altura, representada no lado inferior esquerdo do quadro. A segunda imagem é ainda mais explícita: trata-se de *O Massacre dos Inocentes*,

⁹ Pieter Bruegel. *O recenciamento em Belém* (1566). Acervo do Musée des Beaux Arts, Bruxelas.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

outro episódio bíblico, que nas tintas de Bruegel se transcorre em pleno inverno de Flandres. A tragédia é protagonizada por terços hispânicos.

Figura 3 - Pieter Bruegel. *O Massacre dos Inocentes*. Kunsthistorisches Museum.



Fonte: Gemaldegalerie Viena.

Por fim, se referirmos o quadro denominado *A Torre de Babel*, pertencente ao acervo do Museu Histórico de Viena a hipótese parece ainda mais instigante. Nessa representação, baseada noutra famosa passagem bíblica,¹⁰ Bruegel pinta os trabalhos de edificação da torre, supervisionados por um rei ou imperador, que aparece no canto inferior esquerdo. Deve tratar-se, provavelmente, de Nimrod, muito embora não mencionado no texto bíblico.

¹⁰ Gênesis 11: 4-8.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Figura 4 - Pieter Bruegel. *A torre de Babel*.



Fonte: Kunsthistorisches Museum, Gemaldegalerie, Viena.

A imagem traduz-se, de fato, em uma alegoria, provavelmente de caráter irônico, na medida em que o aspecto arquitetural da torre lembra o Anfiteatro Flávio (o “Coliseu”), símbolo do Império Romano que decaiu. Na representação de Bruegel, a torre está aberta ao comércio marítimo, já que bem servida por um movimentado porto adjacente, de proporções, todavia, reduzidas em relação à imensa construção. Sua monumentalidade guarda relação não apenas com suas colossais dimensões, mas também se salienta devido à sua complexa estrutura de engenharia e abundância de apetrechos e maquinário de obra (BISCHOFF, 2014). Ainda que muitos trabalhem, e que a torre possa inspirar um projeto de coalização universal – como os impérios da época moderna – aporta um sutil índice de desmoronamento latente: a base da torre parece inclinada, explicitando a “fragilidade da planificação do projeto desde suas origens” (PROHASKA, 2008, p. 65). A própria torre (ou o império) seria uma *vanitas*, já que o tempo se encarregaria de engendrar seu fim.

Em 1568, estouraria uma significativa rebelião em Flandres, contra Felipe II. Nos anos seguintes, a monarquia católica experimentaria anos agitados por outras rebeliões congêneres,

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

rotuladas sob a terminologia de Guerra dos Oitenta Anos, resolvida apenas em 1648, com a segregação da Holanda nos acordos de Westfália.

Considerações finais

Diante de duas referências consolidadas, Tilly (1996) e Chartier (2002), explicitamos o pressuposto deste artigo: a guerra é atividade fundamental para o processo de formação dos Estados, enquanto o governo das imagens, igualmente, é essencial para a legitimidade do rei. Nessa interseção, apresentamos um conjunto de imagens, dentre muitas outras que poderiam ser privilegiadas, acerca da propaganda e contrapropaganda régia. O propósito era demonstrar como essas imagens não eram produzidas sem intenções políticas de fundo. Sendo patrocinadas pelo rei, estavam geralmente subsumidas a um programa de poder e de legitimidade que deveriam ser constantemente reiterados.

Em função da necessidade desse “governo das imagens”, atrelado a um arcabouço de signos e códigos em circulação, podemos também mitigar a ideia muitas vezes corrente de que os artistas dispunham de liberdade ao produzirem suas obras. De fato, estavam em geral vinculados a um contrato, e deviam se adimplir a ele se desejassem ampliar ou conservar o lugar social de que dispunham na corte.

Apesar de muitos historiadores atualmente segregarem a história da arte da história militar (e vice-versa), a pintura de imagens, a partir do século XV, assume como uma de suas principais facetas a representação da guerra. Essa era uma das vertentes consideradas como centrais na “grande arte”. O resultado desse empreendimento artístico, contudo, precisa ser não apenas investigado, mas também contextualizado e analisado em consonância a uma metodologia adequada.

Referências

- ALBUQUERQUE, Fernanda Deminicis de. “São os escritos que têm mais força e vida”: cultura escrita, imagens, circulação de saberes e de artistas nos quinhentos”. *Revista de Pesquisa Histórica*. Recife, vol. 38, n. 01, 2020.
- ALBUQUERQUE, F.; CIPINIUK, A. “Os usos da criação: considerações sobre a criação artística e sua apropriação pelo Campo do Design”. *Revista Tamanduá - Design, Arte e Representação Social*, n. 4, vol. 01, p. 1-10, 2017.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

- BAXANDALL, Michael. *Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- BISCHOFF, Cacilia. *Masterpieces of the Picture Gallery. Kunsthistorisches Museum Wien*. Vol. 5. Wien: Sabine Haag, 2014.
- BOITEL, Isaure. *L'Image Noire de Louis XIV. Provinces-Unies, Anglaterre (1668-1715)*. Paris: Champ Vallon, 2016.
- BURKE, Peter. *Testemunha Ocular. O uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: UNESP, 2017.
- CALAFATE, Pedro; MANDADO GUTIÉRREZ, Ramón E. (dir). *A Escola Ibérica da Paz: a consciência crítica da conquista e colonização da América: 1511-1694*. Santander: Editorial de la Universidad de Cantabria, 2014.
- CARDIM, Pedro. *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Cosmos, 1998.
- CASSI, Aldo Andrea. *Ultramar: l'invenzione europea del Nuovo Mondo*. Roma: Laterza, 2007.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2ª Ed. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 2002.
- COELHO, Laranjo (ed.). *Cartas de El-Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira*. Vol. I. Lisboa: APH, 1940.
- COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração. 1641-1668*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.
- _____. *Insubmissão: aversão ao serviço militar no Portugal do século XVIII*. Lisboa: ICS, 2010.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do Tempo: História da Arte e anacronismo das imagens*. Belo Horizonte: UFMG, 2015.
- ELLIOTT, John. "A Europa of Composite Monarchies". *Past and Present*, 137, 1992, pp. 48-71.
- FERINO-PAGDEN, Sylvia et al (dir). *Trésors impériaux. Chefs-d'oeuvre du Kunsthistorisches Museum de Vienne*. Bruges: Racine, 2011.
- FOSSI, Gloria. *Galleria degli Uffizi: arte, storia, collezioni*. Firenze: Giunti, 2017.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 1998. p. 5-27.

HESPANHA, António Manuel. “Por que é que foi ‘portuguesa’ a expansão portuguesa ou o revisionismo nos trópicos?”, in MELLO e SOUZA, Laura et al (org.). *O governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 39-62.

OLIVARI, Michele. *Avisos, pasquines y rumores. Los comienzos de la opinión pública en la España del siglo XVII*. Madrid: Cátedra, 2014.

PÉREZ, Javier Pórtus. “Juan Bautista del Mazo & Diego Velázquez (copy after Peter Paul Rubens). Equestrian Portrait of Philip IV”, in HAAG, Sabine (org.). *Velázquez*. Wien: Hirmer, 2014, pp. 307-308.

PROHASKA, Wolfgang. *El Kunsthistorisches Museum de Viena: la Pinacoteca*. Viena: C. H. Beck/Scala, 2008.

PUJOL, Xavier Gil. “Integrar un mundo. Dinámicas de agregación y de cohesión en la Monarquía de España”. In: MAZÍN, Ó. & RUIZ IBÁÑEZ J. J. (orgs.). *Las Indias Occidentales. Procesos de incorporación territorial a las Monarquías Ibéricas*. México, DF: El Colegio de México, 2012, pp. 69-108.

RAMEIX, Solange. *Justifier la guerre. Censure et propagande dans l’Europe du XVIIe siècle*. Rennes: Press Universitaires, 2014.

SELLINK, Manfred. “Les vasseaux de mer de Pieter Bruegel l’Ancien: un aspect moins connu de son oeuvre”. In: VÉZILIER-DUSSART, Sandrine e LAFFON, Cécile (orgs.). *La Flandre et la mer: de Pieter l’Ancien à Jan Brueghel de Velours*. Cassel: Musée de Flandre/sonneck, 2015, pp. 53-74.

TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: EDUSP, 1996.

VIEIRA, Antônio. *Obra Completa do Padre Antônio Vieira*. Tomo II, Vol. VII. São Paulo: Loyola, 2015.

VOHRINGER, Christian. *Bruegel l’Ancien*. Paris: H.f.ullmann, 2007.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM
29 a 31 de outubro de 2019
ISBN 978-65-88095-00-3

**COLÓQUIO DE
PESQUISAS DO GRUPO
DE ESTUDOS EM
HISTÓRIA MILITAR**

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

**O EXÉRCITO BRASILEIRO NAS PÁGINAS DO JORNAL THE AFRO-AMERICAN
(1944-1945)**

Anielly Tedesco Oliveira¹¹

Poucos soldados brasileiros haviam pisado em solo estrangeiro antes de chegarem à Itália e outros nunca tinham se deslocado para além de algumas dezenas de quilômetros de suas cidades natais. Essa é a imagem que um dos correspondentes de guerra do jornal *The Afro-American* pinta sobre a Força Expedicionária Brasileira na primeira reportagem documentando a sua presença no *front* italiano¹². Embora seja uma das primeiras representações do Exército Brasileiro presentes no periódico, não foi a única, uma vez que na mesma reportagem, Max Johnson, o correspondente enviado à Itália, fala também sobre a existência de um exército racialmente integrado, uma tropa que se considera antes de tudo brasileira, não reconhecendo as barreiras raciais praticamente onipresentes para os americanos.

O jornal *Afro-American* faz parte da longa tradição de periódicos da imprensa negra americana, tendo seu início ainda durante o período escravocrata, com a fundação do periódico *Freedom's Journal*, em 1827 (SIMMONS, 1998), até o século XX – momento no qual a imprensa afro-americana floresceu e declinou, ela caracterizou-se como uma imprensa de protesto, nascendo com o objetivo de dar voz a uma população muitas vezes ignorada e, não raramente, desumanizada pela imprensa convencional branca; desta forma, as lideranças negras se utilizaram dessa ferramenta para se opor às ideias supremacistas e às hierarquias raciais (FRANCISCO, 2014, p. 56).

A própria criação do periódico *Freedom's Journal* demonstra a luta constante da comunidade negra contra as ideias supremacistas enraizadas na sociedade americana. Ele foi idealizado por dois negros livres, um imigrante jamaicano e um residente da cidade de Nova Iorque, com o objetivo de contrapor os editoriais racistas e pró-escravistas publicados no periódico *New York Enquirer* (FRANCISCO, 2014, p. 57). Estabelecendo, assim, a tradição de uma imprensa comprometida com o combate ao racismo, demandando direitos iguais e,

¹¹ Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

¹² Reportagem veiculada na edição de 5 agosto de 1944.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

também, lutando pela progressão de pautas sociais e econômicas para o avanço da população negra.

O período pré-Guerra de Secessão também contou com a criação de outros periódicos; em 1847, Frederick Douglass, ex-escravo e uma das lideranças negras na luta pela abolição da escravidão, fundou o jornal *North Star*, “[...] que serviu como uma espécie de alternativa aos periódicos publicados por abolicionistas brancos, condenando a escravidão de maneira contundente” (FRANCISCO, 2014, p. 57).

A Guerra Civil e o período posterior a ela, a Reconstrução, reacenderam a discussão do lugar do negro na sociedade americana e, além disso, redefiniram a classificação entre brancos e “pessoas de cor”, uma percepção dualista que prevaleceu por muitos anos. Também houve mudanças na legislação, prevalecendo o conjunto de leis conhecidas como *Jim Crow*, que segregaria, legalmente, os negros do Sul e teria repercussões gerais nos Estados Unidos.

A Guerra da Secessão dividiu politicamente e socialmente os Estados Unidos, iniciando após uma série de tensões que culminou no conflito armado. Os anos pré-guerra redividiram politicamente os Estados Unidos (MELANDRI, 2002, p. 10), a adesão de novos estados à União, com a expansão para o Oeste, provocou tensões e reacendeu as desconfianças entre o Sul agrícola e o Norte industrial, uma vez que os estados do Sul temiam uma possível exclusão de seu modelo de monocultura aos novos estados absorvidos, levando a formulação de arranjos para que nenhuma das regiões possuísse um número superior de Estados, com a intenção de manter o equilíbrio existente.

Entretanto, com a eleição de Abraham Lincoln, as tensões acumuladas culminaram na secessão de sete estados do Extremo Sul (BREEN; DIVINE et al, 1992, p. 331). A Guerra Civil Americana se estendeu de 1861 a 1865. Em janeiro de 1865, o congresso aprovou a 13ª Emenda, abolindo a escravidão em todos os estados dos Estados Unidos. Entre abril e maio do mesmo ano, Robert E. Lee, general do exército dos Estados Confederados, e o resto das forças sulinas rendem-se, dando fim ao conflito que dividira o país.

Após a rendição dos Confederados, iniciou o período denominado Reconstrução, que se estendeu entre os anos de 1865 a 1877. Logo após o fim da Guerra da Secessão, o Norte iniciou planos para uma Reconstrução radical do Sul, que previa a ocupação militar e administrativa da região por soldados da União e a garantia de plena igualdade entre brancos e negros ex-escravizados ao remover os *Black Codes* e instituir direitos aos negros americanos

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

(GALLO, 2016, p. 25). Essa tentativa de integração da população negra vinha da influência da ala radical do Partido Republicano “[...] que procurava afirmar o valor da mobilidade social, vários programas foram criados para oferecer aos libertos os recursos necessários para participarem de maneira efetiva da vida econômica no país” (FRANCISCO, 2014, p. 58).

A imprensa afro-americana se desenvolveu no Sul durante a Reconstrução devido a vários programas de incentivo para a população negra, além do acesso a alfabetização, antes restrito a pessoas livres, que contribuiu tanto para a fomentação de novos editores bem como para a ampliação do número de leitores dos periódicos (FRANCISCO, 2014). A criação do Departamento dos Libertos tinha como objetivo inserir a população negra livre na sociedade e contribuiu para esse processo de alfabetização, fundando uma rede de ensino destinada aos negros libertos que contava com instituições de educação básica e superior. No que tange a educação superior foram criadas as universidades Fisk (1866) e Howard (1867), as primeiras universidades destinadas a população negra (FRANCISCO, 2014, p. 58).

Entretanto o período de Reconstrução acabou após 1877, quando os *redeemers*, redentores, retomaram o controle dos governos estaduais que haviam formado a antiga Confederação. Os novos governantes, ao chegarem ao poder, estabeleceram, ao longo da década de 1890, um corpo de leis apelidadas de *Jim Crow*, que promoviam a segregação racial e o bloqueio de direitos civis dos negros nos estados sulistas. A legislação segregacionista permeava todas as esferas de existência de um indivíduo negro, abrangendo o acesso aos transportes públicos, bibliotecas, hotéis, restaurantes, escolas, teatros e, também, relacionado ao âmbito pessoal, com a proibição de relações sexuais e casamentos interracialis. Os atos de violência extremados também se tornaram uma constante realidade, estupros e linchamentos sistemáticos foram usados como armas para aterrorizar a população negra (FRANCISCO, 2014, p. 59).

Além da segregação física da população negra e a restrição quanto as questões afetivas interracialis, a restrição a direitos civis como o voto também foi um dos focos nas legislações que os políticos de alguns estados do Sul desenvolveram para conter a integração irrestrita da população negra na sociedade americana. Várias estratégias foram adotadas, dentre elas a cobrança de uma taxa – que variava entre um a dois dólares – como pré-requisito para que uma pessoa pudesse participar de uma votação. Entretanto, logo criou-se o temor de que essa

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

imposição barraria também o acesso ao voto de brancos pobres, como de fato aconteceria (NASCIMENTO, 2015).

Como forma de remediar esse problema, foram instituídas formas de limitar o acesso ao direito de voto da população negra sem que estas desqualificassem também os brancos. O estado do Mississippi, por exemplo, criou a cláusula de entendimento (*understanding clause*), em 1890, que determinava testes de alfabetização para todos os votantes numa eleição, de forma que o indivíduo teria que ler e interpretar certas passagens da Constituição e seria avaliado por um supervisor. Apesar de todos terem que passar pelo teste, fica claro que a população negra era avaliada injustamente e, portanto, os seus índices de “admissão” para o voto eram consideravelmente mais baixos (NASCIMENTO, 2015).

O estado da Louisiana, entretanto, desenvolveu a cláusula do avô (*grandfather clause*), em 1898, na qual a garantia de voto estaria determinada somente àqueles “[...] que antes de 1867, ano de concessão ao direito de sufrágio aos negros, tivessem totais condições de serem elegíveis ou que fossem filhos ou netos de pessoas em tais condições” (NASCIMENTO, 2015, p. 35).

Além da restrição aos direitos civis da população negra, ascensão dos *redeemers* freou também o desenvolvimento da imprensa afro-americana que começava a se desenvolver no Sul e ela, que antes prosperava, passou a ser alvo dos supremacistas, tendo então que trabalhar com suas liberdades restritas, conformando-se com a legislação segregacionista; e “[...] as redações dos jornais que desafiavam a segregação racial eram empasteladas por vários grupos que defendiam a superioridade branca, obrigando os jornalistas a se mudarem para outras cidades” (FRANCISCO, 2014, p. 59).

Esse cenário de restrições e violências mudou radicalmente a postura dos periódicos afro-americanos, uma vez que

os principais jornais negros do Sul não se manifestaram claramente contra o ataque aos direitos civis da população negra, preferindo estimular o progresso social e econômico dos indivíduos. [...] Em meio à intensa vigilância dos racistas do sul, os ativistas gestaram o que posteriormente passou a ser chamado de filosofia da acomodação.¹³ (FRANCISCO, 2014, p. 60).

¹³ Eventualmente essa filosofia se instalou também entre os periódicos do Norte e moldou o discurso de alguns dos proeminentes jornais do período.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Por fim, a imprensa afro-americana, especialmente no Sul, mas não restritamente lá, caracterizou-se também pela dinâmica entre conseguir chamar a atenção dos leitores para as injustiças que a sua comunidade sofria e sobreviver após tal ato, visto que irritar parcelas da população branca resultaria em violência (SIMMONS, 1998).

O período da Reconstrução foi marcado por tentativas de corrigir os danos causados pela escravidão e pelos ressentimentos que tais tentativas causaram em certos grupos. O seu fim trouxe, também, o fim das aspirações republicanas à inserção dos negros na sociedade americana, aos poucos esse deixando de ser o projeto do Norte, que passou a consentir as leis discriminatórias e segregacionistas implantadas pelo Sul (BREEN; DIVINE et al, 1992; MELANDRI, 2002).

O sistema escravista foi então substituído pelo sistema segregacionista e os anos de ódio reprimidos pela Reconstrução voltaram à tona por meio de violências simbólicas e físicas, com a legislação dos *Black Codes*, bem como com linchamentos e assassinatos. Embora as Leis *Jim Crow* fossem restritas ao Sul dos Estados Unidos, suas consequências se espalharam para todo o país. As décadas seguintes marcaram um período obscuro de racismo nos Estados Unidos e os negros americanos pagaram o maior preço pela reunificação da nação.

As relações étnicas entre brancos e negros, durante o século XX, assemelhava-se ao século anterior, com o Sul mantendo as Leis *Jim Crow* e o Norte continuando com as suas práticas de segregação veladas, porém respaldadas em atitudes do Estado, sobretudo no que tangia à educação, moradia e empregabilidade. Embora o Norte não contasse com uma legislação discriminatória, a diferença de qualidade curricular e estrutural entre as escolas para brancos e as para negros era abismal. As moradias dos negros nortenhos eram precárias e era comum a existência de bairros destinados somente para brancos, onde se proibia veementemente a fixação de “pessoas de cor” (THEOHARIS, 2003).

Nesse contexto da sociedade americana segregada, mesmo sem as barreiras legais, é que a imprensa negra se moldou, pois embora quase noventa por cento da população afro-americana morasse nos estados do Sul, a maioria da imprensa se concentrava no Norte, onde os editores usufruíam de um pouco mais de liberdade (FRANCISCO, 2014). O *Afro-American* era um desses jornais. A história do periódico está intrinsecamente ligada a luta de emancipação das pessoas escravizadas e de uma das conjunturas mais importantes para a

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

história dos Estados Unidos. O jornal foi fundado em 13 de agosto de 1892, por John Henry Murph Sr., um escravo liberto após a aprovação da 13ª Emenda em 1863, quando ele fundiu a publicação da sua igreja com mais outras duas, formando o que viria a ser o *Afro-American* (PBS, 2000).

Em 1922, o jornal deixara de ser um folhetim semanal de igreja e passara a ser o periódico afro-americano de maior circulação da costa atlântica, mantendo a tradição de uma imprensa militante, desafiando as práticas supremacistas em Maryland. Aos poucos o *Afro-American* deixava de ser um jornal exclusivo de Baltimore e passava a circular com edições regionais em Washington, Filadélfia, Richmond e Newark, chegando a ter treze edições circulando concomitantemente pelo país (PBS, 2000). No início da década de 1940, o *Afro-American* já era o segundo jornal da imprensa negra de maior circulação, ficava atrás somente do *The Pittsburgh Courier* (SIMMONS, 1998).

Durante a Segunda Guerra Mundial vários periódicos afro-americanos se mobilizaram para contribuir no esforço de guerra, pois muitos viam uma oportunidade se apresentando para ampliar as taxas de emprego para a população negra, assim como para avançar as reivindicações por direitos civis.

Quando os Estados Unidos entraram de fato na guerra, em 1941, após o ataque a base naval de Pearl Harbor, a questão sobre a segregação racial no Exército Americano voltou a ser um tópico de discussão, sobretudo por líderes negros de movimentos civis. Dois lados foram estabelecidos, a comunidade negra defendia a integração do exército e as mesmas oportunidades para os soldados negros e brancos; por outro lado, o Departamento de Guerra americano e alguns políticos afirmavam que o Exército Americano não poderia ser um laboratório de experimentos sociais, objetivando mudar as suas estruturas (MCGUIRE, 1983).

A 92ª Divisão de Infantaria estava inserida neste contexto de segregação. Dentre as noventa divisões empregadas pelo Exército Americano (HARGROVE, 1985), ela foi a “única grande unidade de infantaria composta de negros que teve serviço ativo na Segunda Guerra Mundial” (MAXIMIANO, 2010, p. 338) e todos os seus comandantes, desde a nível de divisão até níveis de regimento e batalhão, eram brancos (HARGROVE, 1985).

A criação da *Buffalo Division*, como era conhecida a 92ª Divisão, ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial, sendo mandada para o *front* europeu logo após sua constituição;

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

entrou em combate nas trincheiras da França e mesmo atuando por poucos meses, participou de ações ofensivas até o fim da guerra em novembro de 1918 (HARGROVE, 1985).

Com a declaração de guerra por parte dos Estados Unidos, inúmeros jovens negros buscaram se alistar nas Forças Armadas Americanas, “[...] ansiosos para fazer parte na luta contra os inimigos da democracia” (HARGROVE, 1985)¹⁴. A imprensa afro-americana capitaneou a campanha de inserção dos jovens em postos que não fossem de apoio, sendo essa a estratégia tradicional do Departamento de Guerra (HARGROVE, 1985), embora este resistiu às pressões por um tempo.

Uma das campanhas propostas pelos periódicos foi a *Double Victory*, iniciada pelo jornal *The Pittsburgh Courier* em 1942, entretanto rapidamente recebendo a adesão de outros jornais, entre eles o *Afro-American* (SIMMONS, 1998). A campanha advogava pela vitória contra os inimigos da democracia, estivessem eles no *front* interno – com suas leis discriminatórias e os atos de racismo – ou no *front* externo, representado pelos países do Eixo com suas ideias eugenistas e de supremacia racial (SIMMONS, 1998).

O acirrado debate sobre o papel da comunidade negra no esforço de guerra tangia desde o âmbito civil, relacionado à questões como a possibilidade de aumentar os índices de emprego devido as novas vagas em fábricas destinadas ao esforço de guerra, até o âmbito militar, com a discussão sobre o envio, ou não, de soldados negros para combater no conflito. Por causa desse segundo aspecto, logo a atenção se voltou para a *Buffalo Division*, a divisão afro-americana que já possuía histórico de participação em combates.

O presidente americano à época do conflito, Franklin D. Roosevelt eventualmente cedeu às pressões de praticamente todas as esferas de liderança da comunidade afro-americana, de jornais a organizações políticas (MAXIMIANO, 2010, p. 341) e concordou em empregar tropas de soldados negros na guerra. Assim foram acionadas a 92ª e a 93ª Divisões de Infantaria, além da criação de batalhões de tanques, carros antitanques, engenheiros e de artilharia antiaérea (WILSON, 1992). A 92ª Divisão de Infantaria seria enviada para o Teatro de Operações do Mediterrâneo, enquanto a 93ª Divisão rumava para o Pacífico, servindo como uma unidade de apoio na luta contra o Império Japonês.

A *Buffalo Division* foi ativada em 15 de outubro de 1942, no Fort McClellan (Alabama), porém as preparações e o treinamento para combate foram diferentes do padrão

14 No original: “[...] anxious to have a part in the struggle against the enemies of Democracy”.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

imposto às unidades de soldados brancos, tendo como exemplo o fato de que todos os regimentos da 92ª Divisão de Infantaria treinaram separadamente, espalhados por vários estados do Sul¹⁵ dos Estados Unidos, uma vez que pouquíssimas – ou nenhuma – comunidade aceitaria conviver com 15.000 jovens negros se preparando para entrar combate (HARGROVE, 1985). Os primeiros elementos da divisão foram enviados para o Teatro de Operações do Mediterrâneo em meados de 1944 (HARGROVE, 1985) e ela foi incorporada ao V Exército Americano, que atuava na Itália, no qual posteriormente seria também incorporada a Força Expedicionária Brasileira.

Apesar de alguns poucos avanços aparentes, os soldados negros da 92ª Divisão tiveram que enfrentar o ambiente das Leis *Jim Crow* e, também, uma constante falta de confiança e camaradagem entre os oficiais brancos e os soldados negros, prejudicando a moral e desempenho da unidade, marcada por relações tensas e hostis entre as partes (WILSON, 1992). Um sentimento de ressentimento e desesperança se instalou desde os dias de treinamento ainda nos Estados Unidos, muito devido ao efeito que as práticas segregacionistas do Exército Americano causavam na moral dos soldados negros, uma vez que tais práticas se estendiam desde os alojamentos segregados, os quais estavam em condições inferiores aos empregados para homens brancos (HARGROVE, 1985).

Além das condições adversas nos alojamentos, os espaços para recreação também eram segregados – como os cinemas – e também os serviços postais e igrejas. Sem contar na animosidade sentida por parte das comunidades que cercavam os *Forts* onde os regimentos da Divisão estavam instalados, os soldados afro-americanos estavam cientes de que não eram bem-vindos pela população e de que não receberiam honras de seus comandantes ou seriam elogiados por suas ações (HARGROVE, 1985).

A bibliografia dedicada à 92ª Divisão de Infantaria discute amplamente os motivos pelo desempenho abaixo do previsto que a Divisão teve em combate e atribui-se o rompante racismo que os soldados estavam sujeitos, da sua vida civil ao período como militares, como o fator determinante, uma vez que ele afetaria a moral e a disposição da tropa para lutar – e para colocar sua vida em risco – (MAXIMIANO; OLIVEIRA, 2001, p. 173).

Não é de surpreender que a prevalente animosidade contra pessoas negras durante o período – tanto no país em geral quanto no Exército – levaram a percepções negativas sobre os soldados negros, contribuindo para as

15 Sendo eles: Alabama, Indiana, Kentucky, Arkansas.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

avaliações desfavoráveis pelos seus comandantes (HARGROVE, 1985, p 43)¹⁶.

Tanto a *Buffalo Division* quanto a Força Expedicionária Brasileira passaram por caminhos tortuosos até entrarem em combate no *front* destinado. A criação e emprego da FEB esteve marcada por uma série de difíceis negociações e acordos entre os governos americano e brasileiro. Criado formalmente em agosto de 1943 (OLIVEIRA, 2015), o Corpo Expedicionário seria enviado ao Teatro de Operações do Mediterrâneo somente quase um ano após sua constituição, no início de julho de 1944.

Durante esse ano que decorreu entre a criação e desembarque em solo italiano, os soldados da FEB passaram por treinamentos, tanto espalhados por centros Brasil à fora quanto aquartelados no Rio de Janeiro, já em 1944. Entretanto, nenhum treinamento da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE) foi feita em solo montanhoso, terreno no qual lutariam durante sua campanha na Itália, constituindo uma grande desvantagem para os soldados, uma vez que a guerra na montanha é normalmente realizada por tropas que possuem treinamento específico para este tipo de terreno (OLIVEIRA, 2015).

No dia 3 de julho de 1944, o Primeiro Escalão da Força Expedicionária Brasileira embarcava em direção ao *front*, consistindo de 5.087 homens do 6º Regimento de Infantaria e de unidades de apoio (OLIVEIRA, 2015). O embarque é

[...] lembrado por muitos ex-combatentes como um episódio marcado por considerável alívio. Há mais de quatro meses que a tropa se encontrava em condições precaríssimas, sendo alvo do ceticismo, senão derrotismo, de muitos militares, bem como do impiedoso senso de humor do povo carioca, em particular depois do segundo desfile que a FEB realizou no Rio de Janeiro em 24.05.1944. (OLIVEIRA, 2015, p. 243).

Em agosto de 1944, desembarcava em solo italiano o primeiro agrupamento de soldados brasileiros, aportando na cidade de Nápoles e sendo integrado ao V Exército Americano, uma junção de tropas internacionais sobre o comando dos Estados Unidos. Os segundos e terceiros Escalões da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária saíram do Brasil levando 10.365 homens para o *front* (OLIVEIRA, 2015), estava assim completo o envio de soldados brasileiros destinados a lutarem na Segunda Guerra Mundial.

16 No original: “Not surprisingly, prevailing animosities toward black people at the time – over the country and in the Army – led to negativism about black soldiers, contributing to the usually unfavorable evaluations by their commanders”

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

A Força Expedicionária Brasileira foi a única tropa racialmente integrada a lutar nos campos de batalha italianos e tal fato não passou despercebido por correspondentes de guerra afro-americanos que estavam cobrindo as ações da 92ª Divisão de Infantaria, uma das forças integradas ao V Exército Americano junto com a FEB e outras tropas internacionais, algumas delas sendo tropas coloniais inglesas e francesas – indianas, marroquinas, senegalesas, entre outras – nas quais os postos de oficiais eram reservados para homens brancos geralmente nascidos nas metrópoles (MAXIMIANO; OLIVEIRA, 2001). Logo do desembarque dos soldados brasileiros em solo italiano, reportagens começaram a ser veiculadas noticiando a existência de um exército cuja segregação racial não estava presente em seus meios, tanto *The Afro-American* (JOHNSON, 1944) quanto o jornal *The Pittsburgh Courier* tomaram nota das tropas brasileiras racialmente integradas, com brancos, negros e “vermelhos” lutando lado a lado, sem fazerem distinção da cor de suas peles (HARRINGTON, 1944).

Esse panorama tão distinto entre o Exército Brasileiro e os demais também não passou despercebido pelos soldados brasileiros, “[...] a ideia do Brasil como nação racialmente democrática permeia as memórias de praticamente todos os combatentes da FEB” (MAXIMIANO; OLIVEIRA, 2001, p. 174), os quais compartilhavam da mesma percepção que os combatentes da *Buffalo Division*, alguns dos quais consideraram uma “revelação” o fato das tropas brasileiras lutarem integradas (HOUSTON, 2009), talvez referindo-se a possibilidade raramente vislumbrada de soldados de várias etnias lutando lado a lado.

Entretanto, apesar da presença de tropas segregadas reforçarem a noção da sociedade brasileira ser de fato uma democracia racial (MAXIMIANO; OLIVEIRA, 2001), há mais de um relato sobre ordens de excluir completamente soldados negros ou, pelo menos, colocá-los no interior das fileiras durante demonstrações públicas e desfiles da Força Expedicionária Brasileira (MAXIMIANO; OLIVEIRA, 2001). Os atos de racismo também estavam presentes em outros aspectos das Forças Armadas do Brasil, como ativamente bloquear o acesso de homens negros a cargos de oficiais, baseada na ideia de que eram incapazes de exercer cargos importantes e de serem líderes, mas, também, pela “humilhante” possibilidade de brancos serem comandados por um negro (MAXIMIANO; OLIVEIRA, 2001).

A noção das tropas brasileiras estarem livres de demonstrações racistas pelo fato de não serem segregadas se desfaz no momento em que é observado as diversas formas de opressão existentes por parte das Forças Armadas, refletindo num microcosmo como o mito

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

da democracia racial opera na sociedade brasileira e como “a persistente recusa cultural em se assumir a existência do racismo na sociedade brasileira guarda coerência com a manutenção do mito da democracia racial entre nós” (MAXIMIANO; OLIVEIRA, 2001, p. 157). É digno de nota o fato de questões raciais não estarem incluídas no exame sobre eventuais falhas da performance da Força Expedicionária Brasileira durante a guerra e, até mesmo, apontada como um fator de sucesso devido à falta de tensões raciais (MAXIMIANO; OLIVEIRA, 2001). Precisamente o contrário das avaliações sobre as falhas e mau desempenho da 92ª Divisão de Infantaria, que colocavam as tensões raciais e o racismo como principais culpados.

Desta forma, tanto os soldados brasileiros quanto os afro-americanos (soldados e correspondentes) construíram a percepção de um Brasil racialmente democrático com base nas diferentes formas que o racismo era expresso pelas sociedades americana e brasileira. Embora exista inúmeros relatos demonstrando atos de discriminação racial no Exército Brasileiro, o contato entre as tropas e a constante comparação entre a Força Expedicionária Brasileira e a 92ª Divisão de Infantaria servia, para ambos grupos de soldados, como o meio de comprovação da não-existência de barreiras raciais no Brasil e de sua condição como democracia racial, uma vez que o “verdadeiro” racismo estava presente somente nos Estados Unidos (MAXIMIANO; OLIVEIRA, 2001).

Tal interpretação se fez presente no periódico *Afro-American* que, por algumas vezes, definiu o Brasil como uma verdadeira democracia quando se tratava da forma que o país lidava com as diferentes raças presentes em seu meio (OPINION, 1944, p. 4).

Quando as primeiras tropas brasileiras chegaram na Itália, o jornal já contava com a presença de correspondentes de guerra no *front*, o que possibilitou o contato inicial deles com os soldados brasileiros e gerou as primeiras notícias sobre um exército racialmente integrado, construindo a noção do Brasil como uma democracia e um país livre das barreiras raciais que afligiam os negros americanos (JOHNSON, 1944, p. 3).

O periódico, durante os anos de 1944 e 1945, veiculou dezoito notícias sobre o Brasil, catorze delas relacionadas ao Exército Brasileiro, sendo estas as analisadas no presente artigo.

A primeira notícia, veiculada no dia 5 de agosto de 1944, cita nominalmente a Força Expedicionária Brasileira, uma das poucas vezes que isso ocorreu, uma vez que em grande parte dos textos a participação brasileira é descrita apenas por sua nacionalidade, sem detalhar as especificidades da FEB. Escrita por Max Johnson, um dos correspondentes de guerra do

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Afro-American, a notícia discorre sobre particularidades como o fato dos soldados brasileiros serem os mais bem pagos do mundo e eles “não conhecem barreiras raciais”

Figura 1 - 1ª Força Expedicionária do Brasil Agora na Itália



Fonte: Google News

A reportagem menciona que poucos desses soldados tiveram a oportunidade de se aventurar para fora do país antes de serem enviados à Itália. Essa notícia traça um panorama do Brasil, apresentando a língua e as peculiaridades do país. Um curto trecho do texto se detém sobre noção dos soldados brasileiros não conhecem discriminação racial, citando a frase de um oficial que afirma que “todos são brasileiros”, indicando a falta de divisão racial, uma vez que todos os soldados se perceberiam, antes de tudo, como parte da mesma nacionalidade, sem distinção de raça. Cabe notar que desde a primeira notícia sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial a representação de um Brasil sem tensões raciais se faz presente no periódico.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Figura 2: O Exército Democrático do Brasil

BRAZIL'S DEMOCRATIC ARMY

The AFRO's Max Johnson flew 125 miles across Italy last week to do a story on the newly arrived Brazilian troops. Our own troops always thought our \$50 a month pay was the highest in the world. British Tommies get only half as much. But Brazilian troops are paid \$95 a month.

There is no gambling among Brazilian soldiers and no liquor, but they do drink as many as 28 cups of coffee a day. Most important there is no color line. Black fuzzy-wuzzies and blue-eyed blonds serve side by side in the same regiment and, according to Max, have no conception of any other way of doing it.

In this respect, both Russia and Brazil demonstrate a better brand of democracy than the United States.

Fonte: Google News

Ainda no dia 5 de agosto, uma coluna de opinião do *Afro-American* (OPINION, 1944, p. 4), traz a segunda menção ao Brasil. No subtítulo do trecho citando a participação brasileira lê-se: “O Exército Democrático do Brasil” e faz referência ao contato que Max Johnson teve com os soldados, mencionando novamente o fato de serem os mais bem pagos entre as tropas aliadas e diz que o aspecto mais importante é o fato de não existir barreiras raciais, pois negros retintos e loiros de olhos azuis servem lado a lado no mesmo regimento e não possuem nenhuma concepção de outras formas de servirem (referenciando a segregação racial existente dentro das Forças Armadas Americanas e o modo como os soldados brasileiros não conhecem essa configuração e nem a consideram possível). Por fim, o texto termina afirmando que, nesse aspecto, tanto a Rússia quanto o Brasil demonstram uma forma melhor de democracia do que os Estados Unidos.

A próxima menção ao Brasil ocorre no dia 14 de outubro, na manchete lê-se “Brasileiros agora lutam com a 92ª Divisão”. A notícia escrita por Art Carter detalha a movimentação da 92ª Divisão de Infantaria nos terrenos mais difíceis do *front* italiano, combatendo os “fanáticos soldados alemães” entrincheirados nos picos dos montes; os avanços feitos ocorreram graças as vitórias das tropas americanas brancas e das “tropas democráticas brasileiras” (CARTER, 1944, p. 1). Mais uma vez o Exército Brasileiro é citado

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

como uma força democrática, contrapondo, na mesma linha, o fato da 92ª Divisão – uma unidade segregada onde soldados negros lutavam – e parte do Exército Americano, compostos por homens brancos, estarem lutando separadamente.

A menção de 4 de novembro é bastante breve e descreve como a chuva tem atrapalhado os avanços da 92ª Divisão e do V Exército, incluindo as tropas brasileiras (RAINS..., 1944, p. 2). Não raramente as menções às tropas brasileiras estão conectadas as atuações da *Buffalo Division*, sendo as duas citadas juntas com bastante frequência, talvez intencionalmente para traçar uma comparação entre o dito exército democrático do Brasil e as Forças Armadas Americanas que insistem em lutar segregadas, possivelmente para apresentar uma alternativa possível ao modo que o Estados Unidos configura os seus militares.

Não só as movimentações e ações das tropas brasileiras são noticiadas no *Afro-American*, há também menções das condecorações que soldados brasileiros recebem, como é o exemplo da notícia de 25 de novembro, ela informa que três brasileiros foram honrados com condecorações (ALL..., 1944, p. 2).

Algumas menções aos soldados brasileiros estão agrupadas a aspectos da participação da 92ª Divisão de Infantaria no *front* italiano, esse é o caso da notícia de 23 de dezembro de 1944, que comenta sobre membros da divisão e soldados brasileiros, bem como ingleses e soldados de outras nacionalidades, compuseram a guarda internacional de honra que recebeu em Roma alguns membros do Comitê de Assuntos Militares da Câmara dos Estados Unidos (92nd DIV..., 1944, p. 1).

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Figura 3: Soldado Brasileiro com Soldados Afro-americanos



Fonte: Google News

Não só textos, mas como imagens, moldam a representação da participação brasileira nas páginas do *Afro-American*, embora raras, há fotografias de soldados da FEB no jornal. Uma delas foi veiculada em 30 de dezembro, acompanhada com a legenda descrevendo a cena de dois soldados afro-americanos servindo uma caneca de sopa para o soldado Armando José da Silva (SERVE..., 1944, p. 7). Essa foto ilustra a proximidade da tropa brasileira com a 92ª Divisão no *front*, uma vez que lutavam no mesmo setor e muitas vezes a *Buffalo Division* assumia a posição anteriormente ocupada pela FEB.

Outra interpretação possível para a imagem é que ela pode servir como um exemplo da boa integração entre ambas as tropas e, até mesmo, como uma reafirmação da ideia de que os brasileiros não reconhecem barreiras raciais, pois Armando está interagindo com os soldados

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

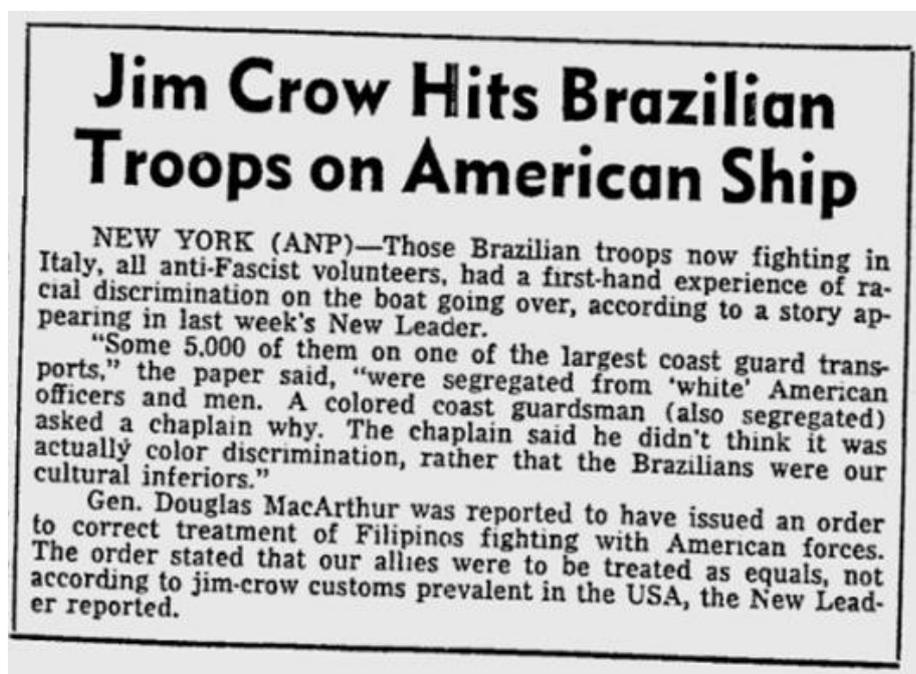
29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

afro-americanos, coisa que outros soldados americanos, se não fossem negros, provavelmente não o fariam.

A primeira reportagem mencionando o Brasil em 1945 tem como título “Jim Crow atinge tropas brasileiras em navio americano”, foi veiculada no dia 3 de fevereiro e descreve a experiência de discriminação racial que “tropas brasileiras que lutam agora na Itália, compostas de voluntários antifascistas” (JIM CROW..., 1945, p. 7) tiveram ao embarcarem num navio americano; cerca de cinco mil soldados brasileiros foram segregados de soldados e oficiais brancos americanos.

Figura 4: Tropas Brasileiras Afetadas por Jim Crow



Fonte: Google News.

Embora a reportagem do dia 24 de março não seja sobre a participação do Exército Brasileiro na guerra, ela serve para elucidar parte do discurso recorrente do jornal *Afro-American* que coloca o Brasil como um país livre de preconceitos raciais. Ela noticia a palestra de um sociólogo americano que afirma que não há racismo na esfera econômica e política ou no círculo familiar da maioria das pessoas brasileiras e propõe integração e democracia completa como soluções para as questões raciais tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos (BRAZIL..., 1945, p. 15).

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

O artigo de 28 de abril de 1945 cita brevemente a participação brasileira no contexto do esforço conjunto entre 92ª Divisão de Infantaria e as outras tropas aliadas, destacando poloneses, britânicos, sul-africanos, brigadas judias, italianos e americanos de “ambas as raças” (JOHNSON, 1945, p. 10).

No dia 8 de maio de 1945 é declarado o Dia da Vitória na Europa, a guerra contra o Terceiro Reich chegava ao fim e o *Afro-American* lembrou as várias nacionalidades presentes no *front* italiano. A notícia fala sobre a guerra ter servido como um teste – falho – para a teoria de superioridade racial de Hitler, afirmando que seus “super-homens” de puro sangue foram derrotados pelo conglomerado de nacionalidades que formaram o V Exército, este que não distinguia entre raça, crença ou cor (ALL NATIONALITIES..., 1945, p. 8). O texto procede em citar todas as nacionalidades presentes, incluindo o Brasil.

A segunda foto de soldados brasileiros foi veiculada no dia 16 de junho, notificando sobre a volta de alguns soldados feridos para o Brasil, estes que receberam tratamento médico em hospitais nos Estados Unidos após terem sido evacuados do *front* italiano.

Figura 5: Veteranos Brasileiros Feridos Retornam do *Front* do V Exército



Fonte: Google News.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

A legenda da foto cita a participação das tropas brasileiras na guerra lutando ao lado da 92ª Divisão, uma vez que ambas estavam integradas ao V Exército Americano (WOUNDED..., 1945, p. 7).

A última menção a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, no ano de 1945, ocorreu no dia 8 de dezembro, na qual uma reportagem recontando as condecorações recebidas pela 92ª Divisão de Infantaria cita que a divisão ganhou condecorações internacionais, sendo uma delas a Medalha de Guerra dada à Divisão pelo Brasil (92nd MEN..., 1945, p. 1).

O periódico *The Afro-American* repetidamente associa o Brasil ao pináculo de uma democracia racial idealizada, demonstrando a possibilidade de um exército racialmente integrado que mantém a sua efetividade em combate e que está livre das tensões raciais tão presentes na sociedade americana. Há um esforço em construir essa visão de soldados que são, antes de tudo brasileiros, unidos sob uma nacionalidade em comum e desconsiderando a diferença entre suas cores de pele.

Essa noção idealizada da sociedade brasileira existe no contexto de uma imprensa determinada a lutar contra as injustiças sociais que a comunidade da qual faz parte sofre, apresentando um discurso que possibilita as reivindicações por dessegregação e amplos direitos civis. Uma vitória dupla contra racistas presentes no *front* interno e externo.

Entretanto, essa representação não fica restrita somente aos afro-americanos – leitores, correspondentes, editores e soldados –, uma vez que ela também permeia a memória de veteranos de guerra brasileiros que, ao se depararem com o Exército Americano segregado, passaram a compreender a sociedade a qual pertenciam da mesma forma, construindo a noção de uma nação livre do racismo que assolava os Estados Unidos. Construção que se baseava nas diferentes formas que tal racismo era expresso nos dois países.

O mito da democracia racial brasileira era reconfortante tanto para os soldados brasileiros quanto para os afro-americanos, embora fossem por razões distintas, os dois grupos viam no Brasil um exemplo tangível de existir em harmonia.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Referências

92nd DIV. Men Greet House Military Affairs Group. *The Afro-American*, Baltimore, p. 1, 23 dez. 1944. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?id=PB0mAAAAIIBAJ&sjid=wP0FAAAAIBAJ&hl=pt-BR&pg=4181%2C1128688>>. Acesso em: 21 out. 2019.

92nd MEN Wins 12,095 Awards. *The Afro-American*, Baltimore, p. 1, 8 dez. 1945. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?id=5yUmAAAAIIBAJ&sjid=xP0FAAAAIBAJ&hl=pt-BR&pg=3226%2C3499870>>. Acesso em: 27 out. 2019.

ALL Groups Represented. *The Afro-American*, Baltimore, p. 2, 25 nov. 1944. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?id=OB0mAAAAIIBAJ&sjid=wP0FAAAAIBAJ&hl=pt-BR&pg=3773%2C543058>>. Acesso em: 19 out. 2019.

ALL NATIONALITIES Fought in Italy. *The Afro-American*, Baltimore, p. 8, 12 maio 1945. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?id=UB0mAAAAIIBAJ&sjid=wP0FAAAAIBAJ&hl=pt-BR&pg=2729%2C4829801>>. Acesso em: 24 out. 2019.

BRAZIL Snobbish but Without Bias. *The Afro-American*, Baltimore, p. 15, 24 mar. 1945. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?id=SR0mAAAAIIBAJ&sjid=wP0FAAAAIBAJ&hl=pt-BR&pg=4959%2C3559370>>. Acesso em: 23 out. 2019.

BREEN, Thomas H.; DIVINE, Robert A.; FREDRICKSON, George M.; WILLIAMS, R. Hal; ROBERT, Randy. *América, Passado e Presente*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992.

CARTER, Art. Brazilians Fight with 92nd Now. *The Afro-American*, Baltimore, p. 1, 14 out. 1944. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?id=sR0mAAAAIIBAJ&sjid=0v0FAAAAIBAJ&hl=pt-BR&pg=2530%2C5584388>>. Acesso em: 18 out. 2019.

GALLO, Livia Amarante. *Fronteira entre o passado, o presente e o futuro: democracia e espaço na tese de Frederick Jackson Turner (1893-1932)*. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/149532>>. Acesso em: 20 set. 2017.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

FRANCISCO, Flávio Thales Ribeiro. *O Novo Negro em Perspectiva Transnacional: representações afro-americanas sobre o Brasil e a França no jornal Chicago Defender (1916-1940)*. 2014. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26052015-115255/pt-br.php>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

HARGROVE, Hordon B. *Buffalo Soldiers in Italy: Black Americans in World War II*. [e-book] Carolina do Norte: McFarland & Company, Inc., Publishers, 1985.

HARRINGTON, Ollie. Black, White, Red Brazilian Troops March, Socialize Freely In Naples. *The Pittsburgh Courier*, Pittsburgh, p. 9, 5 ago. 1944. Disponível em: <<https://www.newspapers.com/image/40056709/>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

HOUSTON, Ivan J. *Black Warriors: The Buffalo Soldiers of World War II*. iUniverse Inc.: Bloomington, 2009.

JIM CROW Hits Brazilian Troops on American Ship. *The Afro-American*, Baltimore, p. 7, 3 fev. 1945. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?id=Qh0mAAAAIIBAJ&sjid=wP0FAAAAIBAJ&hl=pt-BR&pg=4155%2C2238806>>. Acesso em: 22 out. 2019.

JOHNSON, Max. 1st Expeditionary Force from Brazil Now in Italy. *The Afro-American*, Baltimore, p. 3, 5 ago. 1944. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?id=px0mAAAAIIBAJ&sjid=0v0FAAAAIBAJ&hl=pt-BR&pg=5993%2C3743463>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

_____. 92nd Advances on Italian Front. *The Afro-American*, Baltimore, p. 10, 28 abr. 1945. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?id=Th0mAAAAIIBAJ&sjid=wP0FAAAAIBAJ&hl=pt-BR&pg=3264%2C4462872>>. Acesso em: 23 out. 2019.

MAXIMIANO, César Campiani. *Barbudos, Sujos e Fatigados*. São Paulo: Grua, 2010.

MAXIMIANO, César Campiani; OLIVEIRA, Dennison de. Raça e Forças Armadas: o caso da Campanha na Itália (1944/45). *Estudos de História*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 155-182, 2001.

MCGUIRE, Phillip. Desegregation of the Armed Forces: black leadership, protest and World War II. *The Journal of Negro History*, [s. L], v. 68, n. 2, p.147-158, spring, 1983. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2717718>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

- MELANDRI, Pierre. *História dos Estados Unidos desde 1865*. Lisboa: Edições 70, 2002.
- NASCIMENTO, Carlos Alexandre da Silva. *Representando o “Novo” Negro Norte-Americano: W. E. B. Du Bois e a Revista The Crisis, 1910-1920*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2015.
- NEWSPAPERS: *The Afro-American*. PBS, 2000?. Disponível em: <https://www.pbs.org/blackpress/news_bios/afroamerican.html>. Acesso em: 15 fev. 2020.
- OLIVEIRA, Dennison de. *Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Curitiba: Juruá Editora, 2015.
- OPINION. *The Afro-American*, Baltimore, p. 4, 5 ago. 1944. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?id=px0mAAAIAIBAJ&sjid=0v0FAAAAIAIBAJ&hl=pt-BR&pg=6044%2C3751511>>. Acesso em: 11 set. 2019.
- RAINS Slow 92nd. *The Afro-American*, Baltimore, p. 2, 4 nov. 1944. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?id=NR0mAAAIAIBAJ&sjid=wP0FAAAAIAIBAJ&hl=pt-BR&pg=4912%2C19282>>. Acesso em: 19 out. 2019.
- SERVE GI's at Beanery Set Up in Italy. *The Afro-American*, Baltimore, p. 7, 30 dez. 1944. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?id=PR0mAAAIAIBAJ&sjid=wP0FAAAAIAIBAJ&hl=pt-BR&pg=5444%2C1367570>>. Acesso em: 21 out. 2019.
- SIMMONS, Charles A. *The African American Press: A History of News Coverage During National Crises, With Special Reference to Four Black Newspapers, 1827-1965*. Carolina do Norte: McFarland & Company, Inc., Publishers, 1998.
- THEOHARIS, Jeanne. Introduction. In: THEOHARIS, Jeanne; WOODARD, Komози. *Freedom North: black freedom struggles outside the South, 1940-1980*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2003.
- WILSON, Dale E. Recipe for Failure: Major General Edward M. Almond and Preparation of the U.S 92nd Infantry Division for Combat in World War II. *The Journal of Military History*, [S.l.], v. 56, n. 3, jul. 1992, p. 473-488. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1985973>>. Acesso em: 22 set. 2017.
- WOUNDED Brazilian Vets Back From 5th Army Front. *The Afro-American*, Baltimore, p. 7, 16 jun. 1945. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?>

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

id=VR0mAAAAIBAJ&sjid=wP0FAAAAIBA&hl=pt-BR&pg=3246%2C5704123>. Acesso em: 25 out. 2019.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

**O PAPEL DO PODER EXECUTIVO PROVINCIAL NAS DECISÕES LOGÍSTICAS
DA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA: O CASO DO RIO GRANDE DO SUL**

Paola Natalia Laux¹⁷

Introdução

Este trabalho compõe um estudo mais amplo cujo objetivo é investigar as relações político-militares do Arsenal de Guerra de Porto Alegre (AGPA) durante o período marcado pelo conflito contra o Paraguai (1864-1870). Desse modo, neste texto objetivamos realizar uma análise da atuação dos presidentes da província do Rio Grande do Sul nas questões entendidas como sendo parte da logística para a Guerra da Tríplice Aliança,¹⁸ sobretudo a partir das relações do poder executivo com o AGPA. Para tanto, nossa base empírica corresponde, em sua maioria, às correspondências entre a instituição militar, os presidentes da província, o Ministério da Guerra e outras esferas que estiveram ligadas ao abastecimento militar.

O Arsenal de Guerra de Porto Alegre e o desenvolvimento logístico do Exército Imperial

Para que seja possível expor o papel desempenhado pelos presidentes de província, é necessário apresentar algumas considerações acerca da instituição militar Arsenal de Guerra de Porto Alegre, bem como, acerca dos processos logísticos que eram desempenhados pelo Exército Imperial durante o período abordado. Em meados do século XIX, o Império do Brasil passava por uma série de transformações estruturais, parte de um processo amplo de consolidação política.

É nesse contexto, onde projetos de construção de Estado-Nação estavam em disputa, que há uma reestruturação do Exército, sobretudo a partir do chamado regresso conservador. Segundo Adriana Barreto de Souza, o monopólio conquistado pelos conservadores colocou o Exército como um dos principais eixos de desenvolvimento, pois se fundou uma nova racionalidade técnico-administrativa que modificou o judiciário, a fazenda e uma série de outros setores. A tese central da autora em *O Exército na consolidação do Império* é de uma

17 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

18 Entendemos como logística de guerra a teia de atividades necessárias para realizar o abastecimento militar durante períodos de conflito. Nesta rede, aspectos bastante variados estão ligados de forma mais ou menos direta ao seu funcionamento, como a demanda e disponibilidade de mão de obra, de matérias-primas e produtos manufaturados, o envolvimento das esferas políticas e não-militares.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

redefinição do conceito de Estado Moderno feita pelo regresso. A nova definição “articula e põe em circulação um novo regime discursivo, cujo funcionamento implanta uma estratégia de mudança sociopolítica balizada na recuperação e reestruturação das forças de linha.” (SOUZA, 1999, p. 26). O argumento de Souza está baseado, entre outros aspectos, na análise da inserção política de militares, oficiais-generais e oficiais superiores, em cargos na Câmara, no Senado e na Presidência das províncias. Segundo a autora,

os generais de 1839, assim como os que ascenderiam ao generalato na década de 1840, participavam ativamente das reformas políticas instituídas pelo Partido Conservador, numa atuação que, se por vezes tinha o Exército como referência, em muito ultrapassaria os limites dessa instituição, expressando com clareza a sua inserção no grupo da elite política. (SOUZA, 1999, p. 64).

Entre as décadas de 1840 e 1850, as reformas que visavam centralizar as atribuições estatais ainda estavam sendo postas em prática. Este é o contexto de um processo complementar de construção do Estado através da organização de instituições e reorganização das esferas burocráticas, como aponta Ilmar de Mattos em *O tempo Saquarema* (1987). Dentre estas reformas institucionais, figurava o objetivo de melhorar a eficácia das Forças Armadas, através de uma grande reestruturação no Exército e do Ministério da Guerra, como veremos adiante.

Ao analisar os processos de modernização e profissionalização de alguns exércitos europeus, mais notadamente Prússia, França e Inglaterra, Samuel Huntington vai colocar cinco termos capazes de medir o estágio de desenvolvimento institucional. Sendo eles: “(1) as exigências para o acesso ao oficialato; (2) os meios de ascensão profissional; (3) o caráter de sistema educacional militar; (4) a natureza do sistema de estado-maior militar, e (5) o espírito e a competência gerais do corpo de oficiais.” (HUNTINGTON, 1996, p. 38). Seguindo as prerrogativas colocadas pelo autor, Fernanda Nascimento vai apontar que o Exército do Brasil no século XIX não era uma força profissional, mas “uma instituição em busca da profissionalização e de sua própria institucionalização.” (NASCIMENTO, 2018, p. 232-233).¹⁹

Segundo Nascimento (2018), a força possuía algumas características profissionais,

¹⁹ Dentre as mudanças e reformas institucionais pensadas para trazer eficiência ao Exército Imperial, podemos citar a lei que definia as formas de promoção e acesso ao oficialato, a criação de comissões de melhoramento de materiais, do corpo de saúde e de escolas de exercício prático para cavalaria e infantaria (NASCIMENTO, 2015, p. 207).

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

fruto das transformações ocorridas ao longo de todo o oitocentos. Entretanto, salienta que dois momentos de mudanças foram significativos: o contexto das reformas propostas pelo gabinete conservador e o período pós-guerra contra o Paraguai. Os aspectos apontados pela historiadora para seu entendimento do status do Exército nesse período são

sobretudo o ensino especializado, a existência de uma lei de acesso ao oficialato e um forte sentido de corporatividade. [...] No entanto, ressalta-se a falta de um Estado-Maior com atribuições bem definidas durante o século XIX, e que só irá se consolidar no primeiro quarto do século XX, e também meios claros de ascensão profissional. (NASCIMENTO, 2018, p. 232-233).

Ainda que o generalato tenha participado de forma ativa nos processos de reforma, como apontou Adriana Barreto de Souza (1999), o Exército neste contexto ainda apresentava alguns pontos de indefinição, assim como outros estamentos burocráticos. Sendo assim, nos parece apropriado considerar o Exército – assim como o próprio Estado brasileiro – como uma instituição que está em desenvolvimento, em processo de reorganização e profissionalização, conforme os modelos apresentados acima.

Do mesmo modo que os aspectos profissionalizantes estavam em desenvolvimento, as questões técnicas também passavam por transformações. Sendo assim, parece importante frisar que as atividades entendidas como pertencentes à logística, correspondem à uma análise a partir do presente, tendo em vista não haver uma definição, tampouco o uso da palavra “logística” em meados do século XIX, no Brasil. Exemplo disso são as diversas modificações realizadas na pasta da Guerra, algumas delas relacionadas com o que hoje podemos entender como parte da logística militar.

No que tange à atuação e organização do Ministério da Guerra durante o período aqui abordado, nos interessa saber quais alterações impactaram na atuação dos arsenais de guerra e nas atividades logísticas. De acordo com Felipe Pessanha de Almeida, os conservadores viam a administração liberal como desorganizada e anárquica, além de entenderem que o desmantelamento do Exército era a causa da falta de ordem de norte a sul do Império (ALMEIDA, 2013). Desse modo, como mencionado, a partir do Regresso Conservador, uma série de alterações foram postas em prática em diversos setores públicos, como foi o caso da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra.²⁰

Com a nomeação de Sebastião do Rêgo Barros para o ministério em 1837, a pasta da

²⁰ Neste trabalho, Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra e Ministério da Guerra serão usados de forma equivalente, tendo em vista que ambas nomenclaturas são referenciadas nas fontes.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Guerra passa a trabalhar em prol de uma racionalização de sua estrutura e organização, bem como da reestruturação do Exército, como apresentamos. Dentre o conjunto de alterações implementadas está o registro minucioso das atividades realizadas pela pasta da Guerra e das demais instituições à ela vinculadas.

Quando se trata das questões mais aproximadas ao objeto deste trabalho, uma grande reforma foi implementada a partir do Decreto n.º 112, de 22 de dezembro de 1841. Este dispositivo estabelecia, entre outras coisas, a divisão da secretaria em três seções, sendo a terceira delas responsável por

1º formar, e ter em dia o estado do armamento, equipamento, e fardamento, tanto do existente nos Arsenaes e outros quaesquer depositos como do que se achar distribuido pelos Corpos, ou Fortificações, e do que se houver de distribuir em épocas determinadas; e tudo e que fôr respectivo ao fornecimento, descarga, e consumo dos referidos generos; 2º tudo quanto fôr relativo á Fortificações, Arsenaes, Fabricas, Hospitaes, Aquartelamentos, Prisões, e mais Estabelecimentos pertencentes à Repartição da Guerra; detalhes de serviços, marchas de Tropa, fornecimento de viveres, forragens, transportes, remontas, e reservas (BRASIL, 22 de dezembro de 1841).

Além disso, o decreto instituiu uma Contadoria centralizada, cuja segunda seção era responsável por tomar conta de todas as despesas e receitas relacionadas com o material do Exército, além de excluir a Contadoria do Arsenal de Guerra da Corte, unificando-a com a Contadoria Geral da Guerra. Nesse sentido, é possível notar que as ações que visavam racionalizar a organização da pasta, suas atividades e gastos levou em consideração as questões de fornecimento de materiais, dedicando seções específicas para trabalhar com este ramo militar.

Outro momento importante para o desenvolvimento dos aspectos logísticos do Exército Imperial foi a criação da repartição do Quartel-Mestre General. Enquanto o Exército Imperial esteve mobilizado no Rio Grande do Sul para lutar contra Juan Manuel Rosas, decretou-se a organização das repartições do Exército que se encontrava no sul do Império. De acordo com Felipe Pessanha de Almeida, as repartições de Ajudante-General e do Quartel-Mestre General tiveram suas atividades consideradas satisfatórias e o sucesso obtido na guerra contra Rosas tornaram essa organização um modelo a ser repetido na organização geral do Exército Imperial (ALMEIDA, 2013).

O Decreto n.º 1127, de 26 de fevereiro de 1853, cria a nova repartição e regulamenta sua organização, funções e competências, que hoje podem ser entendidas como relativas à

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

logística do Exército, ainda que este termo não seja empregado no período. O Art. 5º estabelece as responsabilidades do Quartel-Mestre General, enquanto o Art. 6º divide a repartição em seções:

Pertence á 1ª Secção tudo quanto for concernente ao armamento, tanto do Exercito como das Fortificações, equipamento, arreios, provisões, e petrechos de guerra, insignias, utensilios e outros objectos. [...] Á 2ª Secção compete tudo o que tiver relação com o fardamento, sua carga e descarga aos Arsenaes, Deposito, e Corpos militares, e sua fiscalisação. Á 3ª Secção, todos os objectos indicados no Art. 5º, e de que não forem encarregados a outras Secções (BRASIL, 1853, s.p.).

Além dessa divisão, o Art. 6º traz uma questão pertinente e que nos possibilita compreender a dimensão inovadora e, em parte, experimental dessa nova repartição: "O Governo, com tudo, ouvindo o Chefe da Repartição, poderá modificar os encargos, acima designados para cada huma das Secções, da maneira que a experiencia mostrar ser mais acertado para o bem do serviço." (BRASIL, 1853, s.p.). Sendo assim, é possível notar que, pouco mais de uma década antes do conflito com o Paraguai e em virtude dos sucessos experimentados nos conflitos na Bacia do Prata, o Ministério da Guerra e o Exército começavam a colocar em prática uma racionalização das práticas entendidas por esta pesquisa como sendo pertencentes ao ramo da logística militar.

Em 1860 ocorreu a última modificação pertinente ao fornecimento militar anterior à Guerra da Tríplice Aliança. Novamente na administração de Sebastião do Rêgo Barros, uma reforma geral extingue as antigas seções e estabelece diretorias anexas à estrutura central do ministério, sendo a 3ª Diretoria-Geral do material incumbida das atividades anteriormente postas a cargo da Repartição do Quartel-Mestre General. Com o Decreto n.º 2677, de 27 de novembro de 1860, ampliam-se as incumbências, sobretudo do sentido de fiscalizar as atividades e gastos e de manter arquivados os documentos que fossem recebidos pela diretoria. (BRASIL, 1860).

As atividades das seções da Diretoria-geral do material foram estabelecidas pelo Art. 64 do referido decreto. A primeira seção ficou encarregada de "toda a escripturação relativa ao armamento do Exercito e das Fortalezas, equipamento, arreiamentos, munições de boca e de guerra, insignias, utensis e quaesquer outros objectos." (BRASIL, 1860, s.p.). Ficava à cargo da segunda seção a escripturação de tudo que fosse concernente ao fardamento do Exército, bem como sua carga e descarga nos arsenais, nos depósitos e para os corpos

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

militares. Já a terceira ficou encarregada de classificar e guardar todos os papéis recebidos pela repartição.

Todas as modificações expostas até aqui demonstram as tentativas de burocratização e racionalização do Ministério da Guerra, dando atenção, entre outras coisas, às questões logísticas, de registro e controle das atividades desenvolvidas e dos materiais produzidos e/ou fornecidos. Em contrapartida, ainda havia uma série de aspectos indefinidos na atuação das instituições ligadas às atividades de suprimento militar. Exemplo disso é a regulamentação dos arsenais de guerra.

De modo geral, o Arsenal de Guerra pode ser entendido como uma instituição cuja função era “fornecer para o Exército armamento, todas as munições de guerra, fardamentos e equipamentos ali fabricados ou vindos do exterior. Era, portanto, fábrica e depósito.” (FIGUEIRA, 2001, p. 90). Os primórdios do Arsenal remontam a meados do século XVIII,²¹ servindo, até a chegada da família real portuguesa, basicamente como um depósito. Após 1808, diversos órgãos foram criados com o objetivo de suprir as necessidades do Exército e da Marinha, como os arsenais e as fábricas de ferro e pólvora (CASTRO, 1996).

No caso da província do Rio Grande do Sul, se considerarmos a documentação contida no *Fundo Arsenal de Guerra*²², sob guarda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), a correspondência mais antiga remonta ao ano de 1811, apontando para a existência do Trem de Guerra em Porto Alegre.²³ O viajante Auguste de Saint Hilaire em visita à cidade, no início da década de 1820, escreveu acerca de um depósito de armas e de um local onde seriam instaladas oficinas, devido a necessidade da tropa (SAINT-HILAIRE, 1979, p. 63).

Todavia, somente com um decreto sem número, datado de 21 de fevereiro de 1832, ficou estabelecida a existência da instituição militar Arsenal de Guerra do Rio Grande do Sul enquanto tal. Além desse, o dispositivo também instituiu e regulamentou os arsenais nas províncias da Bahia, do Pará, Pernambuco e do Mato Grosso e a criação de depósitos nas demais províncias, com abastecimento a cargo do arsenal mais próximo.²⁴ O regulamento

21 Primeiramente, o Arsenal de Guerra da Corte foi chamado de Casa do Trem ou, no caso do Rio Grande do Sul, chamado de Trem de Guerra.

22 É importante salientar que este fundo documental não possui numeração para além de caixas e maços. A organização do acervo consiste em uma separação apenas temporal, com a caixa e maço número 1 correspondendo aos documentos mais antigos do conjunto.

23 ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRs). *Fundo Arsenal de Guerra*. Caixa 1, maço 1.

24 AHRs. Fundo Legislação Códice 53. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Decreto de 21 de fevereiro de 1832. Actos do Poder Executivo, Rio de Janeiro: Typ Imperial e Constitucional de Seignot-Plancher, 1832.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

contido no decreto determinou quais seriam os empregados do AGPA e suas respectivas funções e vencimentos, estabeleceu a implementação de oficinas, regulou o ingresso de menores aprendizes na instituição, bem como suas aulas e seus professores, entre outras questões.

Os funcionários exigidos pelo dispositivo eram um diretor, um ajudante do diretor, um almoxarife, um escrivão, um escriturário, um amanuense, um fiel, um apontador, um porteiro, um ajudante do porteiro e o número de guardas de armazéns que fosse necessário para o bom funcionamento das atividades. Além dos cargos, o dispositivo estabelece uma relação de subordinação do Diretor – e, conseqüentemente, do próprio arsenal – com as respectivas Presidências de Província:

Art. 4º. Pertence ao Director a Administração Geral do Arsenal, sendo com tudo sujeito ao Presidente da Província, cujas ordens fará executar. [...] Art. 5º. O Director será nomeado pelo Presidente da Provincia, e esta nomeação deverá sempre recahir em Officiaes Militares intelligentes. Art. 6º. O Director não mandará dar genero algum do Arsenal sem ordem por escripto do Presidente da Provincia.²⁵

Essa dependência da instituição militar para com o Presidente da Província foi aqui apresentada e poderá ser melhor vislumbrada no segundo momento do artigo, onde demonstraremos que, no cotidiano das atividades relativas ao suprimento militar durante a guerra contra o Paraguai, os homens a frente do poder executivo da província, tiveram relevante atuação.

Um aspecto que deve ser atentado ao longo de toda essa escrita é o fato de não haver um sistema logístico estruturado, fazendo com que uma parcela significativa das atividades de suprimento para a guerra fossem pensadas no momento em que a demanda se colocava. Essa questão ficará evidente ao longo deste trabalho, onde exploraremos os conflitos jurisdicionais, a falta de recursos financeiros e materiais, a inexistência de linhas de transportes para todos os destinos, entre outros pontos. Esse aspecto exige ainda mais ponderação ao pensar a administração e o funcionamento do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, não sendo possível uma simples análise de dispositivos legais.

O desenvolvimento estrutural das instituições militares e das atividades logísticas desde a década de 1830 não foi acompanhado de uma atualização regulamentar. Esta é uma

25 AHRS. Fundo Legislação Códice 53. *Coleção das Leis do Imperio do Brazil*. Decreto de 21 de fevereiro de 1832. Actos do Poder Executivo, Rio de Janeiro: Typ Imperial e Constitucional de Seignot-Plancher, 1832.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

crítica encontrada em relatórios do Ministério da Guerra, cujos representantes entendiam a defasagem de um dispositivo pensado há mais de 30 anos. João Lustoza da Cunha Paranaçuá, ao relatar as atividades ministeriais da pasta da guerra no ano de 1866, escreve que os arsenais ainda se regem pelo regulamento de 1832 e que

uma só consideração é suficiente para patentear a necessidade de se reformar semelhante regulamento. Na época da sua promulgação o nosso exercito não estava no pé em que hoje se acha; o numero de suas praças era metade do exigido actualmente pelas circumstancias ordinarias, e reclamava elle então só o provimento para as suas mui limitadas necessidades. Hoje o desenvolvimento do pais, o crescimento da população, e uma dura experiencia adquirida na guerra actual, pedem um exercito melhor organizado; e o augmento do pessoal militar traz forçosamente augmento de material de guerra, cujo fornecimento encontra serias difficuldades nas disposições daquelle regulamento. Conforme o tem reconhecido meus illustres antecessores, e esta augusta camara o tem autorizado, deve esse regulamento soffrer reforma radical; circumstancias imperiosas, porém, tem impedido o governo Imperial de effectuar tão util reforma. Uma commissão foi nomeada para estudar os melhoramentos do arsenal, e apresentar as bases de um regulamento, que garante o bom fabrico do material de guerra, sua guarda, conservação e distribuição, dê meios para a boa fiscalização dos dinheiros publicos, em grossas sommas despendidas com o fornecimento de artigos bellicos, e ao mesmo tempo simplifique o jogo administrativo, para não complicar a marcha do serviço de taes estabelecimentos, e a integridade daquella fiscalização.²⁶

Além de corroborar nossas ressalvas, o excerto acima salienta que o dispositivo legal não regulamentou as atividades fins dos arsenais, tendo seu foco voltado para o quadro de funcionários, a subordinação ao poder executivo da Província e para as companhias de menores aprendizes. Não havia especificações acerca dos trabalhos nas oficinas, tampouco modos operacionais para a produção, guarda e distribuição dos artigos bélicos e o registro das atividades.

Sendo assim, o regulamento estabeleceu a subordinação dos arsenais de guerra das províncias com os seus respectivos presidentes. Entretanto, a falta de atualização dos dispositivos legais e as indefinições resultantes disso, somadas às situações extraordinárias ocasionadas pela guerra possibilitaram que os homens à frente do poder executivo provincial tivessem papel de destaque nas decisões logísticas para a Guerra da Tríplice Aliança.

26 Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima terceira legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos Negocios da Guerra João Lustoza da Cunha Paranaçuá, Rio de Janeiro, 1865. Pg 44. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950_1867_00001.pdf>>. Acesso em 20/nov/19.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

O poder executivo provincial e sua atuação junto ao Arsenal de Guerra de Porto Alegre

Como mencionado, o AGPA era uma instituição militar cuja direção administrativo-burocrática deveria ser feita por um oficial militar, considerando este aspecto, pareceria correto supor que esta organização estivesse subordinada às instâncias militares. Entretanto, apesar de haver a sujeição, a partir de 1860, ao Ministério da Guerra, mais especificamente à 3ª Diretoria-geral do material, foi possível notar o destacado papel desempenhado pelos presidentes da província.

O dispositivo que regulamentou os arsenais de província, determinava a sujeição da instituição às ordens da presidência e que o diretor não deveria remeter nenhum gênero sem ordem escrita do presidente.²⁷ Como demonstraremos, o presidente desempenhou um papel decisório em grande parte das questões atinentes ao AGPA. Quando não exerceu esta função deliberativa, atuou como uma espécie de intermediário, sobretudo entre as decisões do Ministério da Guerra e as necessidades da instituição situada em Porto Alegre.

Antes de explorar o papel dos presidentes é necessário atentar para pequenas especificidades apontadas pela historiografia para o caso do Rio Grande do Sul, no que diz respeito à sua elite política. Pesquisas como as de Jonas Moreira Vargas (2010, 2011), Luis Augusto Farinatti (2010) e Carla Menegat (2018) nos possibilitam refletir acerca da impossibilidade de categorizar determinados indivíduos como tão somente políticos, militares ou estancieros. A especificidade da província sulista reside, entre outras coisas, na constante existência de conflitos bélicos e na forma como as elites política e agrária estavam ligadas ao mundo militar.

No caso dos presidentes de província, Adriana Barreto de Souza, ao analisar a atuação do oficialato em cargos políticos, afirma que

o caminho mais comum parece ter sido o exercício da função de presidente de província: oito dos 15 oficiais dirigiram pelo menos uma das 19 províncias brasileiras, e a preferência recaía sobre aquelas que encontravam-se rebeladas (SOUZA, 1999, p. 62).

Uma rápida busca dos homens que estiveram no comando da província de São Pedro já nos mostra a grande incidência de militares no cargo. Desde o início da povoação no sul do

²⁷ AHRS. Fundo Legislação Código 53. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Decreto de 21 de fevereiro de 1832. Actos do Poder Executivo, Rio de Janeiro: Typ Imperial e Constitucional de Seignot-Plancher, 1832.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Brasil, homens com experiência militar estiveram no comando da província, por vezes ocupando de forma concomitante o posto de Comandante de Armas.

Amanda Both, ao estudar a administração provincial e a atuação dos presidentes de província, nos mostra que as atribuições do poder executivo eram

bastante alargadas, incluindo a fiscalização de todas as repartições da província, a resolução temporária de conflitos de jurisdição, o provimento de diversos cargos, a apuração de quaisquer eventos que ocorressem na província, entre outras. (BOTH, 2020, p.17).

As questões apresentadas por Both serão aqui corroboradas, uma vez que demonstraremos que a atuação dos presidentes junto ao AGPA não se resumia a autorizar remessas de produtos, como proposto do regulamento. O fato de existir mais homens para armar e fardar, com batalhões atuando em frentes diversas, fez com que o poder executivo provincial desempenhasse um papel preponderante, não somente no que tange à arregimentação das tropas, mas também no trabalho de provê-las. Como mencionado anteriormente, Adriana Souza afirma que era comum militares serem nomeados para cargos de presidentes de província. Se novamente considerarmos o histórico belicoso do sul do Império, esta característica se mostra compreensível sobretudo para o caso da província de São Pedro.

Entretanto, Amanda Both observou que, entre os homens que estiveram a frente do poder executivo provincial entre 1845 e 1889, a maioria era bacharel em direito. Para a historiadora, essa preferência reside nos “conhecimentos técnicos específicos adquiridos durante o curso”, importante para um Estado que se construía nos moldes de uma monarquia constitucional. (BOTH, 2020, p. 54). Outro aspecto importante apresentado por Both é a socialização nas faculdades de direito, “proporcionando o contato entre os filhos das elites de todo o Império”. (2020, p. 55). Estes aspectos já haviam sido considerados em outros estudos das elites. Contudo, Both, ao analisar os dados dos presidentes, consegue estender essas conclusões aos homens a frente da presidência da província.

Nesse sentido, durante os anos apreciados por este estudo, dos oito indivíduos que ocuparam o poder executivo na província, apenas dois, ao que foi possível constatar, exerceram atividades militares, sendo eles Francisco do Rego Barros, o Conde da Boa Vista (julho 1865 a abril 1866) e Guilherme Xavier de Sousa, que atuou entre julho e agosto de

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

1868. Apesar de não representar a maioria dos presidentes do período, o primeiro acumulou os cargos de Comandante das Armas da província durante a guerra e o segundo substituiu Caxias no Comando das Forças Brasileiras até entregá-las a Conde d'Eu. Outro ponto que pode ser interpretado como um indicativo da relevância do cargo e a sua relação com questões militares é que este foi ocupado, durante a década de 1850, por dois indivíduos que, no período do conflito contra o Paraguai, atuaram como ministro da Guerra: Manuel Vieira Tosta, o Barão de Muritiba, e Ângelo Muniz da Silva Ferraz, o Barão de Uruguaiana.

Dos quatro homens que foram nomeados²⁸ para a presidência durante o conflito e não foram militares, todos possuíam experiência administrando outras províncias do Império.²⁹ Isso nos permite pensar na estratégia por trás dessas escolhas, sendo este um contexto que demandava capacidades políticas e administrativas, mas, em certa medida, conhecimentos de questões militares. Nesse sentido, podemos utilizar o caso da nomeação de Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello. Segundo Vitor Izecksohn e Miquéias Mügge, a escolha por Homem de Mello, apoiada por Caxias e Osório, estava diretamente ligada com a necessidade de organizar o recentemente criado Terceiro Corpo do Exército e com o sucesso de Homem de Mello na arregimentação de homens quando presidente da província do Ceará. (IZECKSOHN; MÜGGE, 2016).

Estes aspectos talvez ajudem a compreender situações discutidas nas correspondências, especialmente no que tange às confusões de subordinação entre esta esfera e instâncias militares. Nessa perspectiva, temos dois casos ocorridos com Homem de Melo para exemplificar acerca das confusões entre as competências de cada setor. Em ofício remetido em 23 de janeiro de 1868, o ministro da Guerra, João Lustoza da Cunha Paranaguá acusa o recebimento do aviso

em que V Ex^a me participou que n'aquella data seguia para a Cidade do Rio Grande e respectiva fronteira afim de conhecer e examinar pessoalmente diversos ramos do serviço Publico, e *principalmente* para inspecionar os serviços militares; do que fico inteirado, louvando a V Ex^a pelo seu zelo e actividade. [grifos nossos].³⁰

28 Falamos em nomeados uma vez que não estamos considerando Joaquim Vieira da Cunha e Israel Rodrigues Barcelos, Vice-Presidentes que ocuparam os cargos de forma breve em momentos de transição.

29 São eles João Marcellino de Souza Gonzaga, Antônio Augusto Pereira da Cunha, Antônio da Costa Pinto e Silva e Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo.

30 AHEx. Códice do Rio Grande do Sul. Livro 70. Em 23 de janeiro de 1868, folhas 34-35.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Pelo trecho é razoável que possamos interpretar a atividade do presidente e o agradecimento do ministro como uma autorização para que um indivíduo em sua função política, exerça fiscalização de trabalhos militares. Também podemos supor que esta questão pudesse ser mais facilmente compreendida caso se desse com algum dos presidentes que também exerceram funções militares, o que não se aplica para este caso.

Entretanto, não se pode perder de vista que essa fiscalização do poder executivo não necessariamente tinha relação somente com as práticas militares em si, mas sim, vigiar as atividades administrativo-burocráticas das repartições militares. Nesse sentido, convém mencionar que, no início da guerra, a sede do governo provincial estava em Pelotas, sendo solicitado ao presidente que retornasse à Porto Alegre para “melhor remessa dos petrechos bellicos e para o movimento das tropas”.³¹ Isso nos dá indícios de quais eram as questões deveriam receber maior atenção dos presidentes.

Retomando as situações ocorridas com Homem de Mello, no mês de abril de 1868, um dia antes de sua saída da presidência, o Marquês de Caxias, então Comandante em Chefe do Exército escreve ao presidente acerca das substituições de soldados. Caxias informa fazer regressar os substitutos por entender que estes não tem condições de ocupar os lugares destinados, uma vez que não possuem as qualidades e treinamentos dos que foram destinados a substituir. E ao final acrescenta:

Alem destas razões ocorre mais uma outra pela qual não devem ser aceitas taes substituições, e vem a ser, as Prezidencias de Provincia nada teem com os corpos que se acham em campanha, e, por tanto, completamente fóra de suas jurisdições.³²

A partir de outra correspondência de Caxias, dessa vez para o Major Antônio José Dias Nunes, Comandante da Guarnição de Pelotas, clarificamos a que esfera compete a questão acima:

Não sendo V. S.^a competente para officiar-me directamente acerca de substitutos do Exercito, e muito menos para recebel-os em troca de praças, que eu não dispenso do serviço do que se acha sob meu Commando, sem aviso do Exm.^o Snr.^o Ministro da Guerra, unica autoridade a quem obedeço em materia de serviço militar.³³

31 AHRs. A-2.43. Livro de Registro de correspondência reservada enviada pelo Presidente ao Ministério da Guerra. Ofício reservado nº 28, de 31 de maio de 1865, folhas 30-32.

32 AHN. Coleção Ministério da Guerra. Códice 932 – vol. 1. Em 12 de abril de 1868. pp 259-260.

33 AHN. Coleção Ministério da Guerra. Códice 932 – vol. 1. Em 26 de setembro de 1867. p. 79.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Desse modo, entendemos que a negativa de Caxias para Homem de Melo não necessariamente diz respeito ao fato de este ser tão somente um político, já que o major Dias Nunes também não estava apto para tomar essa decisão. A subordinação do Comandante em Chefe ao Ministério da Guerra, nos revela que, neste caso, a hierarquia militar está acima das atividades desempenhadas pelo poder político. Ainda que o conteúdo destes ofícios não coincida com os objetivos desta pesquisa, utilizamos estas amostras de forma a atentar para as situações de confusões jurisdicionais.

Para o caso aqui apresentado, soube-se a quem competia tais tarefas. Porém, nem sempre estas ocorrências tinham resoluções rápidas, chegando, por vezes, ao Conselho de Estado. Na consulta realizada em 28 de junho de 1865, reuniram-se as pastas da Guerra, da Marinha e da Justiça para discutir a competência acerca das nomeações e demissões de ajudante de porteiro dos Arsenais de Guerra.³⁴ Apesar de não ser um caso excepcional,³⁵ consideramos que, para ser necessário consultar o Conselho, esta questão muito provavelmente deve ter gerado, no mínimo, discussões e, até mesmo, as mencionadas confusões.

Havia uma série de instâncias que estavam, aparentemente bem definidas, como sendo de responsabilidade da Presidência da Província. No que concerne ao papel resolutivo da presidência, essa função já ocorria antes do início da contenda contra o Paraguai, conforme regulamento de 1832. Grande parte das correspondências anteriores ao recorte temporal da guerra tratam de questões do cotidiano administrativo e produtivo do AGPA. Entre os assuntos comumente tratados estão as ordens de fabricação e envio de produtos, tópicos relativos aos menores aprendizes da classe provincial,³⁶ pedidos de informações sobre gastos,

34 AHN. Série Guerra – Gabinete do Ministro. IG¹ 611. Consulta em 28 de junho de 1865.

35 "Em geral, tratava-se de consultas que identificavam indefinições, omissões e a necessidade de esclarecimento de funções e competências administrativas, nos conflitos entre as autoridades provinciais e as prerrogativas do poder central em nomeações diversas, decisões judiciais, legislação provincial etc." MARTINS, Maria Fernanda V. A velha arte de governar: o Conselho de Estado no Brasil Imperial. In: *Topoi*, vol. 7, n.º 12, pp 178-221. jan./jun., 2006. p. 191.

36 Como aponta Maicon Santos (2018), havia no Arsenal de Guerra de Porto Alegre duas classes de menores aprendizes, provincial e geral. Essa divisão dizia respeito, entre outras coisas, a qual instância estava responsabilizada pela manutenção financeira dos meninos.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

entre outros. Muito embora o conteúdo não tenha se modificado substancialmente a partir do início da guerra, foi possível notar uma ampliação do leque de assuntos discutidos nos ofícios e, por consequência, das obrigações e possibilidades deliberativas do presidente.

Logo no início da contenda, João Marcelino de Souza Gonzaga, então presidente da província, passa a deliberar acerca das providências para o fornecimento de produtos para as tropas. Em dois ofícios datados de 4 de janeiro de 1865, de numeração 2 e 3, Souza Gonzaga emite ordens para que o diretor do AGPA, Coronel João Antônio Mendes Totta, realize transações com particulares e convoque interessados em realizar esta comercialização. A primeira resolução manda “afixar os competentes editaes para a factura” de peças de fardamento, prática que será recorrente durante o período abordado.

A segunda ordem expedida pelo presidente diz respeito à averiguação da qualidade dos produtos oferecidos para o Arsenal:

sobre a compra de lombilhos, tendo a caza Bormann & C.^a offerecido vender de mil a dous mil lavrados, que os tem prompts, a razão de doze mil réis, cumpre que Vm^{cc} mande examinar um desses arreios para combinar sua qualidade com a dos outros que se tem mandado fazer a onze mil e seis centos réis.³⁷

Souza Gonzaga conclui que, sendo os produtos aprovados, a compra poderia ser feita, pois o preço estava abaixo daquele anteriormente pago pelo Arsenal. No ofício seguinte, tendo em vista os preços razoáveis e a urgência da demanda, ordena que se compre do mesmo negociante, lanças e ponteiras de ferro.³⁸ Essas práticas se tornarão comuns, com a premissa do exame dos produtos e do controle dos gastos como algo constantemente retomado, não apenas pela Presidência, mas também pelo Ministério da Guerra. Isso não se dava somente com os editais, mas também com as remessas de costuras para mulheres e com os contratos firmados com farmacêuticos.³⁹ Outro aspecto que estava aos cuidados do poder executivo provincial era a atenção com o que deveria ser remetido para cada corpo ou batalhão:

37 MUSEU MILITAR DO COMANDO MILITAR DO SUL (MMCMS). Livro de registro das correspondências recebidas pelo Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Livro 1. Ofício n.º 2, de 4 de janeiro de 1865.

38 *Ibidem*. Ofício n.º 3 de 4 de janeiro de 1865.

39 Costuras conforme MMCMS. Livro de registro das correspondências recebidas pelo Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Livro 1. Ofício sem número, datado de 14 de maio de 1865 e ofício n.º 105, de 08 de abril de 1865. Farmacêuticos conforme AHEx. Códice do Rio Grande do Sul. Livro 70. Em 23 de janeiro de 1868, folhas 47 e 51.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

declaro-lhe que não forneça ao Corpo n.º 14º de G. N.^{es} clavinas e pistolas fulminantes das que se destinão aos Corpos de linha; porque estando os outros Corpos da G. N.^{al} armados com arma de fuzil, não convem essa diferença que pode trazer confusões e inconvenientes nas munições que são distribuídas aos Corpos. Da Côrte se esperão pistolas de fuzil e então serão fornecidos a este, e os outros Corpos que vão ser organizados.⁴⁰

Com esse ofício podemos retomar a noção da necessidade de que o presidente da província tivesse conhecimentos, ainda que básicos, acerca de assuntos militares. Não podemos supor que qualquer indivíduo não-militar, no século XIX ou hoje, saiba que há diferenciação entre as munições conforme o armamento utilizado. Sendo assim, Souza Gonzaga, mesmo não tendo atuado como militar, necessitava de certo conhecimento para que sua responsabilidade deliberativa com o Arsenal pudesse se desempenhar de forma satisfatória.

Porém, ainda que o poder executivo tivesse um papel decisório nestas questões, não se pode perder de vista que, sendo o Arsenal uma repartição militar, uma série de questões determinadas pelos presidentes passavam por corroboração da instância militar superior, neste caso, o Ministério da Guerra. Ainda que nem tudo estivesse devidamente regulamentado, havia conhecimento de uma série de preceitos que deveriam ser cumpridos. Um deles era a quem competia a aprovação dos pedidos de fornecimentos.

Em correspondência enviada pelo ministro Angelo Moniz da Silva Ferraz,

o Director do Arsenal de Guerra de Porto Alegre não póde satisfazer pedido algum dos Corpos, ou de Autoridades Militares sem ordem de V. Ex.^a [presidente da província], assim como os pedidos feitos de Montevidéo devem ser dirigidos directamente a esta Secretaria de Estado.⁴¹

Segundo o excerto, os pedidos feitos de Montevidéo, e nesse caso, cremos tratar-se do depósito lá existente, deveriam ser encaminhados para a pasta da Guerra. Não encontramos quais as motivações para a diferenciação das esferas aptas a aprovar envios de suprimentos, mas é possível supor que a aprovação do Ministério para remessas em Montevidéo tem relação com o fato de se tratar de um despacho com destino fora das fronteiras do Império.

40 MMCMS. Livro 1. Ofício n.º 6, de 5 de janeiro de 1865.

41 AHEx. Códice do Rio Grande do Sul. Livro 68. Registro das correspondências enviadas pelo Ministério da Guerra para diversas autoridades da província. Em 02 de abril de 1866, folhas 118 verso e 119.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Qualquer que fosse a justificativa, esse é um dos casos em que o presidente da província necessitava de aprovação dos ministros da guerra para a decisão que houvesse tomado.

Em 18 de dezembro de 1867, o ministro Cunha Paranaguá informou que estava

aprovada a deliberação que V. Ex.^a tomou de ordenar ao Director do Arsenal de Guerra de Porto Alegre a remessa para Montevideo, com destino ao Exercito em operações, de diversos objectos, de que há supprimento no mesmo Arsenal, requisitados em officio que de ordem do General Commandante do 2º Corpo do mesmo Exercito lhes fora dirigido pelo Tenente Coronel Deputado do Quartel Mestre General do referido 2º Corpo.⁴²

Apenas utilizamos o caso acima para exemplificar uma aprovação sendo concedida, aprovação essa que estava determinada, como mostrado no excerto anterior. Contudo, essa validação das ações da presidência não se dava apenas através da pasta da Guerra. Algumas questões, ainda que de competência de algum cargo, poderiam passar por verificação. Como é o caso da consulta realizada ao Conselho de Estado em outubro de 1865, referente às conveniências das medidas adotadas pelo presidente acerca dos serviços de transporte bélico da cidade de Rio Pardo para a fronteira com o Uruguai. O caso era o seguinte:

O dito Presidente tinha de effectuar a remessa de volumes militares para aquella fronteira e para isso fez affixar editaes. Apparecerão somente duas propostas e essas por preços fabulosos. Continuando a procurar por esse meio a offerta de carretas, nada pôde obter senão por taes preços, sabendo por fim que os donos dellas se tinham combinado para impôr o frete ao Governo. Em taes termos lançou o Presidente mão da Lei de 9 de Setembro de 1826, mandando que o Juiz Municipal do Rio Pardo tomasse posse do numero de carretas necessarias, e fizesse avaliar o preço rasoavel; que se os donos não quisessem receber, seria posto em deposito.⁴³

Os ministros reunidos transcrevem os artigos da lei mencionada, que diz respeito a possibilidade de exigir o uso ou emprego de propriedades particulares quando isto for de necessidade para a defesa do Estado ou para a segurança pública. Mas entendem que o presidente pecou ao não seguir os trâmites impostos pela dita lei:

as Secções não duvidão de que, no caso em questão, era e é applicavel a disposição delles [os artigos das leis], tendo apenas de notar que o Presidente não se dirigisse, como convinha, por intermedio do procurador da Fazenda

42 AHEX. Códice do Rio Grande do Sul. Livro 70. Em 18 de dezembro de 1867, folha 21.

43 AHN. Série Guerra – Gabinete do Ministro. IG¹ 611. Consulta em 02 de outubro de 1865. Folhas 19-20.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Publica nos termos do subdito artigo 3º, pois que tal processo deve ser verbal e sumarissimo, pelo que não oppera demora a urgencia do serviço. Embora a necessidade fosse notoria e urgente, para a defesa e segurança do Estado, que de certo não devem ser compromettidas, convém salvar as formulas de antemão, e com providente precedencia.⁴⁴

Esta consulta possibilitou que os conselheiros discutissem a necessidade de criação de transportes regulares para algumas das demandas bélicas, mas entendem que a opção pelos contratos deve ser mantida. Na avaliação dos ministros,

1º a medida tomada pelo Presidente embora util no momento, pode vir a ser prejudicial no futuro; 2º que quer o governo crie, ou não alguns ramos de transportes militares seus, é preferível recorrer, pelo que faltar ao expediente de Contractos celebrados á tempo e d'antemão para não receber a lei no momento do conluio dos especuladores, 3º que, devendo prever-se, que apesar desses dous expedientes pode ocorrer o caso de precisar-se de transportes em alguma localidade, e não quererem os donos delles fornecellos, ou exigirem preços fabulosos, convém, para evitar isso, que se regularise o meio auxiliar das requisições feitas em virtude da citada Lei de 9 de setembro de 1826, mediante as providencias que forem as mais acertadas. O referido Regulamento de 7 de dezembro de 1811 manda formar, numerar e marcar os transportes nos districtos que devão contribuir, e faser um detalhe das prestações com que devão concorrer quando necessarias, de modo que se guarde igualdade, e se evitem violencias ou oppressões parciais, o que certamente seria injusto. O projecto lembrado deve ser organizado por Officiaes não só intelligentes mas alem disso conhecedores das localidades da Provincia de S. Pedro do Sul, e do itinerario provavel das marchas militares, ou dos effectos, bagagens e mais pertences bellicos.⁴⁵

Para além da questão inicial proposta a partir deste excerto – a validação das decisões da presidência da província –, podemos notar que, meses após o início do conflito, o Império buscava formas de resolver os problemas logísticos. Um aspecto essencial como os transportes era feito somente mediante contratos o que, como foi demonstrado, podia gerar inconvenientes e dificuldades no fornecimento. Este aspecto conversa diretamente com duas questões apresentadas anteriormente: a precariedade do Exército e a necessidade de articulações e alterações para que a logística da guerra pudesse ser desempenhada de forma mais eficiente.

Portanto, tendo em vista o que foi posto até aqui, pudemos demonstrar que, muito embora a presidência da província fosse responsável pela tomada da maioria das decisões do

44 *Idem.*

45 *Idem.*

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

AGPA, alguns aspectos ainda deveriam ser transmitidos para apreciação e consideração de esferas superiores. Uma dessas instâncias era o Ministério da Guerra que, como vimos, tinha uma diretoria dedicada a tratar do material e se relacionou diretamente com os presidentes da província no que concerne ao conjunto de atividades necessárias à logística de guerra.

Além disso, o próprio ministério, na figura de seus ministros ou dos oficiais responsáveis pela diretoria do material, decidiam a respeito de funções e obrigações do Arsenal de Porto Alegre. Mesmo nesses casos, a presidência da província tem papel destacado, uma vez que agia como porta-voz das decisões tomadas na Corte. Na maioria dos casos, os ofícios que a pasta destinava ao poder executivo da província eram relativos à produtos manufaturados ou matérias-primas que estavam sendo remetidas pelo Arsenal de Guerra da Corte para o da Província. Em anexo, normalmente havia uma via com a descrição dos artigos e quantidades que deveriam ser recebidas em Porto Alegre, de forma a possibilitar a conferência. As informações deste cunho eram repassadas ao diretor do AGPA, que deveria comunicar quando do recebimento das remessas.

Ademais, decisões administrativas e burocráticas também podiam partir do Ministério da Guerra com direção ao AGPA, por intermédio da presidência. Em novembro de 1867, Paranaguá avisa Homem de Melo que nomeou "o Alferes reformado do Exército Manoel Augusto Bacellar para o lugar de Commandante da Companhia de Operarios Militares do Arsenal de Guerra de Porto Alegre."⁴⁶ A possibilidade de decidir sobre o corpo de funcionários e empregados atuantes no AGPA vai além das nomeações:

De V Ex^a as necessarias ordens para que no vapor da Companhia Brasileira que deve sair desta Corte no dia 5 do corrente, embarque nessa Provincia o maior numero possivel de praças da Companhia de Operarios Militares que não farão falta ao Arsenal de Guerra de Porto Alegre afim de bem servir o Corpo de Artilharia do Exercito em operação.⁴⁷

Por mais que Paranaguá tenha salientado que o envio destes praças só deveria ocorrer em caso de não desfaltar o AGPA, essa correspondência nos dá a dimensão do quanto o Ministério da Guerra poderia interferir na instituição. Também podemos pensar no fato de, em janeiro de 1868, haver mais a necessidade de praças disponíveis para o serviço ativo do que

46 AHEx. Códice do Rio Grande do Sul. Livro 70. Em 29 de novembro de 1867, folha 13.

47 AHEx. Códice do Rio Grande do Sul. Livro 70. Em 29 de novembro de 1867, folhas 27-28.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

para executar trabalhos dentro do Arsenal.⁴⁸ Levantamos essa hipótese na medida em que, no início da guerra contra o Paraguai, mais especificamente, em março de 1865, pelo menos 10 empregados do AGPA foram liberados do serviço ativo da Guarda Nacional.⁴⁹

A ingerência dos ministros também se apresentava na forma de dispor recursos para concertos e ampliações no AGPA e nos seus depósitos: "Declaro a V Ex^a em solução ao seu officio de 27 do mez passado, que pode mandar proceder os concertos de que precisa o edificio que serve de quartel para a guarda do Deposito de Polvora da Ilha das Pedras Brancas."⁵⁰ Essa questão também se mostrava conveniente quando os cofres provinciais não eram capazes de prover as reformas necessárias, como foi o caso da construção de duas fornalhas na oficina de latoeiros do AGPA. A Tesouraria da Fazenda, informou "não haver credito no corrente exercicio para a mencionada despeza", desse modo, o presidente informa ao diretor do Arsenal que solicitou ao Ministro da Guerra as necessárias providências a respeito.⁵¹

Com isso, ainda que o Ministério da Guerra não mantivesse relações diretas com o Arsenal de Porto Alegre, a intermediação da presidência da província possibilitava que a pasta interferisse na instituição, tanto no que tange às suas atividades produtivas, mas também em seus operários e espaços físicos. Nesse sentido, cabe apontar que, durante o período aqui estudado, concluiu-se um novo edificio para o funcionamento do AGPA, demanda que se arrastou por cerca de uma década e que dependeu, entre outras coisas, da ingerência do Ministério da Guerra.

Após analisar a relação direta do presidente da província com o Arsenal e a sua atuação como mediador entre o Ministério da Guerra e o AGPA, percebemos estas como as

48 Nesse sentido, é preciso atentar para os diferentes momentos do conflito, não somente no que diz respeito à possível diminuição na necessidade de artigos que o AGPA fornecia, mas também na diminuição drástica do alistamento voluntário para o *front*. Cf. IZECKSOHN, V. Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. IN: CASTRO, C.; KRAAY, H.; IZECKSOHN, V. (Orgs.) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 187.

49 MMCMS. Ofício n.º 96, de 21 de março de 1865.

50 AHEX. Códice do Rio Grande do Sul. Livro 70. Em 29 de novembro de 1867, folha 46.

51 MMCMS. Livro de registro das correspondências recebidas pelo Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Livro 1. Ofício n.º 7, de 5 de janeiro de 1865.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

duas principais esferas envolvidas com a logística desenvolvida pelo Arsenal. Doravante, dedicaremos o restante do texto para discorrer sobre o papel do poder executivo provincial como mediador entre o AGPA e outras esferas militares e políticas, além de negociantes e entidades civis.

Uma dessas instâncias era o posto de Comandante em Chefe do Exército que, por diversas vezes remeteu pedidos ao presidente da província no sentido de fornecer armamentos, utensílios para alimentação, fardamentos, entre outros artigos. Poderíamos, assim, utilizar uma série de correspondências para clarificar esta prática, porém, escolhemos uma que nos permite pensar alguns aspectos da relação entre o presidente e o comandante. Em janeiro de 1868, Caxias escreve a Homem de Melo para, entre outras coisas, agradecer

cordialmente a V. Ex.^a em prova de seu zelo e solicitude pelo serviço público. E como V. Ex.^a teve a bondade de oferecer-me alguns dos artigos de equipamento de cuja falta se rescente as Forças de meu commando, rogo á V. Ex.^a que, se for possível, ordene a confecção e remessa para este campo, não só de 2000 lanças com as respectivas bandeirolas, do novo modelo, como também 4000 bornaes, 4000 cantis de madeira, [...] visto haver grande falta nos depositos deste Exercito das peças de equipamento acima mencionadas, agradecendo desde já á V. Ex.^a mais este serviço prestado ao desenvolvimento e marcha das nossas operações.⁵²

Esta é uma das poucas correspondências onde se vê agradecimentos. O único caso já citado aqui era relativo à ida da presidência até a fronteira para inspecionar os serviços militares algo que, ao que tudo indica, tratava-se de “trabalho extra”. Aqui percebemos o reconhecimento de Caxias no que ele considerou ser um bom desempenho das funções que estavam sobre incumbência de Homem de Melo. Contudo, isso não fez com que o comandante aceitasse que o presidente gerisse assuntos que não estavam na sua alçada, como visto anteriormente para o caso das substituições. Também é possível ponderar se, por ventura, o tratamento cordial dado por Caxias a Homem de Melo tenha, de alguma forma, influenciado o segundo a determinar algo que estava fora de sua alçada, visto que as duas situações ocorreram com poucas semanas de diferença.

Outro aspecto que pode ser considerado a partir do ofício supracitado diz respeito a quais eram as formas que Caxias, e outros comandantes em chefe, utilizaram para pedir suprimentos. Caxias diz não haver nos depósitos do Exército os artigos que está solicitando

52 AHN. Coleção Ministério da Guerra. Códice 932 – vol. 1. Em 10 de janeiro de 1868. pp 184-185.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

que sejam fornecidos pelo AGPA. Logo, isso nos permite deduzir que, antes de realizar o pedido ao presidente, o comandante tenha averiguado a existência desses produtos com outras instâncias, como os próprios depósitos. Não há nos arquivos consultados para este estudo, subsídios que nos permitam inferir se havia a prática de solicitar remessas de artigo diretamente com os depósitos. Essa hipótese não pode ser descartada, mas deve ser relativizada, na medida em que os depósitos do Rio Grande do Sul eram entendidos como filiais do Arsenal de Guerra de Porto Alegre e, desse modo, sujeitos às mesmas práticas burocráticas.

Outra atuação de mediação do poder executivo foi com a Câmara Municipal de Porto Alegre, acionada para contribuir com o abastecimento militar para a guerra contra o Paraguai. Em janeiro de 1867, a presidência solicitou apoio para suprir as demandas do conflito, assunto que foi discutido na 1ª reunião ordinária dos vereadores:

Lida a Circular do Ex.^{mo} S.^r Presidente da Provincia de 22 do mez passado, invocando todo o esforço dos sentimentos patrioticos da Camara, no sentido de por todos os meios ao seu alcance auxiliar o movimento que ora se faz nessa Provincia para levantamento de novos recursos tendentes á sustentação da guerra contra o Paraguay; resolveo-se responder que a Camara faria neste sentido quanto estivesse ao seu alcance, e manda publicar pela imprensa esta Portaria.⁵³

Não foi possível encontrar base empírica que nos permitisse saber se as resoluções da Câmara foram postas em prática. De qualquer modo, optamos por utilizar esse exemplo na medida em que ele nos dá dimensão das articulações necessárias para que as demandas da guerra pudessem ser sanadas, bem como, do papel que a presidência da província desempenhou nesta tarefa. Além disso, nota-se que não há menção ao Arsenal de Guerra, mas sabemos que ele também era responsável pela distribuição dos artigos militares.

Nesse sentido, ainda que este caso não seja claramente uma circunstância de mediação de uma demanda que partiu do AGPA, se as doações ocorressem na forma de armamentos, equipamentos e fardamentos, os serviços de distribuição realizados pelo Arsenal seriam necessários para que os materiais doados chegassem ao seu destino. Entretanto, para além de solicitação de auxílio, uma série de doações foram oferecidas aos Corpos, podendo ser realizadas diretamente ao AGPA ou ao poder executivo. Elas provém, sobretudo de grupos de

53 ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSES VELLINHO (AHPAMV). Atas da Câmara Municipal de Porto Alegre. Livro 16, folha 167.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

mulheres e associações religiosas.

O *esforço de guerra* foi um aspecto importante durante o conflito contra o Paraguai, podendo ocorrer na forma de voluntariado para o combate, doação de indivíduos escravizados, cedência de prédios para o funcionamento de quartéis, hospitais, depósitos, enfermarias, entre outros. Com os fardamentos não foi diferente. Este artigo também aparece como bem doado com “o mais sincero patriotismo”. Na extensa lista das doações ocorridas por todo o Império durante o ano de 1865, não há menção a nenhuma doação de fardamentos sendo realizada na província do Rio Grande do Sul.⁵⁴ Entretanto, foi possível encontrar ofícios do Arsenal de Guerra e dos presidentes da província de São Pedro aceitando e agradecendo por doações desse tipo de artigo.

O conjunto documental utilizado nesta pesquisa diz respeito, principalmente, à documentação oficial trocada entre as esferas analisadas. Desse modo, a relação que o AGPA estabeleceu diretamente com indivíduos não-militares tem sua apreensão limitada, pois é analisada a partir dos registros oficiais e a forma como eles mediarão e perceberão essas relações. Contudo, a necessidade de apreciação e autorização por parte da presidência da província, fez com que solicitações enviadas por homens e mulheres diretamente ao AGPA estivessem presentes na gama de fontes consultadas.

Diversos indivíduos, sobretudo mulheres, se dirigiram diretamente ao Arsenal para comunicar o interesse em ofertar artigos em caráter de doação. De acordo com correspondência enviada pelo diretor do AGPA para a presidência da província, é pedido para que se aceite as doações oferecidas pela Associação Particular de Mães Cristãs, que disponibilizaram-se a costurar 500 pares de calças ou camisas. Para vislumbrar melhor, transcrevemos a carta que as mulheres remeteram ao Arsenal:

As abaixo assignadas [...] senhoras da Associação particular das Maes Christãs offerecem-se nesta dacta ao Exmo. Snr. Prezidente para costurar gratuitamente quinhentos pares de calças ou camizas para fardamento do exercito, e como antes da contestação, poderá V. Sa. carecer da realização de nossa offerta. As abaixo assignadas vem repetil-a à V. Sa. obrigando-se à receber e apromptar o ditto nº de peças desde que V. Sa. lhes manda distribuir quer seja em grosso, quer em porções sucessivas a medida que o

54 Relação dos donativos feitos ao Estado para as despesas da guerra bem como para aquisição de Voluntario da Patria desde janeiro de 1865 até agora, de 20 de abril de 1866. Documento de 43 páginas anexo ao Relatório apresentado a Assembléa Geral Legislativa na quarta sessão da decima segunda legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, de 14 de maio de 1866. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950_1866_00001.pdf>>. Acesso em: 20/nov./19.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Arsenal precise. Por tanto, e movidas no mais sincero patriotismo. A V. Sa. pedem que haja de lhes fazer a graça d'acceptar a offerta e distribuir-lhes as referidas costuras. [Assinam] Francisca Lopes Teixeira Bastos; Mathilde Barreto Pereira; Maria L. Lopo Teixeira Bastos; Michaela Betbeze d'Oliveira Nerÿ; Maria Aldina d'Araujo Ribeiro; Thereza Emilia de Lima; Aurelia Teixeira Bastos Santos; Delfina Roza d'Araujo; Francisca Bezerra Heinrelmann [sic]; Rita Emilia Rodrigues Barreto. Porto Alegre, 7 de Março 1865.⁵⁵

Apesar de fugir de nossos objetivos, é interessante notar que neste caso, assim como no da Câmara Municipal de Porto Alegre, emerge um discurso de caráter patriótico.⁵⁶ Uma vez que, ambos os casos tratam de ajudas/doações, nos permite pensar até que ponto o sentimento é tão somente o que motiva esses auxílios ou estas ocasiões são vistas como uma possibilidade de obtenção de algum grau de reconhecimento e prestígio. A carta transcrita acima foi remetida como anexo a um pedido da direção do AGPA no sentido de ficar autorizado pelo presidente os recebimentos dos referidos artigos de fardamento em caráter de doação. Poucos dias após o envio, Souza Gonzaga declara que aceita a oferta.

Em todos os ofícios de doações de peças de fardamento que foram analisados, elas foram feitas por mulheres ou associações de mulheres, muito provavelmente porque o trabalho necessário para produzir fardamentos, a costura, era uma atividade comumente praticada nessas agremiações. Outro oferecimento partiu das Irmãs de Congregação do Sagrado Coração de Maria, instituição religiosa que atuava no ensino de meninas. Segundo relatórios presidenciais, essa congregação esteve à frente dos chamados asilos, espaços de caridade que recebiam meninas para serem educadas.⁵⁷ Até 1860, foi responsável pelo Asylo de Santa Leopoldina, em Porto Alegre⁵⁸ e, ao que tudo indica, no momento em que ofertaram

55 AHRs. Fundo Arsenal de Guerra. Caixa 24. Ofício enviado ao Diretor do Arsenal de Guerra. 07 de março de 1865.

56 Para José Murilo de Carvalho, a Guerra da Tríplice Aliança foi “o fator mais importante para a construção de uma identidade brasileira no século XIX”. Segundo o autor, ao contrário de outros marcos como a Independência e a Proclamação da República, que mobilizaram apenas parcelas da população, a campanha contra o Paraguai “colocou em risco a vida de milhares e combatentes, produziu um inimigo concreto e mobilizou sentimentos poderosos”. CARVALHO, J. M. Brasileiro, uni-vos!. In: *Forças armadas e política no Brasil*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Todavia, 2019. p. 265.

57 Segundo diversos relatórios presidenciais das décadas de 1850 e 1860, os asilos recebiam meninas expostas da Santa Casa de Misericórdia, crianças indígenas e meninas cujas famílias pagavam para realizar seu estudos na instituição. Esses dados aparecem nos relatórios pois esses estabelecimentos eram subvencionados pelos cofres provinciais e, comumente são descritos no bojo do assunto “Estabelecimentos de caridade” ou “Estabelecimentos pios”.

58 Quando o Asylo de Santa Leopoldina mudou-se da rua da Igreja para o Caminho Novo (ambos locais em Porto Alegre), para ocupar um prédio na chácara do Desembargador Manoel José de Freitas Travassos, as Irmãs

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

as costuras, administravam o Asylo de Nossa Senhora da Conceição e o Asylo do Coração de Maria, nas cidades de Pelotas e Rio Grande, respectivamente.⁵⁹

De acordo com Alessandra Schueler (1999), o currículo nos educandários femininos costumava contar com a doutrina cristã, a leitura, a escrita e o cálculo elementar, acrescidos das aulas de bordados e costura.⁶⁰ Desse modo, não surpreende que a congregação tenha oferecido os serviços de suas alunas e o trabalho gratuito de suas agulhas, para “manufaturarem mensalmente o número de peças de fardamento que permitirem suas forças”, salientando que estão disponíveis enquanto durarem as urgências do Exército.⁶¹ O oferecimento das Irmãs foi aceito pelo presidente Souza Gonzaga, que agradece a “patriótica oferta”.⁶² Igual resolução se deu ao oferecimento realizado pelo Asylo Santa Leopoldina, que dispôs seis educandas para manufaturarem bandeirolas para lanças e doarem fios para a sutura de feridos em combate.⁶³ Ocorrem outras situações semelhantes, onde outras entidades e grupos femininos ofertam seus serviços.

Além de mostrar outros grupos que se envolvendo nas atividades de suprimento militar a cargo do Arsenal de Porto Alegre, os exemplos acima reforçam o caráter de dependência do AGPA em relação à presidência, bem como da baixa autonomia do Arsenal frente a questões simples. Consideramos simples na medida em que aceitar doações não implica, necessariamente, que haja alguma atividade no Arsenal. Desse modo, pensamos que a subordinação da instituição militar ao poder executivo não se dá somente em virtude dos gastos dos cofres públicos provinciais, mas também em respeito à hierarquia estabelecida, por mais descomplicado que fosse o assunto. Outro aspecto importante é que essa subordinação das repartições ao poder executivo gerava uma série de comunicações entre as esferas, na

da congregação optaram por não acompanhar a mudança. Com isso, o asilo passou a ter como regente Saturnina Coelho do Prado. Cf. Relatório apresentado à Assembléa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul, na 1ª sessão da 9ª legislatura pelo Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, 1860. pg. 27. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1860_00001.pdf>. Acesso em: 20/mai./20.

59 Para Asylo de Pelotas: *Idem*.

Para Asylo de Rio Grande: Relatório apresentado pelo presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul Dr. Espiridião Eloy de Barros Pimentel, na 1ª sessão da 11ª legislatura da Assembleia Provincial, 1864. pp. 42-43. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1864_00001.pdf>. Acesso em: 20/mai./20.

60 SCHUELER, Alessandra F. Martinez. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Revista Brasileira de História*. v. 19, n. 37, pp. 59-84 São Paulo, set., 1999. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-01881999000100004>>. Acesso em: 20/mai./20.

61 AHRs. Fundo Arsenal de Guerra. Caixa 24. Maço 29. Ofício nº 85, de 10 de março de 1865.

62 MMCMS. Livro 1. Ofício nº 100, de 23 de março de 1865.

63 MMCMS. Livro 1. Ofício nº 81, de 2 de março de 1865.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

província e na Corte. Para Amanda Both (2020), esses circuitos comunicacionais e as informações obtidas/compartilhadas através deles eram o principal mecanismo utilizado para garantir a governabilidade da província.

Também através dos anexos de solicitações feitas aos presidentes, observou-se que negociantes trataram com o Arsenal questões para além das vendas de produtos. Há uma série de pedidos de indivíduos que atuavam profissionalmente em ofícios manuais que pedem dispensa de seus recrutamentos. Utilizamos aqui os homens contratados pelo negociante Frederico Bier, por haver sido possível encontrar a resolução dada pelo presidente da província para a questão levantada.

Frederico Bier escreve um ofício ao diretor do Arsenal de Guerra, ao qual anexa requerimentos de cinco indivíduos que atuam como ferreiros. Essa é apenas uma amostra de um conjunto de requerimentos desse cunho, feitos por Bier, entre 26 de julho e 2 de agosto de 1865. O negociante solicita a dispensa do destacamento por entender que,

todos estão trabalhando em artigos bellicos para o Arsenal [...], e cuja dispensa do destacamento em quanto que os referidos officiaes trabalham para o arsenal he muito necessario. As difficuldades para os mestres que contratarão comigo se tornão todos os dias mais serias, e se tantos estes individuos como os mais pelos quaes ainda hei de requerer não forem promptamente dispensados, corre-se. grande risco, que não seja possivel para mim completar o meu fornecimento no prazo estipulado.⁶⁴

Um dos documentos enviados por Bier ao AGPA é assinado por Peter Barth. Ele salienta que não poderá cumprir com o contrato firmado com o AGPA “se não fôr dispensados do destacamento da Guarda Nacional o seu official Delfino Liegel, [...] até que seja preenchido seu contracto”.⁶⁵ Através desses requerimentos ficamos esclarecidos que Bier nada mais era do que o indivíduo que negociava com o Arsenal de Guerra. Após isso, ele contratava uma oficina ou mestre ferreiro [Barth] e este, então, empregava os homens que buscavam dispensa do serviço ativo [Liegel].

Em outra oportunidade, Bier escreve ao diretor José Joaquim de Lima e Silva:

⁶⁴ MMCMS. Livro 1. Requerimento s/n de Frederico Bier, de 2 de agosto de 1865. Anexo do Ofício n.º 346, de 7 de agosto de 1865. Neste requerimento, solicita-se a dispensa de João Joaquim de Fontes, Jacob Weissheimer, Antonio Francisco Ulm, Florencio José Lopes e Delfino Liegel.

⁶⁵ MMCMS. Livro 1. Requerimento s/n de Frederico Bier, de 2 de agosto de 1865. Anexo do Ofício n.º 346, de 7 de agosto de 1865. O documento assinado por Peter Barth, de 2 de agosto de 1865, é anexo ao de Frederico Bier que, por sua vez, é anexo ao Ofício n.º 346, de 7 de agosto de 1865.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

[n]os requerimentos inclusos pelos quaes V. S^a verá que he da maior importancia dispensar do serviço da Guarda Nacional os seguintes individuos: José Francisco Vargas, Augusto Frederico Veller [ou Vetter], Victor Antonio Baptista e Francisco Pereira da Silva Filho. Operarios de varios mestres, com os quaes contractei obra para o Arsenal sob a direção de V. S^a e peço pois á V. S.^a de dar os passos necessarios para que sejam dispensados os mencionados individuos.⁶⁶

Os passos necessários mencionados por Bier são o repasse das solicitações à presidência da província. Inclusive, este é um aspecto interessante da preservação desses documentos. Eles foram recebidos pelo AGPA, enviados para apreciação do presidente Conde da Boa Vista e, quando este enviou a resolução, retornou todos os requerimentos ao Arsenal. Desse modo, eles foram encontrados no Livro das correspondências recebidas pelo AGPA, sob salvaguarda do Museu Militar do Comando Militar do Sul.

A partir disso, podemos pensar em diversas motivações para esses requerimentos: a necessidade de cumprir o contrato em função das multas, o interesse pelos lucros advindos das vendas feitas ao Arsenal ou mesmo uma estratégia para escapar ao recrutamento. Ainda que não possamos inferir respostas sobre isso, é necessário apontar para os usos que os indivíduos davam ao estabelecimento militar. Além de espaço de negociações comerciais, o Arsenal poderia ser para esses homens um caminho para buscar a liberação do serviço das armas. As práticas de recrutamento, bem como as alternativas para escapar ao alistamento foram exploradas por diversos pesquisadores que analisaram os conflitos bélicos e as instituições militares do Império. Foram apontados desde os aspectos organizacionais e entraves legais, que isentava uma série de grupos, por exemplo, mas sobretudo, os usos políticos do recrutamento, sendo utilizado como mecanismo para a construção e reprodução de redes clientelares.⁶⁷

Vitor Izecksohn resume essas questões ao pensar o recrutamento na província do Rio de Janeiro durante a Guerra da Tríplice Aliança e entende que suas análises podem ser estendidas para outras províncias. Acerca das vigências legais, salienta que “era difícil definir quem não possuía isenções legais. [...] todos podiam apresentar as mais variadas razões para serem dispensados.” (IZECKSOHN, 2004, p. 192). Além disso, menciona que os indivíduos buscavam meios mais drásticos para conseguir a liberação, como a automutilação.

66 MMCMS. Livro 1. Requerimento s/n de Frederico Bier, de 29 de julho de 1865. Anexo do Ofício n.º 346, de 7 de agosto de 1865.

67 Para citar alguns: FERTIG, 2010; LUFT, 2013; IZECKSOHN, 2002; RIBEIRO, 2013; VARGAS, 2010.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

(IZECKSOHN, 2004, p. 194). Mas a questão principal era seu papel uso político, onde a proteção de um líder militar ou de uma figura política notável consistiam no “meio mais efetivo que a rebelião ou a fuga”. (IDEM).

Quaisquer que fossem as motivações, os argumentos utilizados por Bier, Barth e outros homens que assinaram esses documentos foram: a escassez de mão de obra especializada, impossibilidade de cumprir os prazos estabelecidos com o Arsenal e que a dispensa estava sendo solicitada somente até a conclusão dos acordos com o AGPA. Quando consultado sobre estes requerimentos, o presidente da província Conde da Boa Vista, responde que não autoriza nenhuma das dispensas solicitadas por Frederico Bier, por entender que aqueles indivíduos haviam sido destacados entre os disponíveis para isso.⁶⁸

Esses pedidos foram feitos no momento que a guerra estava no seu início, ainda gerando entusiasmos e muitos alistamentos voluntários e doações. Em virtude disso, é importante pensar nas motivações que levaram à negativa de Boa Vista. Considerando as demandas da guerra e, conseqüentemente, do AGPA, não seria absurdo dispensar os indivíduos que possuíssem a expertise dos ofícios necessários à fabricação dos artigos bélicos, como é o caso dos ferreiros. Pensando nas questões jurisdicionais expostas em outro momento, talvez a presidência não possuísse autonomia para isso. Contudo, vale relembrar que uma série de empregados do AGPA tiveram suas dispensas autorizadas pelo presidente Souza Gonzaga. Os dois casos carregam diferenças importante: a presidência e a direção do Arsenal eram ocupadas por indivíduos diferentes, as dispensas eram para indivíduos com relações distintas com AGPA, mas no caso dos empregados do Arsenal, já havia a liberação do Comandante da Guarda Nacional de Porto Alegre e São Leopoldo. Por fim, resta destacar que, ainda que os homens de Frederico Bier, de algum modo, fossem necessários aos trabalhos do Arsenal, não podemos perder de vista que os seus conhecimentos técnicos também tinham importância no campo de batalha. Um indivíduo com habilidades de ferreiro poderia realizar pequenos consertos, por exemplo, sem depender de algo ou alguém externo aos acampamentos.

Considerações finais

Tendo em vista o que foi discutido até aqui, foi possível notar que o poder executivo

⁶⁸ MMCMS. Livro 1. Ofício n.º 346, de 7 de agosto de 1865.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

provincial teve atuação destacada nas decisões concernentes à logística para a Guerra da Tríplice Aliança. Entretanto, este artigo buscou discutir apenas a atuação dos presidentes junto ao Arsenal de Guerra de Porto Alegre e o abastecimento militar desempenhado pelo estabelecimento.⁶⁹ Ainda que se tratasse de um cargo político ingerindo acerca de atividades militares, presidentes de província operaram diretamente com o AGPA e realizaram a mediação dessa instituição militar com a pasta da Guerra, outras esferas militares e políticas, além de indivíduos e entidades, para citar alguns.

Entre o papel decisório e o de mediação, presidentes de província realizaram operações ligadas à remessa de armas, pedidos e aceite de doações, nomeação de trabalhadores, compra de produtos manufaturados, contratação de transportes, fiscalização dos serviços, entre outros. Por fim, ainda que as indefinições legais e burocráticas de um período de consolidação do Estado tenham criado diversas situações de conflitos jurisdicionais, o poder executivo provincial, pelo menos para o caso do Rio Grande do Sul, pode ser considerado uma peça chave para compreender as articulações políticas para o empreendimento logístico da Guerra da Tríplice Aliança.

Referências

Arquivos

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO (AHEx). Códice do Rio Grande do Sul. Livro 68. Registro das correspondências enviadas pelo Ministério da Guerra para diversas autoridades da província. Em 02 de abril de 1866, folhas 118 verso e 119.

AHEx. Códice do Rio Grande do Sul. Livro 70. Em 29 de novembro de 1867, folha 13.

_____. Em 18 de dezembro de 1867, folha 21 verso.

_____. Em 2 de janeiro de 1868, folhas 27-28.

_____. Em 15 de fevereiro de 1868, folha 46.

_____. Em 23 de janeiro de 1868, folhas 34-35.

_____. Em 18 de fevereiro de 1868, folhas 47 e 51.

ARQUIVO HISTÓRICO NACIONAL (AHN). Série Guerra – Gabinete do Ministro. IG¹ 611. Consulta em 28 de junho de 1865.

⁶⁹ Importante salientar que o poder executivo da província esteve diretamente ligado à outros ramos da logística militar para a Guerra da Tríplice Aliança, como a distribuição de dietas e a compra de cavalaria. Contudo, essas questões não passavam pelo AGPA, por isso não foram aqui discutidas.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

- _____. Consulta em 02 de outubro de 1865. Folhas 19-20.
- AHN. Coleção Ministério da Guerra. Códice 932 – vol. 1. Em 26 de setembro de 1867. p. 79.
- _____. Em 12 de abril de 1868. pp 259-260.
- _____. Em 10 de janeiro de 1868. pp 184-185.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRIS). Fundo Legislação Códice 53. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Decreto de 21 de fevereiro de 1832. Actos do Poder Executivo, Rio de Janeiro: Typ Imperial e Constitucional de Seignot-Plancher, 1832.
- AHRIS. Fundo Arsenal de Guerra. Caixa 24. Maço 29. Ofício nº 85, de 10 de março de 1865.
- _____. Ofício sem número enviado ao Presidente da Província, em 15 de abril de 1865.
- _____. Ofício enviado ao Diretor do Arsenal de Guerra, em 07 de março de 1865.
- AHRIS. A-2.43. Livro de Registro de correspondência reservada enviada pelo Presidente ao Ministério da Guerra. Ofício reservado nº 28, de 31 de maio de 1865, folhas 30-32.
- ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSES VELLINHO (AHPAMV). Atas da Câmara Municipal de Porto Alegre. Livro 16, folha 167.
- MUSEU MILITAR DO COMANDO MILITAR DO SUL (MMCMS). Livro das correspondências recebidas pelo Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Livro 1. Ofício n.º 2, de 4 de janeiro de 1865.
- _____. Ofício n.º 3, de 4 de janeiro de 1865.
- _____. Ofício n.º 6, de 5 de janeiro de 1865.
- _____. Ofício n.º 7, de 5 de janeiro de 1865.
- _____. Ofício n.º 81, de 2 de março de 1865.
- _____. Ofício n.º 96, de 21 de março de 1865.
- _____. Ofício n.º 100, de 23 de março de 1865.
- _____. Ofício sem número, datado de 14 de maio de 1865 e ofício n.º 105, de 08 de abril de 1865.
- _____. Requerimento s/n de Frederico Bier, de 29 de julho de 1865. Anexo do Ofício n.º 346, de 7 de agosto de 1865.
- _____. Requerimento s/n de Frederico Bier, de 2 de agosto de 1865. Anexo do Ofício n.º 346, de 7 de agosto de 1865. Neste requerimento, solicita-se a dispensa de João Joaquim de Fontes, Jacob Weissheimer, Antonio Francisco Ulm, Florencio José Lopes e Delfino

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Liegel.

_____. Requerimento s/n de Frederico Bier, de 2 de agosto de 1865. Anexo do Ofício n.º 346, de 7 de agosto de 1865. O documento assinado por Peter Barth, de 2 de agosto de 1865, é anexo ao de Frederico Bier que, por sua vez, é anexo ao Ofício n.º 346, de 7 de agosto de 1865.

_____. Ofício n.º 346, de 7 de agosto de 1865.

Legislação e relatórios

BRASIL. Decreto n. 112, de 22 de dezembro de 1841. Dando nova organização à Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, e substituindo a contadoria do Arsenal de Guerra [da Corte] por uma Contadoria Geral anexa à mesma Secretaria, na conformidade do Art. 32 da Lei 60 de 20 de outubro de 1838, e do Art. 39 da Lei 243 de 30 novembro de 1841.

Disponível

em:

<<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM0112.htm>>. Acesso: 30/mar/2019.

_____. Decreto n. 1127, de 26 de fevereiro de 1853. Crea a Repartição de Quartel-Mestre General, e regula as suas funções. Disponível em: <<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1127-26-fevereiro-1853-558756-norma-pe.html>>>. Acesso em 30/mar/2019.

_____. Decreto n. 2677, de 27 de novembro de 1860. Approva o Regulamento para a Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, Repartições do Ajudante-General do Exercito e Quartel Mestre General e Contadoria-Geral da Guerra. Disponível em: <<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2677-27-outubro-1860-556782-publicacaooriginal-76912-pe.html>>>. Acesso em 30 mar 2019.

Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima terceira legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos Negocios da Guerra João Lustoza da Cunha Paranaguá, Rio de Janeiro, 1865. Pg 44. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950_1867_00001.pdf>>. Acesso em 20/nov/19.

Relação dos donativos feitos ao Estado para as despesas da guerra bem como para aquisição de Voluntario da Patria desde janeiro de 1865 até agora, de 20 de abril de 1866. Documento de 43 páginas anexo ao Relatorio apresentado a Assembléa Geral Legislativa na quarta sessão

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

da décima segunda legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra,
de 14 de maio de 1866. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950_1866_00001.pdf>>. Acesso em 20/nov/19.

Relatório apresentado à Assembleia Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul, na 1ª sessão
da 9ª legislatura pelo Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, 1860. pg. 27. Disponível
em: <http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1860_00001.pdf>. Acesso em 20/nov/19.

Relatório apresentado pelo presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul Dr.
Espiridião Eloy de Barros Pimentel, na 1ª sessão da 11ª legislatura da Assembleia Provincial,
1864. pp. 42-43. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1864_00001.pdf>. Acesso em 20/nov/19.

Bibliografia

ALMEIDA, Felipe Pessanha de. A Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra (1821-1889)
[recurso eletrônico]. *Cadernos Mapa - Memória da Administração Pública Brasileira*. n. 6.
Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. Brasileiro, uni-vos!. In: *Forças armadas e política no Brasil*.
Edição revista e ampliada. São Paulo: Todavia, 2019.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. O Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. In: BRASIL.
Anais do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro. v. 28, 1996.

BOTH, Amanda Chiamenti. *Administração provincial e governabilidade no império do
brasileiro: um estudo a partir do perfil de recrutamento e da comunicação política dos
presidentes da província do RS (1845-1889)*. 265 f. Tese. Pontifícia Universidade Católica do
Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2020.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais. Famílias de elite e sociedade
agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. *Soldados e negociantes na Guerra do Paraguai*. São Paulo:
Humanitas / FFLCH-USP – FAPESP, 2001.

HUNTINGTON, Samuel P. O soldado e o Estado – Teoria e Política das Relações entre civis
e militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da Discórdia: A Guerra do Paraguai e o núcleo profissional
do Exército*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2002.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

_____. Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. IN: CASTRO, Celso.; KRAAY, Hendrik.; IZECKSOHN, Vitor. (Orgs.) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

IZECKSOHN, Vitor; MÜGGE, Miquéias. A criação do Terceiro Corpo do Exército na província do Rio Grande do Sul: conflitos políticos resultantes da administração militar nos anos críticos da Guerra do Paraguai (1866-1867). *Revista Brasileira de História*. v. 36, n. 73, pp. 183-207. São Paulo, 2016.

LUFT, Marcos Vinicius. "*Essa guerra desgraçada*": recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina. 237 f. Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2013.

MARTINS, Maria Fernanda V. A velha arte de governar: o Conselho de Estado no Brasil Imperial. In: *Topoi*, vol. 7, n.º 12, pp 178-221. jan./jun., 2006.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O tempo Saquarema. São Paulo: Hucitec, 1987.

MENEGAT, Carla. Cultura política, guerra e projeto nacional: uma discussão sobre a política imperial e os proprietários brasileiros no Uruguai (1845-1863). In.: DOMINGOS, Charles et al (orgs.). *Capítulos de História Política*. São Leopoldo: Oikos, 2018.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *A imprensa periódica militar no século XIX: política e modernização no exército brasileiro (1850-1881)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015. p. 207. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/5995/2/468437%20-%20Texto%20Completo.pdf>>. Acesso em: 20/ago/2018.

_____. Militares e política no século XIX: uma abordagem através do estudo da imprensa periódica militar. In: BARBOSA, Jefferson et al. (orgs.). *Militares e política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

SAINT-HILAIRE, August de. *August de Saint-Hilaire em Porto Alegre, 1820-21*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre/SMEC, 1979.

SANTOS, Maicon Lopes dos. "Úteis a si mesmos e a Pátria": as classes de menores aprendizes do Arsenal de Guerra de Porto Alegre/RS (1850 – 1870). 125 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2018.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

SCHUELER, Alessandra F. Martinez. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Revista Brasileira de História*. v. 19, n. 37, pp. 59-84 São Paulo, set., 1999.

SOUZA, Adriana Barreto de, O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte – Os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul*. Santa Maria (RS): Editora UFSM, 2010.

_____. “Um negócio entre famílias”: A elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889). In.: HEINZ, Flávio Madureira. (Org.) *História social de elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011.

**O POLICIAMENTO DA BRIGADA MILITAR: UMA NOVA FORMAÇÃO
DISCURSIVA? (1913-1957)**

Kelvin Emmanuel Pereira da Silva⁷⁰

Introdução

Este artigo busca analisar quais foram as mudanças discursivas que ocorreram na Brigada Militar (BM), polícia militar do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1913 e 1957. Para isso, estudam-se dois regulamentos, que estão situados em momentos diferentes da instituição. O regulamento de 1913 está inserido no período em que a Brigada era considerada um “exército estadual”, pois dispunha de poder de fogo, por vezes, superior ao do Exército. Já o regulamento de 1957 está situado num momento em que a BM passou a ser considerada uma força auxiliar policial do Exército, portanto, com poder de fogo diminuído.

Portanto, foram elencados os seguintes questionamentos: quais as mudanças discursivas na BM? Quais foram as condições que permitiram essas mudanças? Essas mudanças implicam uma nova formação discursiva? Caso haja uma nova formação discursiva, ela está relacionada a uma outra formação ideológica?

Construção da problemática

Em 17 de janeiro de 1936, a Lei nº 192 determinou a reorganização das polícias militares. (BRASIL, 1936) Essa reorganização incidiu sobre diversas questões como fixação de números de vagas para promoções e definição de um foro para julgamento de crimes previstos no Código Penal Militar. Além disso, a Lei institucionalizou a prática do comando da polícia militar exercida por militares do Exército. Essa Lei pode ser entendida como parte de um contexto maior de mudanças políticas no Brasil, pois ela ocorre no governo de Getúlio Vargas, que em 1930 assumiu a presidência da República, dando “[...] início a uma nova fase da história política brasileira”, já que “[...] deslocou as tradicionais oligarquias do epicentro do poder”. (FERREIRA, 2008, p. 407-408)

No contexto específico das polícias militares, a Lei é percebida por Romeu Karnikowski como um indício do processo de “desbelicização” que ocorreu nas polícias militares, em que essas deixavam de serem “potências bélicas”. (KARNIKOWSKI, 2010, p.

⁷⁰ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

205) O conceito de “desbelicização” indica como as polícias militares foram aos poucos perdendo sua potência de fogo, sendo que um dos pontos mais significativos é o art. 12: “É vedado às Polícias Militares possuir artilharia, aviação e carros de combate, não se incluindo nesta última categoria os carros blindados”. (BRASIL, 1936)

Uma das polícias que vem sendo estudada pela historiografia a partir desse aspecto de perda da potência bélica é a Brigada Militar, já que “muito embora a força policial-militar estadual da Bahia fosse maior que a do Rio Grande em 1909, era qualitativamente inferior, pois a Brigada Militar do Rio Grande tinha mais rifles que qualquer outra força estadual”. (LOVE, 1975, p. 123) Ou seja, a experiência de significativo poder de fogo da Brigada Militar vem sendo apontada como um indício de algo maior e ligado ao próprio contexto político de legitimação dessa potência, já que se pode observar que o projeto de fortalecimento das polícias estaduais está relacionado com a manutenção política das oligarquias regionais, conforme aponta o sociólogo Karnikowski:

Entre 1822 e 1889, as províncias estavam sujeitas ao formato centralizador do Império, com pouca margem de determinação política e administrativa e, principalmente, sem disporem de suas próprias constituições. Com a instauração da República em 1889, mormente depois da promulgação da Constituição dos Estados Unidos do Brasil em fevereiro de 1891, as províncias passaram a ser designadas como Estados como parte da nascitura ordem federativa que vigorou até 1930. Dentro da autonomia dada pela estrutura federativa aos Estados, os seus respectivos presidentes (governadores), puderam atuar na construção e instituição de suas próprias forças militares, legitimados nas suas Constituições estaduais. No entanto, os presidentes de cada Estado, apoiado por poderosas oligarquias, tiveram de constituir suas forças militares no estrato das forças policiais que já existiam. A estrutura dessas forças conforme o Estado e sua realidade. Os governadores conseguiram profissionalizar suas forças estaduais, dando-lhe carreiras bem definidas, garantias nos postos e treinamento militar, onde a Força Pública de São Paulo e a Brigada Militar do Rio Grande do Sul são os principais exemplos dessa evolução profissional militar. (KARNIKOWSKI, 2010, p. 102)

Ou seja, a força de um exército estadual adveio na esteira da autonomia dada aos Estados na visão política da federação. É importante ressaltar que o processo de “desbelicização”, após o período da Primeira República e início do governo Vargas foi um processo longo, sendo a Lei 192 apenas o “começo do fim dos exércitos estaduais”. (KARNIKOWSKI, 2010, p. 205).

Analisando a experiência da Brigada Militar, entendida aqui nesse estudo como uma

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

polícia com grande capacidade bélica durante a Primeira República, pode-se observar que as oligarquias do Rio Grande do Sul se utilizaram dessa força militar para se manter no poder. A maior expressão disso foi a permanência do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) de 1891 até 1930. Na visão de Joseph Love o PRR e a BM serviram como base para a sustentação do castilhismo. (LOVE, 1975, p. 83).

Observando o tempo de permanência do PRR no poder, é possível identificar que a BM também foi usada para manter o partido, já que no período da Revolução Federalista, onde opositores do castilhismo questionaram a forma política de instauração no poder, a instituição foi usada intensivamente para reprimi-los. Ronaldo de Moraes chama a atenção para uso da violência durante a Revolução Federalista, estando a BM no papel importante de estabilização política pós-guerra civil:

A Brigada Militar teve um papel importante após a guerra, pois o sucesso da normalização jurídica, ou melhor, da efetivação da lei, depende, em larga medida, dos mecanismos coativos do Estado Moderno. Todavia, não podemos reduzir a instituição militar ao uso exclusivo da violência bruta. Há um elemento simbólico que concerne ao militar que não deve ser negligenciado. A força pública rio-grandense na figura do soldado-burocrata atuou como elemento ideológico do poder castilhista na medida em que sua identificação com o Estado encontrou correspondência da população. Assim, a estatização da violência proporcionava a exequibilidade dos atos administrativos do governo em nome do “bem público”. Destarte, a milícia brigadiana criou, em larga medida, as condições para a governabilidade castilhista, ao mesmo tempo em que assegurou a execução da utopia positivista, visto que, com a ordem estabelecida, favorecia-se o exercício das leis e dos atos administrativos, premissa *sine qua non* para o progresso social de acordo com Augusto Comte. (MORAIS, 2002, p. 133)

Isto é, a Brigada Militar pode ser entendida como mecanismo de sustentação da oligarquia sul rio-grandense durante a Primeira República, algo característico da política do período. A lógica do fortalecimento das oligarquias regionais ocorria, em alguma medida, em detrimento do enfraquecimento do poder federal, já que “o federalismo, tal como se configura na Constituição de 1891, deixa aos estados, recém-criados, uma larga margem de autonomia”. (RESENDE, 2008, p. 94) O processo político da Primeira República ocorreu mediante uma complexa relação de forças, a começar pela política dos governadores, que teve por base “[...] um arranjo entre o governo nacional [...]” que edificou a troca de ajuda entre presidentes da República e governadores. (LESSA, 1988, p. 139) Soma-se a isso as trocas presidenciais entre essas oligarquias mais fortes como São Paulo e Minas Gerais com apoio do Rio Grande do

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Sul, na chamada política do café-com-leite, caracterizada pelos “arranjos políticos mais importantes da Primeira República”, onde se pôde “perceber como se compunham e descompunham parcerias políticas entre as unidades federadas, tornadas autônomas, a partir da Constituição de 1891”. (VISCARDI, 2001, p. 21).

Ou seja, no caso do Rio Grande do Sul, o PRR e a BM atuavam para a manutenção desse arranjo, que concedeu autonomia ao Estado. A BM pode ser compreendida como um importante pilar nesse processo, já que dispunha do poder de fogo para reprimir qualquer opositor. Nesse sentido, pode-se pensar no conceito de “exército estadual” como significador da característica da BM. Esse conceito é atribuído por Love quando compara a BM ao Exército federal: “A Brigada constituía-se em verdadeiro exército estadual, tão bem equipada quanto seu correspondente federal, e comandada por um oficial de carreira, afastado do exército por licença”. (LOVE, 1975, p. 83)

Ocorre que, a Brigada Militar passa a perder seu poder de fogo com a Lei 192 de 1936 e, além disso, é reorganizada e colocada como reserva do Exército federal. Amanda Siqueira observa que em 1915 se iniciou a articulação em torno da criação da aviação na Brigada Militar, contudo foi só em 1923 que efetivamente foram comprados da Argentina dois aviões. (SIQUEIRA, 2013, p. 85-89) Ou seja, a existência da aviação na Brigada Militar parece ter sido algo significativo para a instituição. Embora o fim desse setor na BM ocorresse em 1924, portanto antes da Lei 192, os debates em torno da necessidade de aviões continuaram, já que “o serviço aéreo não era visto apenas como um componente militar”, pois ter esse setor “também significava reduzir as distâncias dentro do país devido a sua extensão geográfica, assim como um sinônimo de desenvolvimento”. (SIQUEIRA, 2013, p. 88) Assim, mesmo que a Lei tenha institucionalizado a diminuição do poder de fogo da BM e das outras polícias estaduais somente em 1936, antes disso é possível observar que a força do exército estadual não era bem vista em alguns setores da política brasileira.

Se for observado o contexto dos anos 1920 e início dos anos 1930, o projeto então levantado pela Aliança Liberal (AL) não dava margem para a sustentação das oligarquias regionais, muito menos dos exércitos estaduais. Com isso, o rompimento da política do café-com-leite por São Paulo, faz com que a insatisfação da AL lançasse o nome de Vargas à presidência. A derrota deste no pleito com o representante de São Paulo, Júlio Prestes, eclode o golpe de 1930, em que Vargas juntamente com seus apoiadores não se conformaram com a

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

vitória paulista. (PANDOLFI, 2003, p. 16) Assim, o projeto então defendido pela AL foi imposto por meio de um golpe de Estado. Toda a articulação em torno desse projeto tinha apoio de setores interessados em diminuir o poder das forças regionais e fortalecer o Exército federal, já que se defendeu “um novo lugar para o Exército na sociedade brasileira”. (PANDOLFI, 2003, p. 16).

O que foi posto acima reflete uma mudança já no governo Vargas, quando nesse período muitos dos militares do Exército que participaram de ações contra a política da Primeira República como o Tenentismo, integraram cargos próximos ao então presidente como Odílio Denys, Eduardo Gomes, Juarez Távora, Cordeiro de Farias, Ademar de Queiróz e Alcides Etchegoyen.⁷¹ O tenentismo, que foi uma expressão significativa da demanda por um novo Exército foi em muito influenciado por militares do Exército vindos da Alemanha, onde estagiaram naquele país e trouxeram outra perspectiva sobre a organização militar. As ideias desses militares vindos da Alemanha foram sistematizadas e difundidas pela Revista Defesa Nacional, como observado por Ronaldo de Moraes:

Em 1913, tenentes egressos de estágio de aperfeiçoamento militar na Alemanha, pejorativamente nominados “jovens turcos”, com apoio de outros oficiais subalternos elaboram a publicação da revista “A Defesa Nacional”. Desde então de fluxo perene no Exército Brasileiro, revista influenciada por sua congênere alemã “Militar Wochenblatt”. [...] Esses militares inauguraram, da baixa para a alta oficialidade, a cultura da técnica militar moderna como elemento efetivo de profissionalismo. Os oficiais que elaboraram a revista eram realmente de outra estrutura subjetiva, traduzem um fenômeno novo no Exército brasileiro: eram militares com formação eminentemente militar e dominavam as práticas de comando sobre a tropa. (MORAIS, 2009, p. 63)

Assim, a Revista Defesa Nacional que foi fruto das novas ideias dos “jovens turcos” e que influenciou uma nova visão do lugar do Exército na sociedade foi importante para a divulgação desse pensamento de profissionalização da instituição federal. Soma-se a isso a influência do projeto político presente no discurso da revista, como aponta a historiadora Fernanda Nascimento:

[...] chegamos também à conclusão de que esta mudança de rumo demonstra que a revista decidiu agir mais presentemente na disseminação da política militar, ou seja, dos parâmetros da política do Exército, embora este assunto

⁷¹ Esses nomes foram retirados do cruzamento de dados presentes em: SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Guardiões da Nação - Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, p. 238 e 246.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

tenha sido já referido pelos redatores por volta de 1932. A mudança de parâmetros a partir de 1935 permite supor que houve a vitória da corrente interventora dentro da instituição militar, colocando, assim, A Defesa Nacional em importante lugar dentro da formação da mentalidade militar, qual seja a concepção de que o Exército não podia mais ser “o grande mudo” em relação às questões políticas. (NASCIMENTO, 2010, p. 233).

Nascimento trata em específico do momento em que a revista passou por modificações entre 1934 e 1935, quando “a partir de então, os redatores passam a preocupar-se com outros aspectos, mais ligados à vida prática da Instituição com relação à sociedade, com a política e o fortalecimento do ensino militar”. (NASCIMENTO, 2010, p. 232) Isso não significou a despolitização da revista em detrimento de questões da prática militar, pelo contrário, como apontou a historiadora, as questões políticas continuaram sendo discutidas, porém a própria historicidade da revista leva a perceber que as narrativas tenderam a estar por vezes com maior aparência da posição política do Exército e por vezes menos aparente.

Pode-se então perceber que as novas ideias de um Exército profissional, difundida nessa Revista, defendida pelo tenentismo e incorporada por Getúlio Vargas refletiram numa instituição militar diferente nos anos 1930: “foi somente nos anos 30 que o Exército finalmente (e definitivamente) sobrepunha a potência combinada das forças policiais estaduais e começou a empregar equipamentos que os Estados não tinham condições de comprar”. (LOVE, 1975, p. 123).

Esse quadro sociopolítico mencionado acima mostra, portanto, que os contextos de emergência dos dois regulamentos analisados são diferentes. O Regulamento da Brigada Militar do Estado do RS, de 1913, está inserido no período em que essa instituição detinha significativo poder de fogo. Por outro lado, o Regulamento do Serviço de Policiamento, de 1957, está inserido no período em que não havia mais espaço, na política brasileira, para polícias militares com nível de exército, pois o próprio Exército nacional já havia assumido o controle de grande parte das decisões acerca do potencial bélico do país.

Perspectiva teórico-metodológica

Para responder às questões “quais as mudanças discursivas na BM? Quais foram as condições que permitiram essas mudanças? Essas mudanças implicam uma nova formação discursiva? Caso haja uma nova formação discursiva, ela está relacionada a uma outra formação ideológica?”, utiliza-se da Análise de Discurso de Michel Pêcheux, que construiu

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

uma teoria materialista do discurso. Os conceitos mobilizados de Pêcheux foram: discurso, formação discursiva, formação ideológica, condições de produção.

Pêcheux e Fuchs explicaram que sua teoria do discurso se trata de uma teoria da determinação histórica. (PÊCHEUX; FUCHS, 2010, p. 159-249) Portanto, interessa não só entender as marcas discursivas, no seu sentido semântico, mas também como elas emergiram, isto é, quais as condições que possibilitaram certo processo discursivo. Nesse sentido, abordou-se, de início, quais eram as condições históricas postas quando foram construídos os regulamentos de 1913 e de 1957.

Considerando a interpelação do sujeito, que para os autores significa que não há autonomia de fala, pois o sujeito está sempre inserido em determinada ideologia, não sendo ele dono de sua fala, coube então à pesquisa analisar o contexto de produção desses regulamentos, já que o discurso presente neles é a materialidade ideológica. Ou seja, através deles se pode entender qual o sentido semântico presente.

Esse sentido semântico, por estar inserido nessas condições de produção, é interpretado a partir da relação com a determinação histórica, a partir de um olhar exterior e amplo sobre os dois regulamentos analisados de forma comparativa. Ou seja, questionou-se as presenças e ausências em ambos, o porquê certas palavras aparecem em um e não em outro, as relações entre “faltas” e “excessos” e o que isso implicou.

Sendo, portanto, a formação ideológica onde a ideologia ocorre como uma representação da realidade social, os Aparelhos Ideológicos do Estado, entre eles o Exército e demais forças militares, exercem a função de interpelação dos sujeitos, que passam a reproduzir os discursos conforme a condição de produção vigente. Dentro de uma mesma formação ideológica, ocorrem diversas formações discursivas, que são os espaços onde são permitidas e impedidas determinadas enunciações. Assim, identificando as condições de produção vigentes no Brasil, entre a Primeira República e o ano de 1957, conforme apontado no início do artigo, e localizando as lutas pelas posições políticas que influenciaram diretamente na estruturação dos Aparelhos Ideológicos do Estado aqui estudados (Exército e Brigada Militar), analisa-se, abaixo, a materialidade discursiva presente nos dois regulamentos.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Análise das fontes

Foram elencados alguns itens para análise dos regulamentos. De forma comparativa, o corpus discursivo é posto sob os questionamentos elencados para esse artigo:

Título do regulamento:

1913: Regulamento da Brigada Militar do Estado do RS.

1957: Regulamento do Serviço de Policiamento.

Observa-se que em 1957, o regulamento deixa de ser apenas o regulamento da Brigada Militar e passa a ser também o regulamento do Serviço de Policiamento. Ou seja, as condições de produção em 1957 fizeram com que o termo “serviço de policiamento” emergisse para regulamentar as atividades dessa polícia.

O que é a Brigada Militar?

1913: “commando geral, corpos arregimentados e serviços auxiliares”.

1957: art. 1º “A Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul instituída para a segurança interna e manutenção da ordem no Estado e organizada com bases na hierarquia e disciplina é considerada Força Auxiliar Reserva do Exército Nacional, nos termos da Constituição Federal e Estadual (Art 221. da Constituição do Estado de 1947)”.

Nota-se quem em 1913 não há uma definição precisa do que era a Brigada Militar, tampouco quais eram suas funções. Isso reflete o momento em que as funções das polícias e do Exército não eram especificadas, pois conforme apontado acima, as oligarquias regionais detinham grande parte do poder de decisão nacional. Sendo assim, parece que o regulamento aponta uma atuação mais generalizada, o que abria brechas para o uso da Brigada Militar em qualquer situação.

Já em 1957, especifica-se quais eram as atribuições da Brigada Militar, bem como qual sua subordinação ao Exército. Nessas condições de produção, emerge um discurso de controle do Exército sobre as polícias, já que a partir da centralização do poder bélico nacional a partir do governo de Getúlio Vargas em 1930, não haveria mais espaço para milícias regionais. Delimita-se não só o território de atuação, ou seja, o Estado do Rio Grande do Sul, mas também as bases disciplinares, restringindo qualquer possibilidade de sublevação, o que ocorreria com frequências nos quartéis ao longo da Primeira República. Observa-se, também,

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

que se faz referência às Constituições Federal e Estadual, algo ausente no regulamento de 1913, o que mais uma vez é um indício do discurso de manter o controle sobre os Estados, a partir de uma legislação mais enrijecida.

Competência da Brigada Militar:

1913: zelo “[...] pela ordem e segurança pública”

1957: Art. 2º - “Como Corporação Policial-Militar em face dos dispositivos constitucionais, no que concerne à ordem e a segurança no Estado, compete à Brigada Militar: 1) - Garantir o cumprimento da Lei, a segurança das Instituições e o exercício dos Poderes Constitucionais; 2) - Exercer a função de vigilância e garantia da ordem pública, executando o serviço de policiamento ostensivo-preventivo em todo o território do Estado; 3) - Tomar as providências de caráter repressivo em caso de perturbação da ordem pública;”.

Como mencionado anteriormente, as condições de produção em 1913 davam margem para marcas discursivas mais generalistas, no que se refere à atuação, o que converge com o fato de que a competência da BM nesse período estava marcada por dois princípios, enquanto em 1957, especifica-se essa atuação de forma mais precisa, ressaltando o dever de cumprir a Constituição. Além disso, em 1913, está ausente qualquer menção ao “serviço de policiamento”. Isso não significa que a Brigada Militar não realizava essa atividade, mas sim que ela estava incluída dentro da atividade de “zelo pela ordem e segurança pública”. Contudo, isso também permitia que ela atuasse em revoltas regionais e nacionais, saindo da prerrogativa do policiamento. Em 1957, as condições de produção discursiva impediam essa atuação para além do policiamento, já que a segurança nacional passou a ser de prerrogativa exclusiva do Exército.

Atribuições dos Comandos:

1913: “Art. 205 - Ao commandante geral, sob as ordens immediatas do Presidente do Estado, compete, além de outros deveres e atribuições de que trata este regulamento” (39 parágrafos de competências).

- Exemplo: disciplina, incumbida ao comando geral. “Paragrapho 5º - Punir, dentro dos limites do Regulamento Penal, os officiaes e praças, pelas faltas disciplinares que forem submettidas a sua auctoridade.”

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

1957: “Art. 5º - Ao Comandante Geral da Brigada Militar compete supervisionar, pessoalmente, ou por intermédio dos órgãos de Comando, os serviços policiais confiados à Corporação. Art. 6º - À Chefia do Estado Maior Geral (EMG), além de secundar a ação do Comandante Geral, compete coordenar, distribuir, orientar e fiscalizar, pessoalmente, ou por intermédio das Seções e outros órgãos, os serviços policiais atribuídos à Brigada Militar.”

- Exemplo: disciplina, incumbida aos comandantes de destacamentos. “8) – Exercer, sobre seus comandados, vigilante ação disciplinar, especialmente por meio de conselhos, advertências e constante assistência no sentido de preveni-los das transgressões da disciplina sem, contudo, descuidar de seu dever de punir; 9) - Punir seus comandados, de acordo com o Regulamento Geral da Brigada Militar e com o Regulamento Disciplinar do Exército 4 , comunicando ao respectivo Comandante da Subunidade, para devida aprovação e publicação em Boletim da Unidade;”

Nesse ponto, é interessante observar que o regulamento de 1913 traz 39 parágrafos de atribuições ao “commandante geral”, algo que se modifica completamente em 1957, que indica ser de atribuição desse setor, sobretudo, o supervisionamento dos demais órgãos. Entre esses órgãos está o Estado Maior Geral, a Primeira Seção, a Segunda Seção e a Terceira Seção. Essas seções foram criadas a partir do que é chamado de modernização das forças militares, fenômeno histórico comum a muitos países como Alemanha, Estados Unidos, entre outros. Na América Latina, esse fenômeno pôde ser observado Brasil, a partir de 1913, com a fundação da revista chamada Defesa Nacional. (MORAIS, 2009, p. 63) Essa revista foi propulsora do discurso em favor das modificações organizacionais do país, como a centralização do poder bélico, a centralização do poder político, o enfraquecimento das oligarquias regionais, situações que passam a ser realidade a partir de 1930. Foi esse movimento pela modernização do Exército que fez eclodir os movimentos de sublevação nos quartéis, em prol do fim da política do café-com-leite.

Essa modernização, é tida, em especial, como uma maior preocupação do Exército e das demais Forças Armadas, com sua autonomia bélica diante de conflitos. Resultado disso é a atuação do Brasil na 2ª Guerra Mundial. Ocorre que, criar mais seções, tornar o Exército mais burocrático, na perspectiva dessa modernização, significa racionalizar as ações bélicas, já que pessoas específicas seriam responsáveis por determinadas ações. Diferente da realidade da Primeira República, um Exército moderno significaria um maior controle sobre os corpos,

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

sob uma perspectiva foucaultiana, para tornar mais eficiente o funcionamento do Estado moderno. (FOUCAULT, 1987)

A relação dessa modernização, com as marcas discursivas nos regulamentos, relacionadas às atribuições do comando, convergem com essas mudanças. A Brigada Militar passa a ter mais seções, assim como o Exército, pois poderia a partir de então controlar os militares subordinados, evitando revoltas internas e mantendo as atividades de policiamento. Como exemplo disso, mostra-se acima que em 1913, quem era responsável por controlar a disciplina dos militares na Brigada era o comandante geral, atribuição quase nunca efetivada, já que para um mesmo cargo havia diversas atribuições. Em 1957, já sob uma nova realidade histórica, o controle disciplinar passa a ser de comandantes de destacamentos, ou seja, ramificou-se tal responsabilidade, fazendo com que a BM se tornasse mais efetiva em sua atividade. De forma resumida, nas condições de produção em 1957, há um discurso em favor do controle sobre os corpos, pois isso impediria qualquer tentativa da própria Brigada Militar de sustentar revoltas ou até mesmo novas oligarquias, mantendo o Exército em sua posição de controle militar.

Considerações finais

Retomando, então, aos questionamentos elencados, temos as seguintes considerações: Quais as mudanças discursivas na BM? Seguindo a perspectiva de Ernst-Pereira e Varini Mutti, pode-se instrumentalizar as noções de “falta” e “excesso”. (ERNST, MUTTI, 2011, p. 817-833) Em relação ao conceito de “falta”, que surge como estratégia discursiva, não necessariamente consentida pelo sujeito, mas que ao não estar presente possui significados, nota-se a ausência de especificidades de atribuições e funções, bem como a ausência de palavras como policiamento. Dentro daquela condição discursiva, tais ausências são possíveis, pois a intencionalidade do contexto histórico permitia a generalidade de atribuições a polícias militares, proporcionando uma certa liberdade de atuação. Já a ausência de palavras como “policiamento” denotam que não havia uma única ação a ser cumprida pela Brigada Militar, já que a mesma atuava quando o Presidente do Estado achava conveniente, ou seja, não havia um princípio constitucional de atuação para aquela força militar. Por outro lado, no regulamento de 1957, o “excesso”, que segundo as autoras se refere ao que “está demasiadamente presente no discurso”, aparece a partir de palavras como “policiamento”,

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

“constitucional”, “território”. Ao que tudo indica, esse “excesso” ocorre pela necessidade, conforme o momento histórico, de determinar o que a Brigada Militar deveria fazer, não dando margem para nenhuma liberdade de ação. Portanto, o cumprimento estrito da Constituição se fez necessário a partir de então. Além disso, a palavra “território” delimita onde essa instituição deveria atuar, não podendo, como no contexto de 1913, avançar sobre qualquer outro Estado no Brasil.

Quais foram as condições que permitiram essas mudanças? Como apontado logo no início do artigo, de 1889 a 1930, no período da Primeira República, há uma descentralização do poder sociopolítico no Brasil. As oligarquias regionais, que se sustentavam na política do café-com-leite, também se utilizavam das polícias regionais. Por outro lado, a partir de 1930, com o golpe de Estado de Getúlio Vargas, as mudanças para uma centralização do poder nacional começam a emergir. Com isso, os militares do Exército, que participaram das revoltas durante a Primeira República, influenciam o novo governo a modernizar a instituição. Consoante o fortalecimento bélico do Exército, ocorreu o enfraquecimento bélico da Brigada Militar, possibilitando emergir o discurso específico do policiamento.

Essas mudanças implicam uma nova formação discursiva? Entende-se que há uma nova formação discursiva entre os regulamentos de 1913 e 1957, com condições de produção distintas. Se durante a Primeira República foi possível emergir o discurso generalista acerca das funções da Brigada Militar, em 1957 foi possível emergir o discurso especificado sobre essas funções, entre elas o policiamento, além de ter emergido o discurso da Brigada Militar como força auxiliar do Exército.

Caso haja uma nova formação discursiva, ela está relacionada a uma outra formação ideológica? Segundo Michel Pêcheux, para que haja uma nova formação ideológica, é necessário que se modifiquem as posições nas lutas de classe. Nesse sentido, analisando a historiografia do período, a partir de autores como Boris Fausto e Francisco Weffort, do fim da Primeira República ao governo Vargas não houve mudança nas posições das lutas de classe, haja vista que o golpe de 1930 foi uma reorganização das forças políticas e econômicas que já estavam no poder e exercia influência sobre a estrutura social brasileira. (WEFFORT, 1968; FAUSTO, 1970) Portanto, a formação discursiva que se modifica de 1913 a 1957 não se fez pela mudança na formação ideológica.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Referências

- BRASIL. Lei 192 de 17 de janeiro de 1936. Rio de Janeiro, DF. Reorganiza, pelos Estados e pela União, as Polícias Militares sendo consideradas reservas do Exército. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-192-17-janeiro-1936-501765-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 12 dez. 2019.
- ERNST, A. G. MUTTI, R. M. V. O analista de discurso em formação: apontamentos à prática analítica. In: *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 817-833, set./dez. 2011.
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1987
- FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Sumara Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N (org). *O Brasil republicano*. Vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- KARNIKOWSKI, Romeu. *De Exército Estadual à Polícia-Militar – o papel dos oficiais na policialização da Brigada Militar (1892-1988)*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo/Rio de Janeiro: IUPERJ/Hucitec, 1988.
- LOVE, Joseph. *O Regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MORAIS, Ronaldo Queiroz de. *Do Exército Moderno à República Militar – caserna, política e tensão (1913 – 1977)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- MORAIS, Ronaldo Queiroz de. *O Estado Republicano Rio-Grandense e o monopólio da coação física na guerra civil de 1893 – Brigada Militar, modernidade e violência*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2002.
- NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *A Revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do Exército Brasileiro (1931 – 1937)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, Vol. 2.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, F.; HAK; T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania S. Mariani et al. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010. p. 159-249.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, F.; HAK; T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania S. Mariani et al. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010. p. 159-249.

RESENDE, Maria Efigênia L. de R. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N (org). *O Brasil republicano*. Vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SIQUEIRA, Amanda. *A História da Brigada Militar pelas páginas da Revista Pindorama*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2013.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Guardiões da Nação - Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2001.

WEFFORT, Francisco. *Classes populares e política*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1968.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

MULHER ESCREVE HISTÓRIA MILITAR?

Andrea Helena Petry-Rahmeier⁷²

Bárbara Tikami de Lima⁷³

O presente trabalho parte daquilo que Michel de Certeau (1982) denomina lugar social das autoras, cujas principais pesquisas são dedicadas à História Militar.⁷⁴ Os trabalhos desenvolvidos possibilitaram a participação a nível regional e nacional em diferentes espaços, acadêmicos e militares, dedicados a esta área do conhecimento. Tal vivência despertou nosso olhar acerca da diminuta presença de mulheres em alguns destes locais e nos levou a indagação que intitula este texto, mulher escreve História Militar?

Antes de nos debruçarmos sobre nossa problemática de pesquisa propriamente dita, torna-se importante, tecer algumas considerações acerca dos dois elementos que compõem este escrito: as mulheres e a história militar. Sobre o primeiro podemos afirmar que embora ainda exista um longo caminho rumo à cidadania plena das mulheres, é inegável que houve grandes e positivas mudanças em relação à equidade de seus direitos se comparados aos dos homens. Conhecer essa trajetória, ainda que de modo superficial, é relevante para nosso trabalho, porque foram estes avanços que permitiram para algumas mulheres atuarem como historiadoras, bem como, das autoras atuarem neste ofício e conseqüentemente fazer a problematização proposta por este artigo.

Assim destacamos que quando Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (2013) fizeram um estudo sobre a construção da cidadania das mulheres afirmaram que as teorias iluministas do final do século XVIII serviram de base para muitas delas reivindicarem seu lugar como sujeitos de direitos. Apesar de vários pensadores deste movimento terem

72 Profa. Dra. Coordenadora do curso de graduação em História das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT.

73 Doutoranda em História no PPGH da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

74 Andrea Helena Petry Rahmeier dedicou sua tese de doutorado às relações internacionais entre Brasil e Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial, atualmente participa do Grupo de Estudos em História Militar vinculado ao Museu Militar do Comando Militar do Sul e é coordenadora do GT de História Militar vinculado a ANPUH-RS. Bárbara Tikami de Lima voltou sua pesquisa de mestrado para a relação entre a Marinha Brasileira, o pintor Eduardo de Martino e as obras de arte produzidas por ele no final do século XIX. Atualmente dedica seu projeto de tese à relação entre a história da arte e a história militar na Marinha e Exército Brasileiros durante o final do século XIX e participa do Grupo de Estudos em História Militar vinculado ao Museu Militar do Comando Militar do Sul.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

defendido um ideal de mulher casta, silenciosa e subserviente nestas reivindicações, como por exemplo a obra *A Vindication of the rights of woman* escrita pela inglesa Mary Wollstonecraft em 1792, resultaram em mudanças que foram associadas às inovações estruturais trazidas pela Revolução Americana (1765-1783)⁷⁵ e Francesa (1789-1799)⁷⁶ de modo que ambas contribuíram para um novo desenho do papel da mulher no século XIX.

Nos anos de 1800, o ideal de mulher ainda era restrito à esfera doméstica, havia a segregação sexual dos espaços públicos e privados e as ideias de inferioridade das mulheres se tornaram bastante populares. Uma das consequências advindas do desenvolvimento econômico e urbano da época foi o tratamento diferenciado às mulheres de grupos sociais divergentes. Desse modo, as mulheres mais abastadas puderam se dedicar exclusivamente às atividades domésticas enquanto as demais foram obrigadas a adentrar os espaços públicos em busca de sustento devido à carência financeira (PINKSY; PEDRO, 2013, p. 273).

Na passagem do século XIX para o XX, os países desenvolvidos tiveram novas transformações que proporcionaram um aumento na qualidade de vida das pessoas e no padrão econômico o que levou mais mulheres deixarem de trabalhar, reforçando ainda mais a ideia de que seu lugar era o ambiente doméstico. Apesar disso, as políticas educacionais de obrigatoriedade do ensino primário implantadas em alguns países permitiram às mulheres o acesso à educação essencial e posteriormente, aos estudos secundários e superiores, o que para algumas famílias de classe média urbana tornou-se um sucedâneo para o dote de suas filhas. Igualmente, esse avanço na escolaridade das mulheres associado às duas grandes guerras que marcaram o século XX fomentaram a abertura de muitas profissões para elas (PINSKY; PEDRO, 2013).

Posto que,

a Primeira Guerra Mundial foi um divisor de águas na luta feminina pelos direitos políticos: por um lado, interrompeu as lutas das organizações

⁷⁵ Durante a Revolução Americana as mulheres participaram na luta contra os abusos da metrópole e durante a Guerra de Independência mantiveram o sustento de seus familiares e a administração de seus negócios além de participarem de diversos atos cívicos. Como consequência dessa experiência algumas mulheres se tornaram defensoras de uma educação que aprimorasse seu potencial intelectual. Porém com a república emerge um modelo de mulher associada à imagem materna dedicada à formar novos cidadãos. (PINSKY; PEDRO, 2013).

⁷⁶ Embora as mulheres tenham tido ampla e intensa participação nos movimentos iniciais que marcaram a Revolução Francesa e tenham estado presentes em momentos cruciais como a queda da Bastilha e a Marcha até Versalhes, a elas foi relegada a situação de cidadãs passivas, pois mesmo exercendo influência no cenário não tiveram seus direitos formalmente reconhecidos. Tal qual nos Estados Unidos a imagem maternal emerge após 1873. (PINSKY; PEDRO, 2013).

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

feministas, que, na ocasião, comprometeram-se com as mobilizações nacionais para a guerra. Por outro, o fato de as mulheres terem sido convocadas para substituir a mão de obra masculina no esforço de produção das indústrias, principalmente a de armamentos, jogou por terra muitos argumentos centrados na natureza que definem para as mulheres, a domesticidade e a maternidade como suas únicas virtudes (PINKSY; PEDRO, 2013, p. 295).

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, muitos países na Europa concederam o direito de voto às mulheres. Porém, na sequência dos anos com o término do conflito e a ascensão do nazifascismo houve um retrocesso e elas perderam este direito em diversos locais. O que só foi recuperado após o término da Segunda Guerra Mundial. Além da maior inserção no mercado de trabalho e na conquista por direitos políticos como votar e ser votada, por exemplo, as mulheres do século XX também conquistaram maior liberdade no que se refere à sua sexualidade, devido ao avanço de métodos contraceptivos que ocorreram na segunda metade da centúria. Por essas e outras conquistas os anos de 1900 foram denominados de “século das mulheres”, porém isto não significa que elas tenham adquirido a plena equidade em relação aos direitos dos homens, por isto a luta do movimento feminista⁷⁷ ainda não acabou (PINKSY; PEDRO, 2013).

O segundo elemento que compõe o texto, a História Militar, é crucial para a nossa problemática. Este foi considerada por Jay Luvvas (1981) o gênero de escrita da história mais antigo e mais recente. A contraditória afirmação do autor⁷⁸ foi feita em um período em que ocorria um movimento de renovação da escrita da História Militar que era produzida nos Estados Unidos. Tal movimento afastou a História Militar de uma historiografia voltada unicamente para os aspectos técnicos e táticos das batalhas, que esteve presente desde a antiguidade clássica⁷⁹ até a atualidade, posto que para os militares ela possui uma função prática-pedagógica, no sentido do estudo dos sistemas bélicos. Desse modo, a escrita da história militar afastou os aspectos patrióticos e laudatórios, marcantes na historiografia do

⁷⁷ Destacamos que apesar de ser impossível falar de mulheres sem utilizar a palavra “feminismo” não intencionamos aprofundar a discussão acerca desse conceito – por hora entendido de modo raso como um conjunto de movimentos políticos, sociais e intelectuais que visam, sobretudo, a igualdade de direitos entre homens e mulheres –, pois como um conceito repleto de historicidade carece de análises mais profundas que abordem sua especificidade ao longo do tempo e espaço.

⁷⁸ Observamos que esta afirmação do autor está presente na coletânea de textos intitulada *Novas Dimensões da História Militar* que foi publicada nos Estados Unidos em 1975.

⁷⁹ Como exemplos destes escritos podemos citar as obras de Heródoto (485-420 a.C), Tucídides (460-396 a. C), Xenofonte (430-355 a. C). Políbio (203-120 a. C), Júlio César (100-44 a. C).

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

final do século XIX e início do XX, pois ela não precisava mais fomentar a textura ideológica dos estados nacionais (TEIXEIRA, 1990). Assim, surgem os primeiros trabalhos da chamada Nova História Militar, marcados pela adoção de uma perspectiva interdisciplinar, pela relativização da guerra como objeto exclusivo da história militar, pela rejeição da subordinação da história militar à história política e por uma aproximação de temáticas antropológicas (SOARES; VAINFAS, 2012).

Embora este movimento tenha trazido renovações acreditamos que a palavra “nova” deve ser tensionada. Primeiro pela distância temporal existente entre os primeiros escritos e a atualidade, destacada por Celso Castro, Vitor Izeckson e Hendrik Kraay (2004). Segundo porque cremos não haver renovações epistemológicas e sim uma adaptação da perspectiva de história-problema proposta pela escola dos Annales (SILVA; TIKAMI, 2018). Terceiro pela existência de permanências em relação a escrita da História Militar que era produzida no final do século XIX. Dentre essas continuidades Luiz Guilherme Scaldaferrri Moreira (2012) destaca a própria guerra, atividade fim das Forças Armadas que não pode ser ignorada nem minorada já que, ela é a razão de ser das instituições militares e uma constante para os indivíduos que as compõem, tendo em vista que pode ocorrer a qualquer momento.

No Brasil, durante a década de 1990, ou seja, após a redemocratização do país depois de anos de ditadura (1964-1985), a história militar ganhou espaço e adesão no ambiente acadêmico. Neste contexto, a produção do conhecimento sofreu influência da história social, da antropologia, e das perspectivas pós-modernas que resultaram em uma ampliação na quantidade e qualidade das pesquisas voltadas ao universo castrense (CASTRO, IZECKSOHN, KRAAY, 2004). Porém percebemos que ainda há uma carência de trabalhos que versem sobre este assunto, o que traz ares de novidade à história militar, fazendo-a muitas vezes receber o título de “nova”. Apesar das permanências e rupturas, ressaltamos que apesar de julgar relevante a realização de um estudo mais aprofundado acerca da produção historiográfica brasileira dedicada à história militar, seja ela realizada nas universidades ou na caserna, neste texto não iremos realizar uma análise qualitativa. Posto que além da modicidade de nosso trabalho, sua problemática está voltada para as mulheres que escrevem história militar, independente de qual tipo de escrita da história elas produzam. Outrossim, também ressaltamos a necessidade de mapear essa produção historiográfica, seja ela feita por homens ou mulheres.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Após estas considerações, informamos que nossas diversas inquietações acerca da escrita da história militar produzida por mulheres e sobre mulheres já resultaram em um primeiro trabalho.⁸⁰ Este baseou-se nos dados analisados sobre o Simpósio Nacional de História Militar, que ocorreu no Rio de Janeiro nos anos de 2016, 2017 e 2018. A escolha deste evento como objeto de estudo se deu pelo fato dele ser o maior simpósio voltado exclusivamente para o assunto e por sua organização buscar “reunir acadêmicos, docentes, estudantes e pesquisadores - civis e militares - da História Militar” com o objetivo de “consolidar a História Militar como área de pesquisa interdisciplinar, plural e polifônica, visando congregar as diferentes perspectivas de pesquisas acadêmicas em andamento” (III SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA MILITAR, 2018)⁸¹.

Assim, constatamos que embora o número de participantes tenha aumentado consideravelmente, fato que aponta para o crescimento da produção historiográfica brasileira das temáticas ligadas ao universo castrense, a presença das mulheres nestes simpósios ainda é bastante diminuta se comparada à dos homens. Este dado fica mais evidente se levarmos em conta que percentualmente o número de inscrições feitas por mulheres decaiu ao longo dos anos, pois em 2016 elas eram 30,76% do total de inscritos, em 2017 eram 25% e em 2018, 23,87%. Ao analisar qualitativamente os dados acerca da participação de mulheres nas edições do Simpósio Nacional de História Militar, nos debruçamos sobre as informações contidas em seus currículos existentes na plataforma lattes.⁸² Assim constatamos que cerca de um terço das mulheres tem sua formação unicamente na área de história. Outra constatação é que mais da metade dessas mulheres está com os estudos em andamento, o que ressalta a necessidade de realizar uma pesquisa mais profunda nos programas de pós graduação no Brasil.

80 O referido trabalho foi apresentado no Seminário Internacional Migrações, Espaços Educativos e Desenvolvimento Regional e XIV Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras e publicado nos anais do evento.

81 Destacamos que não há diferenças consideráveis na estrutura e nos objetivos das três edições dos Simpósios Nacionais de História Militar que foram analisadas neste trabalho inicial, nem na sua última edição realizada em 2019 na Universidade Estadual de Londrina (UEL) Fonte: <https://ivsnhm.wixsite.com/ivsnhm/>. Acesso: 31 jan 2020.

82 A plataforma lattes se constitui em uma base de dados virtual criada e mantida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que integra os dados de currículos pessoais, grupos de pesquisa e instituições que são inseridos e atualizados pelos próprios pesquisadores. Fonte: <http://lattes.cnpq.br/>. Acesso 28 abr 2019.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Acerca da temática dos trabalhos escritos por mulheres, percebemos que existe uma diversidade muito grande. Porém também notamos que há uma carência de estudos que versem sobre mulheres e militares e/ou suas instituições simultaneamente⁸³. Ou seja, esta temática ainda interessou pouco, tanto os homens quanto as mulheres que participaram do referido evento. É curiosa a falta de trabalhos sobre o assunto, posto que Cristina Scheibe Wolff (2013) apontou diversos temas que podem ser objeto de pesquisa para trabalhos que cruzem a história das mulheres e a história militar. Embora a autora não se dedique apenas ao universo castrense, e sim a desconstruir a ideia de que a violência é um atributo exclusivo dos homens, ela cita diversos momentos em que as mulheres estiveram ligadas a este ambiente ao longo da história brasileira. Destes exemplos alguns são bastante conhecidos como o caso da soldado Maria Quitéria de Jesus Medeiros que se disfarçou de homem para lutar como membro do exército contra as tropas portuguesas que estavam na Bahia devido à declaração de independência de 7 de setembro de 1822. Embora esta mulher tenha se tornado uma figura emblemática ao ponto de ser nomeada patrono do Quadro Complementar de Oficiais do Exército⁸⁴ em 1992 – momento em que a instituição abria espaço para as mulheres ingressarem na Escola de Administração do Exército em Salvador – ainda existem poucos e superficiais estudos sobre ela. Além de Maria Quitéria, outras mulheres, ainda menos pesquisadas, marcaram presença como combatentes tal qual a soldado Jovita Alves Feitosa que foi considerada uma importante peça durante o recrutamento de “voluntários da pátria” na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870)⁸⁵.

No entanto, a relação das mulheres com os militares e suas instituições não se restringe ao papel de combatentes, que no Brasil foi recentemente ampliado com a sanção da

83 Observamos que no Simpósio Nacional de História Militar os trabalhos inscritos que versavam sobre mulheres e militares e/ou suas instituições simultaneamente foram: “Guerreiras da paz: as militares brasileiras no século XXI em perspectiva” de Elaine Borges da Silva Tardin, “A mulher na guerra e suas representações: exemplos históricos e mitológicos” de Luis Otavio de Azevedo Barreto, “A entrada da primeira turma de policiais femininas do 10º Batalhão de Polícia Militar em Montes Claros – MG” de Ertz Ramon Teixeira Campos, “A trajetória de Maildes Alves de Mello: (im)possibilidades da prática política” de Kelvin Emmanuel Pereira da Silva e “Mulheres guerreiras na era Viking. Mito ou realidade?” de Caio de Amorim Féo. Outrossim destacamos que a edição do simpósio realizada em 2019, não incorporada nesta análise, pode ter mais trabalhos que versem sobre esta temática tendo em vista que o mote do evento foi Gênero, Forças Armadas e Guerra.

84 O Quadro Complementar de Oficiais foi instituído em 1988 com o intuito de fomentar as atividades de apoio ao Exército Brasileiro em áreas como administração, ciências contábeis, comunicação social, direito e magistério. Fonte: <http://www.esfcex.eb.mil.br/>. Acesso: 03 FEV 2020.

85 Durante a Guerra da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai), o Brasil solucionou seu problema de baixo recrutamento por meio dos chamados voluntários da pátria, um eufemismo criado para denominar os negros escravizados que recebiam a liberdade para lutar neste conflito bélico (DORATIOTO, 2002).

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Lei n. 12.705, que permitiu o ingresso de mulheres na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), local onde são formados os oficiais de carreira do Exército Brasileiro. Nas memórias de alguns militares como Alfredo D’Escragolle Taunay (1843-1899) e Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira (1847-1910), por exemplo, podemos encontrar diversos relatos sobre a presença de vivandeiras – mulheres que cozinhavam, lavavam, costuravam e cuidavam de soldados doentes – nos teatros de operações da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Esse papel ligado aos cuidados e atividades tradicionalmente tidas como femininas também vai marcar a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Posto que junto com a Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi formada uma Organização Feminina Auxiliar de Guerra (OFAG) composta por mulheres de 17 até 50 anos que ficavam responsáveis por trabalhos burocráticos, de secretariado e enfermagem (WOLFF, 2013).

Apesar de relevantes, estas não são as únicas relações das mulheres com os militares e suas instituições, não podemos deixar de mencionar o da mulher papel enquanto esposa e mãe, ou seja, de uma mulher que por meio de uma relação familiar se envolve com o ambiente castrense. A importância dessa relação resultou em objeto de estudos sociológicos e antropológicos, mas ainda não históricos.⁸⁶ Ela fica ainda mais evidente em 2016, quando por meio da Portaria n° 650, de 10 de junho daquele ano, o comandante do Exército instituiu o dia 18 de setembro como Dia da Família Militar, nomeando Rosa Maria da Fonseca como seu patrono. A escolha desta mulher é explicada na página oficial da instituição pelo “reconhecimento à magnitude de sua personalidade e aos seus exemplos de união familiar, de patriotismo e de devoção ao Brasil e à causa militar”.⁸⁷ Como destaca Celso Castro (2018), a pequena biografia desta figura diz que ela sempre acompanhou o marido em suas resoluções e que “após receber notícias da vitória brasileira na Batalha de Itororó (1868), na qual perdeu um de seus filhos e teve dois outros feridos, teria afirmado: ‘Sei o que houve. Talvez até Deodoro esteja morto, mas hoje é dia de gala pela vitória; amanhã, chorarei a morte deles’ ”. (CASTRO, 2018, p. 11-12). Ou seja, podemos perceber a construção de uma identidade para

⁸⁶ Como exemplos podemos citar a dissertação de mestrado “Mulheres de Militares: Família, Sociabilidade e Controle Social” de Fernanda Chinelli Machado da Silva e a tese “O Exército como família: etnografia sobre as vilas militares na fronteira” de Cristina Rodrigues da Silva, além do recente livro “A família militar no Brasil” organizado por Celso Castro.

⁸⁷ Fonte disponível em: <https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/id/10478201>.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

esta mulher que primeiro amou sua pátria e ficou feliz com a vitória, e só depois chorou a morte dos seus.

A gama de possibilidades de pesquisa que relacionam mulheres e história militar, associada aos resultados de nosso primeiro trabalho nos levou a problematização deste texto. Posto que apesar de percebermos que no Simpósio Nacional de História Militar existem mulheres que escrevem história militar, também pudemos perceber que parte delas tem sua formação oriunda de outras áreas do saber, como dito anteriormente. Dado que destaca a importância de estudos que versem sobre a mulher que pesquisa os militares e suas instituições, o que pode se constituir em um diferente exemplo daquilo que Samuel Huntington (2016) denominou relações civis-militares.

Embora tenhamos ciência que os historiadores não detêm o monopólio do passado, consideramos pertinente avaliar a existência de mulheres que dedicam sua pesquisa à História Militar, ou que perpassam o tema, como o fato bélico. Para isso, elegemos como objeto de pesquisa o principal evento promovido por historiadores no Brasil: os Simpósios Nacionais de História organizados pela ANPUH/Nacional (Associação Nacional de História). Todas estas reflexões levaram a problemática deste trabalho e a escolha de seu título, ou seja, a questão: mulher escreve história militar? Para responder essa indagação realizamos uma análise quantitativa da participação de mulheres como comunicadoras nos Simpósios Temáticos (a partir deste momento denominados apenas de “STs”) que estiveram ligados à área nos eventos realizados pela ANPUH/Nacional entre 2009 e 2019.

Antes de nos debruçarmos sobre esses dados é necessário explicar um pouco mais sobre esta associação cuja relevância para os historiadores brasileiros é grande. Em 1961, na cidade de Marília, interior de São Paulo, foi fundada a Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH). Desde sua fundação esta entidade atua no ambiente profissional da graduação e da pós-graduação em história. Sua fundação tinha como objetivo aprofundar a profissionalização do ensino e da pesquisa na área de modo a se opor à um tipo de historiografia autodidata que era produzida até aquele momento. Conforme foi crescendo, ela ampliou sua base de associados e incluiu professores dos ensinos fundamental e médio e profissionais atuantes em arquivos e em instituições de patrimônio e memória. Essa abertura

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

da entidade ao conjunto dos profissionais de história levou, em 1993, a sua mudança de nomenclatura, Associação Nacional de História, porém a sigla original foi preservada.⁸⁸

Entre as várias atividades da Associação encontra-se o Simpósio Nacional de História, que ocorre bianualmente, nos anos ímpares. Enquanto nos anos pares são promovidos simpósios pelas seções estaduais da entidade. Nestes Simpósios (nacional e estaduais) ocorrem conferências, mesas redondas, simpósios temáticos e minicursos, que visam promover o debate e a ampliação da área de conhecimento. Destes eventos podem participar tanto associados quanto o público em geral. Esta participação pode se dar na categoria de ouvinte (todos os interessados); comunicadores (desde que graduados), ministrante de minicurso (desde que mestres) e coordenadores de ST (aqueles com o título de doutor). Todavia, é importante destacar que existe uma grande diferença no valor da inscrição dos associados e dos não associados. Igualmente, consideramos relevante informar que os simpósios ocorrem sempre no mês de julho. Um período que ao mesmo tempo facilita a participação de profissionais que atuam no ensino fundamental e médio, devido às férias escolares, mas que também encarece os custos de uma possível viagem o que muitas vezes impossibilita a participação de diversos associados, sobretudo nos casos do evento nacional.

Embora estas considerações sobre a Associação Nacional de História possam parecer óbvias aos historiadores, julgamos importantes para que os indivíduos cuja formação é oriunda de outras áreas possam ter ciência da relevância dessa entidade e de seus Simpósios Nacionais, que foram eleitos objetos deste breve estudo. Agora passaremos a analisar os dados referentes aos STs que estavam vinculados à História Militar e que ocorreram durante os Simpósios Nacionais de História realizados entre os anos de 2009 até 2019.⁸⁹

Iniciaremos a análise desde o evento mais antigo ao mais recente. Em 2009 ocorreu o XXV Simpósio Nacional de História, na Universidade Federal do Ceará (UFC), em Fortaleza. Neste teve a ocorrência de dois STs que perpassam a História Militar, o ST-57 “Militares, Política e Estratégia” e o ST-65 “Militares, Política e Sociedade no Brasil”. Cada um deles foi coordenado por dois homens.⁹⁰ No primeiro tivemos 33 inscritos, sendo 22 homens e 11

88 Fonte disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/quem-somos>>. Acesso: 31 JAN 2020.

89 Nosso recorte temporal se limitou até o ano de 2009, mesmo que tenham ocorrido simpósios temáticos relacionados à História Militar antes, em virtude de que a partir deste ano existe disponibilidade dos anais do evento na rede mundial de computadores, ou seja acessíveis à qualquer pessoa interessada.

90 Os coordenadores foram: Francisco César Alves Ferraz (Pós-doutor(a) - UEL) e Sidnei José Munhoz (Pós-doutor(a) - UEM e UFRJ) do primeiro ST e Celso Castro (Doutor(a) - FGV/CPDOC) e Renato Luís do Couto Neto e Lemos (Pós-doutor(a) - Universidade Federal do Rio de Janeiro) do segundo ST mencionado. Fonte

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

mulheres⁹¹ ou seja 66% de homens e 44% de mulheres participantes. Já, no segundo foram 37 inscritos dos quais 33 eram homens e 15 eram mulheres,⁹² o que representa 59% de homens e 41% de mulheres. Ao analisar os dados gerais deste evento, percebemos que os participantes dividiram-se em 63% de homens e 37% de mulheres, ou seja maioria absoluta de homens.

No XXVI Simpósio Nacional de História, que ocorreu na Universidade de São Paulo (USP), em 2011, também aconteceram dois STs ligados à História Militar. Um deles foi o ST-057. “História da Guerra e da Paz e História Militar: temas, objetos, fontes e olhares” que foi coordenado por um homem e uma mulher.⁹³ Nele foram inscritas 16 comunicações sendo

disponível em: <<http://www.snh2009.anpuh.org/>>. Acesso: 09 fev 2020.

91 Os trabalhos apresentados foram: “O Positivismo e o Exército Brasileiro” de Adriana Iop Bellintani (UNB), “Conflito e negociações: as dificuldades de realização do recrutamento de Guardas Nacionais durante a Guerra do Paraguai na província do rio de Janeiro” de Aline Cordeiro Goldoni (UFRJ), “O pragmatismo no ensino de História Militar na Academia da Força Aérea: limitações na formação do pensamento estratégico de sua liderança” de Tania Regina Pires de Godoy (AFA), “Memória e história de um presídio político: a Penitenciária Milton Dias Moreira” de Barbara Nunes Alves Loureiro (UNIRIO), “A política externa brasileira na visão de um cronista anônimo” de Brenda Coelho Fonseca (UFRJ), “Páginas de intolerância política: a guerra psicológica contra o Monstro Vermelho na Revista Lei e Polícia (1948-1950)” de Claudinéa Justino Franchetti (UEM), “Militares e poder político em Sobral (1964-1966)” de Edvanir Maia da Silveira (UVA), “Um triângulo nada amável: os estudantes, os militares e o Jornal Diário de Borborema” de Erica da Silva Lins (Faculdade Integrada de Patos), “‘Formar bem para servir sempre’: a Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina (1889-1930)” de Gisele Terezinha Machado (UFSC), “Um arquipélago teleguiado: Fernando de Noronha na relação do Brasil com os Estados Unidos” de Grazielle Rodrigues do Nascimento (UFPE) e “Militares em prontidão: resistência legalista em Santa Catarina à Revolução de 1930” de Karla Leonora Nunes (UNISUL). Fonte: <http://www.snh2009.anpuh.org/>. Acesso 09 fev 2020.

92 Os trabalhos apresentados foram: “Militares e Modernidade: conexões teóricas entre conhecimento científico e ideologia na formação dos oficiais do Exército brasileiro (1810-1864)” de Ana Paulo Lima Tibola (PUC-RS), “Ditadura militar e resistência legal: análise da atuação da Justiça Militar através do diário de uma advogada de presos políticos (1968-1979)” de Angela Moreira Domingues da Silva (CPDOC/FGV), “A mobilização militar no Piauí em tempos de Segunda Guerra” de Clarice Helena Santiago Lira (UESPI), “A luta pela anistia no Brasil e as diferentes noções de cidadania” de Maria da Conceição Fraga (UFRN), “Leis descumpridas, vidas sofridas: um estudo sobre as viúvas, os órfãos e os recambiados cearenses da ‘guerra do Paraguai’ (1867-1889)” de Maria Regina Santos de Souza (UFPE), “Combatendo a ‘PESTE VERMELHA’: a construção do subversivo entre o alto e baixo escalão dos órgãos de repressão durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)” de Dayane Rúbila Lobo Hessmann (UFPR), “Autoritarismo e militares: uma análise da revista A Defesa Nacional na década de 1930” de Fernanda de Santos Nascimento (PUC-RS), “Marechal Henrique Teixeira Lott: esquecimento e contradições” de Karla Guilherme Carloni (UFF), “Os discursos de militares e da imprensa durante o regime militar em Cuiabá-MT (1964-1968)” de Kátia Eliana Lodi Hartmann (UFMT), “Carreiras, tensões e distensões pós-1964” de Lauriani Porto Albertini/ Piero Camargo Leirner (UFSCAR), “Em armas sossego público. Bahia e Pernambuco (1817-1827)” de Lina Maria de Aras (UFBA), “A divulgação da Repressão e da Tortura do Regime Militar Brasileiro de 1964 na Imprensa dos Estados Unidos” de Lorenna Burjack da Silveira (UFG), “A temática da profissionalização do Exército Brasileiro na autobiografia do Marechal de campo Raimundo José da Cunha Mattos (1776-1839)” de Neuma Brilhante Rodrigues (ISPAM-DF), “Cotidianos de guerra: o serviço de saúde do exército (1918-1943)” de Rachel Motta Cardoso (FIOCRUZ) e “Histórias de recrutas: população e nação através do recrutamento para a Armada Imperial. Brasil, 1822-1864” de Silvana Cassab Jeha (PUC-RJ). Fonte: <http://www.snh2009.anpuh.org/>. Acesso 09 fev 2020.

93 Os coordenadores foram: Suzeley Kalil Mathias (Livre Docência - UNESP - Universidade Estadual Paulista - FHDSS) e Paulo Sergio da Silva (Doutor(a) - Universidade Federal de Uberlândia - INHIS). Fonte disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/>>. Acesso 09 fev 2020.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

apenas uma produzida por mulher,⁹⁴ o que representa um total de 94% de homens e 6% de mulheres participantes. O outro foi o ST-097 “Militares, sociedade e política” coordenado por dois homens⁹⁵, no qual teve 40 inscritos, sendo 21 homens e 19 mulheres,⁹⁶ ou seja, foram 52% de homens e 47% de mulheres inscritos. Novamente, na análise dos dois STs, se mantém uma maioria de homens inscritos, já que percentualmente são 65% de homens e 35% de mulheres.

Durante o XXVII Simpósio Nacional de História, que aconteceu na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em Natal, no ano de 2013, houve a proposição de 4 STs que perpassam a História Militar, porém devido ao número de participantes reduzidos e proximidade dos temas, os STs foram reunidos em apenas dois. Assim, um grupo foi formado pelo ST-009 “A instituição militar no Brasil: diálogos entre história e ciências sociais” e o ST-083. “História Militar: experimentações” coordenado por três mulheres.⁹⁷ Neste, houve um

94 O trabalho apresentado foi: “Equador, país amazônico: um exame do discurso militar sobre a Amazônia e a integridade territorial do Equador”, de Adriana Aparecida Marques (ECEME). Fonte disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/>>. Acesso 09 fev 2020.

95 Os coordenadores foram: Francisco César Alves Ferraz (Pós-doutor(a) - UEL) e Renato Luís do Couto Neto e Lemos (Pós-doutor(a) - UFRJ). Fonte disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/>>. Acesso 09 fev 2020.

96 Os trabalhos apresentados foram: “Embates internos: Militares X Militares no governo JK” de Karla Guilherme Carloni (Universidade Estácio de Sá), “Militares de esquerda: Dos quartéis à luta armada” de Wilma Antunes Maciel (FFLCH/USP (Escola Estadual Prof. Antonio Alves Cruz), “Eugenia no Exército: Uma análise de discursos e práticas” de Ana Taisa da Silva Falcão (Laboratório de Políticas Públicas - UERJ), “Aspectos da higiene militar e suas “estratégias de sobrevivência” de Rachel Motta Cardoso (PPGHCS/COC/FIOCRUZ), “Eu Também Sou Amigo da América!” de Maria do Carmo Gregório (UBRACE – União Brasileira de Cultura e Educação, “A revista ‘Em Guarda’, a Política da Boa Vizinha e a Propaganda de Guerra estadunidense no Brasil (1941–1945)” de Aline Vanessa Locastre (Colégio Portinari), “A invenção do soldado cidadão piauiense nos anos de mobilização de guerra (1942 a 1945)” de Larice Helena Santiago Lira (UESPI), “A Marinha Brasileira no pós-guerra do Paraguai – uma análise a partir da imprensa militar” de Luiza das Neves Gomes (UERJ) “Arquivo do Almirante Tamandaré: Um Caminhar pela História Naval Brasileira” de Edina Laura Costa Nogueira da Gama (Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha), “O Colégio Militar do Rio de Janeiro: o modelo para a expansão do ensino secundário militar (1889-1919)” de Beatriz Rietmann C. Cunha (CMRJ), “A Revolta dos Anjos - Escola Naval – 1948” de Claudia Alves D’Almeida (Secretaria Municipal de Educação-RJ), “A Revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do Exército Brasileiro (1931-1937)” de Fernanda de Santos Nascimento (PUC-RS) “Guerré Revolutionnaire: fundamentos da doutrina e sua presença no Brasil (1958/1963)” de Raquel Silva da Fonseca (PUC-RS), “Raymond Aron e a importância dos exércitos” de Adriana Iop Bellintani (UFRR), “Educação aos Militares após a Ditadura” de Tania Regina Pires de Godoy (Academia da Força Aérea Brasileira - AFA), “Da caserna ao cárcere: uma identidade militar rebelde construída na adversidade, nas prisões (1922-1930)” de Isabel L. Aragão (Seeduc), “A república pequeno-burguesa e tecnocrática dos tenentes: por dentro do programa político do Clube 3 de Outubro” de Guillaume Azevedo Marques de Saes (FFLCH-USP), “De Militar a Líder Político: A interventoria de Juracy Magalhães na Bahia (1931/1934)” de Ana Luiza Araújo Caribé de Araújo Pinho (FGV), “O orgulho de ser reacionário: anticomunismo e golpe de Estado no Brasil a partir da Doutrina de Guerra Revolucionária francesa (1959-1969)” de Martina Spohr (CPDOC/FGV) e “O ‘Poder Desarmado’: a atuação do STM após o golpe civil-militar (1964-1965)” de Angela Moreira Domingues da Silva (CPDOC/FGV). Fonte disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/>>. Acesso 09 fev 2020.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

total de 15 trabalhos, sendo 6 de homens e 9 de mulheres.⁹⁸ Isto significa que dos participantes, 60% foram mulheres e 40%, homens. Dado que diverge de todos os outros STs analisados, já que neste ST existe maioria absoluta de trabalhos de mulheres. O outro grupo de STs aglutinou os inscritos referentes aos ST-082 “História Militar” e ST-115 “O Brasil e a Segunda Guerra Mundial” e foi coordenado por 4 homens.⁹⁹ Neste, teve um total de 16 inscritos, sendo 12 homens e 4 mulheres.¹⁰⁰ Isto representa 66% de homens e apenas 33% de mulheres participantes. Mesmo que houve num dos grupos de STs uma maioria de comunicadoras, o percentual geral do evento indicou novamente que ocorreu maioria absoluta de homens inscritos, posto que tivemos 58% de homens e 42% de mulheres.

No ano de 2015, o XXVIII Simpósio Nacional de História aconteceu em Florianópolis-SC, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Nesse evento também tivemos dois STs ligados à História Militar. Um deles foi o ST-008 “A instituição militar: diálogos entre história e ciências sociais”, coordenado por 2 mulheres.¹⁰¹ O outro foi o ST-101 “O Brasil e a Segunda Guerra Mundial” coordenado por 2 homens¹⁰². O primeiro contou

97 As coordenadoras foram: Adriana Barreto de Souza (Doutor(a) - UFRRJ), Angela Moreira Domingues da Silva (Doutor(a) - CPDOC/FGV) e Karla Leonora Dahse Nunes (Doutor(a) - Unisul). Fonte disponível em: <<http://www.snh2013.anpuh.org/>>. Acesso 09 fev 2020.

98 Os trabalhos apresentados foram: “Sob a toga e a farda: o ministro General de Exército Rodrigo Octávio Jordão Ramos no Superior Tribunal Militar (1973-1979)” de Angélica do Carmo Coutinho, “Militarismo e Segurança Pública: tensões e mal estar engendrados por meio do racismo” de Jesiane Calderaro Costa Vale, “Histórico da Justiça Militar brasileira: foro especial e crime político” de Angela Moreira Domingues da Silva, “Por uma história militar amistosa” de Natalia Vial de Oliveira, “O Poder Naval e a Formação do Brasil - Breves reflexões sobre a historiografia naval brasileira e a modernização do Museu Naval” de Edina Laura Costa Nogueira da Gama, “A biblioteca militar e a construção da identidade social do Exército durante o Estado Novo” de Clarice Barros Araújo Berkowicz, “Academia Nacional e Imperial dos Guardas-Marinha: normatização da formação militar naval no período de construção do Estado Imperial brasileiro (1831-1858)” de Luana de Amorim Donin, “Domingos Theotônio Jorge: A Revolução de 1817 e a espetacularização do poder” de Clécia Maria da Silva e “As reformas pombalinas e a constituição do campo da justiça militar” de Adriana Barreto de Souza. Fonte: <http://www.snh2013.anpuh.org/>. Acesso 09 fev 2020.

99 Os coordenadores foram: Dennison de Oliveira (Doutor(a) - UFPR), Eduardo Munhoz Svartman (Doutor(a) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul), José Miguel Arias Neto (Pós-doutor(a) - Universidade Estadual de Londrina) e Vágner Camilo Alves (Doutor(a) - UFF). Fonte: <http://www.snh2013.anpuh.org/>. Acesso 09 fev 2020.

100 Os trabalhos apresentados foram: “O processo de conquista da siderurgia nacional” de Andrea Helena Petry Rahmeier, “Representações de Ernesto Geisel em obras biográficas e em livros didáticos de História” de Cassiane da Conceição Ramos Marchiori, “A revista ‘Em Guarda’ e a ‘Revolução das expectativas’ do Brasil para o pós-guerra (1939 – 1945)” de Aline Vanessa Locastre e “A revista O Cruzeiro: apoio às políticas dos Estados Unidos e Identificação com o American Way of Life” de Kellen Bammann. Fonte: <http://www.snh2013.anpuh.org/>. Acesso 09 fev 2020.

101 As coordenadoras foram: Adriana Barreto de Souza (Doutor(a) - UFRRJ) e Angela Moreira Domingues da Silva (Doutor(a) - CPDOC/FGV). Fonte: <http://www.snh2015.anpuh.org/>. Acesso 09 fev 2020.

102 Os coordenadores foram: Dennison de Oliveira (Doutor(a) - UFPR), Vágner Camilo Alves (Doutor(a) - UFF). Fonte: <http://www.snh2015.anpuh.org/>. Acesso 09 fev 2020.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

com um total de 32 inscritos, sendo 19 homens e 13 mulheres¹⁰³, ou seja 59% e 40% respectivamente. Já o segundo, teve 16 homens inscritos e apenas duas mulheres¹⁰⁴, de um total de 18 pessoas, ou seja, tivemos 88% de homens e 11% de mulheres. Ao calcular o percentual de participantes dos dois Simpósios Temáticos constatamos que foram 69% de homens e 31% de mulheres que inscreveram seus trabalhos, ou seja permaneceu a maioria absoluta de homens.

Em 2017, durante o XXIX Simpósio Nacional de História que ocorreu na Universidade de Brasília (UNB), situada em Brasília-DF, teve dois STs cujos temas estiveram vinculados à História Militar. Ambos foram coordenados por dois homens¹⁰⁵. No ST-005 “A História Militar: contra o preconceito, saberes e práticas científicas” teve 20 comunicações, sendo 16 feitas por homens e apenas 4 por mulheres,¹⁰⁶ o que representa 80% de homens e

103 Os trabalhos apresentados foram: “A Junta do código penal militar de 1802: debates sobre foro, hierarquia e controle social no alvorecer do século XIX” de Adriana Barreto de Souza (UFRRJ), “Um breve olhar na política disciplinar do reformismo ilustrado luso brasileiro e sua prática na vila do Recife (1800-1817)” de Clécia Maria Da Silva (PCR), “Resistência ao recrutamento militar na província da Paraíba durante a Guerra do Paraguai (1864-1870)” de Juliana Dantas Rabelo, “Breves Reflexões sobre a Historiografia Naval Brasileira dos Oitocentos- O Pioneirismo de Theotonio Meirelles da Silva (1864/1884)” de Edina Laura Costa Nogueira da Gama (Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha), “As revistas militares de saúde e seus cenários científicos no Cuerpo de Sanidad do exército argentino (1891-1931)” de Rachel Motta Cardoso (Museu Aeroespacial/Força Aérea Brasileira), “ “Minha espada não tem partidos”: os exemplos heroicos nas narrativas biográficas de Valentim Benício da Silva no Estado Novo” de Priscila Roatt de Oliveira (Universidade Federal de Santa Maria), “O projeto editorial da Biblioteca Militar nos anos 1930: educação e ação política” de Clarice Barros Araújo Berkowicz (UFRRJ), “Novos espaços de diálogo na história militar brasileira” de Virginia Mercês Guimaraes Carvalho (Força Aérea Brasileira), “ ‘Esse mar é meu’: a Marinha do Brasil e a construção de um programa de mentalidade marítima (1980-1990)” de Flávia Emanuely Lima Ribeiro Marinho (UFRN), “Contra a Tortura: a Anistia Internacional durante a Ditadura Militar no Brasil” de Renata Costa Reis de Meirelles, “Crime contra economia popular e ditadura militar no Brasil: a atuação da Justiça Militar” de Angela Moreira Domingues da Silva (CPDOC/FGV), “ A historicidade da Justiça Militar na visão de seus magistrados” de Angélica do Carmo Coitinho (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro) e “Educação Moral e Cívica: para além de um projeto educacional, um projeto de Nação” de Louise Storni Vasconcelos de Abreu. Fonte: <http://www.snh2015.anpuh.org/>. Acesso 09 fev 2020.

104 Os trabalhos apresentados foram: “1942 – ano do corte das relações diplomáticas e a da declaração de guerra entre Brasil e Alemanha. Como isto aconteceu?” de Andrea Helena Petry Rahmeier e “Força Expedicionária Brasileira: memórias de guerra e formação de identidades” de Caroline Martins Ojeda. Fonte: <http://www.snh2015.anpuh.org/>. Acesso 09 fev 2020.

105 Os coordenadores dos simpósios foram: Francisco Eduardo Alves de Almeida (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade de Lisboa) Ricardo Pereira Cabral (Escola de Guerra Naval) Dennison de Oliveira (UFPR) e Ianko Bett (Museu Militar do Comando Militar do Sul - MMCMS). Fonte: <https://www.snh2017.anpuh.org/>. Acesso 09 fev 2020.

106 Observamos que os trabalhos escritos por mulheres foram: “O Padre Esmerati e A Marinha de Guerra em Paysandú e durante a Campanha do Paraguai – Resumos Históricos – por Theotonio Meirelles Oficial Reformado da Armada Nacional e Imperial Uma breve apreciação historiográfica” de Edina Laura Costa Nogueira da Gama (Escola de Guerra Naval), “O Colégio da Polícia Militar da Bahia e a força das tradições (1957-1972)” de Andrea Reis de Jesus (Governo Do Estado Da Bahia), “ A espionagem britânica e americana a serviço da sabotagem e resistência durante a II Guerra Mundial” de Raquel Anne Lima de Assis (UFRJ) e “Pedro da Silva Pedrosa e a Pedrosada de 1823: descontentamento, insubordinação e motim” de Clécia Maria da

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

20% de mulheres participantes. Já no ST-097, “O Brasil e os grandes conflitos bélicos: memória, cultura, política e Forças Armadas e relações internacionais” teve 11 comunicações inscritas por homens e 6 por mulheres,¹⁰⁷ sendo 64% de homens e 36% de mulheres participantes. Porém se fizermos um cálculo com o total de comunicadores de ambos os STs teremos 73% de homens e 27% de mulheres participantes, ou seja em 2017 também tivemos maioria absoluta de homens inscritos.

Em 2019, ocorreu o XXX Simpósio Nacional de História, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na cidade de Recife-PE. Neste ano aconteceu apenas um ST, o de número 84, intitulado “História Militar: teorias, metodologias e fontes de pesquisa”, que foi coordenado por dois homens. Neste ST, a maioria absoluta das comunicações inscritas eram de homens. Isto é, de um total de 31 trabalhos, 24 foram produzidos por homens e apenas 7 por mulheres.¹⁰⁸ Essa diferença fica bastante evidente em termos percentuais pois corresponde a 77% de homens e apenas 23% de mulheres participantes. Neste mesmo evento foi criado a nível nacional o Grupo de Trabalho de História Militar.¹⁰⁹ A criação desse grupo é de suma importância para consolidar a área enquanto campo de pesquisa e promover o diálogo entre os diferentes estudiosos.

Por meio da análise dos anais eletrônicos dos Simpósios Nacionais de História percebemos que existem mulheres que escrevem história militar. Todavia, o número de mulheres que se dedica ao assunto é muito menor que o número de homens, um dado que

Silva (PCR). Fonte: <https://www.snh2017.anpuh.org/>. Acesso 09 fev 2020.

107 Observamos que os trabalhos escritos por mulheres foram: “1939 - Brasil e Alemanha e suas relações” de Andrea Helena Petry Rahmeier (FACCAT), “Do outro lado do front: Dunshee de Abranches e os germanófilos no debate brasileiro sobre a Grande Guerra” de Livia Claro Pires (UERJ), “O posicionamento do Brasil na Guerra da Coreia (1950-1953)” de Celiane Ferreira da Costa (UFPR), “Sul de Mato Grosso no século XIX: Ataque e ocupação paraguaia” de Maria Teresa Garritano Dourado (UFGD), “Marquês de Barbacena: vilão ou herói da Cisplatina” de Roberta Teixeira Gonçalves (UNICAMP). Fonte: <https://www.snh2017.anpuh.org/>. Acesso 09 fev 2020.

108 Observamos que os trabalhos escritos por mulheres foram: “1942, Brasil entra em guerra, quem ficou responsável pelos interesses diplomáticos dos alemães?”, de Andrea Helena Petry Rahmeier (FACCAT), “O fracasso do projeto militar pombalino na América Portuguesa” de Christiane Figueiredo Pagano de Mello (UFOP), “A Primeira Experiência com a Lei do Sorteio Militar no Piauí de Clarice Helena Santiago Lira (UESPI), “A Biblioteca da Marinha no Brasil Oitocentista: notas sobre a construção de um Lugar de Memória” de Edina Laura Costa Nogueira da Gama (Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha), “As Fortificações de Florianópolis: um mesmo espaço, dois construtores” de Lorena Leite (Universidade Federal de Minas Gerais), “A ‘placa da discórdia’: repensando memórias sobre a Vala dos 21 e a Batalha do Irani (1912 – 2017)” de Márcia Janete Espig (UFPE) e “Tenente Mello : Um Soldado Desconhecido” de Maria Teresa Garritano Dourado (Universidade Federal da Grande Dourados). Fonte: <https://www.snh2019.anpuh.org/>. Acesso 09 FEV 2020.

109 Fonte: <https://anpuh.org.br/index.php/grupos-de-trabalho/atividades/item/5431-gt-historia-militar>. Acesso 08 Jan 2020.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

também ocorreu no Simpósio Nacional de História Militar. Na síntese dos dados coletados nos anais eletrônicos dos eventos organizados pela ANPUH, também identificamos que houve um desequilíbrio no número de homens e mulheres que participaram dos STs, em um único ano, 2013, a diferença foi pequena; em dois anos, 2017 e 2019, a diferença foi maior que 70%; e em três anos, 2009, 2011 e 2015, o percentual ficou entre 60% e 69%. Outra constatação foi a predileção das mulheres por determinados STs em eventos que possuíam mais de um ST ligado à história militar. Isto aponta para a relevância de estudos mais profundos sobre as temáticas dos trabalhos, sejam eles escritos por homens ou mulheres.

Igualmente, destacamos a necessidade de ampliarmos esse mapeamento, posto que, a despeito de toda a importância que a Associação Nacional de História tem para os historiadores, muitos deles não tem condições de participar do Simpósio Nacional de História. O que ressalta a relevância de estudo que abarque os eventos produzidos pelas seções estaduais da ANPUH, bem como pesquisas que contemplem a produção dos programas de pós-graduação.

Por fim, consideramos que, além da existência de STs dedicados à História Militar ocorrerem, nos últimos 10 anos, nos Simpósios Nacionais de História da ANPUH, existem outros indícios de um crescimento dessa área do conhecimento. Dentre eles estão: a realização dos Simpósios Nacionais de História Militar, a criação do Grupo de Trabalho de História Militar na ANPUH/Nacional que ocorreu em 2019, após a fundação dos Grupos de Trabalho de História Militar nos estados do Rio de Janeiro (2016), Paraná (2018) e Rio Grande Sul (2018) e a chamada pública para artigos a serem publicados nos dossiês “História Militar, Historiografia e Caminhos de Pesquisa” da Revista Vozes Pretérito & Devir da Universidade Estadual do Piauí (UESPI)¹¹⁰ e “Militares e Militarismo” na revista Temáticas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).¹¹¹ Estes indícios destacam a necessidade de se mapear a produção da escrita da história militar ao mesmo tempo em que corroboram para a relevância de uma análise qualitativa da produção e das trajetórias das mulheres que escrevem história militar, uma área do conhecimento que parece ser majoritariamente ocupada por homens.

110 Fonte: <http://revistavozes.uespi.br/ojs/index.php/revistavozes/article/view/212/218>. Acesso: 31 jan 2020.

111 Fonte: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/announcement/view/15>. Acesso: 31 jan 2020.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Referências

- CASTRO, Celso (ORG). *A família militar no Brasil. Transformações e permanências*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2018.
- CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. Da história militar à “nova” história militar. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). *Nova História Militar brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004, páginas 9-56.
- CEARTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado. Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.
- LUVAAS, Jay. A História Militar. O ponto de vista de um historiador clássico. In: WEIGLEY, Russel F. *Novas dimensões da História Militar*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1981, p. 421-455.
- MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. Os múltiplos olhares sobre a história militar. *História Unisinos* v. 16, n. 3, 2012. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2012.163.01> . Acesso 5 abr 2018.
- PETRY-RAHMEIER, Andrea Helena; TIKAMI Bárbara. Mulheres e história militar. In: GEVEHR, Daniel Luciano; MUHLEN, Caroline Von; PETRY-RAHMEIER, Andrea Helena; SANTOS Rodrigo Luis dos (Orgs). *Migrações, Educação e Desenvolvimento: convergências e reflexões*. Taquara, Editora fi, 2019. Disponível em: editorafi.org/673migra. Acesso 10 fev 2020.
- PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria, Mulheres. Igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003
- PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria, *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo, Editora Contexto, 2013.
- SILVA, Kelvin Emmanuel Pereira da; TIKAMI, Bárbara, A Nova História Militar: possibilidades teóricas metodológicas e temáticas. *Revista Brasileira de História Militar*. Rio

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

de Janeiro, Ano IX, No 24, Novembro de 2018. Disponível em:
<https://www.historiamilitar.com.br/>. Acesso 09 fev 2020.

SOARES, Luiz Carlos e VAINFAS, Ronaldo. Nova história militar. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012, página 113-132.

TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. *Memórias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960

TEIXEIRA, Nuno S. A história militar e a historiografia contemporânea. *Revista A Nação e a defesa*, ano XVI, no 59, 1990, páginas 53-71.

WOLFF, Cristina Scheibe Wolff. Em Armas. Amazonas, soldadas, sertanejas, guerrilheiras. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das Mulheres*, São Paulo: Contexto, 2013.

**DESCONTINUIDADE, ACONTECIMENTO E MEMÓRIA:
A CONSTRUÇÃO DO HISTÓRICO DE ORGANIZAÇÕES MILITARES DO
EXÉRCITO BRASILEIRO SOB AS PREMISSAS DA TEORIA E METODOLOGIA
DA PESQUISA HISTÓRICA**

Ianko Bett¹¹²

Introdução e delimitação do objeto

O artigo¹¹³ tem como objetivo principal apresentar considerações sobre a construção dos textos históricos de Organizações Militares (adiante OM) tendo como base premissas pontuais de teoria e de metodologia da pesquisa histórica. Dada a especificidade do objeto desse estudo, não se tem a pretensão de apresentar um modelo, mas tão somente colocar em evidência possíveis caminhos a serem seguidos pelos profissionais (do âmbito acadêmico ou do âmbito militar) que se depararem com esse tipo de empreendimento, além de fornecer alguns subsídios para um entendimento mais amplo acerca da forma como a Instituição Exército Brasileiro, a partir de toda uma legislação vigente, vislumbra a construção textual da narrativa histórica de suas OM. Para tanto, o foco analítico terá como base um estudo que foi desenvolvido no ano de 2018, cujo objetivo principal estava vinculado em pesquisar a historicidade da “Base de Administração e Apoio da 3ª Região Militar” (adiante B Adm Ap/3ª RM), quartel do Exército que tem como principal missão apoiar, especialmente em recursos humanos, o Comando da 3ª Região Militar (adiante 3ª RM)¹¹⁴ – Grande Comando Administrativo e Logístico (comandado por um General-de-Divisão), cuja missão consiste em “proporcionar apoio administrativo, com foco no gerenciamento da dimensão humana da Força na área do Rio Grande do Sul, e complementar o apoio logístico em operações.”¹¹⁵

Cabe destacar que, nos últimos anos, precisamente 2017 e 2018, o Setor de Pesquisa e

112 Doutor em História pela PUCRS, Encarregado do Setor de Pesquisa e História do Museu Militar do CMS.

113 O artigo é resultado da coleta de fontes de pesquisa realizada pela Equipe do Museu Militar do CMS, formada pelo autor e pelo Cb Kelvin Emmanuel Pereira da Silva, Encarregado do Setor Educativo da Instituição. Também auxiliaram nos trabalhos a 3ª Sgt Lizete e o Sd Pedro Matos, do Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

114 O quartel da 3ª RM tem sua sede na cidade de Porto Alegre, RS, e sua jurisdição funcional está circunscrita ao estado do Rio Grande do Sul. Juntamente com a 5ª RM (Curitiba), compõe os Grande Comandos de apoio logístico e administrativo do Comando Militar do Sul (CMS), que é o Grande Comando operacional com abrangência funcional nos Estados do RS, SC e PR.

115 Ver em <http://www.3rm.eb.mil.br/index.php/editoria-a>.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

História do Museu Militar do CMS vem recebendo algumas demandas no sentido de pesquisar e construir textualmente o histórico de OM, especialmente daquelas localizadas na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. No geral, o entendimento dos Comandantes das OM solicitantes é que esse “histórico” permitirá que os seus membros “cultuem” as “raízes”, os “valores” e as “tradições” dessas instituições, possibilitando “aumentar o espírito de corpo em torno de um objetivo comum, bem como na excelência no cumprimento das diversificadas missões deixadas como legado pelos nossos antecessores”¹¹⁶. Foge dos objetivos do artigo aprofundar essa questão, mas cabe ressaltar que a visão de história preponderante nessas solicitações é aquela que vislumbra o seu caráter pedagógico, pautado na ideia de compor (e projetar) um sentido de pertencimento aos militares integrantes das OM em questão, cuja finalidade última consistiria na repercussão (do legado histórico) sobre a eficiência nos trabalhos a serem realizados. Daí a necessidade dos Comandantes em conhecer, num primeiro momento, quais foram os locais (edificações) que se tornaram as sedes dos quartéis, os possíveis uniformes utilizados ao longo do tempo e, fundamentalmente, as datas de criação, ou seja, objetivamente determinar as principais marcas da memória institucional e promover sua projeção na coletividade militar sob seu comando.

No caso da B Adm Ap/3ª RM, objeto deste estudo, a existência de um “histórico” constituído, utilizado, especialmente, nas cerimônias comemorativas do aquartelamento, evidencia diversas lacunas e inconsistências históricas, especialmente às informações inerentes à possível data de nascimento, além da própria trajetória da OM ao longo do tempo. No texto desse “histórico” consta, por exemplo, que a origem da Base está vinculada a criação da Cia Cmdo da 3ª Região Militar, em 12 jul de 1919. Na revista lançada em comemoração ao suposto aniversário de 100 anos da OM essa parte é assim apresentada:

A história da nossa Unidade se confunde com a dos últimos 100 anos da Região a que serve. Teve sua gênese em 12 de julho de 1919, com a movimentação de diversas Praças das Unidades do Rio Grande do Sul para o QG da Região, a fim de auxiliarem nas tarefas administrativas. (BASE, 2019, p. 4).

Trata-se de uma informação sem qualquer fundamentação científica por dois motivos: em primeiro lugar, a referida “Cia Cmdo da 3ª RM” não foi criada em 1919 e, em segundo lugar, quando da Criação da 3ª RM (em 1919), não havia OM (do nível de Unidade ou

¹¹⁶Conforme consta num dos documentos (DIEx nº 947-DA/BAdmAp/3, de 13 de junho de 2017) enviados ao Museu Militar do CMS quando da solicitação da realização da pesquisa.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Subunidade) de apoio a este Grande Comando.

Por outro lado, cabe destacar que a atual data de aniversário da B Adm Ap/3ª RM, homologada pelo Comando do Exército (Boletim do Exército nº 1, de 4 de janeiro de 2019), está considerando o seu “nascimento” em 12 de julho de 2005, ou seja, trata-se do ano em que se deu a transformação da denominação de “Companhia de Comando da 3ª Região Militar” (adiante Cia Cmdo 3ª RM) para a atual B Adm Ap/3ªRM, e esta, conseqüentemente, a partir do dia 12 de julho, sendo vinculada administrativamente ao Comando da 3ª RM.¹¹⁷

Desta forma, a partir dessas considerações iniciais, o desenvolvimento do presente estudo foi direcionado tendo como base algumas premissas, quais sejam: os objetivos elencados nas intenções do Comandante da B Adm Ap/3ª RM, por quando da solicitação da pesquisa; a especificidade da atividade fim do aquartelamento em foco; as lacunas e contradições apresentadas no atual histórico, bem como a ausência de qualquer orientação teórico/metodológica que prescreveu a tessitura narrativa apresentada; a desconsideração da própria legislação que prevê as normas para fixação da data de aniversário das Unidades, Repartições e Estabelecimentos do Exército; e, por fim, as fontes de pesquisa consultadas.

Coma intenção de identificar e analisar a constituição das matrizes históricas que deram origem aos aspectos funcionais que caracterizam a atuação atual da OM em sua missão fundamental (prestar apoio ao Comando da 3ª RM), o artigo foi dividido em duas partes. A primeira se encarregará de apresentar os aportes teóricos e metodológicos que nortearão a análise das fontes de pesquisa, cujo resultado será apresentado na segunda parte do artigo com ênfase na historicidade da B Adm Ap/3ª RM.

Fundamentação Teórico-metodológica e a memória institucional

No âmbito da legislação vigente sobre as “questões históricas” (grifos meus) do Exército Brasileiro é possível encontrar algumas normativas que podem ser vinculadas aos propósitos de confecção dos históricos das OM. A primeira dessas normativas consiste na Portaria Ministerial 321, de 02 de junho de 1995, que “Aprova as Normas para fixação da

¹¹⁷ Ver os artigos 1º e 2º da PORTARIA nº 042- SEF, DE 28 DE JUNHO DE 2005: Art. 1º Desvincular administrativamente, a contar de 11 de julho de 2005, a Companhia de Comando da 3ª Região Militar (Cia C 3ª RM), CODOM 02921-5, do Comando da 3ª Região Militar (Cmdo 3ª RM), CODOM 02387-9, sendo todas as Organizações Militares com sede na cidade de Porto Alegre/RS, por motivo de mudança de denominação da Cia C 3ª RM para Base de Administração e Apoio da 3ª Região Militar (B Adm Ap/3ª RM). Art. 2º Vincular administrativamente, a contar de 12 de julho de 2005, a B Adm Ap/3ª RM ao Cmdo 3ª RM.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Data de Aniversário das Unidades, Repartições e Estabelecimentos do Exército”, cujo objetivo fundamental, conforme especificado no próprio documento, trata de estabelecer a data de aniversário das OM com base nos “registros históricos” (grifos meus). Outro documento importante, e que serve de normatização para esse tipo de empreendimento, consiste na Portaria Ministerial 264, de 13 de maio de 1999, que define as “Normas para a Preservação das Tradições das Organizações Militares do Exército Brasileiro”.

Não cabe realizar uma análise pormenorizada desses documentos e nem contextualizar sua aplicação no âmbito institucional, tendo em vista que isso fugiria dos objetivos do artigo, mas cabe mencionar alguns aspectos que podem esclarecer o entendimento do Exército sobre questões de historicidade da Força. O primeiro deles consiste na forma com que são projetados, nesses documentos, os usos de documentos balizadores nos estudos e pesquisas acerca das datas de aniversário das OM, que devem ser obtidos através de minuciosa e criteriosa pesquisa histórica. De outra parte, no caso específico do documento de 1995, são fornecidas as diretrizes e condições para os usos da documentação encontrada. Por exemplo, no item de número 3, que trata das “condições de execução” está escrito, dentre outras resoluções, que:

- a. A data de Aniversário de uma Organização Militar é, em princípio, a do ato de sua criação (Decreto, Portaria, etc).
- b. A data de aniversário de uma OM não será alterada em face de mudanças de denominação, sede, efetivo ou subordinação.
- c. Uma OM resultante da transformação em outra OM – que pelo ato de transformação ou em decorrência dele se extinga – e da qual herde a destinação básica operacional ou funcional, recebe o legado da data do aniversário da extinta.
- d. A OM formada por expansão natural do elemento formador (Pelotão em Companhia, Esquadrão em Regimento, etc) ou por redução do mesmo, mantém a data de aniversário de sua antecessora. (PORTARIA, 1995, p. 10)

Já no documento de 1999, também em seu item terceiro, que versa sobre a diretriz para a “preservação das tradições e da continuidade histórica das organizações do Exército Brasileiro”, há a apresentação de diversos conceitos, dos quais, o que mais interessa ser mencionado é o de “elemento formador”, cuja definição segue como “Organização Militar que tenha dado origem à OM considerada”. De outra parte, também é mencionado que “A transferência, tão somente, de pessoal e acervo material de uma OM desativada ou extinta para outra, não caracteriza a origem comum delas” (PORTARIA, 1999, p. 02).

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Além das normativas previstas na legislação sobre as questões históricas das OM, é pertinente que também seja apresentado o viés teórico do campo do conhecimento histórico pelo qual se deu a condução da pesquisa. É importante ressaltar, nesse sentido, e também levando em conta a especificidade do objeto, que uma das prerrogativas teóricas utilizadas neste empreendimento foi a noção de “descontinuidade”, desenvolvida pelo filósofo Michel Foucault em seus estudos, notadamente aqueles advindos da fase “arqueológica” desse pensador (FOUCAULT, 2014). Tal noção (descontinuidade) prima pelo abandono de um modelo filosófico platônico/cristão que tem como marca a noção de “origem”, cujo corolário imediato sugere a ideia de uma “continuidade” das coisas no tempo. O método arqueológico, donde a noção de descontinuidade é construída, não trata absolutamente de um estudo da origem, mas das origens relativas, especificamente das *irrupções* e dos *começos* (grifos meus). Na esteira dessa metodologia, tem-se a necessidade de suprimir as noções tributárias de uma teleologia escatológica, a saber, as noções de gênese, evolução, progresso, etc. Michel Foucault (2014, p. 11) caracteriza esse deslocamento do descontínuo:

[...] sua passagem do obstáculo à prática; sua integração no discurso do historiador, no qual não desempenha mais o papel de uma fatalidade exterior que é preciso reduzir, e sim o de um conceito operatório que se utiliza; por isso, a inversão de signos graças à qual ele [descontínuo] não é mais o negativo da leitura histórica (seu avesso, seu fracasso, o limite de seu poder), mas o elemento positivo que determina seu objeto e valida sua análise.

A análise histórica sob o viés da descontinuidade implica investigar, portanto, a irrupção de novos começos, o surgimento de acontecimentos, entendidos enquanto a cristalização de determinações históricas, que delinearão e pulverizaram o curso histórico, que proporcionaram novos caminhos – esses devidamente entendidos enquanto jamais anunciados num “já dado na origem”¹¹⁸. Acaso, acaso, imprevisão, enfim, a marca do sentido histórico nessa perspectiva é a descontinuidade, cuja duração é determinada pelo surgimento de novos acontecimentos, ou seja, a partir de novas fissuras de dispersão das coisas no tempo.

A operacionalização desse aporte teórico evitará que o uso das fontes de pesquisa seja

118 Por acontecimento, nesta perspectiva, entende-se “não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta. Elas não se manifestam como formas sucessivas de uma intenção primordial; como também não têm o aspecto de um resultado. Elas aparecem sempre na álea singular do acontecimento.” (FOUCAULT, 1979, p. 18).

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

elencado como forma de sustentar uma ideia de tradição e continuísmo no tempo sem o devido balizamento histórico. Também evitará interpretações anacrônicas, cuja marca fundamental, nesse caso, consiste em desconsiderar a “origem” da B Adm Ap/3ª RM dentro do mesmo marco temporal do Comando que apoia, no caso a 3ª RM. Mostrar-se-á, nesse sentido, que no tempo da “invenção” de um Comando como o da 3ª RM não pressupunha uma OM de apoio. A existência de uma ligação direta entre a B Adm Ap/3ªRM e a 3ª RM não pode ser considerada, de forma alguma, uma “evolução natural da instituição”, mas fruto de tentativas/erros, disputas de concepções e entendimentos, de projetos vencedores em detrimento de projetos renegados ao esquecimento.

Já há algum tempo que os estudos históricos vêm se debruçando sobre a importância de se conhecer a trajetória das instituições (públicas ou privadas) como mecanismo primordial de evidenciar os processos pelos quais, de um modo ou de outro, foram delineadas as tipologias com que elas se apresentam em estrutura, dinamicidade e funcionalidade na contemporaneidade.

Conhecer a trajetória de qualquer instituição implica, necessariamente, em recuperar um conjunto de elementos (material e imaterial) que devem ser incorporados ao inquérito do pesquisador, já efetivamente municiado pelo arcabouço teórico-metodológico que balizará o desenvolvimento da produção textual histórica. Isso significa que toda a tentativa de se conhecer uma instituição em seus aspectos históricos (seu marco de “origem”, por exemplo) traz consigo algumas implicações de ordem epistemológica que precisam ser exploradas a contento.

A primeira delas diz respeito às considerações relativas ao tratamento da “memória institucional”. Foi a partir sobretudo da década de 1970 que a “memória institucional” passou a figurar entre as prioridades de alguns setores¹¹⁹, impulsionados pela emergência dos estudos sociológicos, antropológicos e históricos que se voltaram com maior afinco à questão da memória. A própria noção de “institucionalizar” – que remete à ideia de “oficializar” – qualquer espaço (público ou privado) subentende a possibilidade de iluminar de quando houve sua criação, a constituição de suas missões, seus valores, enfim, compreender quando foram dados os primeiros passos no processo de construção de uma (possível) identidade. De acordo com Rueda (2011, p. 86) “com a conscientização estratégica da preservação da

¹¹⁹ Nas empresas privadas, por exemplo, percebeu-se o quanto era importante registrar e preservar a memória e o quanto isso poderia representar para o seu crescimento.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Memória Institucional as instituições perceberam que era preciso promover as mudanças organizacionais necessárias sem perder a sua identidade [...]”. Portanto, o que está em jogo no processo de estudo da trajetória de uma instituição diz respeito em, fundamentalmente, mapear e analisar os processos constituintes dos elementos que solidificaram (e legitimaram) a noção de pertencimento, ou, em outros termos, aquilo que, quando evocado pela memória dos sujeitos, permite uma identificação, o estabelecimentos de elos de ligação.

A segunda questão que precisa ser explorada, por estar diretamente vinculada com as questões identitárias supracitadas, diz respeito à apropriação da noção de *memória*, especificamente algumas assertivas operacionais desenvolvidas pelas Ciências Sociais nos últimos anos. O teórico francês Michel Pollak (1989) é contundente quando afirma existir uma ligação fenomenológica entre a memória e o sentimento de identidade. Nas suas palavras, a memória pode ser considerada enquanto “[...] um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1989, p.16).

Essa noção de memória ressalta, portanto, um aspecto essencial da sua operacionalidade que consiste em abrir perspectivas de vincular a memória individual com a memória coletiva, ou seja, ao grupo que, em determinado contexto, compartilhou vivências e experiências. Maurice Halbwachs citado por Pollak (1989, p. 3), nesse sentido, ainda salienta a importância de se buscar um maior número de pontos de referência que podem ser indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo. Para o autor, é preciso que haja suficientes pontos de contato entre a memória individual e coletiva, pois isso, necessariamente, sedimentará e reforçará os sentimentos de pertencimento.

Outra implicação decorrente das problemáticas inerentes ao estudo proposto, que também está profundamente interligada com as questões já desenvolvidas, se configura em esclarecer e descrever o efetivo lugar (ou lugares) em que as memórias se tornam possíveis. A definição de “lugares de memória” ganhou múltiplos entendimentos desde que Pierre Nora dirigiu um estudo que resultou em sete volumes destinados a estudar o Patrimônio material e imaterial da França. De acordo com José D'Assunção Barros (2009, p. 50), a questão fundamental se deu nos seguintes termos: “Através de que ambientes, de que recursos, de que práticas e representações, de que suportes materiais se produz e se difunde a memória

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

coletiva?”.

De uma concepção mais objetiva, que tratava de elencar os lugares de memória resumidos em instituições como Museus, Arquivos e monumentos, a ideia de “lugares de memória” passou a designar um vasto universo de possibilidades. Le Goff (1990, p. 473), a partir dos estudos de Nora, exemplifica algumas delas:

[...][há] os lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios e arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais, como os manuais, as autobiografias ou as associações.

Essa profusão de sentidos para a expressão também é chancelada por Barros (2009, p. 51): “Onde existe o humano, pode-se dizer que a Memória estabelece-se, gerando os seus lugares. Desde as células familiares, que organizam sua memória através de recursos os mais diversos como as genealogias e os álbuns de fotografias, até as grandes Nações”.

Todas as considerações desenvolvidas até este ponto devem ser pensadas na forma de interdependência. Não é possível pensar na tarefa de se descrever a memória institucional (a partir de sua “origem” institucional) sem levar em conta suas implicações com aquilo que se entende por “memória” e com seus “lugares” de formação e desenvolvimento. No caso específico deste empreendimento, e a partir do suporte oferecido pelos estudos mencionados, a memória institucional da B Adm Ap/3ª RM, sua trajetória ao longo dos anos, será analisada sob o prisma da possibilidade de ser o lugar em que identidades foram forjadas, constituídas, traçadas pelo fio condutor da memória individual e coletiva de seus integrantes.

Portanto, com base nas considerações definidoras da pesquisa, das normativas vigentes e das questões teóricas expostas acima, tem-se estabelecidos os critérios e rumos desse estudo que poderão legitimar a apresentação de algumas assertivas para a melhor configuração e formatação do histórico da B Adm Ap/3ª RM, cujo desenvolvimento analítico, com base exclusivamente nas fontes/documentos consultados, poderá subsidiar uma efetiva compreensão da sua trajetória enquanto OM de apoio à 3ª RM, notadamente na elucidação e definição de sua nova “data de nascimento” (grifos meus).

As perguntas fundamentais, norte da investigação histórica empreendida, puderam ser formuladas das seguintes maneiras: Quando surgiu uma Organização Militar que apresenta as características hoje consubstanciadas na B Adm Ap/ 3ª RM, considerando as normativas já

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

mencionadas sobre a criação de data de aniversário de uma OM? Ou, em outras palavras, e utilizando a terminologia prevista na legislação em vigor, quando surgiu o “elemento formador” da B Adm Ap/ 3ª RM? Ou, ainda, qual o “acontecimento” (cristalização de determinações específicas) demarcador do “lugar de memória”, que fundamenta a identidade da OM ao longo de sua trajetória até a contemporaneidade?

Para responder os questionamentos elencados, e até mesmo pela falta de dados mais objetivos acerca de uma possível data do surgimento de uma OM que apresenta características compatíveis com as que se pode encontrar atualmente na B Adm Ap/3ª RM, optou-se, metodologicamente, por realizar a pesquisa documental a partir de um olhar retrospectivo, tentando, desta forma, encontrar os elementos necessários para bem esclarecer o momento singular de uma descontinuidade, ou, em outras palavras, da irrupção desse “novo” modelo funcional de se apoiar o Comando da 3ª RM.

A “B Adm Ap/3ª RM” e seu “elemento formador”

Já foi mencionado anteriormente que a criação da B Adm Ap/3ª RM, na sua atual configuração, se deu através da transformação da “Cia Cmdo 3ª RM” para a atual denominação, em 12 de julho de 2005. Com base na legislação em vigor, esse acontecimento, por si só, não caracteriza a criação de uma nova OM, tendo em vista que houve apenas uma alteração na denominação e algumas mudanças no organograma. Conforme já ressaltado, a data de aniversário do aquartelamento não sofre alteração em função da mudança de denominação ou efetivo. Além disso, também já foi visto que, mesmo havendo, nesse caso, uma expansão do “elemento formador” (de uma “Companhia” para uma “Base”, ou seja, de uma subunidade para uma Unidade), a data de nascimento também não sofre alteração. Desta forma, a transformação da Cia Cmdo 3ª RM em B Adm Ap/3ª RM não pode ser considerada uma descontinuidade histórica, tendo em vista que as suas características fundamentais foram preservadas, inclusive, cabe destacar, houve a manutenção do efetivo que mobiliava a antiga Companhia. Tentar descortinar a criação do “elemento formador” da B Adm Ap/3ª RM e analisar seus desdobramentos no curso histórico será o objetivo dessa parte do artigo.

Num primeiro momento, e seguindo um movimento retrospectivo de análise das fontes, tentar-se-á verificar quando e como se deu a criação da “Cia Cmdo 3ª RM”, também com a intenção de averiguar se, nessa criação, houve a irrupção de um novo modelo de OM

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

de apoio ao Comando da 3ª RM. Mesmo não sendo possível encontrar, nas fontes de pesquisa consultadas, qualquer ato de criação que mencionasse a criação dessa Companhia, a documentação permite aferir alguns entendimentos.

Por exemplo, o Boletim Regional número 66, de 11 de abril de 1975, traz dois elementos que devem ser levado em conta na análise. O primeiro desses elementos é encontrado em uma nota de transferência de um Oficial, descrita da seguinte forma: “Movimentação de Oficial. a) Transferência. Pelo Bol DGP nº 33, de 17 de Mar 1975. Por necessidade de serviço. Cia Cmdo 3ª RM (Porto Alegre-RS) – 2º Ten Inf [...] Gilberto Gabriel Miguel de Aguiar, do 19º BI Mtz (São Leopoldo-RS) [...]”. Na sequência dessa publicação, ainda versando sobre movimentação, o referido Boletim publicou, no item VI, a passagem de Comando da Cia Cmdo 3ª RM (Grafia conforme o original) nos seguintes termos: “Cap Inf Wantull Ferreira de Camargo [...] Por ter se apresentado pronto para o serviço. Assuma o Cmdo da Cia Cmdo da 3ª RM, a contar de 9 abr 75, ficando dispensado o 1º Ten Inf José Carlos Cabral Bianchi [...]”.

As duas publicações supracitadas mencionam, pela primeira vez nos documentos pesquisados, a terminologia “Cia Cmdo da 3ª RM”, em substituição da denominação anterior “Companhia do Quartel General Regional” (adiante Cia do QGR/3), cuja última aparição desta, nos documentos, data de janeiro de 1975, conforme consta o Boletim da 3ª RM número 14, página 114.

A partir desses dados pode-se concluir que, entre janeiro e março de 1975 (data da publicação, pelo Departamento Geral de Pessoal- DGP, da transferência supracitada), houve uma alteração da denominação da OM que apoiava a 3ª RM. Não há evidências, nesse sentido, do surgimento de uma “nova” OM. Mesmo porque, as publicações mencionadas indicam uma continuidade funcional que não pode ser deixada de lado (especificamente na questão da sucessão dos Comandantes de Companhia, ou seja, se houve sucessão, houve continuidade).

A denominação “Cia do QGR/3”, por seu turno, parece responder a um modelo em voga desde meados dos anos 1940, quando foram criados os Grandes Comandos Militares baseados na denominação de Zonas Militares. No caso específico da Zona Militar Sul, criada em 1946 (trata-se do primeiro modelo que antecedeu o atual Comando Militar do Sul - CMS), a OM designada para apoiar esse Grande Comando passou, também nesse contexto, a se

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

chamar Companhia do Quartel General da Zona Militar Sul (Cia do QG da ZMS). Essa mesma nomenclatura (Cia do QG) também foi utilizada por ocasião da transformação (em 1957) das “Zonas Militares” em “Exércitos”, passando a ser designada como Cia do QG do III Exército.

Assim sendo, nos anos 1940, a denominação “Cia do QGR/3” seguiu o mesmo modelo daquele em voga no Grande Comando de Área, como se pode visualizar no ato de sua “criação”, publicado no Boletim Regional 175 de 6 de agosto de 1948, especificamente no item IV: “EXTINÇÃO DO CONTINGENTE DO QUARTEL GENERAL E ORGANIZAÇÃO DA COMPANHIA DO QG E ELEMENTOS ADIDOS (ESTADO MAIOR GERAL E ESTADO MAIOR ESPECIAL)” (grafia original). Nesse próprio título da publicação é possível encontrar as pistas e caminhos para encontrar um processo de descontinuidade, conforme já mencionado e descrito no presente estudo. Pode-se questionar, dessa forma, se a organização da “Cia do QGR/3” sugere a materialização do surgimento de uma nova concepção de apoio ao Comando da 3ª RM? Ou é possível entender a sua transformação como sendo decorrência basicamente da mudança de nomenclatura, em substituição do “Contingente” (conforme interpretação do enunciado presente no título)?

Nas letras “b” e “c” dessa publicação se encontra parte das respostas para as questões acima, na medida em que ali se determina que: “As praças do extinto Contingente foram aproveitadas para a organização da Companhia do Q.G. e elementos adidos” (Bol Reg, 6 de agosto de 1948, p. 1757). Conforme esse documento, as praças (o documento apresenta uma lista do efetivo que iria mobiliar cada repartição do Quartel General) do extinto Contingente foram incluídas nas novas repartições da recém criada Cia do QGR/3. Não há elementos suficientes, portanto, para caracterizar a “nova” OM como sendo o ponto de ruptura de uma nova forma de apoiar o Comando. A Cia do QGR/3 acaba dando continuidade, com outra nomenclatura e diferente estrutura organizacional, ao *modus operandi* da sua organização antecessora, o Contingente do Quartel General Regional.

Isso fica mais claro quando se observa que o “Contingente do Q.G.R.” também foi reorganizado, ainda em setembro de 1946 (Boletim Regional 224, de 30 de setembro), cujo formato vai perdurar até o ano de 1948, quando do surgimento da Cia do QGR/3. A hipótese, nesse sentido, é que o “Contingente”, a partir dessa data (30 de setembro de 1946), passará a centralizar o quadro organizacional das seções que mobiliavam o Comando da 3ª RM. Cabe

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

destacar, ainda, que alguns militares nominados nesse documento de setembro de 1946 também aparecem no documento de agosto de 1948. Ou seja, o modelo funcional da Cia do QGR/3 já estava pressuposto no modelo funcional do Contingente do Q. G. R.

Por outro lado, além da reorganização do Contingente do Q. G. R., o Boletim supracitado traz outro dado importante. Ele menciona, em seu item IX, a extinção (determinada pelo Chefe do Estado Maior do Exército) da “Companhia do Q.G.R.”. Esse enunciado conduz, necessariamente, a análise para o caminho de se tentar entender dois aspectos: primeiro, qual o significado da reorganização do Contingente do Q.G.R. no mesmo ato administrativo que extinguiu a “Companhia do Q.G.R.”? E, o segundo aspecto, como é possível entender a importância, funcionalidade e o “status” da “Companhia do Q.G.R.” nesse contexto? Pensando num questionamento mais direto, e levando em conta os objetivos da pesquisa, é possível formular a seguinte questão: Antes da reorganização do Contingente do Q.G.R., em 30 de setembro de 1946, como se dava a organização dos efetivos em apoio ao Comando da 3ª RM?

Para responder essa pergunta é necessário cotejar com as fontes do período imediatamente anterior a setembro de 1946. Nelas estão presentes algumas idas e vindas nesse processo de organização do efetivo das seções do Comando Regional. Por exemplo, a contar de 1º de agosto entrou em organização a “Companhia do Q.G.R.”, conforme Boletim Regional 181, de 9 de agosto de 1946. Ou seja, tratava-se da mesma Companhia que será extinta pouco mais de um mês depois (conforme visto acima). O curioso é que, nesse mesmo documento, no mesmo item, aparece a extinção do “Contingente”, que vai ser retomado (reorganizado) também no mês seguinte. Essa “indecisão” no que diz respeito à organização dos efetivos, nesse contexto, pode ter diversas causas, desde disputas internas entre os quadros pensantes da Instituição, até mesmo sendo entendidas dentro de um processo maior de reorganização do Exército, como consequência de um novo momento institucional após a experiência da participação brasileira na 2ª Guerra Mundial e da então recente substituição da doutrina francesa pela estadunidense. Não cabe, no presente estudo, explorar essas questões¹²⁰, mas sinalizar que havia, antes de agosto de 1946, conforme explícito no Boletim

120 Por ora cabe destacar que no início dos anos de 1940 o Exército estava sob uma nova roupagem institucional, resultado direto de aproximadamente quatro décadas de profundas transformações. Para Adriana Bellintani (2009, p. 548), a Missão Militar Francesa teve um papel preponderante nessa transformação por diversos aspectos, mas, principalmente “pela concepção de profissionalismo imposta e pela conscientização da importância de um exército forte e coeso para a sociedade e o estado [...] cria-se, nos quartéis, uma mentalidade

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Regional nº 181, um modelo funcional de “Contingente”. Trata-se do mesmo modelo do Contingente que fora reorganizado em setembro?

É nesse momento, no contexto anterior a setembro de 1946, que a análise das fontes merece relativo cuidado. Trata-se de um momento de transição, em que as questões relativas à organização dos efetivos do Exército Brasileiro não estavam muito claras e definidas. Isso porque as nomenclaturas das diversas OM que aparecem nos documentos, se lidas de forma apressada e sob a égide de conceitos contemporâneos, podem incidir em erros interpretativos.

Por exemplo, concomitante à existência do Contingente (especificamente no período compreendido entre 1940 a 1946) há a uma organização denominada “Tropa do Quartel General Regional” (adiante TQGR). Trata-se de um efetivo de militares cujos documentos indicam a sua criação na data de 15 de fevereiro de 1935, conforme consta no Boletim regional 152. Até o início de janeiro de 1943, ambas as organizações não possuíam uma ligação direta de subordinação, já que militares eram transferidos de uma para outra. A partir do final de janeiro de 1943, a TQGR parece se subordinar ao Contingente, não excluindo a possibilidade da existência de dois comandantes, sendo um subordinado ao outro. Porém, mesmo que essa subordinação seja efetiva, ainda assim, não foi possível encontrar, nos documentos pesquisados, elementos empíricos que indiquem uma centralização do efetivo numa única OM de apoio ao Comando Regional. Ou seja, no período entre 1935 a setembro de 1946, além da TQGR e do Contingente, diversos tipos de organizações militares, em conjunto, mobiliavam as repartições do Comando da 3ª RM, incluindo aqueles militares que eram de outras OM sediadas em Porto Alegre e que prestavam seus serviços no Quartel General. Essa prática, cabe destacar, foi a tônica do modelo funcional da 3ª RM desde sua

voltada para a importância moral do soldado, do homem de tropa e do oficial, conscientizando-o da relevância de seu papel junto ao poder político tanto na manutenção da ordem interna e externa, como na afirmação da hegemonia do estado frente a outras nações”. De outra parte, a saída autoritária de 1937 (Estado Novo) proporcionou as condições necessárias para o Exército consolidar sua importância nacional, especialmente com a paulatina desconstrução das forças militares regionais, ficando as mesmas subordinadas ao Exército. Ronaldo Queiroz de Moraes (2009, p. 94) salienta que a questão das definições políticas relacionadas ao Exército, no período da Era Vargas, ficou concentrada na “dupla” Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, respectivamente Chefe do estado Maior e Ministro da Guerra. Os “artífices do Exército moderno”, nas palavras do autor, proporcionaram a execução de uma política militar “de normalização produtiva no interior da caserna”. Os autores supracitados (MORAIS, 2009; BELLINTANI, 2009) salientam um novo aspecto que surgiu com o modelo francês e que influenciará a Instituição até nossos dias: a coesão ou, como se diz atualmente na caserna, o “espírito de corpo”. Nesse contexto, o paradigma militar moderno estava pautado, entre outras coisas, em criar mecanismos que produzissem os fatores de coesão da tropa, atingindo toda a extensão da hierarquia. Nas palavras de Ronaldo Moraes (2009, p. 50), esse novo paradigma tratou de “normalizar as práticas militares objetivando a militarização do corpo militar [...] formar uma identidade militar moderna, um corpo despartidarizado [...] e absolutamente identificado com a cultura de guerra”.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

criação em 1919.

Daí, então, a necessidade de se recuperar e olhar com mais vagar para a reorganização do Contingente do Q. G. R., publicada no Boletim Regional 224, de 30 de setembro de 1946. Verificando o seu efetivo e de como se deu a constituição e ocupação das suas subseções, pode-se aferir, necessariamente, a existência de um processo que acomodou e unificou os quadros que apoiavam o Comando Regional em uma única OM. Consta no documento, nesse sentido, que o Contingente do Q. G. R. foi reorganizado com “elementos da extinta Cia do QGR e elementos adidos”, incluídos nos cargos das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª seções, Tesouraria e Almoxarifado, Tipografia, S.E.R, S.T.R., S.M.B.R., S.S.R, S.V.R, S.I.R, Auditorias, I.R.T.G, S.M.M.R, Seção Adm, Seção Mobilizadora, e a própria T. Q. G. R.

A hipótese, levantada anteriormente, de que o Contingente do Q. G. R. centralizou o quadro organizacional das seções que mobiliavam o Comando da 3ª RM, a partir de 30 de setembro de 1946, ganha força de legitimidade. Nestes termos, o Contingente do Q. G. R. pode ser considerado o “elemento formador” da B Adm Ap/3ª RM, pois a sua reorganização cria uma “fissura” no processo contínuo inaugurado em 1919 com a criação da 3ª RM. A reorganização, em setembro de 1946, demarca, necessariamente, uma descontinuidade no modelo funcional de apoiar o Comando Regional existente até então. Assim, é nessa reorganização do Contingente do Q. G. R. que se pode encontrar o “acontecimento” demarcador do “lugar de memória”, que fundamenta a identidade da B Adm Ap/3º RM ao longo de sua trajetória até a contemporaneidade.

Considerações finais

Após a apresentação dos resultados da pesquisa, empreendida no sentido de se analisar considerações teóricas e operacionais para a construção dos históricos de OM, tendo como referência o estudo de caso da B Adm Ap/3ª RM, é possível elencar algumas considerações. Em primeiro lugar, deve-se ter em mente que para a confecção do histórico de qualquer OM do Exército é indispensável uma orientação teórico-metodológica que possa balizar e legitimar a interpretação das fontes de pesquisa, além de seguir as normativas previstas na legislação. No caso do presente estudo, que não deve ser encarado como um modelo, dada sua especificidade, a opção de se trabalhar com as noções de descontinuidade, acontecimento e memória e seus conceitos corolários (*identidade, lugar de memória, coesão, espírito de*

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

corpo), se mostrou bastante frutífera, especialmente pela possibilidade de identificar fissuras (e descontinuidades) na trama histórica do quartel da B Adm Ap/3ªRM.

O estudo também demonstrou que o desenvolvimento da historicidade de uma OM com a mesma tipologia da B Adm Ap/3ª RM (OM de apoio a um Grande Comando) pode ser confrontado e comparado, mas de forma alguma determinado pelo desenvolvimento histórico do Grande Comando a qual esteve subordinada, no caso a 3ª RM, e que o critério exclusivamente de nomenclatura é insuficiente para determinar a sua gênese identitária. Com isso em pauta, chega-se à conclusão que os critérios utilizados para a demarcação da “data de nascimento” da B Adm Ap/3ª RM sendo em julho de 1919, conforme descrito no histórico vigente, são considerados inadequados, sem fundamentação empírica e que contrariam, inclusive, a legislação em vigor. Além disso, a própria data de nascimento homologada pelo Comando do Exército, demarcada no dia 12 de julho de 2005, também não encontra eco quando se confronta com os elementos presentes nas fontes de pesquisa e com a própria legislação.

Deste modo, levando em conta os elementos apresentados (teoria e metodologia de análise, as fontes de pesquisa consultadas e a legislação vigente) pode-se evidenciar que o acontecimento demarcador do “lugar de memória”, que fundamentou e fundamenta a identidade da OM ao longo de sua trajetória até a contemporaneidade, deve ser localizado na reorganização do “Contingente Q.G.R.”, datado de 30 de setembro de 1946. É nessa fissura do tempo histórico que o acontecimento “Contingente Q.G.R.” rompe com uma continuidade, com uma forma de se apoiar o Grande Comando, inaugurando outro acontecimento, outra forma de apoiar o Grande Comando. É possível, nesse sentido, apresentar uma “linha do tempo” do desenvolvimento (especificamente na questão de nomenclatura) da OM, desde o surgimento dessa fissura no tempo, a saber: Contingente do Q. G. R. (1946 - 1948), Cia do QGR/3 (1948 - 1975), Cia Cmdo da 3ª RM (1975 - 2005) e B Adm Ap/3ª RM (2005 – atual).

Referências Bibliográficas

BASE de Administração e Apoio da 3ª Região Militar (1919-2019). Revista, 2019.

BETT, Ianko. O álbum de fotografias da manobra de Saicã (1940) e o imaginário de modernização do Exército Brasileiro. In *Anais da XII Jornada de História Cultural*, Porto Alegre, 2015.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

BARROS, José D'Assunção. "História e Memória - uma relação na confluência entre Tempo e Espaço". *Mouseion*. vol.3, nº5.jan/jul.2009.

BELLINTANI, Adriana Lop. *O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)*. Tese (Doutorado em História). PPGH-UNB, Brasília, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2014

_____. Nietzsche, a genealogia, a história. In *Microfísica do Poder*. Edições Graal, 1979.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. *Historiæ*, Rio Grande, 3 (3): 27-46, 2012.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MORAIS, Ronaldo Queiroz de. *Do Exército moderno à República Militar: Caserna, Política e Tensão (1912-1977)*. Tese (Doutorado em História). Departamento de História FFLCH – USP. São Paulo, 2009.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

RUEDA, Valéria da Silva; FREITAS, Aline de; VALLS, Valéria Martin. Memória Institucional: uma revisão de literatura. *CRB-8 Digital*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 78-89, abr. 2011.

Fontes de Pesquisa

Boletim do Exército 001 de 4 de janeiro de 2019.

Portaria 042- Sef, de 28 de Junho de 2005.

Portaria 353, de 20 de maio de 2005.

Portaria Ministerial 321, de 02 de junho de 1995.

Portaria Ministerial 264, de 13 de maio de 1999.

Boletim Regional 14, de 23 de janeiro de 1975.

Boletim Regional 66, de 11 de abril de 1975.

Boletim Regional 175 de 6 de agosto de 1948.

Boletim Regional 181, de 9 de agosto de 1946.

Boletim Regional 224, de 30 de setembro de 1946.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Boletim Regional 19, de 23 de janeiro de 1943.

Boletim Regional 79, de 5 de abril de 1940.

Boletim Regional 112, de 15 de maio de 1935.

Boletim regional 152, de 15 de fevereiro de 1935.

Boletim Regional 112, de 1º de maio de 1931.

Boletim Diário da 3ª RM, de 2 de janeiro de 1929.

Livro de alterações dos adidos à Tropa do QG (1937–1938).

Livro de Alterações da Tropa do Quartel General da 3ª RM.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

COMUNICAÇÕES

COORDENADAS

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

**NOTÍCIAS DA FRENTE ITALIANA: POLÍTICA DE BOA VIZINHANÇA E
NOTICIÁRIO DE GUERRA SOBRE AS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS NA
CAMPANHA DA ITÁLIA (1944/45).**

Wilson de Oliveira Neto¹²¹

Introdução

Uma das primeiras notícias sobre a Força Expedicionária Brasileira (FEB) publicadas na imprensa periódica de Serra Alta, hoje São Bento do Sul, foi uma nota oficial do então Ministro da Guerra, o General Eurico Gaspar Dutra (1883-1974). Com o título “Previna-se contra os boatos!”, ela foi distribuída aos jornais do Brasil e seu conteúdo girava em torno daquilo que hoje chamamos de *fake news*.

De acordo com o Ministro:

Os meios de solapamento da força moral de uma nação em guerra manifestam-se das mais variadas maneiras. Os agentes sabotadores não descansam e operam atuando em todos os setores da vida nacional, lançando mão de recursos capazes de produzir mal-estar, confusão e descontentamento. Um dos elementos eficientes que o inimigo utiliza é o boato malévolos para deprimir o povo, desprestigiar as autoridades e, finalmente, enfraquecer o ideal da nação na luta pela liberdade das gentes e por uma melhor compreensão entre os homens no mundo que há de surgir após o cataclismo que ensanguenta a terra. Desde que a nossa Força Expedicionária partiu, as mais desanimadoras notícias começaram a surgir de boca em boca, de norte a sul do país. Ora era um navio torpedeado, ora era um general, um oficial ou uma praça ferida, morta ou aprisionada. A quinta coluna lança o boato e o povo, sem maldade, o vai difundindo largamente, levando o desassossego nos lares daqueles que se batem heroicamente em ultramar e formando um ambiente desagradável de dúvida no recesso das famílias com os filhos em idade de serviço militar [...] (PREVINA-SE..., 1944, p. 1).

O General Dutra encerrou a nota incentivando o público a não acreditar nos boatos e a buscar informações sobre seus amigos e familiares engajados na FEB junto ao Ministério da Guerra. “Se assim praticarmos, supriremos a ação do inimigo através da sua quinta coluna na guerra de nervos levada ao seio da família brasileira”, conclui o Ministro (PREVINA-SE..., 1944, p. 1).

121 Doutorando em Comunicação e Cultura na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ECO/UFRJ. Professor e pesquisador no curso de História da Universidade da Região de Joinville – Univille. E-mail: wilson.o@univille.br.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

A preocupação do General Dutra com *fake news*, ou os “boatos”, segundo suas palavras, era, na época, plausível, na medida em que a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi um conflito militar em que a comunicação foi fundamental nos esforços de guerra dos países beligerantes, entre os quais, o Brasil. Neste sentido, continua válido citar Phillip Knightley (1978), cuja narrativa sobre os usos das comunicações durante a Segunda Guerra Mundial é uma descrição detalhada de como alemães, americanos, britânicos, japoneses e soviéticos distorceram fatos, manipularam relatos e rotularam inimigos com vistas a vencer a guerra e desmoralizar/desumanizar o inimigo. Para tanto, foram produzidos e veiculados imagens e textos escritos dos mais variados tipos, cujos conteúdos eram diversos e que, entre o público, ganharam peso de verdade.

Por outro lado, a nota assinada pelo Ministro da Guerra preocupada com a verdade sobre a FEB é contraditória. Afinal, desde 1939, nada era publicado na imprensa brasileira sem o aval do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão do regime estadonovista que controlava os meios de comunicação do país. Censura e *fake news* também eram tarefas do DIP, inclusive sobre a participação militar brasileira na própria Segunda Guerra Mundial (GOULART, 1990).

Durante o período em que existiu, entre 1939 e 1945, o DIP, monopolizou os meios de comunicação no Brasil. Ele foi o resultado de um processo de ascensão do autoritarismo e da centralização política no país, iniciado em 1930. Todos os meios de comunicação existentes foram obrigados a veicular os discursos oficiais do Estado, assim como direcionar suas publicações conforme as diretrizes estabelecidas pelo DIP (GOULART, 1990).

A respeito do noticiário de guerra, Silvana Goulart (1990, p. 126-127), explica que:

A Segunda Guerra Mundial e sua conjuntura impuseram restrições cotidianas à imprensa. Era proibida a divulgação das operações estratégicas das forças brasileiras, o transporte de material bélico, o contingente de soldados enviados ao *front*, o recrutamento, etc. Todo o noticiário ou fotos a respeito do conflito eram sujeitos à censura prévia ou à versões oficiais. Para culminar, em 10 de abril de 1944, foi proibida a citação do nome do Ministro da Guerra na imprensa paulista. Nesse mesmo ano, por exemplo, vetou-se a reprodução de fotos de oficiais russos, possivelmente com o sentido de evitar a propaganda indireta do regime soviético. A Semana do Corpo Expedicionário teve sua divulgação retardada por alguns dias. Outra nota condicionava notícias do desfile dessa corporação a versões distribuídas pela Agência Nacional.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Entre o final de 1944 e o início de maio de 1945, efetivos das Forças Armadas Brasileiras, através da FEB e do 1º Grupo de Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira (FAB), participaram de operações de guerra no então *front* da Itália. A experiência militar dos brasileiros no teatro de operações italiano produziu uma quantidade incomensurável e variada de documentos históricos de naturezas oficial e particular, a exemplo dos boletins internos e das “partes de combates” redigidas pelos oficiais da FEB, das cartas trocadas entre os expedicionários e seus parentes no Brasil ou dos diários que os combatentes mantiveram durante o período em que serviram na Itália. Desde o final da década de 1940, esse material serve de fonte para diversos tipos de publicações, entre matérias de revistas, livros de memórias ou trabalhos acadêmicos, tais como Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado.

O objetivo deste trabalho é examinar um conjunto dessas fontes históricas que consiste nos relatos sobre os feitos militares brasileiros no Teatro de Operações (TO) italiano publicados na imprensa periódica da época. Para tanto, foi empreendida uma pesquisa na coleção de jornais sob a guarda do Arquivo Histórico de São Bento do Sul (AHSBS), que visou coletar imagens e notícias sobre a FAB e a FEB em operações de guerra na Itália. Em seguida, o material coletado foi contextualizado e interpretado a partir de historiografia sobre os regimes de informação no Brasil durante o período e a participação militar brasileira no conflito, além de outros trabalhos teóricos e metodológicos sobre comunicação e história, a exemplo de Maria Helena Capelato (1999) e Tania Regina de Luca (2009), cujos resultados obtidos serão expostos e discutidos ao longo dos tópicos a seguir.

O município de São Bento do Sul está localizado no nordeste do Estado de Santa Catarina. Ele surgiu a partir de uma colônia europeia, majoritariamente alemã, fundada em 1873, pela Sociedade Colonizadora Hanseática. Como em outros lugares do Brasil, cujas origens estão relacionadas à colonização alemã, durante as décadas de 1930 e 1940, boa parte da população são-bentense mantinha relações afetivas e culturais com a Alemanha. Não é de estranhar que eventos históricos como a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) fizessem parte da vida cotidiana dos seus habitantes, conforme é possível constatar no memorialismo e na historiografia locais, a exemplo do trabalho de Carlos Augusto Campestrini (2008).

Durante a vigência do conflito, diversos reflexos foram sentidos no então município de Serra Alta. Em sua investigação, Camprestini (2008) constatou a promoção de uma campanha

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

para arrecadação de fundos para a Força Aérea Brasileira, a Campanha do Avião “Vingador”, o recrudescimento das medidas de Nacionalização, a exemplo do fechamento de entidades teuto-brasileiras existentes na cidade, tais como a Sociedade de Atiradores “23 de Setembro” e a Sociedade Literária “São Bento”. Junto com isso, também ocorreu o envio de dezesseis cidadãos-soldados locais à Força Expedicionária Brasileira.

Como em outras cidades do Brasil, a imprensa foi um dos meios através dos quais a população de São Bento do Sul entrou em contato com a Segunda Guerra Mundial. Entre 1939 e 1945, circularam no município dois jornais semanais, *O aço* e *Planalto*. O primeiro, foi lançado em 1º de setembro de 1936. Seu proprietário foi Ernesto Venera dos Santos, escritor, empresário e político, proprietário da Livraria Santos, cujo prédio estava localizado no centro da cidade. Inicialmente, o jornal era bilíngue, alemão e português, e quinzenal. Mais tarde, tornou-se um semanário. Em 1943, a assinatura anual do jornal custava 15 cruzeiros.

Até a instalação do Estado Novo, em novembro de 1937, *O aço* foi um periódico vinculado à Ação Integralista Brasileira (AIB). Fundada pelo escritor modernista Plínio Salgado (1895-1975) em 1932, a AIB foi um partido político inspirado no Fascismo. Foi, aliás, o primeiro partido político de massa e com alcance nacional, diferente dos partidos republicanos estaduais que protagonizaram o cenário político brasileiro durante a Primeira República (1889-1930).

Durante o Estado Novo, as edições de *O aço* foram censuradas pelo Capitão Athanasio de Freitas, na época, delegado de polícia. Pois, em São Bento do Sul não existia uma representação formal do Departamento de Imprensa e Propaganda e coube ao delegado de polícia a manutenção de ordem política e social no município, que incluía a vigilância sobre os meios de comunicação.

Em 24 de outubro de 1944, foi lançado o jornal *Planalto*, que substituiu *O aço* e que encerrou suas atividades em dezembro de 1943. Publicado somente em português, o periódico foi propriedade de Joaquim de Salles, sendo seu redator o Capitão Osmar Romão da Silva. Sob o registro no DIP número 14.236, *Planalto* foi um jornal governista, publicado até 1947. O historiador José Kormann (2006) informa que Salles e Silva foram prefeitos municipais, respectivamente, entre 1939-1942 e 1945-1947. Em seu número de lançamento, os responsáveis pelo periódico afirmaram ser a continuação, em “nova fase”, de *O aço*,

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

independentes, defensores das causas justas, porém sem ser “jacobinos”, isto é, radicais, e guiados pelo ideal da unidade nacional (PLANALTO, 1944).

A imprensa local foi um dos meios pelos quais a Segunda Guerra Mundial chegou ao cotidiano dos seus moradores, muitos dos quais de origem alemã. As campanhas e as batalhas na Europa, no norte da África e no Oriente se tornaram familiares pelas fotografias e matérias fornecidas pela Agência Nacional ou por agências estrangeiras, tais como a RDV¹²² (Alemanha), a Interamericana e o Serviço de Informações do Hemisfério (SIH), estas últimas, americanas e expressões da política de boa vizinhança praticada entre os Estados Unidos e as nações latino-americanas, entre as quais o Brasil.

A política de boa vizinhança e a comunicação.

Quando a Segunda Guerra Mundial foi iniciada na Europa, em 1º de setembro de 1939, os Estados Unidos estavam muito longe de ser uma das superpotências responsáveis pela vitória aliada sobre o Eixo em 1945. Embora economicamente poderosos, os americanos não possuíam forças armadas capazes, amplas, modernas e profissionais como a *Wehrmacht*. Entre 1935 e 1939, o governo dos EUA investiu somente 1,5 bilhões de dólares em defesa, enquanto Reino Unido, URSS e Alemanha investiram, respectivamente, 2,5, 8 e 12 bilhões de dólares. O isolacionismo predominante entre a opinião pública e os políticos estadunidenses fez com que o Tio Sam demorasse a acordar e se preparar para um novo conflito mundial iminente (LATFALLA, 2019).

A partir do final de 1938, no contexto da administração do presidente Franklin Delano Roosevelt (1882-1945), a situação mudou e os Estados Unidos passaram a se preocupar seriamente com a defesa do continente americano no caso de uma segunda guerra mundial. Nessas circunstâncias, as relações entre os EUA e as nações da América Latina, em especial, o Brasil, sofreram profundas transformações. Interessa para este trabalho a aproximação cultural entre os Estados Unidos e o Brasil através do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA), em português, Escritório do Coordenador de Assuntos Interamericanos, órgão subordinado ao presidente dos Estados Unidos, que funcionou entre

¹²² RDV é a abreviatura de Reichsbahnzentrale für den deutschen Reiseverkehr, em inglês, German Railroads Information Office. No Brasil, a organização era denominada “Estradas de Ferro Alemãs”.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

1940 e 1946, essencial na prática da política de boa vizinhança entre esse país e os Estados latino-americanos durante a Segunda Guerra Mundial.

De acordo com Aline Vanessa Locastre (2017), desde o final do século XIX, o governo americano procurou dinamizar suas relações diplomáticas com a América Latina através de iniciativas voltadas ao intercâmbio cultural e econômico, como parte de um processo mais amplo de transformações nas próprias relações internacionais. Por meio de organizações governamentais e não-governamentais, foram criadas agências internacionais e engendradas as primeiras comissões e conferências multilaterais, como por exemplo, as Conferências Pan-Americanas realizadas no continente americano entre os anos de 1890 e 1954.

Ainda em Locastre (2017), a criação do Escritório do Coordenador de Assuntos Interamericanos foi parte de um contexto histórico mais amplo, de projeção política dos Estados Unidos na América Latina, alternativa ao uso da coerção e da força militar, ou seja, uma projeção política baseada no conceito de *soft power*, que teve nas agências, nas conferências e nos intercâmbios alguns dos seus suportes.

O OCIAA foi a agência cultural do governo dos Estados Unidos com apoio da iniciativa privada que atuou no continente latino-americano no período da Segunda Guerra Mundial. A prioridade de seu trabalho recaiu sobre programas que estreitassem as relações de seu país com governos e populações do restante do continente. Desta maneira, os veículos de comunicação mais importantes da época, como jornais, revistas e rádio foram largamente utilizados para a disseminação de seus propósitos. Além disso, houve intercâmbio de professores, estudantes e jornalistas das nações latino-americanas para os Estados Unidos, bem como programas voltados à saúde pública. Via-se também, um intercâmbio de artistas famosos, em especial de Hollywood, como a ‘pequena notável’ portuguesa que teve seus dias de ouro nas telas do cinema estadunidense (LOCASTRE, 2017, p. 60-61).

No Brasil, seu responsável foi Berent Friele, sendo suas atividades apoiadas pela embaixada dos Estados Unidos, além de um comitê formado por representantes de multinacionais americanas com atividades econômicas no Brasil, tais como a *Light and Power Co.* e a *Standard Oil*. O fornecimento de imagens e notícias para jornais e revistas brasileiros, através das agências Interamericana e Serviço de Informações do Hemisfério, fez parte dessa estrutura, que estava apoiada no seguinte tripé:

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Política de “boa vizinhança”

↓

Escritório do Coordenador de Assuntos Interamericanos

↓

Brasil → Alimentação

Saúde

Informação

Segundo Gerson Moura (1984), o item “informação” foi cuidado pela Divisão de Informações da “Birô”, forma com a qual também ficou conhecido no Brasil o Escritório do Coordenador de Assuntos Interamericanos. Segundo o autor, essa Divisão compreendia as seguintes seções: imprensa, rádio, cinema, opinião pública, educação e ciência. Durante a Segunda Guerra Mundial, principalmente, após o ingresso do Brasil no conflito, em agosto de 1942, as agências de notícias vinculadas à essa organização distribuíram farto material jornalístico e fotojornalístico sobre o esforço de guerra americano, com destaque para fotografias e matérias sobre a Força Expedicionária Brasileira e o 1º Grupo de Aviação de Caça em operações de guerra no teatro de operações italiano, entre 1944 e 1945.

Apontamentos sobre o regime de informação: censuras para escrever, fotografar e publicar

Entre 24 de outubro de 1944 e 27 de outubro de 1945, foram encontradas cinquenta notícias, entre fotografias e textos escritos sobre as forças aérea e terrestre brasileiras em operações de guerra na Itália. Um número impressionante, se levarmos em consideração que Serra Alta (somente a partir de 1949, o município passou a ser chamado de São Bento do Sul), na época, era uma cidade minúscula e muitos dos seus habitantes eram imigrantes ou descendentes que sequer dominavam o português. As fontes do noticiário de guerra veiculado pelo jornal *Planalto* foram variadas, com destaque para a Agência Nacional (AN), do Rio de Janeiro-RJ, o Serviço de Informações do Hemisfério (Estados Unidos) e os jornais *A manhã* e *Folha carioca* localizados na cidade do Rio de Janeiro, cujas notícias publicadas foram reproduzidas nas edições de *Planalto*.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Essas fontes, por sua vez, obtinham seus conteúdos através de um regime de informação que envolveu correspondentes de guerra no teatro de operações italiano, órgãos de imprensa e um forte controle na produção e na circulação de fotografias e textos escritos por meio de censura que era praticada entre os correspondentes junto à FAB e à FEB e pelas diretrizes do DIP, que orientavam as publicações feitas em jornais e revistas do país. Regime de informação é uma expressão recorrente neste trabalho. Portanto, antes de prosseguir na análise das fontes primárias, torna-se necessário defini-la. Para tanto, foi adotada definição proposta por Maria Nélide Gonzáles de Gómez (2002, p. 34), segundo a qual, regime de informação designaria:

[...] um conjunto mais ou menos estável de redes sociocomunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores sejam estes usuários específicos ou públicos amplos.

De volta às fontes, o cotidiano das forças combatentes brasileiras na Itália chegou ao público brasileiro através de correspondentes de guerra enviados por órgãos de imprensa nacionais e estrangeiros, tais como Rubem Braga, do *Correio carioca* (Rio de Janeiro-RJ) ou Francis Hallowell, o famoso “Chico da BBC”, radialista anglo-brasileiro responsável pelos raros registros sonoros dos combatentes brasileiros na Itália. Seguiram os aviadores e expedicionários brasileiros diversos correspondentes de guerra civis, entre cinegrafistas, fotógrafos e repórteres (BENTO, 2018).

Thássilo Mirtke (2001) foi um dos correspondentes enviados à Itália. Na condição de fotógrafo e repórter, ele representou a AN. Em suas memórias, ele recordou a circulação limitada que os correspondentes possuíam no teatro de operações, naturalmente, sob justificativa de segurança militar. Quanto à censura, ela ocorria já no teatro de operações, a partir de censores militares, antes de o material ser enviado ao Brasil.

Existiam censores brasileiros, oficiais, e censores americanos. Eles vetavam alguns escritos e depois se explicavam. Em alguns casos, por exemplo, não se podia dizer que o pelotão, ou uma guarnição qualquer, estava em tal lugar, porque significava “dar o serviço ao bandido”. Em pouco tempo aprendemos o que podia e o que não podia ser informado. Assim, adequamo-nos às normas, pura e simplesmente, militares e não de ordem política ou profissional, para compatibilizar o desejo da segurança da informação (MIRTKE, 2001, p. 262).

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Contudo, o próprio Mirtke (2001) relata tensões entre correspondentes e o comando da FEB, a exemplo do caso do fotógrafo Abelardo Cunha e do jornalista Silvio Fonseca, ambos da AN, que foram intimados a retornar ao Brasil pelo comandante da FEB, o General Mascarenhas de Moraes, por razões de comportamento pessoal.

No Brasil, o material escrito e fotográfico enviado pelos correspondentes tinha de estar de acordo com as diretrizes do DIP para publicação de imagens e notícias sobre o esforço de guerra brasileiro na Campanha da Itália, que deveria passar uma imagem positiva para o público brasileiro. De acordo com Silvana Goulart (1990, p. 126), a conjuntura de guerra “impôs restrições cotidianas à imprensa [...]. Todo o noticiário ou fotos a respeito do conflito eram sujeitos à censura prévia ou à versões oficiais”.

No teatro de operações italiano, a prática da censura foi comum não apenas entre os correspondentes de guerra, assim como entre os próprios combatentes brasileiros, sejam eles da FAB ou da FEB. Neste sentido, é possível mencionar a censura postal, isto é, a verificação dos conteúdos escritos e visuais das correspondências trocadas entre militares brasileiros e seus amigos e parentes localizados no Brasil.

No caso específico da FEB, o Serviço Postal da Força Expedicionária Brasileira (SPFEB) foi criado em 26 de abril de 1944, sendo extinto entre setembro de 1945 e fevereiro de 1946. Toda correspondência enviada e recebida pelos expedicionários sofreu censura, seja no Brasil ou na Itália durante a existência do SPFEB. Tal como a censura sobre os correspondentes de guerra, a censura postal, prática comum entre todos os países envolvidos com a Segunda Guerra Mundial, foi justificada como um meio de manter a segurança da tropa e de não dar “serviço ao bandido”.

Em Serra Alta, o redator do jornal *Planalto* era o Capitão Osmar Romão da Silva, do Exército Brasileiro, que, possivelmente, completava o serviço de seleção das imagens e das palavras sobre os combates e combatentes brasileiros na Itália que deveriam chegar aos seus leitores no município. Infelizmente, não há fontes históricas disponíveis, mas é possível especular que, em uma cidade em que ocorreu manifestações do Nazismo, que possuiu um núcleo ativo da Ação Integralista Brasileira, que até 1942 predominou na imprensa material fotojornalístico alemão e que dezesseis cidadãos estavam a servir na FEB, o cuidado extra com a publicação do noticiário de guerra fosse algo plausível.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Na Itália, a FEB e o 1º Grupo de Aviação de Caça estiveram sob o comando americano. No caso da força terrestre, ela fez parte o 8º Exército dos Estados Unidos, liderado pelo General Mark Wayne Clark (1896-1984). Como as demais potências beligerantes, os EUA praticaram censura sobre o que era fotografado e noticiado nos teatros de operações.

A respeito dessa prática, Phillip Knightley (1978, p. 347-348) faz a seguinte descrição:

Dentro dos Estados Unidos, o exército e a marinha aplicavam a “censura na fonte”, ou seja, tentavam impedir os correspondentes de saber qualquer coisa indesejável [...]. Fora da América, o controle era mais simples. Os correspondentes não tinham acesso aos palcos da guerra, a menos que fossem credenciados, e uma das condições para receber as credenciais era a assinatura, pelo correspondente, de um acordo para submeter sua matéria à censura militar ou naval. Os censores eram pessoas sobrecarregadas de trabalho, numa guerra desesperada. Não se veriam em dificuldades por cortar informações, mas poderiam ter sérios problemas deixando passar material que deveria ser censurado. Tinham ouvidos oficiais de relações públicas do exército e da marinha para advertir que seriam julgados não pelo que conseguiam pôr nos jornais, mas pelo que impediam de sair. Estavam acostumados, como militares, a enviar e receber informações sob a forma de relatórios militares, onde coisas como matizes de significação e qualificações sutis deveriam ser evitadas. Seus interesses e os dos correspondentes de guerra eram diametralmente opostos. Os correspondentes procuravam dizer tanto quanto possível e logo que possível: os militares procuravam dizer o mínimo e com a maior demora.

Os brasileiros na Itália

O noticiário escrito e visual sobre o 1º Grupo de Aviação de Caça da FAB e a FEB publicado no jornal *Planalto* foi regular. Em quase todas as edições publicadas entre 24 de outubro de 1944 e 27 de outubro de 1945, pelo menos, uma nota sobre algum aspecto do esforço de guerra brasileiro no teatro de operações italiano foi publicada. Contudo, paralelamente, também foram publicadas notícias locais envolvendo a FEB, a exemplo da campanha do agasalho de lã para o soldado combatente, promovida em Serra Alta pelo núcleo municipal da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Na edição de 21 de abril de 1945, foi publicada uma carta de agradecimento, assinada pelo Soldado Aristides Pereira Ramos, da FEB, endereçada à legionária Amazilda Monich:

Agradecendo o apoio moral que as legionárias têm sempre se esforçado para conosco nesta longínqua terra, tenho hoje o prazer de lhe agradecer separadamente pelo trabalho que sua pessoa muito carinhosamente confeccionou, o lindo cachecol que me coube de presente.

Desejando a sua saúde, aqui fico batalhando para não ver em nossa terra o que vi em terra de outros e carinhosamente tenho a honra de subscrever.

De S. Excia. Um administrador

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

ARISTIDES PEREIRA RAMOS
269 F.E.B. (CARTA..., 1945, p. 6).

O expedicionário Aristides Pereira Ramos foi 2º Sargento da Força Expedicionária Brasileira e esteve na Itália entre 22 de setembro de 1944 e 22 de agosto de 1945, quando retornou ao Brasil. Ele serviu no I Grupo do 1º Regimento de Artilharia Pesada Curta, segundo revela o número “269”, alusivo ao endereço postal do Grupo em que serviu, uma das unidades que formava a Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Infantaria da FEB (FEDERAÇÃO DOS FILATELISTAS DO BRASIL, 2020).

É certo que o 2º Sgt RAMOS e a senhorita Amazilda Monich nunca se conheceram pessoalmente, sendo comum na história postal da FEB damas da LBA e expedicionários trocarem correspondências ao longo do período em que as forças armadas brasileiras estiveram envolvidas com a Campanha da Itália.

A respeito dessa prática, Marcos Antonio Tavares da Costa (2020, p. 3) revela que:

Os nossos militares eram incentivados a escrever da Itália para os seus familiares e amigos no Brasil, e aqui o governo também divulgava ao povo pelos jornais e pelo rádio que enviassem cartas aos soldados da FEB, não importando inclusive se os conheciam ou não. A experiência de guerra dos outros países mostrou ser essa prática algo duplamente necessária: primeiro era salutar para espírito combativo do militar, que sentia estar participando de algo importante não só para o seu exército, mas também para sua Nação, sentimento que aflorava por meio das notícias de apoio de seu povo; e segundo, por poder estar em contato com aqueles por quem sentia apreço, desabafar por meio das cartas e sentir-se reconfortado com isso, receber notícias amenas de como seguia a vida em sua residência, em sua cidade. Enfim, de que não estava sozinho em terra estranha.

Outros assuntos locais envolvendo a FEB foram a citação de combate e a medalha americana *Bronze Star* (Estrela de Bronze) do Soldado Isino Neumann, natural de Serra Alta, e os preparativos para as cerimônias municipais de boas vindas aos expedicionários locais que regressaram da Itália, em agosto de 1945. (MAIS..., 1945; FOI CONDECORADO..., 1945; A RECEPÇÃO..., p. 1945; RECEPÇÃO..., p. 1945).

O Soldado Isino Neumann serviu no 1º Regimento de Infantaria da 1ª DIE e esteve na Itália entre 22 de setembro de 1944 e 22 de agosto de 1945. De fato, ele foi agraciado com uma Estrela de Bronze, que, atualmente, está em exposição no Museu Histórico Municipal Dr. Felipe Maria Wolff, no centro de São Bento do Sul, próximo ao terminal rodoviário da cidade. Emoldurada e com sua fita desgastada, ao lado dela está a Cruz de Combate que o Sd

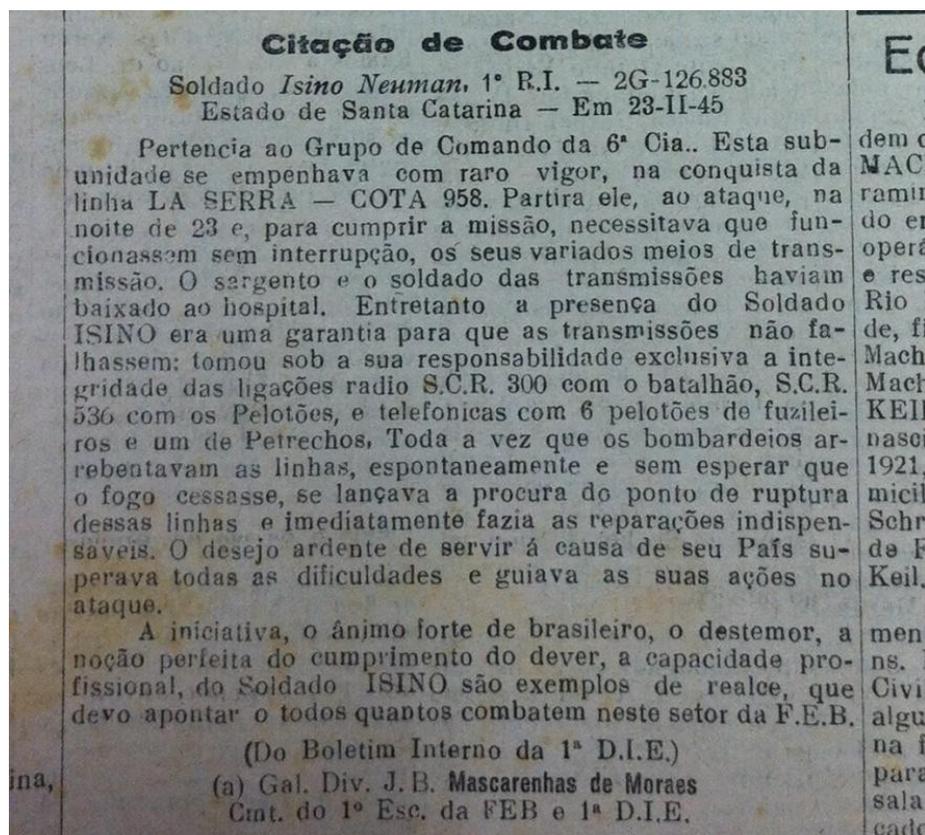
III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

NEUMANN também recebeu. Os feitos militares desse expedicionário receberam atenção da imprensa local, sendo noticiados nas edições 30 e 31 do jornal *Planalto*, publicadas, respectivamente, nos dias 26 de maio e 2 de junho de 1945. Na primeira, foi transcrita a “Citação de Combate” assinada pelo comandante da FEB, o General de Divisão João Batista Mascarenhas de Moraes (figura 1).

Figura 1: “Citação de Combate” alusiva ao Sd NEUMANN



Fonte: jornal "Planalto", em 25 de maio de 1945 (MAIS..., 1945).

E as imagens e as notícias internacionais? É possível reuni-las em torno dos seguintes temas: vitórias militares brasileiras; prisioneiros e rendições; heróis; manifestações de patriotismo; visitas às tropas; histórias pitorescas; retorno ao Brasil.

São recorrentes de notícias sobre os avanços, rendições do inimigo e vitórias da FEB no teatro de operações. Seus títulos são longos e exagerados, tais como “Mais vitórias das tropas brasileiras”, “Brilhantes vitórias das Forças Expedicionárias Brasileiras” ou “Grande

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

vitória da Força Expedicionária Brasileira”. Porém, a maioria dos seus conteúdos é limitada às notas curtas, como a notícia a seguir:

As forças brasileiras que lutam historicamente na Itália vêm de conseguir mais uma brilhante vitória com a conquista de Monte Gaeto, posição fortificada alemã. Os soldados do Brasil fizeram aí mais prisioneiros. Mais 100.000 italianos há foram libertados do jugo nazista pelos nossos soldados (MAIS..., 1944, p. 1).

Cem mil italianos já foram libertados do “jugo nazista” pelos soldados brasileiros, conclui a notícia citada. “A Segunda Guerra Mundial é comumente vista nos Estados Unidos como uma boa guerra do povo contra o fascismo”, explica Sean Purdy (2011, p. 217). Na propaganda aliada, é a liberdade contra a tirania nazifascista. A frase que finaliza a notícia citada é também um exemplo sutil de como que a imprensa brasileira, abastecida com grande quantidade de material estadunidense, adotou o discurso libertador como uma das justificativas da guerra entre os aliados (KNIGHTLEY, 1978).

Além disso, em nível de regime de informação, a notícia e seu discurso fazem parte do imaginário em que os Estados Unidos, a principal potência ocidental envolvida na luta contra o Eixo, são apresentados ao público brasileiro como um paradigma de moralidade e prosperidade, conforme estudou Locastre (2017) em sua tese sobre as atividades do comitê brasileiro do Escritório do Coordenador de Assuntos Interamericanos. Em outras edições do jornal *Planalto* foram publicadas imagens e matérias com esse intuito, a exemplo do anúncio do livro *Terra da liberdade*, escrito pelo historiador catarinense Osvaldo Rodrigues Cabral a respeito da sua viagem aos Estados Unidos (LIVROS, 1944).

No contexto da política de boa vizinhança, foram comuns viagens de autores brasileiros aos Estados Unidos, a exemplo do escritor gaúcho Erico Verissimo (1905-1975), que no começo de 1941 embarcou em uma viagem para esse país, sendo suas impressões publicadas no relato de viagem *Gato preto em campo de neve*, editado pela antiga Livraria do Globo, em Porto Alegre.

Porém, ainda sobre a notícia sobre Monte Gaeto, ela revela outro aspecto sobre o noticiário acerca das operações militares brasileiras na Itália: informações erradas ou, na melhor das hipóteses, vagas. A Força Expedicionária Brasileira nunca esteve em “Monte Gaeto”¹²³. Muito menos, participou da tomada de Monte Cassino, conforme informou notícia

123 O autor agradece aos historiadores Cesar Campiani Maximiano (São Paulo, SP) e Giovanni Sulla (Montese, Itália), autoridades internacionais sobre a FEB, pelo esclarecimento.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

publicada na edição de 17 de março de 1945 (figura 2). Na verdade, a Batalha de Monte Cassino foi travada entre janeiro e maio de 1944, meses antes do desembarque do primeiro escalão da FEB na Itália. Provavelmente, a pessoa responsável pela redação da notícia, infelizmente a origem dela não foi informada quando da sua publicação, deve ter se referido à tomada de Monte Castelo, cujo ataque final e decisivo ocorreu durante o final de fevereiro de 1945 (MAXIMIANO e BONALUME NETO, 2011).

Figura 2: Notícia em que vinculou a FEB à vitória aliada em Monte Cassino.



Fonte: (sic.) (MAIS..., 1945a).

Considerações finais

As notícias e as imagens sobre o esforço de guerra brasileiro no TO italiano publicadas na imprensa periódica de São Bento do Sul, na época, Serra Alta, entre 1944 e 1945 veicularam conteúdos positivos que destacaram os méritos individuais e coletivos dos aviadores e expedicionários brasileiros. O noticiário também destacou cidadãos locais e suas

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

contribuições civis e militares com o esforço de guerra, a exemplo das legionárias locais da LBA. Contudo, também foram publicadas informações erradas ou exageradas, especialmente, sobre a FEB.

Essas constatações podem ser interpretadas a partir do regime de informação em que as notícias e as imagens foram produzidas e publicadas. Esse regime envolveu controle dos meios de comunicação através do DIP e também as restrições que os correspondentes de guerra junto à FAB e à FEB sofreram durante suas coberturas nos teatros de operações. Fatos esses que tornam ainda mais significativa a advertência do General Dutra, transcrita no início deste artigo, para que as pessoas se prevenissem contra os “boatos”.

Referências

Arquivo(s)

Arquivo Histórico de São Bento do Sul – AHSBS / SC.

Coleções de jornais.

O aço.

Planalto.

Artigos de jornais

A RECEPÇÃO aos expedicionários serraltenses. *Planalto*, Serra Alta, v. 1, n. 39, p. 1, 1945.

CARTA de um expedicionário. *Planalto*, Serra Alta, v. 1, n. 26, p. 6, 1945.

FOI condecorado pelo governo americano o expedicionário Isino Neumann. *Planalto*, Serra Alta, v. 1, n. 32, p. 4, 1945.

LIVROS. *Planalto*, Serra Alta, v. 1, n. 6, p. 4, 1944.

MAIS um herói barriga-verde. *Planalto*, Serra Alta, v. 1, n. 31, p. 2, 1945.

MAIS vitórias dos soldados brasileiros. *Planalto*, Serra Alta, v. 1, n. 21, p. 1, 1945a.

PLANALTO. *Planalto*, Serra Alta, v. 1, n. 1, p. 1, 1944.

PREVINA-SE contra os boatos. *Planalto*, Serra Alta, v. 1, n. 1, p. 1, 1944.

RECEPÇÃO aos expedicionários serraltenses. *Planalto*, Serra Alta, v. 1, n. 41, p. 1, 1945.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Artigos e livros

BENTO, C. M. *Correspondentes de guerra do Brasil que acompanharam a FEB na Itália*. Disponível em: < <http://www.ahimtb.org.br/CORRESPONDENTES%20DE%20GUERRA%20DO%20BRASIL%20QUE%20ACOMPANHARAM%20A%20FEB%20NA%20IT%C3%81LIA.pdf>>. Acesso em: 1º fev. 2018.

CAMPESTRINI, C. A. *São Bento do Sul na Segunda Guerra Mundial*. São Bento do Sul: Editora JL, 2008.

CAPELATO, M. H. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In.: PANDOLFI, D. (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

COSTA, M. A. T. *A censura postal militar: a política do Estado Novo na correspondência de guerra da FEB*. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a16.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2020.

FEDERAÇÃO DOS FILATELISTAS DO BRASIL. *O endereçamento no serviço postal da FEB*. Disponível em: <http://www.fefibra.org.br/filatelia_didatica_03.asp>. Acesso em: 24 jan. 2020

GÓMEZ, M. N. G. Novos cenários políticos para a informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27 – 40, jan./abr. 2002.

GOULART, S. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

KNIGHTLEY, P. *A primeira vítima. O correspondente de guerra como herói, propagandista e fabricante de mitos, da Criméia ao Vietnã*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

KORMANN, J. *Prefeitos de São Bento do Sul e a história de sua gestão*. Blumenau: Nova Letra, 2006.

LATFALLA, G. *Relações militares Brasil – EUA 1939/1943*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

LOCASTRE, A. V. *Seduções impressas: a veiculação do paradigma estadunidense no Brasil em tempo de Segunda Guerra Mundial*. Curitiba: Editora CRV, 2017.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In.: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes históricas*. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MAXIMIANO, C. C. & BONALUME NETO, R. *Brazilian Expeditionary Force in World War II*. Oxford: Osprey Publishing, 2011.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

MOURA, G. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MIRTKE, T. Thássilo Mirtke – correspondente de guerra da Agência Nacional entrevistado em 6 de junho de 2000. In: MOTTA, A. M. (org.). *História oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2001.

PURDY, S. A Segunda Guerra Mundial e os EUA como “world cop”. In.: KARNAL, L. (et. al.) *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2011.

RABITZSCH, D. S.; OLIVEIRA NETO, W. A guerra da Alemanha: fotografias da *Wehrmacht* na imprensa periódica de São Bento do Sul – SC (1939 – 1942). *Caderno de iniciação à pesquisa*, Joinville, n. 20, p. 143 – 150, 2018.

VERISSIMO, E. *Gato preto em campo de neve*. 3. Ed. Porto Alegre: Edições Globo, 1942.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

**HISTÓRIA ORAL E A REINTEGRAÇÃO DOS VETERANOS DA FORÇA
EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA: ANÁLISE DA COLEÇÃO “HISTÓRIA ORAL
DO EXÉRCITO NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL”**

Victor Hugo Bento da Costa Traldi ¹²⁴

Toda constituição de memórias históricas sobre um determinado evento desencadeia um verdadeiro campo de batalha, onde se confrontam diferentes versões do passado e diferentes interpretações sobre seus sentidos, tanto para os diversos grupos sociais quanto para os indivíduos. Isso não foi diferente em relação à FEB.

O excerto acima, de autoria do historiador Francisco Cesar Alves Ferraz (2015, p. 290-291), pode servir de ponto de partida para as reflexões desenvolvidas nesse artigo: quais são as memórias construídas pelos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira em relação ao seu retorno ao Brasil? Quais são suas percepções a respeito de sua reintegração à sociedade brasileira e às Forças Armadas no pós-guerra? Existe, efetivamente, um confronto entre diferentes versões acerca desse processo?

A Coleção História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial

Com o intuito de responder às questões elencadas acima, serão tomadas como fontes as entrevistas presentes nos livros da coleção *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Realizada sob coordenação do general Aricildes de Moraes Motta (1930-2016), a coleção foi dividida em oito tomos e publicada em 2001 pela Biblioteca do Exército Editora. Ao todo, 178 pessoas foram entrevistadas para a constituição da obra – em sua maioria veteranos da Força Expedicionária Brasileira, mas também participantes do 1º Grupo de Aviação de Caça, correspondentes de guerra, componentes de órgãos não divisionários e indivíduos que ficaram encarregados pela defesa do litoral brasileiro.

Entre os ex-combatentes entrevistados, a maioria se constituiu de militares de carreira, que comandaram unidades da FEB e que continuaram no Exército após o conflito ¹²⁵, mas também houve homens que, tendo servido como praças, retornaram à vida civil no pós-guerra. Como indicado nas Considerações Metodológicas da coleção, foram escolhidas preferencialmente “pessoas que possuam conhecimento sobre a história do grupo [...] e que

124 Mestrando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e graduado em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

125 Esses homens posteriormente ocuparam posições de relevo dentro da instituição militar, de empresas públicas e privadas, universidades e até mesmo do aparelho estatal brasileiro.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

reúnam, por conseguinte, condições de prestar assessoria a respeito da indicação de futuros entrevistados” (MOTTA, 2001, Tomo 1, p. 15). Isso possibilitou a formação de uma rede de entrevistados que em grande medida conheciam uns aos outros e eram ligados de alguma forma às associações de veteranos da Força Expedicionária Brasileira.¹²⁶

É possível inferir que a escolha pela coesão do grupo de depoentes se deu por interesse do organizador – um general – e da instituição responsável – o Exército Brasileiro. Como afirma Michael Pollak (1989, p. 10), “toda organização [...] veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma”, de forma a preservar a identidade do grupo. Assim, da mesma forma que o autor austríaco percebeu isso em seus estudos, é razoável afirmar que os responsáveis pela coleção buscaram “escolher testemunhas sóbrias e confiáveis aos olhos dos dirigentes, e evitar que ‘mitômanos [...]’ tomem publicamente a palavra” (POLLAK, 1989, p. 10) e exponham uma imagem que divirja da desejada pela instituição castrense.

Na Apresentação da obra, o general Motta valorizou a crescente importância que as fontes orais e a metodologia da História Oral vinham adquirindo nas décadas anteriores à sua publicação. Nas palavras do militar,

revaloriza-se [...] o papel do sujeito na história, creditando-se novos significados aos depoimentos, testemunhos e cortes biográficos, aceitando-se a possibilidade de que o relato pessoal possa assegurar a transmissão de uma experiência coletiva. (MOTTA, 2001, Tomo 1, p. 7).

Valendo-se de reflexões de historiadores como Alessandro Portelli, Marieta de Moraes Ferreira e José Carlos Sebe Bom Meihy, Motta afirmou que essa metodologia ajudaria a compreender processos decisórios, preencher lacunas em documentações escritas e preservar a experiência histórica de uma organização através da vivência de seus integrantes. Por conta disso, em 1999, foi criado pelo Comandante do Exército – o general Gleuber Vieira – um amplo projeto de História Oral, que deu origem à coleção de livros em questão.¹²⁷

É importante ressaltar que as entrevistas analisadas passaram por um processo de textualização, que, nas palavras de Motta (2001, Tomo 1, p. 17), é

¹²⁶ Como presidentes e secretários de seções regionais das associações de ex-combatentes.

¹²⁷ Dentre as outras iniciativas desse projeto – realizado pelo Departamento de Ensino e Pesquisa e intermediado pela Diretoria de Assuntos Culturais do Exército – estão as coleções *História Oral da Revolução de 31 de março de 1964*, *História Oral do Projeto Rondon*, *História Oral dos Valores Militares*, *História Oral da Engenharia Militar*, *História Oral das Missões de Paz do Exército*, *História Oral dos Órgãos de Formação de Oficiais da Reserva* e *História Oral da Artilharia de Costa*.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

a transcrição, com edição, sem as perguntas e com a fusão das respostas, em que se busca estabelecer a unidade de sentido, configurando os mecanismos de coesão e coerência textuais. Em outras palavras, diz-se que, quando são suprimidas as perguntas e fundidas as respostas, estamos diante da textualização, etapa onde o texto passa a ser predominantemente do narrador.

Ainda segundo o general Motta, decidiu-se pela textualização porque a maioria das perguntas foi respondida pelos entrevistados. Contudo, tal decisão é questionável por dois motivos. Em primeiro lugar, ao retirar as perguntas, desaparece no texto a relação entre o entrevistado e entrevistador – aspecto fundamental para a compreensão da construção da fonte oral. Além disso, ao fundir as respostas, cria-se uma lógica, uma linha de raciocínio, um sentido na narrativa que não está originalmente nas palavras do depoente, alterando o significado das memórias inicialmente construídas no contato entre o pesquisador e seus pesquisados – no caso, os ex-combatentes brasileiros.

Ora, qual é o lugar da coleção *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial* nos estudos sobre a Força Expedicionária Brasileira? Partamos do balanço realizado por Ferraz (2015), que dividiu a produção historiográfica sobre a FEB em três grandes grupos.¹²⁸

Em primeiro lugar, estão as memórias dos ex-combatentes, que contribuíram grandemente para a construção da historiografia da participação dos brasileiros na Segunda Guerra Mundial. Segundo o historiador, esses relatos, “publicados, em sua maioria, por oficiais regulares, [...] não ofereciam questionamentos e críticas aos procedimentos de combate ou faziam menção aos problemas encontrados” (FERRAZ, 2015, p. 294-295).¹²⁹ Além disso, Ferraz (2015, p. 288) coloca ao lado das memórias dos expedicionários as obras escritas pelos correspondentes de guerra, que “constituíram-se na primeira versão de uma ‘história imediata’ da FEB”.

O segundo grupo bibliográfico corresponde às histórias chanceladas pela instituição militar – cujos livros, em grande medida, foram escritos por oficiais e publicados pela Biblioteca do Exército Editora (BIBLIEX). Embora essas obras tenham sido as primeiras

128 Além desses escritos, Ferraz (2015) entende que a história da FEB também é abordada por outros veículos – como livros didáticos e paradidáticos, documentários cinematográficos, obras de ficção histórica em livros, filmes, minisséries de televisão e histórias em quadrinhos –, que têm despertado interesse de historiadores, mas não entram no escopo do trabalho em questão.

129 Dentre as exceções em meio a essa bibliografia laudatória, destaca-se a obra coletiva *Depoimento de Oficiais da Reserva*, publicada em 1949. Tal livro diferiu muito dos outros, tendo causado grande polêmica em círculos militares à época por expor inúmeros problemas da FEB em um tom bastante crítico.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

tentativas de se estabelecer análises coerentes sobre a participação brasileira na Segunda Guerra,

a tendência dessas edições [da BIBLIEX] era a de fornecer uma ‘história oficial’ da FEB, no mais das vezes escritas em termos militares, de pouco interesse para leigos, e caracterizadas, frequentemente, por conteúdo laudatório e autocomplacente. (FERRAZ, 2015, p. 296).

Por fim, o terceiro grupo é composto por livros de historiadores acadêmicos, jornalistas e memorialistas que realizaram pesquisa sobre o tema. Tais livros se caracterizam por um entendimento da FEB segundo aspectos exteriores às questões institucionais das Forças Armadas e, por esse motivo, possibilitaram a abordagem de temas polêmicos ou pouco estudados pelos próprios militares. Esses escritos, contudo, possuem prós e contras:

a grande vantagem é entender a FEB vinculada à sociedade que representa, e não apenas à instituição militar. Entre as desvantagens estão a pouca utilização dos acervos documentais oficiais (especialmente os do Arquivo Histórico do Exército), e a tendência a procurar a explicação dos eventos da FEB fora da especificidade militar de sua existência. (FERRAZ, 2015, p. 289).

Tendo em vista tal levantamento, é possível considerar que *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial* se insere tanto no primeiro grupo de obras sobre a FEB – as memórias dos ex-combatentes – quanto no segundo – as histórias chanceladas pelas Forças Armadas.

A obra claramente pretende ter um tom oficial, intenção que aparece nas palavras do general Motta (2001, Tomo 1, p. 11) quando expõe os objetivos do projeto no que dizia respeito ao recorte proposto:

- registrar os relatos das personalidades que, direta ou indiretamente, participaram da Segunda Guerra Mundial;
- recuperar dados e informações sobre fatos e episódios importantes para a História do Brasil, ocorridos no evento supracitado; e
- construir um acervo, adequadamente preparado, para consultas, pesquisas e outros misteres de fundamental interesse para a Força Terrestre.

Ou ainda, quando consta na Apresentação da coleção que, nas entrevistas, “a verdade é perseguida com insistência, verdade de quem presenciou um acontecimento ou dele tenha alguma versão para ser cotejada com a de outras procedências” (MOTTA, 2001, Tomo 1, p. 9). Nesse sentido, a História Oral teria sido meramente um meio para trazer à luz “a verdade” e coletar os “fatos” presentes nos relatos, registrá-los e apresentá-los ao leitor como eles

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

supostamente teriam sido, sem uma devida análise – postura que, hoje, é sabidamente problemática quando se lida com memórias e fontes orais.

Nas Considerações Metodológicas da coleção, o general Motta expõe as minuciosas perguntas realizadas aos entrevistados, que abrangem desde a situação do Brasil antes da guerra, passando pelo processo de formação, treinamento e transporte das tropas, pelas ações dos brasileiros na Itália, até percepções mais individuais sobre suas experiências na guerra e sobre o desempenho das diferentes unidades da FEB. Para esse artigo, o foco residirá nas respostas relativas “à recepção à FEB pelos brasileiros, bem como no âmbito do Exército; [e] às consequências para a Força Terrestre e para o entrevistado da participação no conflito” (MOTTA, 2001, Tomo 1, p. 14). Ou seja, de forma mais ampla, será abordada a forma como o retorno e a reintegração dos veteranos aparecem em suas memórias.

A reintegração dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira

Segundo Francisco Ferraz (2015, p. 309),

um dos tópicos historiográficos sobre a FEB que mais tem avançado, nos últimos tempos, é o dos estudos sobre os expedicionários no pós-guerra, tanto em relação aos problemas de reintegração social quanto em relação à valorização ou não, por parte da população não-combatente e das gerações posteriores à guerra, de seus sacrifícios e esforços na guerra.¹³⁰

Para o historiador, a reintegração “trata-se de um tema de interesse social fundamental, pois o destino dos veteranos de guerra de massas de conscritos não é apenas um problema dos ex-combatentes e suas famílias, mas de toda a sociedade” (FERRAZ, 2015, p. 309-310), e estudar esse processo é essencial para entender melhor as relações entre Forças Armadas e sociedade de forma mais ampla.

Enquanto as grandes potências envolvidas na Segunda Guerra Mundial já pensavam no futuro dos próximos ex-combatentes – pois tinham passado pelos problemas da reintegração de grandes contingentes de soldados no pós-Primeira Guerra Mundial –, o Estado brasileiro não estava preparado para essa realidade e pouco se fez inicialmente em direção a políticas para mudar tal panorama.

130 Inclusive, o principal estudo sobre o pós-guerra dos ex-combatentes brasileiros é da autoria do próprio Ferraz: *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)*, sua tese de doutorado, publicada em livro em 2012.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Após findado o conflito, a desmobilização das tropas brasileiras foi feita enquanto ainda estavam em solo italiano, com o claro objetivo de minorar o impacto político do contingente expedicionário – cujos oficiais, por um lado, eram majoritariamente contrários ao regime de Getúlio Vargas e cujos praças, por outro lado, nutriam grande simpatia pelo presidente. Assim, com a intenção de manter a estabilidade institucional e política do Brasil, lideranças militares como os generais Eurico Gaspar Dutra e Pedro Aurélio de Góis Monteiro tomaram a iniciativa de dissolver a Divisão Expedicionária o quanto antes, em um momento em que “vários grupos políticos [...] competiam pelo simbolismo político que a FEB poderia proporcionar” (FERRAZ, 2004, p. 372). Como Ferraz (2004, p. 372) ressalta, tal estratégia foi bem-sucedida, já que quando da deposição de Vargas, em outubro de 1945, “os expedicionários já estavam nos seus lares, cuidando de suas vidas, e não tiveram qualquer participação no golpe militar”.

Depois da chegada no Brasil, “os expedicionários retornaram às suas cidades, lares, vida social e profissional. Após um período de festas e homenagens, diluíram-se na multidão de cidadãos, e seus feitos foram aos poucos sendo esquecidos pela população civil” (FERRAZ, 2015, p. 292). Assim, a experiência da FEB e de seus veteranos ficou fadada ao esquecimento e ao desinteresse no pós-guerra.

Em suas tentativas de voltarem à vida que viviam antes da guerra, a maioria dos pracinhas civis encontrou grandes obstáculos: “não havia, por parte da população, informação ou preparo para perceber que aqueles homens que voltaram aos lares já não eram mais os mesmos. Não tardaram os conflitos, no emprego, nas famílias, na sociedade” (FERRAZ, 2004, p. 374-375). Já em relação aos militares de carreira, a situação foi diferente. Embora houvesse grande número de reclamações de hostilidades e injustiças que os expedicionários sofriam de outros oficiais e superiores que ficaram no Brasil durante a guerra, “os militares febianos podiam ainda contar com uma carreira segura, pensão integral na reforma e atendimento médico e psicológico formalmente garantidos” (FERRAZ, 2004, p. 376).

Foram nas associações de ex-combatentes que se encontraram iniciativas de reivindicação de direitos para os homens que lutaram na Itália e de manutenção da memória da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Nas palavras de Ferraz (2004, p. 378), as associações

eram centros de convivência social dos veteranos e de suas famílias, proporcionavam esclarecimentos sobre os direitos dos afiliados, realizavam

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

encontros e congressos periódicos, promoviam visitas a escolas e outras instituições culturais para divulgar a memória da participação brasileira na guerra, editavam jornais e boletins informativos, organizavam homenagens, desfiles, coleta de fundos para construção de monumentos comemorativos e museus, ofereciam cursos técnicos para os afiliados e seus familiares. [...] Promoviam também jantares e eventos sociais em suas redes. Organizavam viagens para as localidades italianas em que haviam combatido [...].

Tais organizações pretendiam ser atuantes na defesa dos interesses do expedicionários, indo além de um simples espaço de sociabilidade dos veteranos. Contudo, ao longo das décadas, permeadas pelo clima de Guerra Fria, ocorreram conflitos ideológicos dentro das associações, que “assumiram cada vez mais uma política assistencialista e de colaboração com as Forças Armadas e com os governos” (FERRAZ, 2004, p. 380). Nos anos seguintes, não obstante os protestos e críticas de setores dos ex-combatentes, as associações continuaram mantendo uma política pouco incisiva frente ao poder público.

Posteriormente, as poucas medidas de amparo aos veteranos foram incrementadas e certos atendimentos básicos lhes foram garantidos. Contudo, “continuaram as reclamações e denúncias de desamparo, de ‘pouco caso’ dos órgãos públicos para com os ‘pracinhas’” (FERRAZ, 2004, p. 383). Por exemplo, muitos veteranos que sofreram ferimentos incapacitantes na guerra não conseguiram benefícios pecuniários do Estado brasileiro; além disso, enquanto uma minoria com melhor formação escolar e profissional não encontrou problemas para retornar ao mercado de trabalho, a maior parte do contingente expedicionário enfrentou grandes dificuldades para encontrar um novo emprego ou retomar sua antiga profissão. Ferraz afirma que isso ocorreu pois “o problema dos que retornaram não era a legislação existente [...], mas as dificuldades crescentes de seu cumprimento” (FERRAZ, 2004, p. 383): à falta de interesse do poder público na aplicação da lei juntou-se o desconhecimento da legislação por parte dos pracinhas, “especialmente os residentes na zona rural, que já eram marginalizados pela ausência de legislação trabalhista” (FERRAZ, 2004, p. 384).

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

A reintegração dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira em *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*

Ao longo da análise das entrevistas compiladas em *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*¹³¹, pode-se perceber que a grande maioria dos ex-combatentes ressaltou em suas memórias seu retorno ao Brasil e suas impressões sobre o processo de reintegração à sociedade brasileira no pós-guerra, o que demonstra a importância desse tema para eles.¹³² Tendo como pano de fundo as análises de Ferraz em relação a esse assunto, nota-se que há pontos recorrentes nas falas dos entrevistados, nos quais podemos encontrar consensos e divergências.

Um primeiro tema que aparece na memória dos veteranos é a chegada do primeiro escalão da FEB ao Rio de Janeiro e o desfile feito na Avenida Rio Branco. Os termos mais usados para descrever esse momento foram “festa”, muitos “aplausos”, “gratidão” e “carinho” do povo que recepcionou as tropas no centro da capital federal, “alegria” e, principalmente, “apoteose”. Boa parte dos entrevistados ressaltou que os cariocas que assistiam ao desfile avançaram em direção às tropas febianas para comemorar com os soldados, que não conseguiram manter a formação. Contudo, quando há referência ao desembarque dos outros escalões, frequentemente se fala em decepção, mágoa e tristeza, devido à falta de comemorações de grandeza semelhante à anterior.

Após os primeiros momentos de festa, vieram as dificuldades. Como conta o general Carlos de Meira Mattos (In: MOTTA, 2001, Tomo 1, p. 79),

quando terminou a guerra, com a vitória aliada, e a FEB regressou ao País, pudemos perceber duas situações distintas. A recepção popular foi extraordinária; todas as cidades se engalanaram e receberam os soldados como heróis. Foram homenageados quando desembarcaram no Rio e, depois, nas capitais de seus estados, nas suas cidades de origem e, se fossem de um vilarejo, eram lá, também, homenageados como heróis. Essa fase acabou rapidamente e eles tiveram que enfrentar a dura realidade de suas atividades e profissões – carteiro, empregado do comércio, agricultor – e foi muito dura a readaptação, surgindo o desajuste – cuja principal causa estava exatamente nesse aspecto.

131 O presente artigo faz parte de uma pesquisa em desenvolvimento e, devido ao grande volume de material em *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*, aqui constarão apenas trechos de entrevistas dos dois primeiros tomos da coleção.

132 Da mesma forma, seria interessante analisar os motivos do silêncio dos que não disseram sobre o retorno e a reintegração, mesmo tendo sido submetidos às mesmas questões que os outros depoentes.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Uma minoria, como o médico Silas de Aguiar Munguba (In: MOTTA, 2001, Tomo 2, p. 101), conseguiu ter uma vida próspera no pós-guerra, mas ele mesmo entende que “a maioria dos ex-combatentes não conseguia emprego, porque era muito pequena a oferta de trabalho para eles. Ainda hoje enfrentam dificuldades. Fica a minha dúvida: será que valeu a pena aquele sacrifício todo?”

Por conta dos problemas com a readaptação dos veteranos ao mercado de trabalho, destacam-se as iniciativas dos próprios ex-combatentes para buscar amenizar tais problemas:

Numa fase em que a economia de guerra se desmobilizava, as fábricas botavam gente para fora, começava a diminuir o faturamento, conseguir um emprego era coisa rara em Natal. No Círculo Militar reuniram todos os ‘febianos’ que já tinham chegado a Natal, num esforço da Legião Brasileira de Assistência a fim de tentar colocar o pessoal nos empregos. Apareceram uns três ou quatro comerciantes, alguns até nossos conhecidos. Eu me fingi de desempregado, vestido à paisana, fiquei sentado, quando chegou um rapaz e me ofereceu um emprego. [...] A maioria não demorava mais de três dias no emprego. Novamente desempregado, novamente necessitado, novamente desassistência a esse pessoal: é lamentável! Aqui em Recife houve uma comissão formada pelo Padre João Barbalho Uchoa Cavalcanti Sobrinho, que foi um dos Capelães da FEB, esse Silas Munguba, que na época era estudante aqui, Jecely Farias e uns outros: era uma comissão que suava de manhã à noite, nas indústrias, no comércio, buscando emprego para esse pessoal. (Capitão Severino Gomes de Souza, in: MOTTA, 2001, Tomo 2, p. 252-253).

Não tenho conhecimento de nenhuma ação direta do governo reconhecendo o sacrifício dos brasileiros que participaram da campanha da Itália. Algumas vantagens que hoje desfrutam os veteranos da FEB, como a pensão especial – que é também concedida aos militares que participaram da vigilância do litoral –, tiveram origem entre os próprios ex-combatentes que acionaram os políticos do poder legislativo: o governo apenas executou o projeto. Poderíamos ter um plano de saúde! (Capitão Cleantho Homem de Siqueira in: MOTTA, 2001, Tomo 2, p. 262).

Isso ocorreu pois o governo teria demorado muito para aplicar medidas de amparo – ou, para alguns entrevistados, o Estado brasileiro pouco ou nada teria feito nesse sentido. Nas palavras do coronel Antônio Alexandrino Corrêa Lima (In: MOTTA, 2001, Tomo 2, p. 43): “não digo que não houve um grande esforço do governo em termos de reconhecimento público e assistencial aos ex-combatentes, mas, na realidade, esse esforço demorou muito e, ainda hoje, não se completou”. Já o coronel Sérgio Gomes Pereira (In: MOTTA, 2001, Tomo 1, p. 296) reclama não só da demora para o surgimento dos benefícios, mas também da pouca abrangência de certas medidas:

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Passada essa fase inicial, logo depois da guerra, houve um longo período de quase esquecimento. Quando alguns companheiros da FEB começaram a ter posições de relevo, surgiram alguns benefícios, mas eram sempre pequenos. O benefício total, em termos de sobrevivência, só veio com a Constituição de 1988, quando foi outorgada uma pensão especial [...] para todos os ex-combatentes, inclusive os que não estiveram na Itália, exceto o pessoal que continuou no Exército [...]. Embora o reconhecimento tenha demorado, chegou a tempo de propiciar um fim de vida mais digno e justo para aqueles que combateram na Itália. Obviamente, houve uma série de benefícios específicos, que não atingiram a todos, pela seletividade que continham. Na Associação, recebemos muitas queixas e lamentações.

Veteranos como o sargento Fernando Leopoldo dos Santos Miranda (In: MOTTA, 2001, Tomo 2, p. 279), sofreram sequelas permanentes e consideram o pagamento do benefício aos que fizeram a segurança do litoral brasileiro como uma injustiça em relação aos homens que foram à Itália:

Apesar do tratamento, nunca me recuperei dos ferimentos que recebi. Vim para o Hospital Central do Exército, no Rio, e depois me apresentei no 14º RI, aqui no Recife, mesmo caminhando com auxílio de muleta. Eu era cabo e não tive promoção nenhuma até passar pela Junta de Saúde e ser reformado no posto de 2º sargento; [...] agora, sob outra lei, recebo o soldo de 2º tenente. Nesse benefício entrou todo mundo, soldado, cabo, quem foi para a guerra e quem não foi e eu não sei que justiça é essa: fui ferido em combate e ganho a mesma coisa de quem ficou aqui no Brasil!

Quando de seu retorno, os febianos receberam o restante dos vencimentos referentes ao seu tempo de serviço. Por um lado, há na memória dos veteranos que a maioria

foi imediatamente ao Banco do Brasil, retirou o dinheiro e dali foi direto para o baixo meretrício – isso dependendo do nível de cada um deles – e ‘derretia-o’ em bebidas e farras ou gastaram em passeios, até em fazendas. Aquele dinheiro terminava em nada! (Capitão Severino Gomes de Souza, in: MOTTA, 2001, Tomo 2, p. 254).

Um exemplo desse caso é o do sargento Ayrton Vianna Alves Guimarães (in: MOTTA, 2001, Tomo 2, p. 275), que diz:

quando fui licenciado do Exército, fiquei no Rio de Janeiro, gastando todo o meu dinheiro. [...] não morri na guerra, então queria gozar minha vida no Rio, com as meninas. Quando me vi sem nenhum tostão e tinha de voltar para Pernambuco; sabendo que meu pai era durão, pensei como seria, depois de uma guerra, eu desempregado e sem dinheiro?

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Contudo, aparece nas memórias que também houve veteranos que conseguiram usar esse dinheiro para reconstruir suas vidas. O capitão Severino Gomes de Souza (in: MOTTA, 2001, Tomo 2, p. 254) conta:

quando voltei da FEB, eu tinha economizado lá na Itália todo o meu ordenado; meu pessoal pouco havia gasto do que ficou, pois deixei minha mulher e filho na casa de meus pais. Peguei o dinheiro do Banco do Brasil, mais o que eu trouxe, comprei uma casa, a minha primeira casa: aos 21 anos, quase 22, comprei a primeira residência própria com o dinheiro da FEB. Para mim isso foi um consolo, o fato de eu ter conseguido que meu segundo filho já nascesse na minha casa própria.

Como supracitado, alguns dos homens que foram às terras italianas eram militares profissionais, que em grande medida ressaltam que sua recepção não foi positiva por parte dos oficiais que aqui ficaram – tendo recebido ordens de não tocar em assuntos relativos à FEB e à Campanha da Itália. Uma fala que sintetiza tal impressão é do coronel Moacir Vêras (In: MOTTA, 2001, Tomo 1, p. 278), que diz:

com relação à nossa chegada ao Brasil, devo dizer que a recepção do povo foi apoteótica, inesquecível. No entanto, pelo Exército, não foi o que eu esperava. Não sei se por ciúmes, inveja, ou por receio de que os companheiros da FEB fossem dar carona em todo mundo, promovidos a generais antes dos que não estiveram na Itália. Houve uma reação muito grande, uma vez que os que ficaram eram em número muito maior. Quiseram sufocar a minoria que voltava vitoriosa. A outra Divisão que estava sendo formada não chegou a embarcar, porque a guerra acabou. Essa turma que não embarcou ficou muito magoada, sentimento que eles guardam até hoje. Porém, de um modo geral, a impressão que eu tinha era a seguinte: a ordem é falar o mínimo possível sobre a FEB; quanto menos falar, melhor. Fomos completamente relegados a um 2º plano. A palavra de ordem era esquecer a FEB, em vez de aproveitar ao máximo os ensinamentos e a experiência adquiridos em combate pelos que retornaram.

Devido a isso, outro tema abordado nas entrevistas é o aproveitamento das experiências da guerra pelas Forças Armadas brasileiras, sobre o qual vemos posições divergentes. Por um lado, há oficiais que afirmam que o balanço foi positivo:

Sem dúvida, o Exército ganhou muito com a sua participação no conflito mundial. A transformação básica e fundamental foi o surgimento de uma nova mentalidade. Diversos oficiais integrantes da FEB, entre os quais o Coronel Castello Branco, ao chegarem da Itália foram nomeados instrutores da Escola de Comando e Estado-Maior e adaptaram-na aos novos conceitos da guerra, introduzindo as modificações que se faziam necessárias. (General César Montagna de Souza, in: MOTTA, 2001, Tomo 1, p. 50).

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

No mesmo sentido, o general Domingos Ventura Pinto Júnior (in: MOTTA, 2001, Tomo 1, p. 65) diz:

após nossa chegada, diversos ex-combatentes foram mandados para Centros de Instrução, Escola Militar etc. Os oficiais e os sargentos tornaram-se instrutores e monitores nessas organizações. Foram bem aproveitados. Foram úteis para o Exército o conhecimento e a experiência adquiridos pela FEB. Por isso, os ensinamentos foram ministrados nas escolas, principalmente na Escola Militar.

Por outro lado, há militares que veem que a situação foi totalmente oposta e que a experiência da FEB não foi devidamente aproveitada:

O Exército Brasileiro da época desconheceu o regresso da FEB, ignorou os ex-combatentes, o que muito marcou nossos corações. Demonstrou desinteresse pela História do País, perdendo-se as oportunidades de diálogo com interlocutores detentores de informações que poderiam se tornar importantes para a instrução militar. (General Helio Duarte Pereira de Lemos, in: MOTTA, 2001, Tomo 1, p. 167).

De qualquer forma, o elemento que mais aparece nas falas dos veteranos – sejam eles militares de carreira e de alta patente até homens que retornaram à vida civil no pós-guerra – é o esquecimento da sociedade brasileira em relação a eles e às ações da FEB. Seguem alguns excertos nos quais os entrevistados explicitam seu descontentamento com essa falta de consideração para com suas memórias e suas histórias:

Infelizmente, hoje estão todos calados, quase ninguém fala em Monte Castelo... Ninguém fala em nada, e isso é muito triste. Só se abre espaço para as Forças Armadas para denegrir, essa é a verdade. Parece até que não são brasileiros e que as Forças Armadas não são do Brasil. (General-de-Divisão Médico Geraldo Augusto D'Abreu, in: MOTTA, 2001, Tomo 1, p. 93).

Por que o povo, os nossos alunos, a nossa juventude de hoje não aprende a admirar o Exército Brasileiro pelo que a FEB fez na Itália? Nós fomos defender uma ideia implantada depois aqui no Brasil com o nosso retorno. [...] Hoje, se há um desfile, os alunos riem, eles não entendem, 'olhem aqueles velhinhos desfilando!', achando graça na boina, eles não sabem quem são aqueles, eles não têm a menor ideia do sacrifício que o próprio país fez, a fim de que fôssemos para lá. Muita gente aqui se sacrificou, muitas mães perderam os filhos, muitos perderam os pais na Itália; no Dia da Vitória, com exceção daquela solenidade no Quartel-General, salvo engano da minha parte, não foi comentado nenhum assunto nos jornais, a mídia escrita sequer se pronunciou a respeito, porque lá nós tínhamos patriotismo! (Capitão Severino Gomes de Souza, in: MOTTA, 2001, Tomo 2, p. 257).

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

De início, a euforia de herói ‘febiano’ trouxe alegria e orgulho para todos mas, com o passar do tempo, o esquecimento e o descaso transformaram o veterano da FEB num simples herói desconhecido e sem o apoio do governo. Nossa esperança, embora que tardia, é o reconhecimento do fato histórico e glorioso para a nossa Pátria: a FEB na Segunda Guerra Mundial! (Doutor Rigoberto de Souza, in: *ibidem*, Tomo 2, p. 303).

Para alguns entrevistados, nem mesmo as associações de veteranos estariam tomando iniciativas para combater tal esquecimento:

A minha impressão é a de que há um esquecimento dessas coisas, principalmente por parte das Forças Armadas. O meu acesso, por exemplo, ao Serviço de Saúde do Exército é igual ao dos outros, minha família tem de ir marcar cartão de visita médica no meio de muita gente. A Associação de Veteranos da FEB não tem me ajudado em nada, só tem havido preocupação com comemorações e festividades. (Sargento Fernando Leopoldo dos Santos Miranda, in: MOTTA, 2001, Tomo 2, p. 279).¹³³

Por fim, alguns dos depoentes consideram que, em meio a esse panorama, o próprio projeto de História Oral coordenado pelo general Aricildes de Moraes Motta se configura em um importante espaço para que os feitos dos homens que foram combater na Europa sejam rememorados:

Gostaria de consignar que o Exército, com o Projeto de História Oral na Segunda Guerra Mundial, veio finalmente levantar o pano de uma das mais lindas páginas da história do Brasil. A FEB projetou o nome de nossa Pátria, no mundo inteiro. Ao preparar-me para a entrevista, minha mulher, filhos e até a empregada se desvelaram em passar a minha roupa, engraxar os meus sapatos, separar meus diplomas, medalhas e lembranças outras que tenho da Itália. A vida toda jamais mereci essa admiração e respeito deles, pelo simples fato de ser um ex-pracinha. Foi dado o primeiro grito de socorro. Contando agora com o apoio e o estímulo do Projeto de História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial, sabemos que não seremos mais esquecidos. (Geraldo Figueira Lisboa, in: MOTTA, 2001, Tomo 2, p. 296).

[...] acho que o Exército, em muito boa hora, resolveu fazer esse programa de história oral, porque, veja bem, eu era o mais jovem oficial do III Grupo, [...] tinha 21 anos, hoje estou com 76. Se demora mais um pouco... São passados 55 anos. Qualquer demora, não haveria mais ninguém para fazer isso, oralmente. Penso que foi uma oportunidade ótima de resgatar o passado. (Coronel Moacir Vêras, in: MOTTA, 2001, Tomo 1, p. 278).

133 É interessante que ao mesmo tempo em que o sargento ressalta que há comemorações feitas pela Associação de Veteranos da FEB, ele não reconhece que isso faça parte de uma tentativa de manutenção da memória dos feitos dos brasileiros na Itália. É possível que isso ocorra porque as festividades não solucionam preocupações de ordem mais imediata, como a questão de um melhor serviço de saúde, como evidenciado no excerto.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Mas por que as memórias elencadas acima foram constituídas assim? Em primeiro lugar, certas lembranças aparecem de forma semelhante, mostrando que indivíduos compartilham de memórias sobre o processo histórico em questão. Isso se deve ao caráter coletivo da memória. Como diz Michael Pollak (1992, p. 201),

a priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs [...] já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.

Assim, por participarem de um mesmo grupo que procura preservar sua memória de várias formas – por meio das associações de veteranos, por exemplo –, os ex-combatentes entrevistados compartilham de percepções que são marcadamente coletivas. Nesse sentido, a memória define “o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais” (POLLAK, 1989, p. 3). Isso ocorre pois a memória coletiva tem duas funções essenciais: “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum” (POLLAK, 1989, p. 9). Ou seja, a memória é um dos elementos que fazem os indivíduos se sentirem partes de uma coletividade.

Nesse sentido, para Pollak (1992, p. 206) também age “o *trabalho da própria memória em si*. Ou seja: cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização”. Nas entrevistas analisadas, há questões que parecem muito bem assentadas na memória dos veteranos, como o sentimento de que a história da FEB estava sendo fadada ao esquecimento.

Contudo, mesmo que nessas memórias haja partes que parecem solidificadas, também há memórias mais fluidas – e ambas são problemáticas. Nas palavras de Pollak (1992, p. 209),

o que mais nos deve interessar, numa entrevista, são as partes mais sólidas e as menos sólidas. Eu diria que no mais sólido e no menos sólido se encontra o que é mais fácil de identificar como sendo verdadeiro, bem como aquilo que levanta problemas de interpretação.

Como ocorre com indivíduos de quaisquer grupos, o objetivo dos veteranos ao expressarem suas impressões sobre o processo em questão seria “verem reconhecida a interpretação do passado de cada um e, logo, a sua memória específica. A elaboração desse

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

tipo de memória implica um trabalho muito árduo, que toma tempo, e que consiste na valorização e hierarquização das datas, das personagens e dos acontecimentos” (POLLAK, 1992, p. 205).

Segundo Elonir José Savian (2015), a pluralidade de memórias entre os ex-combatentes pode se dar por alguns motivos: a dispersão dos integrantes da FEB pelo território nacional; a grande variedade do nível de alfabetização e formação dos veteranos; a pluralidade de vivências no conflito – uns exerceram apenas tarefas administrativas, outros participaram dos combates; o fato de alguns serem militares profissionais e outros foram recrutados; o tempo que cada um permaneceu em terras italianas; as diferentes armas e serviços do Exército dos quais faziam parte. Além disso,

também é de se supor que em suas reminiscências os pracinhas tenham enfatizado questões por eles julgadas mais relevantes, o que se pode considerar normal em face das pessoas elencarem seleções do que vai constar que em suas memórias. (SAVIAN, 2015, p. 3).

É preciso investigar mais detidamente os perfis dos entrevistados, sua relação com as particularidades de suas memórias e também o que Pollak (1989) chama de *trabalho de enquadramento da memória*, a fim de aprofundar e adensar a análise. De qualquer forma, é necessário sempre nos atentarmos ao fato de que os significados das memórias estão imbuídos de uma visão retrospectiva, “que confere sentido às experiências no momento em que são narradas” (ALBERTI, 2015, p. 170). Ou seja, é a partir do presente que se pensa o passado.

Considerações finais

Ao fim da análise, foi possível perceber que há questões relativas à reintegração dos veteranos no pós-guerra nas quais os entrevistados concordam e outras das quais tecem pontos de vista diferentes. Entre os pontos consensuais estão a recepção apoteótica no Rio de Janeiro, a difícil readaptação da grande maioria dos veteranos – principalmente em relação ao mercado de trabalho – e a má recepção dos febianos dentro do Exército. Grande parte dos entrevistados também reclamou do descaso do Estado em relação à situação dos expedicionários e exprimiram descontentamento com a forma que a FEB e seus feitos são lembrados – ou melhor, com o fato de que não são lembrados. Por outro lado, alguns aspectos apresentam

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

certas divergências nas falas, como o aproveitamento das experiências da FEB pelas Forças Armadas e as ações das associações de ex-combatentes.

Com efeito, todas as questões elencadas acima foram abordadas pelos textos de historiadores, como Francisco Ferraz. Em decorrência disso, pode-se levantar a seguinte reflexão: como memória e historiografia se influenciam mutuamente? Por um lado, como ressaltado por Ferraz, os relatos dos ex-combatentes contribuíram para a construção da historiografia da participação dos brasileiros na Segunda Guerra Mundial. E, no sentido inverso, tal produção também exerce influência na constituição de novas memórias ou para a mudança do sentido das mesmas.¹³⁴ Esse movimento pode ser notado na própria coleção de livros analisada, quando o general Motta (2001, Tomo 1, p. 13) afirma que,

dos documentos referentes à Segunda Guerra Mundial que permitem a elaboração de perguntas adicionais em proveito da maior eficácia das entrevistas, citamos os relatórios de campanha de subunidades [...], relatos de reminiscências de ex-combatentes, Diários de Guerra, Ordens de Operações, livros e artigos sobre a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e o 1º Grupo de Aviação de Caça (Senta a Pua) ou das Forças Armadas na defesa do nosso litoral.

Assim, algumas questões postas aos entrevistados foram resultantes de consultas a outras fontes bem como aos novos estudos historiográficos acerca do tema. Além disso, os próprios veteranos podem ter tido acesso a esses escritos e terem mesclado às suas memórias as palavras dos historiadores.

Mesmo que o objetivo do projeto responsável pela *História Oral do Brasil na Segunda Guerra Mundial* tenha sido trazer à tona as memórias dos ex-combatentes e tirar delas o véu do esquecimento – impressão, inclusive, compartilhada por alguns dos entrevistados –, não é possível considerar que isso foi alcançado em larga escala: a obra não alcançou grande repercussão fora dos meios militares e de especialistas do assunto; ademais, não foram feitas novas edições dos livros e o projeto foi descontinuado já na década de 2010.

134 É possível estabelecer um paralelo com a dinâmica que Alistair Thomson (1997) percebeu entre as memórias dos veteranos australianos da Primeira Guerra Mundial – os *anzacs* – e as novas histórias públicas a respeito da participação australiana no conflito. Com o desenvolvimento da historiografia sobre a Grande Guerra – baseada largamente em relatos de soldados –, Thomson percebeu que as memórias desses ex-combatentes também foram transformadas, se distanciando das lendas criadas a seu respeito e da história oficial da guerra. Na medida em que os veteranos começaram perceber que as novas histórias se adequavam melhor a seus relatos, esses homens encontraram uma forma de afirmação pública ou reconhecimento de suas memórias. Assim, segundo o autor, os *anzacs* conseguiram compor para si um passado com o qual pudessem conviver, em consonância com as novas narrativas públicas a seu respeito.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Mesmo assim, estudar essa coleção não se constitui em uma atividade de menor relevância. Como afirma Ferraz (2015, p. 287),

deve-se tentar compreender como um fato histórico específico (a participação de uma unidade expedicionária brasileira na Segunda Guerra Mundial) foi construído como objeto de pesquisa histórica, através de memória social, pelos seus próprios atores – os combatentes, suas famílias e agremiações – bem como pelos diferentes agentes sociais que elaboram narrativas e interpretações históricas, como a instituição militar, os historiadores e outros agentes culturais, tais como os meios de comunicação de massa e publicações didáticas e paradidáticas.

Portanto, a análise das entrevistas realizadas com os ex-combatentes brasileiros da Segunda Guerra Mundial buscou elucidar como se pretendeu rememorar a Força Expedicionária Brasileira através da História Oral – sempre levando em conta a intrincada relação entre História e Memória.

Referências

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 155-202.
- FERRAZ, Francisco Cesar Alves. Historiografia e memória da Força Expedicionária Brasileira: notas de pesquisa. In: RODRIGUES, Fernando da Silva; FERRAZ, Francisco; PINTO, Surama Conde Sá (Org.). *História Militar: novos caminhos e novas abordagens*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. p. 285-312.
- FERRAZ, Francisco Cesar Alves. Os veteranos da FEB e a sociedade brasileira. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 365-388.
- MOTTA, Aricildes de Moraes (Coord.). *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001. 8 tomos.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215. 1992.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3- 15. 1989.
- SAVIAN, Elonir José. A FEB pelos pracinhas: percepções de militares de baixo grau hierárquico acerca da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. In: SIMPÓSIO

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVIII, 2015, Florianópolis. *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis, 2015. p. 1-15.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, p. 51-84. Abr. 1997.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

**PLANO ESTRATÉGICO DO MINISTÉRIO DA MARINHA E MINISTÉRIO DA
GUERRA POR DIREITO À NAVEGAÇÃO DO RIO PARAGUAI AO IMPÉRIO DO
BRASIL**

Jéssica de Freitas e Gonzaga da Silva¹³⁵

Introdução

Na dinâmica política da bacia do Prata, a partir de 1850, a República do Paraguai detinha um papel estratégico no processo de consolidação do Estado Brasileiro. Sob a perspectiva do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Paraguai desempenhava o papel de Estado-tampão¹³⁶, ou seja, a preservação da integridade paraguaia e o reconhecimento de sua autonomia eram fundamentais para manutenção do equilíbrio de poder da região, conforme discursou o diplomata Duarte da Ponte Ribeiro (1795-1878), em 1845:

a existência do Paraguai como Estado independente da Confederação Argentina depende a conservação do Império do Brasil, (...) capaz de conter as províncias de Mato Grosso, Rio Grande e São Paulo como parte integrante do Império. A conservação do Paraguai como Estado Independente é uma forte barreira contra as tentativas argentinas sobre as três províncias, evitando que a população paraguaia aumente as forças argentinas (RIBEIRO in: ALCAÇA; ALCÁZAR, 2007, p. XI).

A partir de 1852, mediante a queda do General Rosas (1793-1877), na Confederação Argentina¹³⁷, inaugurou-se uma nova conjuntura política na região. A *Pax Armada*¹³⁸ (1853-

135 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas. Mestre em Estudos Marítimos pela Escola de Guerra Naval e Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa.

136 A finalidade era a separação de Estados rivais pelo espaço neutro, uma unidade territorial independente, habitado por povo autônomo e dotado de soberania reconhecida pela comunidade internacional a fim de evitar embates.

137 O projeto político de Juan Manuel Rosas incluía atender aos interesses da burguesia mercantil baseado no monopólio portuário no rio da Prata. Com o controle sobre o porto de Montevideú, que por sua vez seria anexado à Confederação Argentina, de modo a neutralizar a concorrência, garantindo a exclusividade do porto de Buenos Aires. Além de garantir o lucro dos impostos alfandegários, iria promover a nacionalização e o bloqueio do estuário, impedindo a navegação estrangeira. O aumento da extensão da fronteira com a Argentina e o controle platino sobre a bacia do Prata ameaçariam a comunicação e integridade das províncias como Rio Grande do Sul e Mato Grosso e conseqüentemente a sobrevivência do Império. A denominada Guerra Grande (1850-1852) implicou na queda de Oribe, em 1851 e na queda de Rosas, na batalha de Monte Caseros, em 1852. Ver: FERREIRA, Gabriela Nunes. O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial. São Paulo: EDITORA HUCITEC, 2006.

138 O cientista político Pedro Aubert defendeu que o período entre 1853 e 1864 foi caracterizado, na história política da bacia do Prata, como *pax armada*. O Estado brasileiro permaneceu com uma estratégia política,

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

1864) marcou a transição das relações diplomáticas entre o governo brasileiro e paraguaio, abandonando o alinhamento e adotando um caráter hostil, envolvendo, inclusive, ameaça de guerra devido às divergências sobre definição dos limites e na concessão de livre navegação do rio Paraguai.

A proposta do trabalho é apresentar a estratégia militar organizada de forma conjunta entre as forças armadas brasileiras, a partir da análise documental da correspondência oficial do Ministério da Marinha e Ministério da Guerra com o governo da província do Mato Grosso custodiada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo Nacional e Arquivo Público do Mato Grosso. A partir desse trabalho, buscamos contribuir com subsídios à historiografia da Guerra do Paraguai a fim de comprovar como o Estado brasileiro recorreu ao conflito armado como instrumento político para o fortalecimento do seu poder na bacia do Prata.

Iminência de Guerra entre o Império do Brasil e a República do Paraguai

As relações políticas entre o Império do Brasil e a República do Paraguai, a partir de 1855, foram marcadas pela iminência de guerra decorrente das controvérsias que envolviam a assinatura do Tratado de Navegação e Limites. Enquanto o governo brasileiro pleiteava a demarcação dos limites de acordo com o Tratado de Madri (1750), o Presidente López afirmava que acataria apenas a definição estabelecida pelo Tratado de Santo Idelfonso (1777) e embargava a abertura do rio Paraguai aos navios brasileiros enquanto não fosse solucionada a disputa por território.

O objetivo do governo paraguaio era obter o domínio sobre as duas margens do rio Paraguai, controlando seu curso desde a Bahia Negra à foz no Paraná sob justificativa de preservação da segurança nacional, um meio de coibir contrabando, imigração, deserções ao Brasil e as ideias liberais. Além disso, o aumento da extensão territorial iria ampliar a produção de erva mate, contribuindo para o enriquecimento da economia. Para alcançá-lo, reivindicava o limite no rio Branco, ao norte do Forte Olimpo, exigindo também a neutralização da fronteira entre o rio Branco e o rio Apa e proibindo a construção de fortalezas militares (YEGROS; BREZZO, 2013).

umentando seu contingente militar no Prata Enquanto o Uruguai sofria intervenções a favor dos interesses brasileiros, inclusive com uma Estação Naval comandada por Almirante Tamandaré (1807-1897), iniciou o acirramento das relações diplomáticas com a República do Paraguai (AUBERT, 2015).

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Em contrapartida, o Governo Imperial defendia e propunha a demarcação no rio Iguatemi, serra de Maracajú e rio Apa a fim de impedir a expansão paraguaia sobre a região do rio Ivinhema. No que tange à proposta de neutralização, o Conselheiro Paulino José Soares de Souza defendia a soberania brasileira sobre o rio Apa:

o território hoje contestado entre o Apa e o rio Branco é brasileiro ou neutral? Pode o Brasil povoá-lo, aproveitá-lo, formar estabelecimentos de cultura ou de indústria? É o que o Paraguai não quer. A sua ideia fixa é não ter defronte de si uma população estrangeira (URUGUAI, Visconde de. In: BRASIL, 2005, p. 6).

Além disso, o Paraguai recusava-se a conceder o livre trânsito aos navios brasileiros, exigindo a concessão dos limites de acordo com seus interesses para autorizar o uso da rota. Afinal, a permissão da navegação de navios de guerra para fronteira, sem definições legais, ameaçaria os interesses paraguaios na região, enquanto favorecia a ocupação brasileira e a militarização da área fronteiriça.

Ao longo da década de 1850, as missões diplomáticas almejavam solucionar tais pendências. Em 1854, recorreram à missão liderada pela Armada Imperial, após a expulsão do representante brasileiro Felipe José Pereira Leal (1834-1884) de Assunção. Em seguida, a Missão Pedro Ferreira de Oliveira (1854-1855)¹³⁹ detinha as instruções que eram para não conduzir toda a esquadra, solucionar questões e empregar a esquadra apenas para coagir a passagem do rio. No entanto, por problemas logísticos, a esquadra encalhou no rio Bermejo, transferindo Pedro Ferreira de Oliveira (1801-1860) ao navio *Ipiranga* de menor calado. Na chegada, o Comandante Pedro Ferreira de Oliveira incumbido de assinar um tratado de limites e navegação, buscou concluir a missão.

Entretanto, o Presidente Carlos López argumentava que a livre navegação seria concedida apenas mediante demarcação dos limites de acordo com os seus interesses. Para prosseguir com as negociações, o governo paraguaio enviou o diplomata José Berges (1820-1868) para Corte. Além de não conseguir cumprir os objetivos, o encalhamento dos navios foi vexatório para o país que buscava demonstrar força, mas acabou revelando falta de

139 Composta por uma força naval constituída pelos vapores *Amazonas*, *Beberibe*, *Viamão*, *Magé*, *Jequitinhonha*, *Ipiranga*, *Maracanã*, *Camacuã* e *D. Pedro*; corveta *Imperial Marinheiro*; brigue-barca *Berenice*; patacho *Thereza*; brigue-escuna *Toneleiro* e *Eolo*, escuna *Tybagi* e a canhoneira *Campista* e *Activa* (CORREA-MARTINS, 2015, p. 11).

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

planejamento. No Rio de Janeiro, após a desistência em retificar o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, o Estado já considerava recorrer à guerra.

Em julho de 1855, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Maria da Silva Paranhos (1819-1880) escrevia um ofício reservado ao Ministro da Marinha, João Maurício Wanderley (1815-1888) informando sobre “plano que o governo imperial tenciona por direito à navegação do rio Paraguai” (WANDERLEY, João Maurício. In: PINHO, 1937, p. 442): “o governo imperial deve estar preparado para usar daquele direito, fazendo subir alguns navios até as nossas possessões no rio Paraguai, e para defender por água, e por terra, aquela parte das fronteiras do Império” (ibidem, p. 440). Afirmou, ainda, que o país deveria recorrer à Marinha de Guerra e às forças terrestres: “a execução deste pensamento do governo imperial depende principalmente do Ministério a cargo de V. Ex. [Marinha], e do Ministério da Guerra” (idem).

Enquanto caberia ao Exército prover a defesa por terra nos varadouros próximos ao rio Ivinhema, nas populações de Miranda para o policiamento até à margem direita do rio Apa, a Armada Imperial iria atuar na expedição “composta por vasos apropriados pelo seu tirante d’água, para essa navegação e de força suficiente para vencer a resistência que o governo da República do Paraguai se atreva a opor-lhes em seu pacífico trânsito” (idem, p. 441).

Para defesa da província de Mato Grosso, iria aumentar a esquadra com “três vapores e duas canhoneiras de velas para composição da indicada flotilha, providas do combustível necessário para subir até a povoação de Coimbra ou de Albuquerque onde farão junção com a força fluvial”. E solicitou a preparação imediata e os requisitos necessários à disposição: “em Coimbra, Albuquerque, ou algum outro ponto da mesma fronteira deverá haver combustível de lenha, munições de guerra e navais, e os suprimentos necessários para pagamento e sustento das guarnições dos navios que ali tem de estacionar” (idem, p. 442). Finalizou com as ordens para o presidente da Província: “leve, com efeito, a ocupação de Fecho dos Morros, e sua fortificação, que neste caso terá de ser defendida pela flotilha, e pela força de terra que guarnecer o dito ponto” (idem).

Em seguida, o Ministro Paranhos escreveu ofício reservado ao Ministro da Guerra, Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880) informando o pensamento estratégico do governo imperial sobre a guerra contra o Paraguai: “aquela fronteira deve ser guardada e policiada, de

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

modo a impedir que o governo do Paraguai estenda sua possessão além da margem esquerda do rio Apa (...) pode ser preciso ocupar, fortificar e guarnecer a posição dos Fechos dos Morros” (idem, p. 413). E ressaltou a importância de uma operação conjunta entre Exército e Marinha: “(...) não devemos contar somente com o emprego de uma expedição naval. As providências para Mato Grosso são urgentíssimas. Parece provável a necessidade de uma operação por terra, cuja força deve partir do Rio Grande do Sul” (idem, p. 413-414).

Em 5 de outubro de 1855, o governo do Paraguai estabeleceu a regulamentação da navegação até Assunção justificada como medida para vigilância contra o contrabando. No entanto, seus regulamentos proibitivos buscavam embargar o trânsito brasileiro mediante diversas exigências, entre as quais destacamos: inspeção de guarda do Comando da polícia fluvial de Três Bocas até Vila do Pilar, em seguida, outra guarda acompanharia o navio até o porto de Assunção; exigência de práticos paraguaios; apresentação de documentos na Alfândega; liberação apenas mediante aprovação da Capitania dos Portos, responsável pela emissão da licença do navio, constando lista da tripulação, passaportes, atestado de saúde, comprovante de autorização de descarga e relação de passageiros; descarga na capital Assunção apenas mediante escolta de guardas nacionais; inspeção da Capitania dos Portos nos navios, inclusive, revistando correspondências e pertences do contingente a bordo, e apresentação de todos os tripulantes à polícia (ALCALÁ; ALCÁZAR, 2007). Tais medidas foram encaradas pelo governo imperial como uma ameaça à integridade do Império. A guerra estava cada vez mais iminente.

Em 1856, a chegada do representante paraguaio Jorge Berges não resolveu o impasse. Pelo contrário, a conjuntura era marcada pelo acirramento das tensões. Na fronteira de Mato Grosso, Augusto Leverger recebeu um ofício do governo brasileiro, ainda em janeiro de 1856, ordenando a ocupação dos Fechos dos Morros, mas respondeu em oposição. Os argumentos empregados correspondem às observações realizadas na fronteira, transmitindo ao Rio de Janeiro que os paraguaios apresentavam uma força superior, apta a transpor o rio Apa e invadir o território brasileiro, além de uma flotilha a vapor capaz de assegurar o controle do rio Paraguai, bloqueando as comunicações do baixo Paraguai com Cuiabá, Miranda e Vila Maria e com outras províncias, como Paraná e São Paulo, impedindo o abastecimento de alimentos e o transporte de contingente, materiais e armas. Segundo Leverger, Fecho dos

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Morros não era estratégico, pois as forças paraguaias teriam condições de atacar por terra e por rio, antes que os brasileiros erguessem uma estrutura capaz de garantir sua resistência.

É evidente que a percepção de ameaça do presidente do Mato Grosso cuja sede do seu governo não era em Cuiabá, mas situada na fronteira do baixo Paraguai, era latente, afinal, a proximidade com a República do Paraguai contribuía para a circulação das notícias, sobretudo, da modernização militar promovida do outro lado do rio. Em ofício de 12 de janeiro de 1854, o presidente da província Augusto Leverger informava a Pedro d'Alcântara Bellegarde, Ministro da Marinha, sobre a chegada do vapor norte-americano *Water Witch* com caldeiras e máquinas para vapor construído em Assunção e alertava a necessidade de enviar vapores equipados com materiais e pessoal para serviço militar no Mato Grosso (ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO, 1854, livro 23, p. 74).

A distância e ausência de comunicação rápida com o centro político refletiam a incongruência entre as demandas para fronteira solicitadas pelo governo local e as medidas ordenadas pela Corte que, por sua vez, era obrigada a gerir um território sem presenciar a experiência local. No Parlamento, os deputados de Mato Grosso ressaltavam a militarização paraguaia, informando que, enquanto o Paraguai possuía uma força de 30 mil homens, a província dispunha de um contingente de 1.300 (CERVO, 1991). A crítica à ausência de integração da província não foi ignorada pelo Comandante Leverger, pelo contrário, foi atribuída a negativa de ocupação do Fecho dos Morros:

uma triste e repetida experiência não permite confiar na vinda das remessas de gente e material de guerra que fossem expedidos da Corte sendo que quase sempre chegam fora do tempo e em mau estado. Qualquer revés que soframos, tornar-se-á dificilmente reparável e ainda quando não nos cause maior prejuízo material, o seu efeito moral será, ao meu ver, de grande alcance em desvantagem de honra e da integridade do Império (LEVERGER *apud* CORREIA FILHO, 1979, p. 56).

A despeito da assinatura de um novo tratado, em 6 de abril de 1856, entre Ministro Plenipotenciário José Berges e o Chanceler José Maria da Silva Paranhos, a negociação dos limites foram suspensas por 6 anos, respeitando o princípio de *uti possidetis* e a livre navegação foi autorizada apenas para os navios com menos de 600 toneladas e sem artilharia, cabendo aos demais sujeição às inspeções e ressaltando que cabia a cada país o direito de adotar as medidas para coibir o contrabando e prover a segurança (ALCALÁ; ALCÁZAR,

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

2007). O documento era um artifício legal, adquirido pelos paraguaios para permanecerem com os regulamentos proibitivos contra o trânsito brasileiro.

Em mais uma tentativa, o governo imperial enviou o Ministro Plenipotenciário na Confederação Argentina a Assunção com instruções para negociar as reclamações contra alguns pontos do regulamento proibitivo, considerado ofensivo ao país: as diversas escalas ocorridas devido às inspeções nas fortalezas militares; obrigação de contrato com práticos paraguaios para navegarem no rio; as limitações ao quantitativo de carga e a cobrança de impostos para transportá-las e a reivindicação do Paraguai sobre o rio entre Apa e forte Olimpo para exercer os regulamentos (AUBERT, 2015). O Presidente López permanecia em objeção.

O diplomata José Maria do Amaral (1812-1880) escreveu ao seu irmão Ângelo Tomás do Amaral (1822-1901), em 25 de outubro de 1857: “a noite estiveram aqui o chefe [Jesuíno Lamego Costa] e o Paranhos. O chefe disse-me que o visconde do Uruguai vota pela guerra com o Paraguai e desaprova a missão especial que vai a Assunção” (AMARAL *in* Cadernos do CHDD, 2007, p. 98). No Conselho de Estado, o Ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulino José Soares de Souza declarava: “no caso presente, tem toda a aplicação o princípio de que na paz cumpre preparar a guerra” (DORATIOTO, 2002, p. 33). A guerra era política do Estado. A força seria o meio de garantir a paz; – esta última significando metaforicamente a livre navegação e a definição dos limites, os interesses vitais para o fortalecimento da instituição monárquica e a integração do território. A queda do General Rosas, a pacificação do Uruguai e a manutenção da influência brasileira no Prata não eram suficientes para garantir seu poder regional. A República do Paraguai ameaçava a unidade do Império.

A preparação militar do país obedecia nada mais do que ao princípio *si vis pacem para bellum*, uma medida prudente a fim de dissuadir o Paraguai, conforme explica o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Visconde de Maranguape (1795-1864): “sem desejar esse conflito, sem tê-lo provocado, o governo imperial excederia os limites da prudência e da moderação se não se preparasse para ele” (AUBERT, 2015, p. 2272).

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Plano estratégico para defesa da província de Mato Grosso e guerra contra a República do Paraguai pelo Ministério da Marinha (1854-1858)

Ao longo de sua história, a Armada Imperial foi um instrumento do Estado para obter o fortalecimento do seu próprio poder. Além de responsável pela manutenção da ordem interna e defesa do território por meio do policiamento da costa e das fronteiras fluviais, foi protagonista no combate ao tráfico ilícito de escravos e na política da bacia do Prata. Ao mesmo tempo em que buscava atender às demandas políticas-estratégicas, a instituição militar experimentava seu processo específico de modernização tecnológica e reformas administrativas a fim de desenvolver sua força naval capaz de atender ao seu propósito inicial. Cabe ressaltar que o Ministério da Marinha possuía diversas demandas que exigiam navios adequados, pessoal qualificado, financiamento e vontade política. Contudo, as limitações econômicas do Estado comprometiam o próprio orçamento da instituição, implicando em sua atuação baseada no que era prioridade para o governo¹⁴⁰. Podemos adiantar que a descontinuidade nos investimentos sobre os projetos estratégicos da Armada comprometia a própria eficácia operacional da força e na concretização dos planos estratégicos da segurança do território brasileiro.

No tocante ao papel da Marinha de Guerra para a defesa da província do Mato Grosso, nosso ponto de partida é o *Relatório apresentado à Assembleia Geral da Câmara dos Deputados por José Maria da Silva Paranhos* (1854). Destaca-se o documento, pois contrapôs os demais visto que não se limitou a prestar contas da sua gestão, apresentando um pensamento estratégico naval para defesa do território. O Ministro Paranhos dispôs do relatório como um meio de comunicação com os poderes legislativo e executivo do país, expôs a importância da modernização tecnológica e a formação de uma Esquadra oceânica e fluvial, capaz de atender às realidades geográficas brasileiras. Em seu discurso, estabeleceu cinco funções estratégicas da Marinha de Guerra para defesa do território e dos interesses políticos brasileiros:

140 Cabe explicar que em cada relatório anual do Ministério da Marinha apresentado à Assembleia Geral da Câmara dos Deputados constava uma proposta de fixação de força e orçamento para o biênio seguinte. O Ministro da Marinha era convocado para arguição na Câmara onde discutiam os projetos da Armada. Contudo, como o poder legislativo estava autorizado em modificar o orçamento por meio de vetos e emendas, nem sempre o Ministro da Marinha conseguia o apoio político e econômico para dar continuidade aos projetos. Após aprovação, a força e o orçamento eram fixados sob aparato legal na Coleção de Leis do Império.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

1º Manter cruzeiros efetivos e permanentes sobre toda a extensa costa do Brasil, divididos pelas quatro Estações Navais, tendo por fim principal a repressão do tráfico de Africanos, além de outros importantes serviços.

2º Conservar nas águas do rio da Prata uma Divisão capaz de proteger os interesses do Império e de seus súditos.

3º Conservar igualmente nas águas interiores da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, e rios Cuiabá, Paraguai e Amazonas, flotilhas compostas de embarcações apropriadas à navegação fluvial das ditas províncias para policiar e guardar as respectivas fronteiras.

4º Empregar um ou mais dos nossos melhores navios de guerra em viagem de longo curso, não só para instrução e exercício de nossos oficiais e marinheiros, como para fazer conhecido das nações estrangeiras o pavilhão imperial (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1855, p. 14).

É uma fonte histórica que revela o papel da Marinha de Guerra para defesa da fronteira terrestre, pensamento que permaneceu ao longo dos ministérios seguintes. Incluindo, uma percepção de ameaça do Ministro que corroborava para o aumento da força naval na fronteira:

a flotilha de Mato Grosso compõe-se de canhoneiras embarcações menores próprias de sua navegação fluvial, que lá tem sido construídas e permanecido. Não é força de mais para as necessidades ordinárias, e para qualquer eventualidade que possa ocorrer nessa remota extremidade do Império. Pelo contrário, é preciso melhorar e reforçar o material dessa flotilha, adicionando-lhe um ou dois pequenos vapores (idem).

Retornamos agora à missão diplomática do Comandante da Marinha Imperial, Pedro Ferreira de Oliveira ao Paraguai com o propósito de assinar o tratado de limites e navegação em 1854. Constituída por vapores, corvetas, canhoneiras, brigues, patachos e escunas, o objetivo era persuadir o governo paraguaio mediante demonstração de força. Contudo, o resultado não foi o esperado. Devido a problemas logísticos, a esquadra encalhou no rio Bermejo, transferindo o Comandante Ferreira de Oliveira para o navio *Ipiranga* de menor calado. Além de não conseguir cumprir o objetivo político da missão, o encalhe foi vexatório para a Marinha de Guerra e para o Estado brasileiro que buscava demonstrar sua força naval, revelando apenas a falta de planejamento. Esse fato influenciou diretamente na gestão de João Maurício Wanderley, Barão de Cotegipe (1815-1889) ao assumir o Ministério da Marinha, em 1855.

Sua administração destacou-se pela solicitação de crédito extraordinário, junto ao Governo Imperial, para compra de dois vapores, na Europa, para atuar, exclusivamente, no

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

serviço de navegação fluvial. Atendendo às especificidades da navegação do rio Paraná e rio Paraguai, foram comprados o vapor *Japurá* e a fragata *Paraguassú* (PINHO, 1937).

Em 1856, José Maria da Silva Paranhos retornou à pasta da Marinha, prosseguindo com o planejamento para o emprego da força naval no Mato Grosso, a partir do envio dos vapores comprados pelo barão de Cotegipe e a execução de um plano para estabelecer uma linha de navegação a vapor regular para o correio e transporte de material e pessoal, integrando a fronteira ocidental ao Rio de Janeiro.

Ademais, destaca-se ainda durante a sua gestão a missão do vapor *Maracanã*. Sob comando do 1º Tenente Francisco Freire Borges Lima Garção, o objetivo era exploração do rio da Prata até Albuquerque, porto brasileiro no Alto Paraguai a fim de reunir as informações técnicas necessárias à navegação. Não obstante, essa missão detinha outras funções estratégicas, entre as quais destacamos a espionagem das forças paraguaias: “revela conhecer as povoações e baterias paraguaias de uma e outra margem. Estas observações, porém, devem ser feitas sem incutir suspeitas, e só tanto quanto assim possam ser feitas” (ARQUIVO NACIONAL, Série Marinha, III M746, doc. 1).

Durante a missão, ressaltam os múltiplos papéis desempenhados pela Marinha de Guerra: estratégico no tocante a preparação para o conflito, mas também, político devido à representação do Estado junto ao governo de Carlos López e científico na missão em agregar conhecimento sobre o território regional. Os mesmos conhecimentos geográficos para navegação de longo curso era pertinente para a guerra fluvial.

Em 1858, a ascensão de José Antônio Saraiva (1823-1895), no cargo de Ministro da Marinha, foi concomitante à iminência de guerra entre o Império do Brasil e a República do Paraguai. Por conseguinte, influenciou diretamente sua gestão uma vez que foi responsável por obter novos recursos financeiros com o propósito de organizar os meios navais para defesa da província do Mato Grosso e para modernização da esquadra a fim de combater no rio Paraguai.

Durante sua gestão, criou novas instituições para Armada Imperial, como a Companhia de Aprendizes de Imperiais Marinheiros (1857) e a Estação Naval do Mato Grosso (1858) (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1858). Dando continuidade ao plano de Cotegipe e Paranhos, estabeleceu uma comunicação da província fronteira do Mato Grosso com o Rio de Janeiro, mediante criação de uma linha regular de vapores que promoviam o

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

trajeto, conduzindo, material, tropas, armamentos e a correspondência. Além disso, o Ministro Antônio Saraiva pleiteou créditos extraordinários, junto ao poder legislativo, para a compra de canhoneiras, classe de navios, na época, recém-utilizados, na Guerra da Crimeia¹⁴¹ (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1978, p. 68).

O objetivo era empregar as canhoneiras, conforme a estratégia naval do conflito, contra as baterias paraguaias, sobretudo, as situadas na Fortaleza de Humaitá, assim como foi empregada contra os russos, em Kinburn e Sebastopol, pela *Royal Navy* e pela Marinha de Guerra francesa. Para integração da província do Mato Grosso ao país, utilizando somente de um percurso em território brasileiro, a fim de retirar a região da dependência da rota internacional, inclusive, em caso de guerra, o Ministro da Marinha propôs ao Governo Imperial retomar a navegação fluvial do alto Paraná e os rios interiores do Mato Grosso, a partir da criação do Estabelecimento Naval do Itapura e Colônia Militar (SILVA, 2017).

A partir das medidas realizadas por José Maria da Silva Paranhos, João Maurício Wanderley e José Antônio Saraiva, destacamos os principais planos estratégicos para defesa da fronteira, considerando a ofensiva militar contra o Paraguai:

O Trem Naval do Mato Grosso era composto pelo Arsenal de Marinha em Cuiabá, Companhia de Imperiais Marinheiros e, mais tarde, também a Companhia de Aprendizes de Marinheiro e as barcas canhoneiras. Criado em 1827, seu objetivo principal era promover a construção naval e o reparo das embarcações, exercícios militares dos marinheiros que deveriam ser empregados na defesa do território, no monitoramento dos rios interiores, impedindo incursões estrangeiras. A excelência dos serviços foi comprometida devido aos

¹⁴¹ A Guerra da Crimeia (1853-1856) foi travada entre o Império Russo contra o Império Turco-Otomano aliado ao Reino Unido, França, Reino da Sardenha e Império Austro-Húngaro. O historiador Orlando Figes, autor da obra *The Crimean War: A history* (2010), explicou que cada ator beligerante possuía seu próprio interesse. Os turcos buscavam impedir o desmoronamento do seu Império, defendendo sua soberania contra as pretensões russas para representar a Igreja Ortodoxa Cristã, evitando a ameaça de uma revolução islâmica e nacionalista. O Reino Unido justificou sua ofensiva para defender o Império Turco-Otomano contra os russos. É importante salientar que, por trás disso, estavam os interesses estratégicos da potência mundial para manutenção da sua hegemonia: eliminar a concorrência russa na Ásia, usar a guerra para garantir seus interesses comerciais, a partir do controle sobre os estreitos de Bósforo e Dardanelos para chegar à Índia. Na França, o governo de Napoleão III (1808-1873) enxergava a guerra como uma oportunidade para restaurar o reconhecimento e a influência francesa no cenário internacional, redesenhando o mapa europeu, com Estados-nação liberais. Para o Reino Unido e a França, a Guerra da Crimeia representou também uma disputa ideológica. A liberdade e a civilização europeia versus barbárie e governo despótico da Rússia cuja expansão representava uma ameaça para as potências. A Rússia provocou a guerra devido às intervenções, defendendo os interesses dos cristãos do Império Otomano. O czar Nicolau I (1796-1855) acreditava no “destino manifesto” russo baseado na expansão do império ortodoxo de Constantinopla até Jerusalém. De modo geral, essa guerra ocorreu devido ao nacionalismo, rivalidades imperialistas e interesses religiosos. Ver: FIGES, Orlando. *The Crimean War: A history*. New York: Picador, 2010.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

problemas de infraestrutura, como a distância com a Corte e a ausência de vias de comunicação, falta de investimentos financeiros, material e pessoal qualificado. Entre 1827 e 1856, foram construídas, aproximadamente, 8 barcas (IHGB, DL 1128, 68).

A Estação Naval do Mato Grosso foi criada durante a gestão de José Antônio Saraiva a fim de promover a navegação de longo curso para o comércio, transporte de material, pessoal e tropas, além da demonstração de força do Estado brasileiro perante o governo de Assunção. Dessa forma, a função da flotilha do Mato Grosso ficava restrita à proteção dos rios interiores e comunicação da fronteira com Cuiabá, enquanto a Estação sob comando do Capitão de Mar e Guerra Francisco Xavier de Alcântara apresentava a seguinte divisão da força naval: 1) quatro vapores para estabelecer a navegação regular entre Mato Grosso e Montevideú; 2) vapores para o policiamento do rio Paraguai; 3) patacho e canhoneira a vapor para transporte de mantimentos, armamento e combustível para o Trem Naval do Mato Grosso (ARQUIVO NACIONAL, M3.136).

A Guerra da Crimeia (1853-1856)¹⁴² foi um marco na história naval, devido ao emprego de uma nova estratégia promovida pela *Royal Navy* e pela marinha de guerra da França: o uso das baterias flutuantes contra as fortalezas russas foram fundamentais na resolução do conflito. As esquadras foram compostas por navios de madeira com “fundo chato para operar em águas rasas, protegidos com couraças de ferro forjado montadas sobre placas de madeira” (VIDIGAL, 2000, p. 1934). Durante as batalhas de Kinburn, Ochakov e Sebastopol, os navios a vapor e as fragatas de propulsão mistas protagonizaram a neutralização dos respectivos fortes, mediante bombardeio, enquanto as baterias flutuantes não foram comprometidas pela artilharia russa. No âmbito da estratégia naval, a propulsão a vapor, o uso da couraça para navios de guerra e o aperfeiçoamento dos canhões e projéteis demonstraram uma nova fase da construção naval e necessidade das marinhas em obter sua modernização.

142 Na história militar, a Guerra da Crimeia, ao mesmo tempo em que encerra um processo de guerras conduzidas a partir de antigos códigos militares como as Guerras Napoleônicas (1803-1815), é caracterizada como uma guerra moderna. A Revolução Industrial (1850-1870) promoveu a modernização da indústria bélica e a construção naval: criação de rifles modernos, navios a vapor, ferrovias, desenvolvendo novas formas logísticas para o transporte de tropas e comunicação como o telégrafo, inovações na medicina militar, e a participação da mídia com novos instrumentos que possibilitaram a fotografia e a divulgação de fotos e matérias diretamente do campo de batalha. Além disso, é considerada como a primeira “*Total War*” devido à mortandade de civis e as crises humanitárias: as perdas humanas foram provocadas pela fome e desgaste da população nas cidades sitiadas; doenças propagadas pelas tropas; comunidades devastadas por campanhas de limpeza étnica no Cáucaso, Balcãs e na Crimeia.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

As semelhanças dos fortes russos com as fortalezas paraguaias às margens do rio homônimo, sobretudo, a Fortaleza do Humaitá despertou o interesse do Ministério da Marinha na aquisição dos navios com capacidade bélica para vencê-las. De acordo com o Ministro José Antônio Saraiva:

A necessidade que tínhamos de navios apropriados à navegação do rio da Prata, do Amazonas e de seus afluentes, resolveu o Governo a mandar construir na Europa 10 canhoneiras a vapor, que se acham prontas, e deve estar em viagem para o Império. Ao digno Vice Almirante, Joaquim Marques Lisboa, encarregou o Governo dessa tarefa, que foi desempenhada satisfatoriamente. Era preciso ainda substituir por novos navios os que foram condenados e eram destinados aos nossos cruzeiros: e bem assim adquirir alguns vapores, que fossem empregados na navegação do Alto Paraguai (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1858, p. 3).

Em ofício ao Almirante Tamandaré, em 13 de outubro de 1857, Antônio Saraiva concedeu as seguintes instruções: 1) aquisição das baterias flutuantes empregadas pelos ingleses e franceses no Báltico. Justificou a relevância desses navios para “auxiliarem fortemente um ataque ao Humaitá pelo lado do rio (...) e se esses navios fossem bem armados e bem fortes para a necessária destruição pelo rio das baterias de Humaitá” (ARQUIVO DA MARINHA, Livro IX, Doc. 866, p. 2); 2) compra de embarcações com as seguintes características: pequeno calado, de quatro a seis pés, qualidades náuticas suficientes para realização da viagem dos portos europeus à Corte. Além de, no mínimo duas baterias flutuantes (canhoneiras) para servir nos rios e pequenos postos durante o tempo de paz; 3) engajamento de vinte marinheiros, experientes na praticagem das barras da Holanda, para o Rio Grande do Sul; 4) compra de um navio pequeno (desmontado) para ser conduzido por terra para ser adotado na navegação do rio Paraná, acima da cachoeira das Sete Quedas (idem).

Na câmara dos deputados, Saraiva expôs as instruções a Joaquim Marques Lisboa, ao sofrer críticas do deputado da província do Rio de Janeiro por gastos excessivos com a modernização da armada:

Encomendar as canhoneiras com a força capaz de defender nossos interesses para o serviço de que o Império precisava em épocas normais e pacíficas. É assim, Sr.º Presidente, que devendo o governo gastar pelo Ministério da Marinha talvez perto de 2.700:000\$ (...) porque além dessas 10 canhoneiras que mandei vir, (...) estão construídos todos os vapores de navegação encomendados pelo meu antecessor. (...) Se o nobre deputado me tivesse perguntado em que tinha o governo gasto mais 2.600:000\$ do que gastou o

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

meu antecessor, e se soubesse, pois, que eu lhe havia de informar que tinha sido em dar à armada navios apropriados a todos os serviços, porque todos sabem que a nossa esquadra não tem sido preparada para as necessidades que vem ocorrendo, pois que é agora que precisamos de vapores para a navegação do rio de Mato Grosso, até o interior e de outros que se tem aberto à navegação do Império, o nobre deputado não teria a facilidade que teve de formular semelhante acusação de esbanjamento (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1978, p. 94-95).

Em 1858, chegaram, aos portos brasileiros, as canhoneiras francesas mistas e à hélice: *Beberibe*, *Parnaíba* e as canhoneiras inglesas: *Araguaí*, *Araguari*, *Iguatemi*, *Itajaí*, *Ivaí*, *Ibicuí*, *Mearim*, *Tramandataí* e *Tietê* (SILVA, 2017).

Estabelecimento Naval do Itapura e Colônia Militar

A localização do sítio da colônia era estratégico na margem esquerda do rio Tietê, no salto do Itapura, próximo ao rio Paraná onde era navegável desde Urubupungá até a cachoeira das Sete Quedas da Guaíra. Possuía também terras férteis para agricultura, sobretudo, na margem esquerda de Avanhandava. Nas margens do Tietê eram abundantes as madeiras para construção naval de pequenas embarcações – perobas, aroeiras, angicos e sucupiras. O Estabelecimento Naval iria integrar o litoral do Império com o Mato Grosso para o correio e transporte de armamentos, mantimentos e tropas, em caso de guerra contra o Paraguai. Além disso, atuaria como porto para manutenção da flotilha da Bacia do Paraná promovendo a defesa da região, garantindo a segurança dos viajantes.

Nesse aspecto caracterizava as primeiras instruções para execução desse projeto: “a navegação a vapor no Alto Paraná, Ivinheima e Brilhante, e a abertura de uma estrada que ponha esta colônia em comunicação com Avanhandava, isto é, com a capital, portanto com a corte” (IHGB, DL 1202,155). Todo o planejamento urbano e econômico, além do controle das relações sociais entre militares, colonos e escravos estiveram sob responsabilidade do Ministério da Marinha, representado pelo oficial da Armada Antônio Mariano de Azevedo.

Entre 1858 e 1868, o Estabelecimento Naval do Itapura e Colônia militar desempenhou as seguintes funções: 1ª militar: sede de estaleiro da flotilha composta por vapor, canos e pranchas que promoviam a navegação dos rios interiores; 2ª econômica: desenvolvimento da agricultura mediante concessão de terras devolutas aos militares e famílias de colonos, africanos livres e escravos da nação; 3ª política e social: representação do

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Estado brasileiro em território “ocupado por índios bravios¹⁴³”. A Marinha de Guerra, em Itapura, exerceu não só um papel militar e estratégico ao cumprir a missão, estabelecendo uma rota de navegação a vapor, após a viagem do *Tamandataí*, mas um papel político, econômico e social, gerenciando a produção da agricultura e mediando as relações sociais dentro da colônia, concedendo liberdade aos escravos e representando a autoridade do Estado brasileiro nos sertões do país. Contudo, cabe ressaltar os problemas que comprometeram sua expansão: isolamento geográfico, epidemias, falta de investimentos, mão de obra e material.

Considerações finais

A invasão da província do Mato Grosso pelas tropas de Solano López e a ocupação da fronteira, em litígio, foram consequência dos erros cometidos pelo Estado Brasileiro em não prover as estratégias construídas pelo Ministério da Marinha. Embora tenha subsidiado, entre 1854 e 1858, planos estratégicos, considerando sua defesa, ocupação e integração, a defesa de um território não seria garantida apenas com a assinatura de um decreto, principalmente, pois não deveria ser pensada, organizada e executada diante da eventualidade. Sobretudo, quando tratamos de uma estrutura naval para operações militares que não deve ser improvisada. Afinal, requer mão de obra qualificada, estrutura de portos e outros estabelecimentos navais para manutenção das embarcações, além de combustível como o carvão, armamentos para navios, oficinas e praças, além de outros materiais.

Um Estado que apresenta um território fronteiriço estratégico para manutenção do seu poder, deveria promover uma política de vigilância, com a presença das forças armadas, estimulando a ocupação e o desenvolvimento econômico por sua população. Contudo, quando as políticas para as fronteiras não são coordenadas, estimuladas e eficazes, implicam, diretamente, na fragilidade da segurança do país, ameaçando sua soberania, podendo sofrer ofensivas militares e até a perda do território.

Fontes Históricas

BRASIL, Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, *O Conselho de Estado e a Política Externa do Império: Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros: 1858-1863*. Brasília, FUNAG, 2005

¹⁴³ Expressão encontrada nos mapas da província de São Paulo, fazendo referência às terras do interior próximas ao Mato Grosso.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Instruções da missão do vapor Maracanã. Arquivo Nacional. Série Marinha, III M746, documento nº 1.

Livro Registo da Secretaria do governo da Província de Mato Grosso (1852-1864). APMT, Livro 23.

Mapa das embarcações pertencentes ao Trem Naval da província de Mato Grosso em 1856. IHGB: Coleção Documentos Navais, DL 1128, 68.

MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatório apresentado à Assembleia Geral da Câmara dos Deputados por José Antônio Saraiva*. Rio de Janeiro: Empresa Tipográfica Nacional do Diário, 1858.

MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatório apresentado à Assembleia Geral da Câmara dos Deputados por José Maria da Silva Paranhos*. Rio de Janeiro: Empresa Tipográfica Nacional do Diário, 1855.

Ofício de José Antonio Saraiva a Joaquim Marques Lisboa sobre aquisição de navios na Europa sobre a compra de canhoneiras na Europa. Arquivo da Marinha: Arquivo Tamandaré – Livro IX, Doc. 866.

Relatório de Antônio Mariano de Azevedo a Jesuíno Marcondes de Oliveira Sá, Ministro do Estado de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 30 de janeiro de 1865. IHGB, Coleção Documentos Navais, DL 1202, 155.

Bibliografia

ALCALÁ, Guido Rodriguez; ALCÁZAR, José Eduardo. *Paraguay y Brasil: Documentos sobre las relaciones binacionales 1844-1864*. Asunción:Tiempo de Historia, 2007.

AUBERT, Pedro Gustavo. Em tempos da pax: a região platina e a presença do Brasil. In: Anais da X Semana de História Política da UERJ. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015, pp. 2268-2278.

AUBERT, Pedro Gustavo. *Fazermo-nos Fortes, Importantes e Conhecidos: O Visconde do Uruguai e o Direito das Gentes na América (1849-1865)*. Tese de Doutorado Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da USP. São Paulo, 2017.

BRASIL, Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, *O Conselho de Estado e a Política Externa do Império: Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros: 1858-1863*. Brasília, FUNAG, 2005.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

- _____. *Memórias sobre as fronteiras*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Discursos Parlamentares: José Antônio Saraiva*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1978.
- CERVO, Luis Amado. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)*. Brasília: Editora UNB, 1991
- CORRÊA-MARTINS, Francisco José. Nas águas do Prata: operações da Marinha Brasileira entre 1854 e 1865. In: *Navigator*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, pp. 9-26, jul./dez. 2015.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia de Letras, 2002.
- FIGES, Orlando. *The Crimean War: A history*. New York: Picador, 2010.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2009, v. 1.
- MELLO, Evaldo Cabral de (org). *Joaquim Nabuco: Essencial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- MOITREL, Mônica Hartz Oliveira. *A logística naval na Marinha Imperial durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2015.
- NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das; Et. al. *Estudos de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- PINHO, Wanderley. *Cotegipe e seu tempo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- SILVA, Jéssica de Freitas e Gonzaga da Silva. “Na paz, cumpre-se preparar a guerra”: a Armada Imperial e a defesa da fronteira da província de Mato Grosso contra a República do Paraguai. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2017 (dissertação de mestrado).
- VIDIGAL, Armando Amorin Ferreira. *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1985.
- VIDIGAL, Armando. A evolução tecnológica no setor naval na segunda metade do século XIX e as consequências para Marinha do Brasil. In: *Revista Marítima Brasileira*, v. 120, 4ºT, 2000, pp. 131-197.
- YEGROS, Ricardo Scavone; BREZZO, Liliana M. *História das Relações Internacionais do Paraguai*. Brasília: FUNAG, 2013.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

**AGENTES DA ORDEM EM DISCÓRDIA: CONFLITOS ENTRE MEMBROS DAS
DIFERENTES CORPORAÇÕES FARDADAS NA PORTO ALEGRE EM FINS DO
SÉC. XIX**

Giane Caroline Flores¹⁴⁴

Como tem sido destacado por alguns autores e pesquisadores, os estudos sobre história das forças armadas e policiais tem se renovado com a inserção de novas metodologias, conceitos e fontes de pesquisa. No que tange especialmente aos estudos sobre a história da polícia e dos policiais, Cláudia Mauch (2007, p.108) comenta que este é um campo relativamente recente na historiografia latino-americana, tendo se desenvolvido a partir dos anos 1970, em partes em virtude do contexto ditatorial e pós-ditaduras vivido pelos países da América Latina:

Esse renovado interesse [pelos estudos sobre instituições policiais] pode ser em parte creditado aos problemas políticos e sociais contemporâneos vinculados a crime, lei e justiça, tais como a permanência da violência policial no contexto democrático e a questão do tráfico de drogas, e sua relação com a própria construção das democracias na era pós-ditaduras.

Considerando isso, diversos trabalhos têm sido produzidos dentro de novas perspectivas, como, por exemplo, uma história social da polícia, abordando aspectos relacionados ao cotidiano da atividade policial e inserindo temas até então não abordados dentro deste campo, como gênero e racialização. Dito isso, este texto resulta de parte da minha dissertação de mestrado em que estudei a presença de jovens negros e pardos na polícia de Porto Alegre como forma de inserção no mundo do trabalho em finais do século XIX, momento em que ocorreram diversas reorganizações e remodelações da polícia para se adaptar às transformações urbanas e sociais que ocorriam na cidade no período¹⁴⁵. Estas transformações se enquadram no contexto do gradual processo de abolição da escravidão, a proclamação da República, a industrialização, a urbanização e, conseqüentemente, o crescimento populacional da capital¹⁴⁶.

144 Doutoranda em História no Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Contato: giane.flores@yahoo.com.br.

145 FLORES, Giane Caroline. *Sob a farda da polícia: controle social, trabalho, cor e prestígio* (Porto Alegre, fins do século XIX). 2018. 203 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2018.

146 Sobre o crescimento da população de Porto Alegre, Sandra Pesavento (1989, p. 69) destaca que em 1888 havia um contingente de 38.817 habitantes na cidade, apenas dois anos depois – em 1890 – esse número subiu

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

A historiadora Cláudia Mauch (2011, p.15) também destaca que a polícia brasileira, como conhecemos hoje, começou a se desenvolver “entre o início do século XIX e meados do XX”, mais precisamente em 1808 com a vinda da Corte portuguesa e a criação da Intendência Geral da Polícia da Corte e, no ano seguinte, a Guarda Real de Polícia. As instituições básicas do sistema de justiça criminal (como o Código Criminal de 1830 e a Guarda Nacional em 1831) foram estabelecidas durante o processo de construção do Estado Nacional e impostas às províncias. Assim, ao longo do século XIX em cada uma das províncias brasileiras foram se desenvolvendo corpos policiais, com configurações e regulamentos variados:

De uma perspectiva mais geral, no Brasil, a evolução institucional do sistema de justiça criminal como um todo, e da polícia em particular, teria acompanhado a tendência de ampliação da penetração de organizações estatais nos espaços públicos das cidades, mas em um delicado equilíbrio entre o poder do Estado e o poder privado que a escravidão pressupunha. Ao longo do século XIX, as polícias provinciais foram tomando corpo, mas suas funções eram exercidas também por outras instituições, como Exército, Guarda Nacional, Juízes de Paz, polícias particulares, etc., cujas configurações locais se apresentavam variadas no território brasileiro [...]. (MAUCH, 2011, p. 15).

A autora ainda destaca que estas instituições policiais passaram a ser chamadas de “modernas” pela historiografia, com o objetivo de diferenciá-las daquelas organizações, grupos ou indivíduos existentes anteriormente e que “exerciam funções policiais em épocas e sociedades historicamente” diferentes. Ainda segundo Mauch (2011, p. 15) a historiografia sobre o tema tem definido esta polícia moderna “como uma instituição estatal permanente cujos membros são responsáveis pela vigilância contínua e manutenção ou restabelecimento da ordem e repressão aos crimes em um determinado território”.

Apesar das “polícias modernas” terem seu surgimento no início de século XIX, é, contudo, no final do século que estas instituições ganham importância no cotidiano de grandes cidades, como Porto Alegre, enquanto mecanismo de controle social e urbano. É no período de transição entre Império e República, escravidão e pós-abolição, que a polícia passa a ganhar destaque uma vez que até a Proclamação da República este controle era exercido não só pelas polícias provinciais, que foram se estabelecendo ao longo do século XIX, mas

para 52.186 e em 1900 a capital gaúcha já contava com 73.274 habitantes, um crescimento de quase 100% em 12 anos. A autora ainda salienta que esse crescimento se deve não só a imigração estrangeira – devido à importação de mão de obra europeia –, mas, principalmente devido ao “crescimento do setor terciário, típico da urbe que se torna o centro comercial, administrativo, financeiro e industrial” (PESAVENTO, 1989, p. 70), o que demandava mão de obra, gerava empregos e consequentemente atraía aqueles que buscavam uma oportunidade de trabalho.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

também por estas outras instituições, citadas por Mauch, como a Guarda Nacional¹⁴⁷ e o Exército. É somente a partir do final do século que a Guarda Nacional perde força e as instituições policiais passam a ter plena autoridade sobre o controle do espaço urbano: “Foi com o processo da abolição da escravidão e da instauração da República que as instituições policiais passaram a assumir plenamente a autoridade e a responsabilidade de aplicar a lei e a ordem, e disciplinar os espaços públicos” (MAUCH, 2011, p. 15).

Considerando, então, que foi neste período de transição Império/República que a polícia começou a se institucionalizar e organizar, foi também um período de rápidas transformações políticas no estado. No que tange a estruturação do aparato policial no início da república no Rio Grande do Sul, Mauch salienta algumas das medidas adotadas pelo Partido Republicano Rio-grandense (PRR) ao chegar ao poder. Liderado por Júlio de Castilhos, o partido promulgou a Constituição estadual de 14 de julho 1891, baseada nos preceitos positivistas, caracterizando “a ideia comteana de ditadura republicana como regime transitório em períodos de conturbação pós-revolucionária” (2011, p.37). Dentro desses preceitos estava a ideia de que caberia à força pública estadual “a função de manter a ordem, segurança e integridade do território sul-rio-grandense”, enquanto o policiamento dos municípios seria de responsabilidade dos mesmos, sendo realizado por guardas municipais.

Nas vésperas da eclosão da Revolução Federalista¹⁴⁸ (1893-1895), foi criada em outubro de 1892 a Brigada Militar, cujas funções incluíam “zelar pela segurança pública, manutenção da República e do governo do estado, fazendo respeitar a ordem e executar as leis”.¹⁴⁹ Essa Brigada Militar, formada no intuito de proteger o território gaúcho, foi composta inicialmente pelos membros da Guarda Cívica. A Guarda Cívica, por sua vez, teve sua origem ainda no Império, quando foi instituído, em 1837, o chamado Corpo Policial, que era a força pública provincial, composta por 363 praças. Segundo Mauch (2011, p. 38), em 1873 houve

147 Criada em 1831 com base na Guarda Nacional francesa, a Guarda Nacional era constituída pelos cidadãos brasileiros com renda mínima para votar e que tivessem entre 18 e 60 anos. Perdeu importância no final do século XIX com o início da República e foi, finalmente, extinta em 1922. Sobre a Guarda Nacional, ver: CASTRO (1977); MÜGGE (2012).

148 Não serão aqui abordados os desdobramentos da Revolução Federalista. Apesar de ela ter alterado significativamente a situação política, econômica e de segurança do estado no período estudado, não cabe neste texto se estender a respeito do assunto uma vez que os conflitos ocorridos durante aquela guerra civil ocorreram, em grande parte, nas regiões do interior do estado e não alteraram significativamente a rotina da capital, onde o policiamento urbano, aqui tratado, continuou ocorrendo, mesmo com menor contingente. Sobre a guerra civil gaúcha entre maragatos e ximangos, ver: PESAVENTO (1983).

149 Regulamento datado de 22 de outubro de 1892 apud MAUCH (2011, p. 38).

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

uma reorganização e o Corpo Policial passou a se chamar Força Policial, ganhando um regulamento em 1882. Uma nova reorganização, em 1888, aumentou o efetivo para 831 praças, distribuídas em 57 seções fixas e uma móvel. Finalmente, com a proclamação da República em 1889, a Força Policial foi extinta dando lugar a Guarda Cívica, que tinha como principal objetivo manter a tranquilidade pública.

Autores como Paulo Moreira (2009) e André Rosemberg (2008), salientaram a importância da estruturação de forças policiais urbanas no contexto de abolição da escravidão, já que estas instituições passariam a ser responsáveis pelo controle da população negra, agora livre, que, de acordo com o pensamento da época, enquadrava-se nas chamadas “classes perigosas”.¹⁵⁰

[...] as elites mostravam-se preocupadas em encontrar ‘*alternativas para o chicote*’, buscando novas formas de controle das massas saídas do cativeiro e daqueles indivíduos que, durante o período de vigência do escravismo, permaneceram marginalizados pelo sistema produtivo. (MOREIRA, 2009, p. 10, grifo do autor).

Para alcançar suas aspirações positivistas, baseadas no lema “Ordem e Progresso”, o PRR necessitava manter a ordem do espaço público, sobretudo em uma cidade movimentada como Porto Alegre, onde viviam e circulavam imigrantes, brasileiros, africanos e afro-brasileiros:

O projeto de modernidade e de progresso passava inevitavelmente pela manutenção da ordem e da tranquilidade pública, isto é, demandava a transitividade para o espaço público das regras relacionais vigentes na esfera privada, por meio da substituição das estratégias tradicionais de poder – baseadas na dominação pessoal – por estratégias fundamentadas pela mediação de um agente impessoal e legitimado por lei. (ROSEMBERG, 2008, p.15).

150 No Brasil, o conceito de *classes perigosas* - que teve origem na Europa na primeira metade do século XIX - logo se tornou uma espécie de sinônimo da população pobre, onde se encontravam os negros recém-saídos do cativeiro. Sidney Chalhoub (1996, p. 20) explica que este conceito de classes perigosas tornou-se o eixo central de uma importante discussão parlamentar no Brasil após a lei que pôs fim a escravidão, quando os deputados começaram a debater sobre as consequências da abolição na organização do trabalho e, então, colocaram em pauta um projeto de lei de repressão à ociosidade. Para desenvolver esse projeto, a Câmara de Deputados utilizou como fonte autores franceses, “cuja definição de classes perigosas parecia vir mais ao encontro de suas preocupações”. Um desses autores é M. A. Frégier, funcionário da polícia de Paris, que publicou em 1840 um livro sobre as classes perigosas, onde procurava descrever os malfeitores de Paris. Contudo, neste estudo, Frégier acaba descrevendo as condições de vida da população pobre da cidade em geral e, como alerta Chalhoub, “ele falhou na tentativa de determinar com qualquer precisão a fronteira entre as ‘classes perigosas’ e as ‘classes pobres’” (1996, p. 21).

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Nesse sentido, o controle do espaço urbano e, principalmente, sobre a população negra, considerada majoritariamente como pertencente às chamadas *classes perigosas*, deveria ser exercido por uma instituição específica que garantisse a ordem e a tranquilidade pública:

Era a polícia o mediador mais destacado para impor a nova ordem aos trabalhadores recém-desgarrados das peias da escravidão. Ao garantir a ordem social e a tranquilidade pública, a instituição asseguraria que cada indivíduo se mantivesse no lugar social que a ele estava atribuído no plano das aspirações dos poderosos. (ROSEMBERG, 2008, p.17).

Baseado nos preceitos comteanos¹⁵¹ positivistas, o governo gaúcho¹⁵² buscava construir a imagem do *trabalhador ideal*, que seria um indivíduo honesto, morigerado, com bons hábitos e costumes, disciplinado e saudável. Tais características certamente eram buscadas entre aqueles que pretendiam compor as fileiras policiais. Contudo, as exigências para fazer parte do corpo policial não eram muitas. Isto devia-se, principalmente, à dificuldade em encontrar trabalhadores para a polícia, uma vez que a remuneração oferecida era bastante baixa, comparada a outras profissões do período.

Conforme o quadro de vencimentos da Guarda Cívica, em 1889 o ordenado de um soldado era de 192\$000, enquanto os cabos recebiam 228\$000. De acordo com Cláudia Mauch (2011, p. 130), em 1896, por exemplo, os agentes suburbanos da polícia administrativa de Porto Alegre tinham vencimentos anuais de 1:080\$000 (o que corresponderia a um salário mensal de 200\$000).¹⁵³ Essa situação parecia ser um fator comum aos policiais de todo o país.

151 Sandra Pesavento (1989, p.33) salienta que antes de 1888, quando o Rio Grande do Sul buscava meios de adiar a abolição, o PRR se mostrava contrário a tais medidas, repudiando, por exemplo, a cláusula de prestação de serviços, adotada em 1884, “como indenização paga pelo escravo ao seu senhor pela liberdade obtida”. A autora ainda comenta que Comte, cujas ideias eram seguidas pelos membros do partido, havia dado uma “explicação científica para a escravidão”. Para ele, ela foi fundamental no progresso da civilização, substituindo o canibalismo e o sacrifício humano, dando lugar à disciplina do trabalho regular: “O raciocínio comteano [...] aceitava a escravidão como elemento da ‘ordem natural das coisas’ nas sociedades primitivas, condenava-a como prática adotada nas sociedades avançadas. Comte entendia o processo histórico como uma evolução natural de estágios, na qual a escravidão funcionava como um entrave para que a humanidade pudesse atingir a etapa das sociedades científicas, baseadas na indústria moderna e regidas pelos princípios da ciência”.

152 Importante destacar que por se tratar de um partido numericamente inferior aos demais e por não possuir amplo apoio da elite agrária gaúcha, que em sua maioria constituía o Partido Liberal, o PRR não assumiu instantaneamente o governo do Rio Grande do Sul após a proclamação da República. Dez presidentes, sendo apenas dois destes do PRR, governaram o estado entre 1889 e 1897, até que Borges de Medeiros assumisse o poder em 1898. Entretanto, mesmo antes de assumir definitivamente o governo do estado, o partido exercia ampla influência nas medidas adotadas.

153 Cabe destacar que 200\$000 mensais era um pagamento bastante baixo considerando o custo de vida do período. Os preços de itens básicos e comuns para a alimentação de uma família no período (como ovos, banha, linguiça, farinha de mandioca e cachaça), giram em torno de 130\$000, isso sem considerar gastos com moradia. Fonte: PREÇOS DA DOCA. *A Federação*, Porto Alegre, 16 de julho 1889, n. 160.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Cristiana Schettini Pereira (2002, p. 47), ao analisar as relações entre policiais e meretrizes no Rio de Janeiro nas primeiras décadas da República, comenta que praças e guardas civis que se relacionavam com estas mulheres, muitas vezes, contavam com o apoio financeiro delas já que, segundo a autora, não era raro que as “meretrizes” tivessem renda maior que a dos policiais. Schettini Pereira (2002, p. 47) compara que enquanto as prostitutas “de janela” cobravam em média 5\$ de um cliente comum:¹⁵⁴

Os praças da Brigada Policial ganhavam uma diária que não passava de 3\$900, menos que um aprendiz de pedreiro. E as condições de trabalho estavam longe de ser satisfatórias. Tinham que morar nos quartéis, submeter-se à disciplina militar, e fazer rondas de 12 horas em dois quartos alternados. Os guardas civis não estavam em situação melhor. Em 1913, o chefe de polícia propôs ao ministro da justiça a concessão de uma diária de 3\$ aos guardas de reserva, que pagavam o fardamento do próprio bolso e não recebiam um centavo até serem promovidos.

Já em São Paulo, André Rosemberg (2008, p. 99) relata que os praças do Corpo de Polícia Permanente que existia na cidade, recebiam um vencimento inferior ao “de um trabalhador braçal sem qualificação no mesmo período.”¹⁵⁵ O regulamento da Força Policial de Porto Alegre, de 28 de julho de 1888, estabelecia no Artigo 6º que para se alistar como praça da Força Policial era necessário:

- § 1º Ter de 18 a 40 anos de idade;
- § 2º Estatura regular e bôa conformação physica;
- § 3º Ter sido vacinado e achar-se em perfeito estado de saúde, o que será verificado por meio de exame medico;
- § 4º Bôa conducta comprovada a juízo do Commandante Geral na capital, e do respectivo Commandante de secção nas outras localidades;
- § 5º Não ter commettido crime ou sofrido pena infamante.¹⁵⁶

Dessa forma, para se tornar policial bastava ser maior de idade, saudável e apresentar bom comportamento. Não havia nenhum tipo de exigência quanto à cor, classe social ou nível de instrução dos indivíduos alistados.¹⁵⁷ Também não era necessário apresentar nenhum tipo de comprovante de residência fixa ou atestado de boa conduta, diferente do regulamento da

154 As “prostitutas de janela” eram personagens comuns nas cidades urbanas brasileiras. Até os anos finais do século XIX era bastante habitual se deparar com prostitutas postadas nas janelas de residências próximas a teatros e também nas ruas onde circulavam muitas pessoas, como aquelas onde passavam os bondes. Cristiana Schettini Pereira (2002) aborda a importância que estas mulheres possuíam para os “momentos de diversão” dos militares, sendo bastante comuns os casos de brigas e conflitos envolvendo estes dois grupos sociais.

155 Caiuá Cardoso Al-Alam (2016, p. 51) ao estudar o Corpo Policial na cidade de Pelotas (RS), na década de 1870, destaca que os baixos soldos recebidos pelos policiais era um fator determinante na falta de indivíduos engajados: “A falta de policiais engajados também fora um problema. O soldo não era atrativo aos policiais, reduzido a 240 réis diários”.

156 Códice de Legislação número 614. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS).

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Polícia Administrativa de 1896. Segundo Mauch (2011, p. 98), esta exigia que os homens que pretendiam engajar no serviço policial tivessem idade mínima de 21 anos, soubessem ler e escrever e apresentassem um atestado de moralidade e boa conduta fornecido e assinado por algum “cidadão idôneo”.

Estas baixas exigências faziam com que muitos dos indivíduos que engajavam no serviço policial, não correspondessem à imagem de trabalhador ideal buscado pelas elites e autoridades, uma vez que seguidamente estes policiais ao invés de controlar o espaço urbano, envolviam-se em brigas e outras “imoralidades”.

Bares e brigas: confrontos entre homens fardados

Algo comum no cotidiano dos policiais do final do século XIX eram os confrontos entre membros de diferentes batalhões e instituições. Mauch (2004, p. 144) comenta que “os soldados da Guarda Cívica frequentemente se envolviam em conflitos com praças de outras corporações militares”, principalmente com o 13º Batalhão de Infantaria: “grupos de ambas as corporações se atacavam principalmente à noite, quando patrulhas da Guarda policiavam algum local da cidade”. A autora salienta que “mesmo depois de criada a Guarda Municipal, os conflitos continuaram” e passaram a envolver também estes policiais. É possível observar estas recorrentes contendas em alguns processos crimes e relatórios de ronda.

Em 19 de novembro de 1892, por exemplo, Olympio Campos, oficial de ronda da Guarda Municipal de Porto Alegre, escreveu para o seu comandante, como era de praxe, o relatório com as ocorrências da noite. Ao relatar como se deu o serviço de patrulhamento pelas ruas da cidade, informou a intimidação que a patrulha da Guarda Municipal sofreu por parte de diversos praças da Brigada Militar. Além disso, o policial também informou que houve, em uma taberna na Rua do Arvoredo, um conflito envolvendo paisanos, um guarda municipal e um cabo da Brigada Policial que trocaram provocações:

157 É importante destacar que, embora durante o período aqui pesquisado, esta instituição tenha recebido diferentes nomes (Corpo Policial, Força Policial, Guarda Cívica e Brigada Militar) devido às constantes reorganizações do serviço policial no RS, os policiais encontrados nos livros da Santa Casa estão, como comentado, registrados em sua maioria como Guardas Cívicos. Possivelmente, apesar das diferentes nomenclaturas, entre a linguagem popular este fosse o nome utilizado de forma recorrente. É importante também destacar que com a reorganização de 1889, que extingue a Força Policial e cria a Guarda Cívica, esta não recebe um novo regulamento, ficando vigente aquele de 1888 acima citado.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Com as formalidades do estylo fiz a ronda do primeiro quarto, e verifiquei ser o serviço do patrulhamento feito com regularidade, apresentando somente novidade a patrulha do Menino Deus e Venâncio Ayres, que viu-se obrigada a abandonar os lugares do patrulhamento por intimidação de alguns praças de linha e Brigada Militar que armados de revólveres e pistollas agrediram-na. Não tendo confiança no armamento, sahi simplesmente da patrulha e para evitar algum conflicto mandei cerrar no mesmo lugar o patrulhamento do segundo quarto. Seriam dez horas e $\frac{3}{4}$ quando deu-se na taverna, situada na rua do Arvoredo esquina da rua General Auto, um conflicto entre 5 paisanos e um cabo da Brigada Policial, por alcunha Manecão, cujo está como ordenança do Sr. Comman.te de Polícia. Neste conflicto achava-se um guarda municipal de nome Auto Teixeira que com os paisanos provocavam o cabo. O guarda João Gonçalves Leonardo que ia entrar a patrulha no 2º quarto passeava n'esta ocasião, e vendo o conflicto prendeu a ordem do Sr. Chefe de Polícia os cinco paisanos que resistiram, dando um dos paisanos forte cacetada que o entonteceu. [...] Estando em preparos para rondar o 2º quarto, vieram ao Quartel communicar-me seis guardas das patrulhas que ao passarem por uma casa em construção situada a Rua da Varzinha, ouviram de diversos vultos, dizer que iam agredir as patrulhas da mesma guarda. Sabendo do ocorrido imediatamente reforcei a mesma patrulha e segui com dois guardas para o lugar indicado. Ahi avistamos diversos indivíduos que tentavam fugar espavoridos, o que conseguiram alguns [...]. Sendo prezo por ocasião um dos indivíduos, que mandei recolher a cadeia a ordem do Sr. 2º. Chefe de Polícia. Nada mais ocorreu durante o resto do serviço. A iluminação conservou-se regular.¹⁵⁸

Neste relatório de ronda da Guarda Municipal é possível perceber que o cotidiano de trabalho destes policiais era bastante agitado. Além das patrulhas lidarem com as ocorrências “normais”, prendendo indivíduos por desordem, embriaguez, furto, roubo, entre outros motivos correcionais, elas também tinham que lidar com as rixas com as outras corporações e com a hostilidade da população que, em alguns casos, como o aqui relatado, ameaçavam agredir os guardas. Inclusive, são recorrentes nos relatórios de ronda da Guarda Municipal as queixas sobre ameaças sofridas pelas patrulhas. Em relatório de 28 de novembro de 1892, por exemplo, o oficial Ernesto Sagebin escreve ao Dr. Chefe de Polícia pedindo providências, uma vez “que a patrulha da Azenha viu-se obrigada a recolher-se visto que um grupo de indivíduos, superior a cinquenta ostilisa-a com enormes cacetes e talvez outras armas”,

158 Conforme Cláudia Mauch (2011, p. 145) as denominações de 1º e 2º quarto, que aparecem nos relatórios de ronda aqui pesquisados, referem-se aos turnos do policiamento noturno nos distritos urbanos de Porto Alegre. Segundo a autora, neste policiamento “dividido em dois turnos de seis horas”, o primeiro quarto seria o período das 18 horas à meia noite, e o segundo quarto, da meia noite às 6 horas da manhã. Ela ainda destaca que era bastante comum que os policiais dobrassem sua jornada, trabalhando as 12 horas seguidas dos dois quartos de turnos. AHRS, Fundo Polícia – Maço 150 – Relatórios de Ronda da Guarda Municipal. Optou-se por manter a grafia original da fonte.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

sendo impossível para os policiais permanecerem no local pois não haviam forças disponíveis para enfrentar tal ameaça.¹⁵⁹

As rivalidades existentes entre soldados da Brigada Militar, do Exército e da Guarda Municipal motivavam-se por uma espécie de hierarquia que ocorria entre as diferentes corporações, “havia um símbolo de status” que as diferenciava (AL-ALAM, 2009, p. 4). Essa diferença encontrava-se, em grande parte, na forma de recrutamento e de tratamento que as instituições conferiam a seus praças. Ao estudar a polícia no Rio de Janeiro durante o século XIX, Thomas Holloway (1997, p. 93), destaca que um dos motivos para os soldados do Exército sentirem-se em uma posição hierarquicamente inferior era a forma de recrutamento. Ele destaca que, enquanto os soldados comuns eram alistados à força, como elementos indisciplinados, os policiais da Guarda Municipal carioca se alistavam voluntariamente e tinham melhor remuneração.¹⁶⁰

Outro ponto também destacado por Holloway (1997, p. 75) refere-se à rígida disciplina e punições sofridas por praças do Exército:

Viviam sob a rigorosa rotina do quartel, isolados em seu regime diário da sociedade circunstante e enquadrados por rígida disciplina e pelas formas mais brutais e arbitrárias de punição, como marchas forçadas com mochilas pesadas, açoitamento [...] e reclusão disciplinar nas masmorras dos vários fortes localizados ao redor da cidade e da baía.

O autor destaca que as severas punições, sobretudo o açoite, “a maior humilhação dos soldados comuns na vida militar regular” (1997, p. 93), era um fator determinante de diferenciação entre as diferentes corporações. Rosemberg (2008, p. 55) destaca que “essa medida drástica” aproximava estes indivíduos ao “desonroso status” dos sujeitos escravizados, fazendo com que, dessa forma, ocupassem uma posição socialmente inferior em relação aos policiais que não estavam sujeitos a castigos corporais¹⁶¹. Há ainda um ponto

159 AHRS, Fundo Polícia – Maço 150 – Relatórios de Ronda da Guarda Municipal.

160 Segundo Holloway (1997, p. 93), no Rio de Janeiro na Guarda Real um soldado ganhava 2\$400 por mês, enquanto na Polícia Militar, no início de seu funcionamento, na década de 1860, pagava 18\$000 mensais, casa e alimentação nos quartéis. Este soldo era semelhante ao dos assalariados livres, como artesãos e balconistas.

161 Cabe destacar que o açoite como punição para soldados foi mantido em instituições como a Marinha até 1910. A prática, aplicada sobre os marinheiros, em sua maioria negros, levou a Revolta da Chibata em 22 de novembro de 1910, quando diversos soldados, liderados por João Cândido Felisberto, tomaram o controle de dois encouraçados no Rio de Janeiro e exigiram melhores condições de trabalho e o fim dos castigos físicos. Ver mais em: NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, Cor e Disciplina da Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

destacado pelo autor Peter Beattie (2009, p. 174), que lembra que eram os policiais os responsáveis por levar a cadeia os indivíduos atingidos pelo recrutamento forçado, além dos desertores. A prisão de um grupo por outro, era mais um motivo que gerava rivalidade entre eles.

Além disso, como já foi comentado anteriormente, é importante lembrar que a polícia, o exército e as brigadas eram instituições marcadas pela virilidade, onde a honra masculina e viril tinham grande valor.¹⁶² Peter M. Beattie (2009, p. 35), ao tratar da noção de virilidade nas forças armadas, destaca que “uma gama variada de concepções concorrentes sobre virilidade prevalecia em diferentes grupos socioeconômicos e regiões”. No caso dos militares e policiais, estes sujeitos viam-se como “moralmente superiores” a civis de famílias mais abastadas, por exemplo, que usavam de sua influência “para escapar do serviço militar”, enquanto eles, membros do Exército e da polícia, viam-se como sujeitos dispostos a defender a honra e a segurança nacional. Sobre o conceito de virilidade o autor destaca que:

Concepções de virilidade são complexas e às vezes contraditórias. Embora existam concepções mais amplamente difundidas acerca da conduta masculina adequada, os indivíduos acabam por formular e ajustar suas próprias versões de acordo com suas idades, experiências, circunstâncias, cultura local, habilidades, entre outros fatores. [...] Histórias de praças fornecem exemplos reveladores de concepções concorrentes de virilidade que deram azo a brigas de bar e transições políticas e sociais de maior porte. (BEATTIE, 2009, p. 35-36).

Nesse sentido, considerando estas questões, além, é claro, das possíveis rivalidades e inimizades de cunho pessoal que certamente podiam existir entre estes homens, é natural que confrontos, brigas e desentendimentos ocorressem frequentemente no cotidiano destes policiais. Por vezes, ocorriam brigas internas dentro da mesma corporação, motivadas por problemas pessoais, ou então, relacionadas ao racismo ou regionalismo. Um exemplo foi a contenda ocorrida entre soldados do 13º Batalhão de Infantaria de Porto Alegre.

¹⁶² No que toca a noção de masculinidade cito aqui, por concordar, a definição de Mauch (2008, p. 5): “Por masculinidade entendo os valores e atributos histórica e culturalmente construídos como ‘de homens’ nas relações sociais e de gênero”. Assim como o conceito de virilidade, os significados da masculinidade são reformulados de acordo com o tempo, com a cultura e com as experiências de cada um. Penso, contudo, que algumas características fazem parte da noção de masculinidade da sociedade brasileira desde séculos passados até o presente. A necessidade de afirmar-se como dominante, como mais forte e mais capacitado, ainda é algo que permanece na maior parte dos homens, o que acabava influenciando não só nos recorrentes episódios de abuso e violência contra as mulheres, como também em brigas e conflitos no trânsito, nos bares e na rua e que, assim como no XIX, servem para que os homens reafirmem e “meçam” entre si, sua honra, virilidade e masculinidade.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Na noite de 9 de janeiro de 1886, no local denominado Beco do Barbosa¹⁶³, foi gravemente ferido com diversas punhaladas o soldado do 13º batalhão de infantaria Vicente Luis Ferreira, com 20 anos de idade, solteiro, natural de Sergipe. Foi acusado pelo crime o réu José Cypriano da Silva, 22 anos de idade, solteiro, natural da Paraíba e ex-praça do mesmo batalhão. Como testemunhas foram convocadas diversas praças da mesma corporação: Corbiniano da Soledade Lima, Juvêncio Pereira Serra, Manoel José da Silva, José Francisco do Nascimento e José Secundino Barbosa. Todas as testemunhas do processo, e de forma especial Corbiniano, destacam que ao chegarem ao local do crime e encontrarem o ofendido ferido, este declarou que seu agressor era José Cypriano, que havia fugido¹⁶⁴.

O depoimento da vítima, entretanto, traz uma informação bastante diferente da relatada pelas testemunhas. Ao ser perguntado se foi o acusado, José Cypriano da Silva, que na noite de 9 de fevereiro lhe feriu:

Respondeu que quem fez os ferimentos na noite de nove de janeiro passado foi o soldado Manoel José da Silva do treze batalhão de infantaria e este mesmo elle respondente declarou logo depois de ferido as pessoas que ali comparecerão e que o accusado presente, elle perguntado, o viu na referida noite mas que não recebeu offensa alguma d'elle, estranhando até que elle acusado se ache preso por semelhante motivo, pois é isto uma injustiça que soffre o accusado.¹⁶⁵

A vítima destaca que quem o agrediu não foi o réu acusado no processo, e sim outro praça do mesmo batalhão. Cabe destacar que o ponto interessante deste processo não são as punhaladas sofridas por Vicente – até mesmo porque nem no depoimento da vítima ou das testemunhas há algum indício sobre o motivo da agressão -, mas a tentativa das testemunhas de acusarem um indivíduo que se alega inocente. Em seu interrogatório, ao ser questionado se tem algum motivo a que atribua a denúncia feita contra ele:

Respondeu que attribui estar sendo processado a inimidade que lhe vota o cadete Corbiniano da Solidade Lima que serviu de testemunha neste processo, o mesmo que o prendeu no dia seguinte ao acontecimento, somente com o fim de lhe fazer mal, por que elle interrogado esta informado

163 Rua que começa na Voluntários da Pátria e termina na avenida Osvaldo Aranha, o Beco do Barbosa levava o nome de um proprietário ali residente, Antônio Martins Barbosa. O nome beco do Barbosa foi mudado em 1857 para Rua da Aurora, mas não caiu no gosto popular, sendo mantida a referência anterior. Em 1916 a denominação passou a ser de Rua Dr. Barros Cassal, em homenagem ao ex-presidente do estado. (FRANCO, 1988, p. 62-63).

164 Processo-crime, Tribunal do Júri de Porto Alegre, nº 1691, maço 43, 3 de março de 1886, APERS.

165 Processo-crime, Tribunal do Júri de Porto Alegre, nº 1691, maço 43, 3 de março de 1886, APERS, folhas 23 – 24.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

que o ofendido declarou ao princípio que fora o soldado Manoel José da Silva, testemunha neste processo, que o ferio. [...] E então o cadete seu inimigo envolveu-o em semelhante processo sem ter elle interrogado cometido crime algum.¹⁶⁶

O réu ainda salienta que somente foi envolvido neste processo devido a “maldade e má vontade do cadete Corbiniano, seu inimigo”, que “de propósito procurou fazer-lhe mal o prendendo ilegalmente para ser elle interrogado processado e soffrer uma prisão injusta”. Destaca-se aí a rixa existente entre o 1º cadete do batalhão Cobiniano da Soledade Lima e José Cypriano da Silva, que há pouco tempo havia dado baixa do mesmo batalhão. Apesar de não constarem indícios na documentação que permitam compreender as origens da rivalidade existente entre os dois, chama a atenção o fato de que todos os praças do 13º batalhão de infantaria – 4 soldados, exatamente - que juraram como testemunhas no processo, corroboraram com a acusação de Corbiniano na tentativa de incriminar sua inimidade, José Cypriano. Isto possivelmente se deu pelo fato de Corbiniano Lima ser de uma patente mais alta do que os soldados comuns, e, portanto, certamente exercia esta superioridade hierárquica de forma persuasiva sobre seus colegas.

Um fato que merece destaque em relação a este processo crime é o fato de que todos os envolvidos – réu, vítima e testemunhas – são naturais da região nordeste do país: Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará. Al-Alam (2009, p.6) comenta que durante o período imperial era bastante comum no Brasil a tática “das autoridades militares desvincularem os soldados de suas localidades de origem, para que assim estes não viciassem suas formas de atuação com base nas relações sociais instituídas”. Além disso, Beattie (2009, p. 204-205) salienta a grande presença de nordestinos nas forças do Exército. Segundo o autor, o período pós Guerra do Paraguai, que prejudicou a exportação do açúcar – principal produto nordestino -, coincidiu com uma série de desastres climáticos no sertão do Nordeste, o que acabou forçando diversos homens populares da região a se apresentarem como voluntários no Exército para escapar da fome. Além disso, “o recrutamento forçado” também “era fortemente identificado com o Nordeste do Brasil por volta dos anos 1870, mesmo antes da Grande Seca de 1877” (BEATTIE, 2009, p. 205). Nesse sentido, muitos nordestinos

166 Processo-crime, Tribunal do Júri de Porto Alegre, nº 1691, maço 43, 3 de março de 1886, APERS, folhas 16 – 17.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

passaram a ocupar as fileiras do Exército, fazendo com que fossem transferidos para outras regiões do país:

Essa região fornecia aproximadamente metade dos homens do Exército, mas oficiais transferiam mais da metade dos homens recrutados para suprir guarnições em outras regiões. As guarnições do Nordeste às vezes ficavam infladas porque os batalhões tinham recrutas em excesso (os chamados ‘agregados’), muitos dos quais eventualmente eram transferidos para o Sul. (BEATTIE, 2009, p. 199).

O autor ainda salienta que embora, nos anos 1880, “a região sul contribuísse com um quinto de todos os praças”, muitas tropas de outras regiões, sobretudo do Nordeste, eram deslocadas para o Rio Grande do Sul. Ao notar no processo em que é acusado José Cypriano que todos os envolvidos são praças vindos da região Nordeste, é possível pensar que estes soldados, mesmo com suas eventuais rivalidades, aproximavam-se devido a afinidade regional, como salienta Beattie (2009, p. 245):¹⁶⁷

Para muitos praças, as diferenças de raça, cultura e classe eram agrupadas pela diversidade regional. Homens do Sul e Sudeste viam com desdém os nordestinos, muitos dos quais, contudo, orgulhavam-se de seus Estados e regiões de origem, e muitos oficiais compartilhavam suas origens e orgulho nordestinos.

Para não deixar a “história” do processo de José Cypriano sem um final, relato aqui seu desfecho: devido ao depoimento da vítima, que inocentou o réu e acusou Manoel José da Silva como seu verdadeiro agressor, o juiz considerou improcedente a denúncia feita contra José Cypriano da Silva e ordenou que imediatamente fosse passado alvará de soltura a favor do denunciado. Infelizmente, não foi possível saber se o ex-praça realizou seu desejo, demonstrado em seu depoimento, de retornar a sua terra natal. Ao ser inquirido sobre sua profissão “respondeu que por ora estava desempregado porque tinha tido baixa há pouco tempo e esperava seguir de volta a sua província.”¹⁶⁸

O desejo demonstrado por José Cypriano, de retornar a sua província de origem, certamente era um desejo de muitos dos praças, do Exército e da polícia, que eram deslocados

¹⁶⁷ Claro que a região nordeste não está aqui sendo tomada como uma região absolutamente marcada pela homogeneidade, já que conheço a sua ampla diversidade. Mas é provável que a própria experiência do desenraizamento tenha provocado nestes praças uma certa identidade *regional*, reforçada pela necessidade de mútuos auxílios, residência comum e experiências similares em termos de baixas remunerações e condições precárias de trabalho. Seria uma pesquisa fecunda perceber se essas experiências comuns fomentaram a criação de parentescos espirituais, como compadrios, apadrinhamentos e amadrinhamentos, recorrendo aos documentos eclesiásticos.

¹⁶⁸ Processo-crime, Tribunal do Júri de Porto Alegre, nº 1691, maço 43, 3 de março de 1886, APERS, folha 17.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

para locais distantes de suas famílias, culturas, amigos e afetos. A saudade de casa, muito provavelmente, levava muitos destes homens a desertarem das corporações fardadas.

Nem só nos becos e ruas da cidade ocorriam os confrontos entre os agentes da lei. Nos bares, tabernas, hotéis, armazéns ou botequins era bastante comum que o clima de sociabilidade do local acabasse resultando em violentas brigas. Como já comentado neste capítulo, não era raro o uso de bebida alcoólica entre soldados e policiais, hábito que podia facilitar o desencadeamento de violência entre estes homens.

No relatório de ronda escrito pelo oficial da Guarda Municipal João Correa do Amaral ao seu comandante, em 12 de janeiro de 1893, ele expõe a agressão sofrida pelos guardas que patrulhavam a região da Azenha e da Várzea por um grupo do Batalhão de Engenheiros. Sobre este conflito, de onde vários policiais saíram feridos, foi intimado pelo Chefe de Polícia o dono de uma taberna, acusado de ser cúmplice nos fatos, uma vez que os agressores pareciam ser frequentadores recorrentes de sua casa de negócios:

A patrulha da ponte do Menino Deus foi agredida por um grupo de doze a dezesseis praças do 11 regimento de cavallaria, que armados de cacetes, adagas e navalhas, feriram gravemente com diversas cacetadas e outras armas cortantes a referida patrulha pertencente a esta Guarda Municipal.

A patrulha da Azenha e Varzea do 1º. quarto, também foi agredida por um outro grupo de 25 a 30 praças do 2º. Batalhão de Engenheiros do 11 regimento de cavallaria e outros, resultando dahi haver ferimentos leves de parte a parte, isto atrás da Escola Militar.

Foi intimado a comparecer perante o cidadão Dr. Chefe de Polícia hoje ao meio dia, o indivíduo Ferraz, estabelecido com taberna nas imediações da Escola Militar, afim de dar esclarecimentos sobre estes factos, pois que é possível que este homem tenha cumplicidade nos referidos factos, pois que sua casa ainda se achava aberta a uma hora da manhã e com grande número dos praças agressores, sendo esta casa um foco de desordens.¹⁶⁹

A taberna de Ferraz, estrategicamente localizada nas imediações da Escola Militar, certamente era um ponto de encontro habitual dos praças que ali se encontravam para socializar e distrair. Como o uso de álcool era recorrente entre os policiais - não só os militares, mas também os guardas municipais -, o dono da taberna, que “facilitava” este consumo de bebidas que levava a desordens, acabou sendo também responsabilizado pelas agitações ocasionadas nas proximidades de seu estabelecimento.

Nos diversos relatórios de ronda escritos pelos oficiais da Guarda Municipal são bastante comuns os relatos de patrulhas inteiras que, ao invés de estarem em seus postos

169 AHRS, Fundo Polícia – Maço 150 – Relatórios de Ronda da Guarda Municipal.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

cuidando da segurança da cidade e zelando pela tranquilidade pública, foram encontradas em estado de embriaguez. Em 29 de novembro de 1892, por exemplo, o oficial José da Fontoura escreveu ao seu superior:

Communico-vos que com as formalidades legais, rondei o 1º. e 2º. Quarto de patrulhas a noite próxima passada, as quais encontrei nos respectivos postos e em boa ordem, com exceção porém, da patrulha do 1º. Quarto que fazia o serviço da Varzea e Azenha, a qual achava-se em completo estado de embriaguez e fora do seu posto, o que prendi e fiz recolher ao Quartel. A iluminação pública conserva-se boa, não havendo pois, novidade alguma na dita noite.¹⁷⁰

Os recorrentes episódios de brigas, embriaguez e desordens que ocorriam entre os policiais não correspondiam a imagem de trabalhadores disciplinados, morigerados e ordeiros que a administração pública buscava. Rosemberg (2008, p. 257-258) salienta que as elites e governantes, ansiosos pelo progresso da nação, reprovavam fortemente hábitos e costumes da população pobre, de onde vinham estes policiais. As práticas culturais populares, segundo o autor, eram associadas “a um estilo de vida desidiioso e arcaico, incompatível com os novos parâmetros do trabalho sistemático e da “civilização.”

Nesse sentido, numa tentativa de controlar, disciplinar e moralizar estes populares que deveriam ser responsáveis pela manutenção da ordem e da tranquilidade pública, as autoridades procuravam punir este tipo de comportamento policial considerado inadequado. Segundo Rosemberg (2008, p. 258):

[...] aparece com muita nitidez na documentação escrutinada a reprovação de um comportamento considerado inadequado pela administração da polícia [...], que punia os policiais que relutavam a obedecer aos mandados institucionais, insistindo em perpetuar, mesmo sob a farda, hábitos a serem proscritos – a embriaguez, o jogo, o consórcio ilícito com mulheres [...].

Os guardas municipais encontrados em completo estado de embriaguez na noite de 28 de novembro de 1892, enquanto deveriam estar patrulhando as ruas da capital, sofreram punições devido a seu comportamento desregrado. Logo no dia seguinte ao ocorrido, o comandante José Ignácio dos Santos escreveu ao Chefe de Polícia de Porto Alegre prestando conta das medidas tomadas a respeito do fato:

Em resposta ao vosso offício datado de hoje, devo diser-vos que os praças de que se compunha a patrulha a que vos referiu, que pelo adjunto que fazia a ronda foram encontrados em estado de embriaguez, se achão presos desde

170 AHRS, Fundo Polícia – Maço 150 – Relatórios de Ronda da Guarda Municipal.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

hontem as 9 ½ horas da noite, e estão sendo severamente punidos, a bem da disciplina da guarda sob meu commando, que empregarei o maior esforço e toda actividade afim de evitar que se reproduzão faltas como as que hontem foram cometidas pela aludida patrulha.¹⁷¹

Nota-se a preocupação do comandante em demonstrar seu esforço em punir de forma severa os policiais embriagados para o bem da disciplina da corporação. Entretanto não aparece no ofício escrito por ele o tipo de punição a que estes praças seriam submetidos. Mauch (2016, p. 194) comenta que, entre as infrações cometidas pelos policiais, eram frequentes as relacionadas ao abandono do serviço, ao consumo em excesso de bebidas alcoólicas, a presença desses indivíduos em tabernas e o seu envolvimento em desordens e imoralidades. Ela destaca, entretanto, que as punições aplicadas no caso destas infrações ocorriam de forma discricionária, dependendo da posição e relações sociais que estes sujeitos mantinham com seus superiores e colegas:

As discrepâncias nos critérios de aplicação de punições passam certamente pelas relações sociais e de poder que alguns desses homens que trabalhavam no policiamento de Porto Alegre na Primeira República entretinham com seus chefes, colegas, compadres, padrinhos ou protetores de condição social superior ou inferior às suas, e que podiam ser acionadas em momentos de dificuldade, cuja eficácia provavelmente era maior que a aplicação das regras escritas. (MAUCH, 2016, p. 199).

Nesse sentido, por mais que cada instituição possuísse regulamentos que regessem as punições, normas e funções, as relações, posições e condição de cada policial faziam com que as aplicações (ou a não aplicação) destas normas fossem diferentes para cada um deles.¹⁷² E por mais que os superiores se esforçassem em manter os praças sob disciplina, muitas das punições aplicadas certamente não surtiam efeito, já que episódios de embriaguez, desordens e brigas entre os policiais, continuavam a ocorrer seguidamente pelas ruas da capital. Desta forma, apesar dos esforços das autoridades em disciplinar, ordenar e moralizar suas tropas e patrulhas, era praticamente impossível mantê-las dentro do padrão desejado. Estes populares

171 AHRS, Fundo Polícia – Maço 150 – Relatórios de Ronda da Guarda Municipal.

172 O regulamento da Força Policial de 1888 previa as seguintes penas para os casos de embriaguez: Artigo 97º - Todo aquelle que se embriagar será punido: § 1º Se fôr praça de pret com prisão por 5 dias, sem prejuízo do serviço que lhe competir por escala; elevada a pena ao dobro no caso de ser a embriaguez verificada em acto de serviço. § 2º Se fôr inferior ou cabo, além da pena estabelecida no § antecedente, será rebaixado do posto. § 3º Se fôr oficial será demitido do serviço da Força Policial. Códice de Legislação número 614. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs).

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

fardados, durante o cotidiano, compartilhavam dos hábitos, prazeres e dificuldades da vida comum:

[...] os policiais eram partícipes assíduos do dia-a-dia da província. Estavam presentes não só quando chamados a intervir, mas nos momentos de ‘calmaria’, por assim dizer. Nas brechas do dever, interagem e, ao interagir, legaram uma marca própria, expunham uma personalidade forjada, não só nos domínios da instituição, mas construídas a partir da confluência de influências muito mais complexas, dentre as quais sua origem social, sua biografia e o contato íntimo com a população administrada. (ROSEMBERG, 2008, p. 257).

Ao conviver com os “policiados” – muitas vezes conhecidos -, para muitos destes “homens da lei” era bastante difícil, em seu dia-a-dia, desvincular as relações pessoais das laborais. Dessa forma, era bastante comum que estes indivíduos, mesmo durante suas jornadas de trabalho, se envolvessem em situações e hábitos considerados inadequados, imorais e desordeiros.

Referências

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A Negra Força da Princesa: Polícia, Pena de morte e Correção em Pelotas (1830-1857)*. 2007. 250 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2007.

_____. *Palácio das misérias: populares, delegados e carcereiros em Pelotas, 1869 – 1889*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

BEATTIE, Peter M. *Tributo de sangue: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil 1864-1945*. São Paulo: Editora da USP, 2009.

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1977.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FLORES, Giane Caroline. *Sob a farda da polícia: controle social trabalho, cor e prestígio (Porto Alegre, fins do século XIX)*. 2018. 203 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2018.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre – Guia Histórico*. Porto Alegre: Editora da universidade (UFRGS), 1998.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro*. Repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MAUCH, Cláudia. Considerações sobre a história da polícia. *Métis: história e cultura*, v. 6, n. 11, 2007, p. 107-119.

_____. *Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929*. Porto Alegre, PPGH/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o deboche e a rapina*. Os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

MÜGGE, Miqueias. *Prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania (Rio Grande do Sul - século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*. V. 29, n. 59, Rio de Janeiro, 2016.

PEREIRA, Cristiana Schettini. *Que tenhas teu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2002, Tese (doutorado).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa*. Porto Alegre: Editora da universidade/UFRGS: FAPERGS, 1989.

_____. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ROSEMBERG, André. *Polícia, policiamento e o policial na província de São Paulo, no final do Império: a instituição, prática cotidiana e cultura*. São Paulo: USP, 2008 (Tese de doutorado).

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

**A CORRIDA ARMAMENTISTA ENTRE ARGENTINA E CHILE E OS
PACTOS DE MAYO (1902)**

Adelar Heinsfeld¹⁷³

As relações argentino-chilenas durante boa parte do século XIX foram marcadas por tensões, decorrentes da existência de uma longa fronteira territorial entre os dois países. A linha divisória da Cordilheira dos Andes serviu para delimitar as fronteiras, mas a região sul mostrou-se um problema mais espinhoso. A disputa essencial do conflito era o Estreito de Beagle, um canal do Atlântico ao Pacífico e que separa a grande ilha da Terra do Fogo de outras pequenas ilhas ao sul.

Após as independências na América do Sul, o estabelecimento das lindes territoriais foi definido usando as fronteiras das antigas jurisdições coloniais aplicando o princípio de *uti possidetis*. A cordilheira dos Andes, uma fronteira natural entre as áreas mais habitadas do Chile e da Argentina, evitou grandes discussões sobre o estabelecimento oficial de uma linha de fronteira. Mas, quando as áreas povoadas começaram a se expandir, tensões fronteiriças começaram a surgir.

A partir da década de 1840 o Chile começou a dar concessões para o uso do Estreito de Magalhães, com a fundação do assentamento de Fuerte Bulnes, em 1843. A tomada do Estreito de Magalhães pode ser considerada o primeiro ato geopolítico do Estado chileno (FERMANDOIS, 2005). Apenas quatro anos depois a Argentina reclamou pela ocupação chilena daquele lugar. Em 1848 o Chile funda Punta Arenas, criando um polo de desenvolvimento e servindo a navegação a vapor que começou a usar o Estreito de Magalhães como uma alternativa melhor do que a Passagem Drake usada até então para a navegação.

Em 1856 foi assinado entre a Confederação Argentina e a República do Chile o Tratado de Paz, Amizade, Comércio e Navegação, estabelecendo a aceitação mútua da doutrina de *uti possidetis*. Os dois países reconheceriam como limites de seus territórios “los que posuían al tempo de separarse de la dominación española el año de 1810”, concordando em adiar questões “que han podido o pueden suscitarse sobre esta materia para discutir las

173* Doutor em História. Docente do corpo permanente do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

después, pacífica y amigablemente, sin recurrir jamás a medidas violentas y, en caso de no arribar a un completo arreglo, someterlas al arbitraje de una nación amiga". (GONZALES MADARIAGA, 1970, p. 97).

As tentativas de definir os limites baseados no *uti possidetis* levaram a um longo e profundo debate sobre títulos coloniais. Os juristas chilenos invocaram os direitos sobre a Patagônia, o Estreito de Magalhães e a região insular até o Cabo Horn. A Argentina negou-lhes valor e afirmou que o limite foi estabelecido apenas na Cordilheira dos Andes.

* * *

Em 1879 inicia a Guerra do Pacífico, onde o Chile enfrentou a coalizão formada por Bolívia e Peru. De certa forma, esta guerra é decorrente do tratado secreto firmado por Bolívia e Peru em 1873. Naquela ocasião, os dois países tentaram arrastar a Argentina para esta aliança secreta, tendo em vista os problemas que este país tinha com o Chile.

Vários historiadores, tanto chilenos quanto peruanos, como *Gonzalo Bulnes*, *Jorge Basadre*, *Pedro Yrigoyen*, *Edgardo Mercado Jarrin* consideram que o verdadeiro propósito do tratado foi impor ao Chile fronteiras territoriais que fossem convenientes ao Peru, à Bolívia e à Argentina, através de arbitragem obrigatória, enquanto o Chile estivesse militarmente fraco, ou seja, antes da chegada das fragatas blindadas *Cochrane* e *Blanco Encalada* que estavam sendo construídas nos estaleiros de Hull, Inglaterra. Gonzalo Bulnes (1911, p. 35) diz que:

Chile estava desarmado en el mar, al revés del Perú que tenía la Escuadra que figuró en la guerra del Pacífico: el *Huáscar*, la *Independencia*, los monitores *Manco Cápac* y *Atahualpa*, fuera de otros pequeños buques. En cambio, Chile no disponía sino de dos corbetas de madera, la *O'Higgins* y el *Chacabuco*, y dos embarcaciones incaicas, más propias de museos, como reliquias de antiguas glorias, la *Esmeralda* y la *Covadonga*. *El Blanco* i *Cochrane* no salían aun de los astilleros de Hull, en Inglaterra, donde se construían.

Esta hipótese será confirmada por uma correspondência do presidente peruano Manoel Pardo ao representante de seu país em La Paz: "Rotas las relaciones y declarado el estado e guerra, Chile no podrá sacar ya sus blindados y, sin fuerzas bastantes para atacar con

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

ventaja, se vería en la precisión de aceptar la mediación el Perú, la que en caso necesario se convertía en mediación armada.” (Apud BARROS, 1970, p. 282).

Os signatários do tratado almejavam a incorporação da Argentina no pacto. Para negociar em Buenos Aires, o ministro das relações exteriores do Peru, José de la Riva Agüero, escreve a Manuel Yrigoyen, ministro plenipotenciário peruano na Argentina, afirmando que não seria difícil esta incorporação, devido as “dificuldades con que hasta ahora há tropezado, sin poder llegar a una demarcación de límites con Chile.” Dizia ainda que:

A la República Argentina interesa pues, tanto como a Bolivia y como a todas las secciones americanas cuyos límites aún no se han precisado, entrar en alianza defensiva, y con más razón hoy que la cuestión de límites de Patagonia amenaza entrar en la vía de los hechos; de la que debemos todos procurar apartarla para circunscribirla a la de la discusión y del arbitro. (YRIGOYEN, 1921, p. 126).

O ministro das relações exteriores do Peru, José de la Riva Agüero, ao escrever para Manuel Yrigoyen deixa claro que tinha consciência que trazer a Argentina para a aliança provocaria receios por parte do Brasil. Por outro lado temia que “como Chile no se duerme y parece que trata de ofrecer su alianza al Imperio.”

Debemos, pues, caminar con mucho cuidado en este asunto, porque bajo dos aspectos nos conviene conservarnos en el pie de perfecta inteligencia en que hoy nos allamos respecto del Brasil: valiosos intereses son los que tenemos en el Amazonas y mucho podríamos sufrir por esse lado, para que no tratemos de evitar una alianza entre Chile y el Brasil que en caso de guerra nos sería muy perjudicial. (apud YRIGOYEN, 1921, p. 142).

Já em 1872, o representante chileno em Buenos Aires, Guillermo Blest Gana, informou ao ministério dos negócios estrangeiros do Brasil, que o presidente argentino Domingos Sarmiento buscava uma aliança com o Chile, Bolívia e Perú contra o Império do Brasil. No entanto, o governo chileno teria declarado que “os interesses do Chile estavam hoje intimamente ligados aos do Brasil em tudo o que se referisse à Confederação Argentina e à Bolívia, com os quais tem o Chile questões pendentes de limites”, por isso pretendia uma aliança com o Brasil (Arquivo Histórico do Itamaraty. Ofício reservado nº 2, da legação brasileira em Santiago, 04.05.1872).

O representante brasileiro em Santiago não visualizava a possibilidade desta aliança acontecer, pois “sendo pobre, o Chile não poderia sustentar os gastos de uma guerra em terras longínquas. Com um diminuto exército e sem marinha, o seu concurso, pró ou contra nós,

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

seria mais nominal que real.” (Arquivo Histórico do Itamaraty. Ofício confidencial nº 2, da legação brasileira em Santiago, 30.08.1872).

Inicialmente, houve oposição no gabinete argentino a aderir a uma aliança com um país, no caso a Bolívia, com quem ainda tinha problemas de limites. Mas a insistência do Chile em levar para o arbitramento questões territoriais pendentes com a Argentina e o fracasso de Bartolomeu Mitre em sua missão junto ao governo paraguaio, no final de agosto 1873, com a consequente ameaça de guerra com o Brasil, fez com que em 24 de setembro, o presidente Sarmiento encaminhasse ao Congresso o pedido de autorização para a adesão ao tratado de aliança peruano-boliviana. A discussão deste projeto se deu em sessões secretas. Tanto é que o ministro chileno em Buenos Aires, Blest Gana escreveu ao seu governo que a opinião pública argentina e ele mesmo guiado por induções lógicas, acreditava que as sessões secretas tratavam dos problemas limítrofes com o Paraguai e principalmente os que se relacionavam com o Brasil. (ENCINA, 1937). Posteriormente informará que o governo argentino “al mismo tempo sometió a la consideración del Congreso la idea de la conveniência de celebrar una alianza con las repúblicas de Bolivia y el Perú, para el caso posible de una guerra con Chile o con el Brasil.” (apud ENCINA, 1937, p. 16). Por sua vez, o governo brasileiro comunicava a seu representante diplomático em Santiago que “o governo imperial tem motivos para crer que a República Argentina trata de celebrar com a Bolívia e o Perú uma aliança relativa às questões de limites.” (ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Despacho à legação brasileira em Santiago, 17.02.1874).

Na Argentina, o senado rejeitou a proposta de aliança. A rejeição ao projeto de aliança com Bolívia e Perú esteve vinculado aos problemas de limites entre Argentina e Bolívia. O ministro das relações exteriores argentinas, Carlos Tejedor, julgava inaceitável que se utilizasse o princípio do *uti possidetis* nas questões limítrofes com o Chile e não aceitar o mesmo princípio nas questões com a Bolívia. (ESCUDE; CISNEROS, 1999, p).

A discussão, na Argentina, de um projeto de aliança com Bolívia e Peru produziu preocupações nos círculos diplomáticos de Chile e Brasil. Em fevereiro de 1874, o ministro brasileiro em Santiago, João Duarte da Ponte Ribeiro, informou ao presidente chileno, Federico Errázuriz e ao chanceler Adolfo Ibáñez, os termos do tratado peruano-boliviano de 1873 e os detalhes das sessões das câmaras argentinas, aconselhando tomar medidas preventivas para evitar uma guerra que poderia ser estendida para toda a América do Sul.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Ibáñez comunica isso a Blest Gana, em 22 de fevereiro de 1874, referindo-se à gravidade do fato e que o Chile não podia tomar resoluções importantes enquanto não tivesse conhecimento cabal dos propósitos, meios e fins da aliança, até por que “necesitamos ganar tiempo para armarnos.” (apud ENSINA, 1937, p. 22).

O governo chileno ao saber do tratado entre Peru e Bolívia, por intermédio do representante brasileiro, propôs uma aliança semelhante entre Chile e Brasil. Para o Chile uma aliança com o Brasil era fundamental, diante da possibilidade de o país ser envolvido em uma guerra em todas as suas fronteiras, com Argentina, Bolívia e Perú. O ministro brasileiro, seguindo as orientações do governo brasileiro recusou a proposta chilena. Isso, no entanto, não abalou as relações entre os dois países. (SANTOS, 2002, p).

* * *

As tensões entre Chile e Argentina só aumentavam em decorrência da indefinição dos limites territoriais na Patagônia. Em 1878 um tratado de limites chegou a ser firmado. No entanto, o mesmo não foi ratificado pelo governo chileno. Em março do ano seguinte a Bolívia declarava guerra ao Chile, invocando o tratado de aliança defensiva firmado em 1873 com o Peru. Iniciava-se a Guerra do Pacífico, conflito no qual o Brasil vai adotar a neutralidade.

Há que considerar que ao expandir seus territórios, que automaticamente causou problemas fronteiriços, Argentina e Chile conquistaram amplas superfícies territoriais de escasso ou nulo valor econômico e de muito limitado valor estratégico, embora de alto simbolismo e prestígio. (FERMANDOIS, 2005). Este simbolismo contribuiu de forma indelével para o aguçamento das tensões entre os dois países, que acabou resultando numa corrida armamentista, com a adoção do regime da “paz armada”.

Momentaneamente superada a crise entre Argentina e Chile por conta do tratado secreto bolívio-peruano, em julho de 1881, durante a Guerra do Pacífico, os dois países firmaram um tratado de limites.

Este tratado estabelecia como limites de Norte a Sul a Cordilheira dos Andes, através dos pontos mais altos que dividem as águas. Possíveis dificuldades que surgissem para estabelecer estes pontos seriam resolvidas através de dois peritos, nomeados para isso. A

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Argentina ficava de posse da Patagônia e o Chile ganhou o controle do Estreito de Magalhães e a posse de todas as ilhas ao sul do Canal de Beagle até o Cabo Horn e aquelas que situadas a Oeste da Terra do Fogo (GONZALEZ MADARIAGA, 1970).

Em seu artigo quinto, o tratado estabelecia que o Estreito de Magalhães “queda neutralizado a perpetuidad y asegurada su libre navegación para las banderas de todas las Naciones.” Para fazer valer esta neutralidade “no se construirán en las costas fortificaciones ni defensas militares que puedan contrariar ese propósito.” (GONZALEZ MADARIAGA, 1970, p. 418).

O tratado de 1881 foi amplamente discutido pela historiografia argentina e chilena. Analisando este tratado, Sergio Gutierrez Olivo (1985, p. 153) diz que:

El Tratado de 1881 fue una transacción entre las pretensiones de las dos partes. Esto es, la disputa sobre el alcance de la aplicación del *uti possidetis* y la imprecisión de alguno de los títulos coloniales invocados por las partes, las indujeron a no insistir inflexiblemente en sus pretensiones y a tratar de armonizarlas mediante mutuas concesiones.

Enquanto o Chile apresentava fundamentos jurídicos para firmar suas posses na região de Beagle, a Argentina contrapunha princípios geopolíticos.

A opinião pública argentina tornou-se cada vez mais polarizada em torno da disputa fronteiriça. O Chile era visto como um estado agressor pela facção chamada de "internacionalista" em expansão. Esses "internacionalistas" contavam em suas fileiras com distintas personalidades, como Roque Sáenz Peña, que havia servido no exército peruano durante a Guerra do Pacífico, Indalecio Gómez e Estanislao Severo Zeballos. Os dois últimos defendiam a adoção de uma linha dura em relação ao Chile. Outra facção, em oposição à anterior, foi formada pelo ex-presidente Bartolomeu Mitre, Carlos Pellegrini e outros setores intimamente ligados à economia exportadora e importadora. Esses homens perceberam que uma guerra contra o Chile poderia retardar o progresso econômico argentino e afetar seu comércio exterior, pois para esses homens, o caminho da Argentina para a grandeza estava atrelado a uma chave econômica. Com o passar dos anos, a Argentina cresceria e se tornaria cada vez mais rica e poderosa, até que a nação transandina parasse de ser um problema. (ESCUDE; CISNEROS, 1999).

Por sua vez, os chilenos viam seu vizinho com olhares variados. Gustavo Ferrari (1968) afirma que o sentimento chileno em relação à Argentina correu todo o espectro, da

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

inveja ao desprezo e da complacência presumida ao medo. Francisco Encina (1959) ressalta que a maioria dos intelectuais chilenos – com algumas exceções como Miguel Amunátegui, Adolfo Ibáñez, Vicente Pérez Rosales - lutou abertamente ou veladamente contra o compromisso do governo chileno de defender os direitos do país na Patagônia. Nesse sentido, os casos de José Victorino Lastarria ou Benjamín Vicuña Mackenna são exemplares. Vicuña Mackenna desenvolveu durante mais de dez anos uma firme campanha contra os títulos chilenos na região da Patagônia, culminando com um grande discurso no Senado e a publicação do seu livro intitulado *La Patagonia*.

Para Vicuña Mackenna (1880, p. 9) havia uma “falsa teoria del *utis possidetis* que no há existido jamás en la salvaje Patagonia” e que era apenas “la cajá de Pandora” da América. Não seria sensato um conflito armado por aquele território: “La única guerra a que puede hacerse en el corazon de la Patagonia, tan codiciada por nuestros diplomáticos i por los arjentinos, es una guerra de caníbales.” (VICUÑA MACKENA, 1880, p. 68).

Vicuña Mackenna era enfático em relação à possibilidade de uma guerra entre os dois países pela Patagônia

Por mas que se cansen, i por mas que griten, en efcto, los batalladores, ni Chile, ni la República Arjentina haran jamas la locura incompreensible de declararse la guerra por papeles; ni uno ni outro cometeran el crimen, mas incompreensible todavia, de asaltarse a cuchilladas por palabras. Chile es un país esencialmente concentrado por su topografia, su carácter i sus hábitos, para ser invasor. La República Arjentina es a su vez un país demasiado vasto para que necesite invadir. (VICUÑA MACKENA, 1880, p. 95).

E continuava o historiador chileno, no sentido de deslegitimar a pretensão chilena sobre aquele território:

La Patagonia no es de nadie. Es un fragmento de herencia yacente, es un eriazo pro-indiviso, que ni el rei de España, ni el Consejo de Indias, ni siquiera Alejandro VI en su famosa bula de distribución americana, dieran en propiedad ni en prenda, ni en servidumbre definitiva, ni al capitán general de Chile, ni al gobernador de Buenos Aires, ni al virei del rio de la Plata. (VICUÑA MACKENA, 1880, p. 96).

E concluía seu raciocínio afirmando: “*Es res nullius*”.

Entre os banqueiros, capitalistas e fazendeiros a ideia de uma ruptura com a Argentina em função da Patagônia foi percebida como irracional. Quanto à opinião pública,

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

inicialmente ficou indiferente à questão, mas anos mais tarde foram capturados pelos argumentos a favor do confronto entre os dois países. (ENCINA, 1959).

A vitória do Chile na Guerra do Pacífico certamente fez aumentar a auto-estima chilena, dando uma injeção de ânimo no sentimento nacionalista da sua população. O país tinha se tornado a primeira força militar da América do Sul, sendo considerado a “Prússia sul-americana”, o que o colocava em condições de fazer frente à Argentina com reais possibilidades de suplantá-la no caso de um conflito bélico. Na avaliação de Mario Barros (1970, p. 322, 355), a Argentina passou a temer o Chile.

Em decorrência das dificuldades causadas por divergências de interpretação entre as autoridades argentinas e chilenas na delimitação do que foi estabelecido no tratado de 1881, o risco de uma guerra entre a Argentina e Chile se fez presente novamente.

Em 1891 o Chile passou por uma guerra civil, com a derrocada do governo de José Manuel Balmaceda. A intervenção norte-americana na guerra civil chilena em favor do regime deposto, provocou um grave conflito diplomático entre os governos dos Estados Unidos e do Chile. As autoridades argentinas tentaram explorar este conflito a seu favor. Assim, a diplomacia argentina buscou uma aproximação com o governo norte-americano com o objetivo de fortalecer sua posição nas negociações com as autoridades chilenas.

Logo após a guerra civil chilena, um incidente diplomático entre EUA e Chile foi novamente aproveitado pela diplomacia argentina para enfraquecer seu rival transandino.

Numa briga de bar em Valparaíso entre marinheiros do encouraçado Baltimore dos EUA e civis chilenos resultou na morte de dois norte-americanos e vários feridos. Em torno de 40 marinheiros foram presos. O comandante do Baltimore, capitão Winfield S. Schley recebeu ordens de realizar uma investigação para apurar os fatos, o que significou uma ingerência dos EUA nas questões internas chilenas. Isso resultou numa grave crise diplomática, com os EUA exigindo reparações financeiras e um pedido de desculpas formais por parte do governo do Chile. Em janeiro de 1892 o presidente norte-americano Benjamin Harrison chegou a solicitar ao Congresso autorização para declarar guerra ao Chile caso as exigências não fossem atendidas. Em resposta, “la reacción chilena frente a estas amenazas fue prudente y digna. No quiso ahondar más en un problema diplomático de bases absolutamente artificiales; pago las indemnizaciones en un monto de \$ 75.000 y salvo la dignidade nacional.” (GUERRERO YOACHAM, 1977, p. 79).

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

A diplomacia argentina tentou tirar proveito do conflito entre os EUA e o Chile para consolidar sua posição na disputa da fronteira, usando dois mecanismos: 1. a promessa do ministro das relações exteriores Estanislao Severo Zeballos de ajuda ao governo dos EUA em caso de guerra com o Chile e sua oferta de fornecer animais e outros produtos às forças dos EUA em Antofagasta dentro de seis dias, se esse local fosse tomado pelos americanos; 2. apresentação ao governo chileno proposta para discussão das diferenças interpretativas do tratado de 1881, aproveitando a situação duplamente crítica para a administração pós-Balmaceda de conflito com os EUA e sua fraqueza política interna.

Segundo R.S. Pitkin, ministro dos EUA em Buenos Aires, Estanislao S. Zeballos em uma reunião por ele solicitada,

dijo que si la escuadra norteamericana tomaba Antofagasta podría abastecerse de productos agrícolas desde Salta. Argentina los enviaría. Que si lograba tomarse Antofagasta podía usar como base de estación el estuario de El Plata y que las tropas americanas podrían cruzar el territorio argentino rumbo a Chile. (apud BARROS, 1970, p. 537).

No entanto, uma década depois, Zeballos irá negar a sua intervenção em favor dos EUA. Tudo teria sido intriga dos seus adversários.

Políticos frívolos e intrigantes me han atribuido en Chile y en la Argentina el plan, pero hay prueba en contrario en los archivos públicos, como hay que me negué a cooperar eficazmente a la acción de los Estados Unidos ... para asestar a Chile un golpe mortal a raíz del suceso del Baltimore... Sobran también los documentos para comprobar que en aquel momento, el más agudo de la cuestión argentino-chilena, manifesté al gobierno norteamericano, respondiendo a una consulta de Mr. Blaine, que la República Argentina, miraría con desagrado el ataque a Chile, y que éste produciría en Sud América un efecto moral y comercial muy desfavorable a Estados Unidos. (apud ETCHEPAREBORDA, 1978, p. 176-177).

A historiografia chilena tem acusado o ex-ministro das relações exteriores argentino de recorrer à diplomacia dos EUA para resolver as disputas fronteiriças pendentes e "polonizar" o Chile.

* * *

O tratado de limites de 1881 suscitou alguns problemas de interpretação entre os eruditos das duas nações, já que na Puna de Atacama e no território Austral nem sempre coincidia com os picos mais altos com a linha divisória das águas e a fronteira tornou-se

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

difusa, por isso tornou-se necessário estabelecer uma nova interpretação do artigo primeiro daquele tratado. Assim, acontece o Protocolo de 1893, estabelecendo que de acordo com o espírito do Tratado de Limites de 1881, a República Argentina manteria sua soberania sobre todo o território que se estende ao leste da principal cadeia dos Andes, às costas do Atlântico, como a república do Chile ficaria com o território ocidental até as costas do Pacífico. Entendia-se a soberania de cada Estado no respectivo litoral seria absoluta, de tal forma que o Chile não poderia reivindicar qualquer ponto em relação ao Atlântico, bem como a República Argentina não poderia ter pretensões em relação ao Pacífico.

Isso, no entanto, não resolveu a questão. Além do problema da delimitação da fronteira andina, de acordo com os termos do tratado de 1881, agravados pela ambiguidade ainda maior do protocolo de 1893, a demarcação dos limites não andava. Em setembro de 1895 é assinado um novo protocolo objetivando acelerar a demarcação. No entanto, no final daquele ano, o ministro plenipotenciário do Brasil em Santiago, Henrique de Barros Cavalcanti de Lacerda, comunicava que não tinha adiantado a demarcação. Salientava que aquele documento havia sido saudado como “um seguro penhor de paz” e que deveria “ser completado por outro acordo que limitasse os armamentos das duas Nações.” Este era um problema sério, como pode se depreender da afirmação do representante brasileiro: “Finalmente, a questão de Tacna e Arica, interessando vivamente ao Perú e à Bolívia, pode ainda concorrer para que se mantenha a paz armada em que tem vivido Chilenos e Argentinos.” (ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. AHI. Ofício nº 24, da legação brasileira em Santiago, 28/12/1895).

Em 1896, o papa Leão XIII intercedeu para que os dois países tivessem uma solução pacífica para a questão de limites. Esta atitude foi comemorada por outros países da região: o senado brasileiro aprovou uma moção de congratulações aos dois governos que assim afastavam a possibilidade de uma conflagração armada. (ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Ofício nº 8, da legação brasileira em Santiago, 06.06.1896).

Uma dificuldade adicional na agenda das relações argentino-chilenas foi vinculada aos direitos dos países respectivos na chamada Puna de Atacama. Esta é uma região que foi ocupada pela Bolívia, mas por conta do resultado da Guerra do Pacífico acabou ficando para o Chile, que criou a província de Antofagasta, onde o território da Puna está localizado. A “Puna” de Atacama é um planalto andino de quase 4.000 metros de altura e cerca de 75.000

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

quilômetros quadrados, atravessado por cordilheiras de baixa elevação, que correm de sul a norte e de leste a oeste.

A complicação surgiu quando a Bolívia realizou negociações com a Argentina para fixar suas fronteiras, incluindo a Puna, e a cedeu para a Argentina, o que contribuiu para reavivar as tensões decorrentes das questões de limites dessa República com o Chile. Já no início de 1896 o representante brasileiro em Santiago alertava para este problema.(ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Ofício nº 1, da legação brasileira em Santiago, 28.01.1896).

Passados menos de dois meses, Henrique de Barros Cavalcanti de Lacerda voltava à questão, comunicando ao governo brasileiro:

A opinião pública aqui acha-se alarmada com a ideia da possibilidade de um rompimento entre o Chile e a República Argentina. Receia-se que esta esteja disposta a dar por esgotada a discussão sobre limites e a declarar a guerra. Esse temor é causado não só pelas notícias que diariamente são transmitidas de Buenos Aires acerca da atividade com que alí se prossegue na organização dos meios de ataque, mas também pela demora que se supõe ter havido por parte do governo chileno em aceitar ou repelir as proposições feitas pelo governo argentino, as quais chega-se a atribuir caráter de ultimatum, apesar da reserva em que tem sido mantidas.(ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Ofício nº 2, da legação brasileira em Santiago, 07.03.1896).

Duas semanas depois, o ministro brasileiro em Santiago volta à carga, dizendo que a imprensa chilena, que até aquele momento tinha agido de forma discreta diante “da linguagem hostil de alguns jornais argentinos” começava a mudar de posição, pois “o país inteiro é adverso a toda ideia de transação a qualquer solução que não seja baseada no estrito cumprimento dos ajustes em vigor.” Por outro lado, salientava que apesar da reserva do governo chileno, “sabe-se que na previsão de um rompimento, tido em geral como mais provável que a manutenção da paz, estão se tomando todas as medidas tendentes a por desde já o Chile em pé de guerra. Uma delas é a recente aquisição de um poderoso encouraçado, que tinha sido construído na Inglaterra para o Japão.” E concluía a missiva: “a situação é pois muito grave.” (ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Ofício nº 4, da legação brasileira em Santiago, 21.03.1896).

Na mesma época, da capital argentina, o ministro plenipotenciário brasileiro, Fernando Abbot também comunicava que na leitura de alguns diplomatas argentinos a “questão chileno-argentina atingiu período gravíssimo” estando na iminência de “qualquer desenlace: desarmamento ou guerra”. Mesmo que o confronto armado não acontecesse

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

naquele momento, “a República Argentina continua armando-se.” (ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Ofício nº 1 – reservado – da legação brasileira em Buenos Aires, 14.01.1896). No mês seguinte, o diplomata brasileiro informava “quão extremadas são as paixões que aqui desperta no espírito público a questão de limites com o Chile”. Com o resultado disso, “extraordinários elementos bélicos que aqui se estão aprestando, e o unanime propósito do governo e povo argentinos de nada ceder na referida questão, tornarão inevitável a guerra, se como tudo indica, forem iguais os sentimentos do governo e povo chileno.” A Argentina, tendo no horizonte um conflito armado com o Chile não poupava esforços: “a situação é tão grave que, no orçamento do ministério da guerra e Marinha ultimamente voto, está consignada a extraordinária soma de 100.000.000 de pesos, equivalente, pelo câmbio atual a Rr150.000.000\$000” (ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Ofício nº 4-reservado – da legação brasileira em Buenos Aires, 10.02.1896).

* * *

Como não poderia ser diferente, a imprensa dos dois países vai refletir esta preocupação armamentista, aguçando ainda mais a rivalidade entre os dois países.

O jornal *El Heraldo* (26 mar. 1896, s.p.), da cidade portuária de Valparaíso, afirma que nas negociações entre Chile e Bolívia para por término as pendências ainda da Guerra do Pacífico, a chancelaria argentina acreditou como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em La Paz “a uno de sus mas distinguidos estadistas, quien no hizo misterio de que el objeto único y exclusivo de su misión era entorpecer a todo trance aquella negociación de paz.” Em relação à Puna de Atacama, segundo aquele periódico, “Ni Bolívia, ni la Argentina pueden negar que dicha cesion fué um acto deliberado de hostilidade a Chile.” Talvez fosse por isso que a Argentina estaria se armando. “Las armas de la Republica Argentina serán una amenaza para Chile miéntras su gobierno mantenga la política de intervencion en nuestros asuntos del Pacifico.”

A política armamentista argentina era acompanhada pelo Chile, que segundo *E Heraldo* adotava procedimento semelhante.

La paz armada nos há hecho el daño de provocar estas desconfianzas recíprocas. Cada Pueblo recela que el vecino aproveche la primera oportunidad para hacer uso de sus armas. Los arjentinos creen que los

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

armamentos de Chile no tienen outro fin que llevarles la guerra. Por nuestra parte, nosotros creemos que los armamentos argentinos no tienen outro objeto que traer la guerra a Chile.

El Mercurio (21 maio 1896, s.p.), importante diário santiaguino externava o temor que havia em relação à corrida armamentista entre os dois países: “La paz armada em que hoi nos encontramos es peor que la guerra misma, pues que consume em gastos supérfluos y em elementos de destruccion, que solo sirven de oríjen para mútuos recelos, recursos que deberian contribuir al engrandecimiento comun.” Esta política armamentista, de acordo com aquele jornal, “corresponde, pues, a los gobiernos de Chile y Argentina desear una situacion que es criminal mantenerla entre dos pueblos vecinos y hermanos, arribando a una conclusion franca y definitiva, que sea lealmente de paz o de guerra.”

Algo muito semelhante acontecia com a imprensa de Buenos Aires. O jornal *El Tiempo* (01 mar. 1895, s.p.) afirmava que a militarização do Chile fazia crer que aquele país estava sendo chamado a desempenhar na América do Sul “el papel de la Prusia en la Europa Moderna”. No entanto, questionava: “es posible que Chile cuente con êxito en la realización de esse plan de hegemonia, si procede aisladamente y sin alianza alguna? Segundo o jornal, acreditava-se que o Chile esperava um resultado favorável à Argentina na questão de Missões com o Brasil, para “poder iniciar ó proseguir una guerra de alianzas. Esa nación conoce que de hoy en adelante, tendrá que arreglar sus asuntos con nosotros diretamente y sin perspectiva de alianza con otras naciones”, ou seja, o Chile não poderia mais contar com o Brasil. E de acordo com *El Tiempo*, “quedaria, en nuestra opinion, descartada la eventualidade de una guerra, pues Chile, sin la alianza del Brasil, jamás – así: jamás – entraria en guerra con la Argentina.”

Um dos grandes jornais da capital argentina, *La Nación* (14 jan. 1896) destacava um acordo comercial que estava sendo firmado entre Brasil e Chile, promovendo a navegação vapor entre portos dos dois países, concedendo subvenções pecuniárias e outros favores companhias nacionais. *El Diario* (14. jan. 1896) vai além, dizendo que além do tratado comercial Chile e Brasil celebrarão outros pactos reservados, deixando dúvidas sobre o alcance destes outros possíveis pactos, numa época de muita tensão entre Chile e Argentina.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

* * *

Em 1898 a questão da Puna de Atacama adquiriu contornos sérios, com o risco iminente de um conflito armado entre os dois países. O ministro brasileiro em Buenos Aires, Henrique de Barros Cavalcanti de Lacerda, vai observar que “seria para desejar que, diante de tal perspectiva, os referidos governos se entendessem, pois em caso contrário o Chile, por motivos de ordem militar, poderia apelar para soluções violentas antes que aumentasse o poder naval da República Argentina” (ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Ofício nº 3 – confidencial – da legação brasileira em Buenos Aires, 17.08.1898).

No mês seguinte, o governo brasileiro chegou a ordenar ao seu ministro em Buenos Aires, que procurasse saber como seria recebida proposta de bons ofícios por parte do Brasil na questão Argentina-Chile. O diplomata brasileiro informou que o oferecimento seria bem recebido, mas que não era o momento de fazê-lo, por que os dois governos procuravam entender-se dentro dos tratados e que haveria toda a probabilidade de que conseguissem, restando ainda o recurso da arbitragem. Informa ainda que se fosse o caso, a proposta “há de ser aqui apreciada como um novo testemunho de amizade da parte do Brasil e do seu sincero desejo de que a paz seja mantida”. (ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Ofício nº 10 – reservado – da legação brasileira em Buenos Aires, 20.09.1898).

Quando os dois países, não conseguindo acertar diretamente os limites na Puna de Atacama, encontram outra solução, o ministro brasileiro informará que “em 1º de março de 1899, 5 delegados de cada um dos países reunir-se-ão em conferência em Buenos Aires”, para tentar chegar a um acordo. Não sendo isso possível seria formada “uma comissão composta de um delegado argentino, outro chileno e do ministro dos EUA em Buenos Aires, deverá traçar definitivamente esta linha.” (ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Ofício nº 18 – da legação brasileira em Buenos Aires, 26.11.1898).

Ao final de março de 1899 da mediação conduzida por William Buchanan, ministro plenipotenciário dos EUA na Argentina, o governo norte-americano através da arbitragem dividiu o território. Dos 75.000 quilômetros quadrados, a Argentina ficou com 64.000 (85%) e o Chile com 11.000 (15%).

Ainda antes da solução, em 15 de fevereiro de 1899, os presidentes Julio Roca, da Argentina e Federico Errázuriz Echaurren, do Chile, se encontraram em Punta Arenas, no que ficou conhecido como o “abraço do Estreito”. Com este gesto, começou a distensão nas

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

relações entre os dois países. O ministro brasileiro em Buenos Aires analisando aquele episódio afirmou que

os últimos acontecimentos inauguram uma nova situação internacional Sul-Americana. Depois de um dilatado período de desconfiança e recíproca anulação, parece-me que se estreia definitivamente entre o Chile e a Argentina uma era de verdadeira concórdia e em que as duas nações se inclinam a uma estreita convergência de vida.” (ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Ofício nº 1-confidencial, da legação brasileira em Santiago, 22.02.1899).

Para o jornal chileno *El Ferrocarril* (23. fev. 1899, s.p.), o ato não significava apenas a paz entre os dois países. Comemorando o encontro presidencial o diz que “actos de esta naturaliza son una nueva prueba de confianza en las relaciones de Chile y Argentina, beneficiosa no solo para sus recíprocos interes, sino para la politica de paz internacional en esta parte del continente sud americano”.

Enquanto a questão limítrofe não se resolvia, a hipótese de guerra entre os dois países era uma constante. Como afirma Alejandro Alvarez (1911, p. 8-9), “hubo momentos en que, tanto à uno como á outro lado de los Andes, la guerra llegó á ser una aspiración nacional”.

M.C. Gonçalves Pereira, ministro brasileiro em Buenos Aires comenta, a partir de publicações da imprensa buenairense, que a campanha armamentista desenvolvida, principalmente por *La Prensa*, a partir de 1895, contribuiu para evitar uma guerra com o Chile, que estava bem mais armado, “tendo-se assim realizado mais uma vez o velho proverbio latino: “*se vis pacem para bellum*” (ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Ofício nº 20, da legação brasileira em Buenos Aires, 19.07.1900).

O quadro a seguir dá uma ideia da evolução dos chamados mecanismos de defesa, decorrentes da corrida armamentista entre os dois países que ingressaram no fenômeno da paz armada.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Poder Naval comparado de Argentina e Chile: 1895-1902
(em toneladas de deslocamento)

Tipo de navio	1895		1898		1902	
	Argentina	Chile	Argentina	Chile	Argentina	Chile
Encouraçados	8.800	12.200	27.020	20.700	59.480** *	42.750* *
Cruzadores	11.510	16.060	11.510	19.660	26.910*	23.690
Torpedeiros	2.006	1.920	2.006	4.132		
Navios auxiliares	2.630	3.430	2.542	1.590		
TOTAL	24.946	33.610	43.078	46.082	86.390	66.440
* 15.400 ton. em construção						
**23.600 ton. em construção						
***32.000 ton. projetadas						

Fonte: ESCUDÉ; CISNEROS, 1999; LACOSTE, 2001, p. 328.

Em que pese a questão de limites ter sido encaminhada, ambos os países continuaram a armar-se. Cristian Garay (2012, p. 32) chega a afirmar que, de certa maneira, em 1898 começou a verdadeira corrida armamentista entre os dois países. Quando a Argentina encomendou quatro novos cruzeiros, houve alarme no Chile, que procurou fazer novas encomendas navais.

Em Buenos Aires a campanha armamentista era insuflada por elementos como Estanislao Zeballos, que tinha forte influência sobre determinados segmentos da imprensa, notadamente sobre o jornal *La Prensa*. Diante da perspectiva de novas aquisições chilenas, o presidente Julio Roca teria advertido o ministro chileno em Buenos Aires, Carlos Concha Subercaseaux, que a Argentina estava disposta a contrabalancear cada aquisição cada aquisição naval chilena: “Es preciso que sepan que si Chile compra un buque, nosotros compraremos dos” (LACOSTE, 2002, p. 114).

A carreira armamentista logo mostrou seus resultados: na virada do século Chile e Argentina tinham, respectivamente a 6^a e 7^a esquadras mais poderosas do mundo (GARAY, 2012), considerando a quantidade de toneladas de deslocamento. Se for considerar a relação

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

peso de deslocamento da frota de guerra com a população, o Chile ocupava o primeiro lugar no planeta, enquanto a Argentina ostentava o terceiro lugar. (LACOSTE, 2001).

A tensão entre os dois países será exacerbada durante a Segunda Conferência Pan-americana que ocorreu no México (dezembro de 1901-janeiro de 1902), por conta de uma proposta argentina, representando um bloco formado por Peru, Bolívia, Paraguai e Uruguai, solicitando que Colômbia e Venezuela submetessem uma disputa territorial ao arbitramento. A delegação chilena percebeu nisso uma ameaça aos seus interesses na costa do Pacífico, onde mantinha pendências territoriais com Bolívia e Peru. De acordo com Escudé e Cisneros (1999) “la Conferencia de México demostró la insuficiencia del acercamiento argentino-chileno de 1898 y 1899 como estrategia de la diplomacia chilena para neutralizar a la Argentina y afirmar su hegemonía sobre el Pacífico.” Como resultado, ocorrerão manifestações anti-chilenas em La Paz e Lima, bem como em Buenos Aires, com a multidão gritando de “¡no más protocolos, guerra, guerra!” (ERRÁZURIZ GUILISASTI, 1968, p. 44)

Incidentes ocorridos na fronteira fizeram com que as relações entre os dois países novamente ficam tensas e o espírito bélico voltou a aflorar. No entanto, estas tensões logo serão dirimidas com a assinatura em 28 de maio de 1902 do *Tratado de Equivalencia Naval, Paz y Amistad*, mais conhecido como os “Pactos de Mayo”.

Os instrumentos diplomáticos que compõem os Pactos de Mayo eram:

- a) o ato preliminar ao Tratado de arbitragem pelo quais ambos os ministros plenipotenciários concordam em resolver todos os problemas amigavelmente.
- b) O Tratado geral de arbitragem: através de seus quinze artigos, ambas as Nações comprometem-se a submeter à arbitragem todos os litígios que não pudessem ser resolvidos através de negociações diretas; o rei da Inglaterra nomeado como árbitro que deve decidir de acordo com os princípios do direito internacional e cujo julgamento seria inapelável.
- c) A Convenção sobre a limitação de armamentos navais: com seus cinco artigos, ambas as nações se comprometem a não aumentar seus armamentos navais por cinco anos, e desistir dos navios de guerra em construção, produzindo uma discreta equivalência de forças.
- d) Ata sobre demarcação da fronteira. Os diplomatas, interpretando os tratados e protocolos anteriormente firmados, acordaram em pedir ao árbitro a designação de uma comissão para fixar no terreno os limites que determine a sentença proferida.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

A parte mais polêmica dos “Pactos de Mayo” foi a limitação na aquisição de mais navios de guerra. Estabeleceu-se o princípio da equivalência das esquadras; com isso os navios de guerra que estavam em construção não foram incorporados. A Argentina vendeu ao Japão os cruzadores *Moreno* e *Rivadavia*, que ficaram prontos em outubro de 1902. Por sua vez, o Chile vendeu à Grã-Bretanha os couraçados *Constitución* e *Libertad*, que ficaram prontos no final de 1903. Além disso, a Argentina desistiu de encomendar dois couraçados de 16.000 toneladas de deslocamento cada um, que estavam previstos. Os dois países se comprometiam a não aumentar seus efetivos navais por um prazo de cinco anos.

Sobre a limitação de armamentos navais, Alvarez (1911, p. 9) diz que o pacto “era sin precedentes en la historia diplomática universal; y en la segunda Conferencia e La Haya se le citó como un ejemplo en que debia inspirarse la política internacional de nuestra época.” Da mesma forma, para Octavio Errazuriz Guilisasti (1968, p. 77) “por primera vez en la historia de la humanidad dos países pactaban la disminución de sus armamentos. Hermosa lección de dos pueblos de la joven America a la vieja y culta Europa y al mundo en general.”

Fazendo uma avaliação dos Pactos de Mayo, Pablo Lacoste afirma que os mesmos significaram “el triunfo de los principios de arbitraje y limitación de la carrera armamentista como medios para alcanzar la paz de los pueblos.” Para o autor, neste acordo entre os dois países foram aplicados os princípios propostos pelo Czar Nicolau II em 1898, na Primeira Conferência Internacional de Paz, em que os governantes europeus, principalmente da Alemanha e França, se negaram a apoiar, e por isso perderam a oportunidade de impedir uma década mais tarde a eclosão da Primeira Guerra Mundial. (LACOSTE, 2001, p. 324)

O clima de paz se consolidou em novembro de 1902, quando o rei britânico Eduardo VII emitiu laudo arbitral sobre amplos territórios em litígio, ainda decorrentes do tratado de 1881. O monarca deixou de lado a controvérsia sobre se a linha divisória deveria passar pelos pontos mais altos do terreno ou pelo *divortium acuarium*, sustentados, respectivamente pela Argentina e pelo Chile, para pautar-se pelas realidades geográficas. Dos 94.000 quilômetros quadrados disputados ficaram 54.000 para o Chile e 40.000 para a Argentina. Ambos os países acataram a sentença arbitral e de imediato iniciaram a demarcação da fronteira internacional, com a colocação dos respectivos marcos.

* * *

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Todo manual de geopolítica indica que as fronteiras territoriais estão na origem da maioria das guerras pelas quais a humanidade já passou. Diante desta constatação, é possível imaginar que com uma fronteira de 5.150 km de extensão, a terceira maior do mundo, Argentina e Chile ao longo do tempo teriam tensionamentos em suas relações bilaterais decorrentes de imprecisões no estabelecimento das suas lindes territoriais.

A definição dos limites territoriais era fundamental para o fortalecimento da ideia de Nação. Do outro lado da linha fronteira estava o inimigo. No caso de Argentina e Chile o inimigo estava sempre pronto para ampliar o seu domínio. Assim, a indefinição da fronteira transformava-se num elemento bélico e era necessário uma “atualização” constante dos mecanismos de defesa. Desta forma, as pendências fronteiriças motivaram os dois países a empreender uma corrida armamentista, ingressando no fenômeno chamado de “paz armada”.

É possível pensar que o bom senso dos dirigentes argentinos e chilenos do início do século XX foi o responsável pelo encerramento da corrida armamentista entre os dois países. Os acordos para limitação de armamentos denominados de *Pactos de Mayo* representaram um marco crucial nas relações bilaterais no Cone Sul da América, impedindo que um confronto armado de grandes proporções eclodisse entre Argentina e Chile, o que, possivelmente, arrastaria outros países da região para o conflito bélico.

Referências

ALVAREZ, Alejandro. *Rasgos generales de la Historia diplomática de Chile (1810-1910)*. Santiago de Chile: Imprenta, litografía y encuadernación “Barcelona”, 1911.

BARROS, Mario. *História diplomática de Chile: 1541-1938*. Barcelona: Ediciones Ariel, 1970.

BASADRE, Jorge. *História da República do Peru*. Lima: Peruamerica SA, 1964.

BULNES, Gonzalo. *Guerra del Pacífico: de Antofagasta a Tarapacá*. Valparaíso: Sociedad imprenta y Litografía Universo, 1911.

ENCINA, Francisco A. El proyecto de alianza Perú-Boliviana-Argentina de 1873-75 y la iniciativa de don Abdón Cifuentes en la adquisición de los blindados chilenos. *Boletín de la Academia Chilena de la Historia*. Santiago, Año IV, nº 9, p. 7-32, 2º sem. 1937.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

- ENCINA, Francisco A. *La cuestión de límites entre Chile y la Argentina desde la Independencia hasta el tratado de 1881*. Santiago: Nascimento, 1959.
- ERRAZURIZ GUILISASTI, Octavio. *Las relaciones chileno-argentinas durante la Presidencia de Riesco, 1901–1906*. Santiago: Editorial Andres Bello, 1968.
- ESCODÉ, Carlos; CISNEROS, Andrés. *Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1999.
- ETCHEPAREBORDA, Roberto. *Historia de las relaciones internacionales argentinas*, Buenos Aires, Pleamar, 1978.
- FERMANDOIS, Joaquín. *Mundo y fin de mundo: Chile en la políticamundial, 1900-2004*. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 2005.
- FERRARI, Gustavo. *Conflicto y paz con Chile: 1898-1903*. Buenos Aires: Eudeba, 1968.
- GARAY, Cristian. Las carreras armamentistas navales entre Argentina, Chile y Brasil (1891-1923). *História Crítica*, nº 48, Bogotá, sep./dic. 2012.
- GONZALEZ MADARIAGA, Exequiel. *Nuestras relaciones con Argentina*. Una historia deprimente – el tratado de paz, amistad, comercio y navegación de 1856, al tratado de límites de 1881. Santiago: Editorial Andrés Bello, 1970.
- GUERRERO YOACHAM, Cristián. Chile y Estados Unidos: relaciones y problemas, 1812-1916. In: SANCHEZ, Walter; PEREIRA, Teresa (org). *Centocinquenta años de política exterior chilena*. Santiago: Editorial Universitaria, 1977.
- GUTIÉRREZ OLIVOS, Sergio. Comentarios sobre el tratado de paz y amistad con la Argentina. *Estudios Políticos*, 1985, p. 153. Disponible em <https://cepchile.cl>
- IRIGOYEN, Pedro. *La alianza Perú-boliviano-Argentina y la declaratoria de guerra de Chile*. Lima: San Marti & Cía. Impresores, 1921.
- LACOSTE, Pablo. Chile y Argentina al borde de la guerra (1881-1902). *Anuario del del Centro de Estudios Históricos “Profesor Carlos S. A. Segreti”*. Córdoba (Argentina), Universidad Nacional de Córdoba, año 1, nº 1, 2001, p. 301-328.
- LACOSTE, Pablo. Argentina, Chile y los Pactos de Mayo (1902). *Revista Diplomacia*. Santiago de Chile, nº 89, 2002, p. 107-136.
- MERCADO JARRÍN, Edgardo. *Política y estrategia en la guerra de Chile*. Lima, 1979.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

SANTOS, Luis Cláudio Villafãne Gomes. *O Império e as Repúblicas do Pacífico: as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889)*. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

VICUÑA MACKENA, Benjamin. *La Patagonia (Estudios geográficos i políticos a esclarecer la “Cuestion Patagonia”, com motivo de las amenazas recíprocas de guerra entre Chile i la República Argentina)*. Santiago de Chile: Imprenta del Centro Editorial, 1880.

**TOKIO JOKIO: OS JAPONESES EM FOCO NOS DESENHOS ANIMADOS DA
WARNER BROS. (1942-1945)**

Inajara Barbosa Paulo¹⁷⁴

Considerações iniciais

O presente artigo tem como objetivo o debate sobre a representação do japonês nos curtas de animação lançados pela Warner Bros entre 1942 e 1945. É notório que nas produções do período da Segunda Guerra havia um empenho na representação dos inimigos americanos: os nazistas e os japoneses. Enquanto se tinha um esforço em se distinguir nazistas do próprio povo alemão, um inimigo de viés ideológico e concentrado em nomes como Hitler e Göring mas que não ameaçava o *status quo* racial estadunidense, o mesmo não acontecia com os japoneses, o que repercutiu numa crescente onda de violência para com os nipo-americanos.

Além disto, a animação merece ser levada a sério como um documento histórico, haja vista que os mesmos são um testemunho satírico, uma representação dos sentimentos e humores dos Estados Unidos não só na década de 1940, mas em todo o século XX. Neste trabalho, será mostrado a importância que tais desenhos tiveram, não só como um retrato da época em que estão inscritos para o historiador, mas também o seu papel na formulação pictórica do inimigo americano que despontava ao oriente: o Japão.

O perigo amarelo e o cinema

Segundo o historiador Peter Burke (2004), quando um grupo é confrontado por uma outra cultura, podem ocorrer duas reações: uma seria negar ou ignorar a distância cultural, assimilar o outro através de analogias de forma consciente ou inconscientemente. Neste caso, o outro é visto como um reflexo do eu. A segunda reação é o reverso da primeira. É uma construção inconsciente ou consciente da outra cultura como oposta à nossa. Para esta construção do imaginário coletivo, onde o outro configura como uma oposição a tudo que simboliza o eu, é de suma importância o uso das imagens visuais.

174 Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Sempre quando há o encontro de duas culturas, é notável que a imagem que cada cultura possui da outra seja estereotipada, uma versão simplificada em forma de caricaturas, anedotas e sátiras. Estes são os meios mais comuns de se apreender essa impressão do outro (ZINK, 2011). O estereótipo pode não ser completamente falso, mas exagera em alguns traços da realidade e omite outros. Pode ser um gerador de humor, malícia e ironia e possui uma praticidade útil em tempos de guerra. No caso destes períodos, esse mecanismo se torna algo institucionalizado, com o aval político, econômico e religioso.

Indo além dos aspectos políticos, territoriais e econômicos, a Segunda Guerra Mundial também foi um conflito racial, e este aspecto foi profundamente explorado na propaganda em ambos os lados, fazendo uso largo dos estereótipos. Mesmo tendo em face a massiva propaganda preconceituosa produzida no período, com exceção do genocídio dos judeus, pouco se é falado da guerra racial travada por parte dos aliados. E um país fundado e forjado nos princípios de superioridade racial como os Estados Unidos, era inevitável uma construção narrativa em ataque aos seus inimigos nipônicos sob um viés preconceituoso (KOPPES, BLACK, 1987).

Além disto, a história da propaganda de guerra aliada aponta sempre uma fórmula básica para sua produção: o antagonismo entre civilizado/bárbaro (inferioridade racial ou de costumes), nós/outros. Isto no caso japonês será fundamentado no mito do “perigo amarelo”.

Enquanto se denunciava a Alemanha nazista pelo seu discurso e ações em prol da superioridade ariana, a hipocrisia era reinante na sociedade americana, que combatia os ideais nazistas enquanto negros eram sujeitos as Leis Jim Crow,¹⁷⁵ o segregacionismo ainda era vigente nas Forças Armadas e duras regras de imigração eram impostas aos não-brancos, até mesmo os judeus fugidos da perseguição nazista. Ao passo de que, para as forças do Eixo havia uma declaração de que as mesmas estavam em guerra para a criação de uma nova ordem mundial, revitalizando valores tradicionais e “transcendendo o moderno”, como alguns pensadores japoneses afirmavam, as forças aliadas levantaram a bandeira do combate à tirania

¹⁷⁵ As *Jim Crow Laws* foram leis locais e estaduais vigentes no sul dos Estados Unidos, que institucionalizaram a segregação racial, principalmente para negros, mas que atingiam também latinos, asiáticos e outros grupos étnicos. Vigoraram entre 1876 e 1965, e foram revogadas pelo *Civil Rights Act* em 1964.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

e opressão, que estavam sintetizados no discurso das “quatro liberdades”¹⁷⁶ de Roosevelt (DOWER, 1987).

O conceito de perigo amarelo no qual se baseava a propaganda de guerra estadunidense, no caso, aversão ao Japão e China, remonta às invasões mongóis a Europa por parte de Genghis Kahn no medievo, e resgatado na segunda metade do século XIX durante as grandes massas migratórias de chineses e japoneses nos Estados Unidos para o trabalho nas estradas de ferro. Tal medo tem por base o terror racial e crença de que uma força superior e sombria vinda do oriente destruirá a civilização ocidental (MARCHETTI, 1983).

Na Califórnia, durante a década de 1870, operários brancos da classe trabalhadora, temerosos de perder seus empregos em meio a um declínio econômico, discriminaram as "hordas amarelas imundas" da Ásia.

Em relação às ondas imigratórias provenientes do Japão, somente nas décadas finais do século XIX que houve um crescimento da colônia japonesa nos Estados Unidos. Em 1880, eram apenas uma centena de imigrantes nipônicos vivendo no país, em 1898, este número saltou para 2.000, e em dois anos, passou para 12.000. Muitos destes eram vindos das cidades mais pobres, do interior do Japão, em busca de desenvolver agricultura familiar ou empregos na Califórnia, onde em 1892 foi proibida a mão de obra chinesa. Apesar das leis de controle por parte do governo nipônico, a massa de imigrantes japoneses só aumentou, em especial para o Havaí e Califórnia, este último agora dirigia seu preconceito racial de décadas com os chineses para os japoneses, que agora representavam uma grande massa de trabalhadores nas plantações e indústria do estado. Os primeiros protestos contra a minoria japonesa irão acontecer em 1900, quando um surto de peste bubônica apareceu em São Francisco, que levou o prefeito e autoridades a colocar em quarentena chineses e japoneses. Como resultado das agitações, o governador da Califórnia estendeu as leis de exclusão dos chineses para os japoneses.

Outro fator que levou ao crescimento e consolidação do sentimento anti-japonês nos Estados Unidos está nas relações diplomáticas e econômicas entre os dois países, em especial

¹⁷⁶ *The four Freedoms speech*, ou Discurso das quatro liberdades, foi a fala proferida pelo então presidente Franklin D. Roosevelt no Congresso americano em 6 de janeiro de 1941. No discurso, é ressaltado as quatro liberdades fundamentais que toda pessoa deveria desfrutar: liberdade de expressão, liberdade de crença, liberdade do querer e liberdade do medo. O discurso foi feito 11 meses antes do ataque a Pearl Harbor seguido pela entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra. Disponível em: <http://voicesofdemocracy.umd.edu/fdr-the-four-freedoms-speech-text/>. Acesso em: 04/jun./2018.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

após a Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) e a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905). A Primeira guerra Sino-japonesa, apesar de não ter tido tanta repercussão no cenário ocidental, foi um ponto catalisador do discurso do perigo amarelo agora encarnado na figura do japonês. A guerra entre o Estado insular da Ásia Oriental e o seu maior vizinho continental indubitavelmente marcou um ponto importante no "imperialismo mimético" do Japão (KLEIN, 2015). No caso, esta estratégia do império japonês é a tentativa de imitar o imperialismo ocidental, sendo parte das reformas implantadas na Era Meiji, em 1868.

Por esse termo, o historiador americano Robert Eskildsen (2002) refere-se à sua estratégia de imitar o imperialismo ocidental, que, ele argumenta, tinha sido parte integrante das reformas Meiji desde seu início em 1868. O governo em Tóquio iniciou sua política imperialista. Nesta campanha, anexou as Ilhas Ryūkyū, um estado tributário do Império Chinês, em 1879, renomeando para a prefeitura de Okinawa. Como resultado da guerra de 1894/1895, adquiriu sua primeira colônia, a ilha de Taiwan. Devido a uma combinação de colonialismo formal e direitos informais exercidos na China, na década de 1890, o Japão havia demonstrado com sucesso seu status como igual às potências europeias e aos EUA.

Em contraste com a guerra Sino-Japonesa, a guerra Russo-Japonesa de 1904-1905 teve grande repercussão no cenário internacional, em especial pela estrondosa vitória do Japão, sendo a primeira vez que uma nação não-europeia derrotava um país europeu (KLEIN, 2018). Os sucessos militares da pequena ilha evocavam a retórica do “perigo amarelo”, o que, segundo John Dower (1986), a visão da ameaça do Oriente sempre foi mais racial que nacional. Ela derivava não da preocupação com qualquer país ou povo em particular, mas de um sentido vago e ameaçador do vasto, sem rosto, sem nome. Horda amarela: a maré crescente, de fato, de cor.

Primeiramente, a opinião popular estadunidense esteve a favor dos japoneses frente a Rússia, que estava aparentemente lutando contra o Imperialismo Pan-eslavista. Entretanto, com as sucessivas vitórias nipônicas, os ânimos começaram a mudar. Logo, os californianos estavam compartilhando a propaganda do “perigo amarelo” japonês, levando ao Chefe do Comitê de assuntos militares a declarar que se o Japão vencesse a Rússia, eles iniciariam uma guerra contra os Estados Unidos pelas Filipinas (BUELL, 1922).

Assim como toda arte é um fruto de seu período e de seu espaço geográfico (haja vista que Hollywood se encontrava no coração da Califórnia, estado com longo histórico

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

antioriental), o cinema, desde a sua origem, tem um longo histórico discriminatório na representação do asiático, seja chinês ou japonês, muitas vezes tratados como se não houvesse diferença entre ambos povos. Seu maior exemplo é o *Yellowface*, uma variante da *Blackface*, onde um ator não asiático (normalmente caucasiano) usa de maquiagem e próteses para representar um oriental (MARCHETTI, 1983). A representação do oriente no cinema sempre foi tentadora para Hollywood, toda a aura de mistério e exotismo seria um território rico a se explorar pelo cinema americano. O romance entre a indústria cinematográfica americana e a concepção criada pelo ocidente da Ásia seria um território seguro para a exploração da sensualidade e desvio moral, que não seria permitido nos espaços já civilizados do mundo ocidental. *The adventures of Kathlyn* (1910) e *The yellow menace* (1916) eram exemplos da construção imagética do oriente sob as lentes ocidentais, sem distinção entre chineses, coreanos ou japoneses, mas todos de natureza perniciososa e inferioridade racial. No entanto, a ameaça japonesa era tratada de forma singular, acusados de buscar a “profanação” racial na América, e também de agressividade na competição econômica (OEHLING, 1978). Nos primeiros anos do cinema, a imagem dos asiáticos, em especial japoneses, era do vilão que tenta seduzir a jovem branca para estuprá-la ou da *Dragon Lady*, a mulher fatal asiática, que seduz e leva a perdição seus amantes brancos. Esses filmes eram um elo com os medos e paranoias nacionais, onde o estupro da garota branca se torna uma metáfora da ameaça a cultura e economia ocidental por parte do imperialismo japonês.

Tais narrativas, com interações sexuais inter-raciais, são de fato surpreendentes em uma *Hollywood* que estava no centro, tanto geográfico como moral, das políticas anti-japonesas e anti-chinesas californianas. De fato, o MPAA,¹⁷⁷ sempre buscando uma não intervenção governamental na produção fílmica, regulamentava e vetava a maioria das narrativas que abordavam a miscigenação, seja com asiáticos, negros ou latinos (MARCHETTI, 1983). Com o advento do *Código Hays*, qualquer forma de retratação ou insinuação sobre miscigenação foi oficialmente proibida em qualquer narrativa fílmica.

Com o avanço das políticas imperialistas do Japão no decorrer dos anos 30, a imprensa ocidental publicava com grande receio os avanços japoneses, em especial a norte-americana, que trazia ao seu público as histórias de abusos por partes dos militares japoneses na zona ocupada e dos americanos que ainda persistiam em viver na cidade de Nanking, missionários

177 Motion Picture Association of America.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

das igrejas Episcopal, Discípulos de Cristo, Presbiteriana e Metodista. Para coordenar seus esforços, estes formaram o Comitê Internacional de assistência a Nanking (SILVA, 2011). Artistas em Hollywood passaram a apoiar as vítimas das agressões japonesas, organizando grupos antifascistas. O *The Motion Picture Artists Committee* (MPAC) arranjou boicotes aos produtos japoneses e promoveu eventos para angariar fundos e enviar suprimentos médicos e alimentos para a China. Como muitos desses comitês eram formados por sindicatos ligados a *Hollywood*, eles sofreram investigação por parte do governo acusados de promoverem atividades comunistas (McLAUGHLIN; PARRY, 2006).

No tocante das animações, os desenhos animados também participavam de forma ativa na produção de conteúdo com alto teor político, mesmo quando ele se ausentava de forma direta nas telas dos cinemas. Também sujeitos as mesmas regras de censura dos filmes, as animações muitas vezes conseguiam burlar as restrições dentro de seu universo do surreal e fantástico. Os desenhos animados americanos lançados na década de 1930 podem ser divididos em duas categorias: desenhos com menções pontuais ao nazismo e fascismo e desenhos pacifistas. Havia uma crença em Hollywood que se os Estados Unidos fossem entrar na guerra seria por algum motivo provocado pelo lado ocidental do conflito, então não havia interesse, por parte dos desenhos, em trazer os japoneses como vilões de uma iminente guerra (SCHULL; WILT, 1987). Ssa crença é visível se formos analisar que ao mesmo tempo que algumas animações já traziam caricaturas de Hitler e Mussolini como “vilões”, nunca apareceu nenhum desenho com menção a qualquer personagem político japonês até a entrada dos EUA na guerra. Por mais que os EUA já estivessem em um estado de semi-mobilização desde 1939, o choque provocado pelo ataque a Pearl Harbor ao público geral e para Hollywood foi real. Era o dia da infâmia, onde o país havia sido atacado pelo inimigo que ele mais subestimara e isto, com toda a carga racial, virá para as animações do período de guerra.

O estereótipo do outro: a construção imagética do japonês nos desenhos

Por mais que o *Office of War Information* (OWI) emitisse pareceres que desencorajassem a retratação do inimigo japonês de forma radical, era impossível fugir da tentação e praticidade que os estereótipos proporcionavam. Ainda que houvessem longa metragens que traziam o japonês como um adversário, nenhum retratava o mesmo como uma

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

ameaça ao “eu” americano. Características como deslealdade e falta de cavalheirismo no “jogo da guerra” até então eram somente símbolo de perigo para outros povos, como os chineses, e onde sempre o herói branco, americano ou inglês, aparece para a sua libertação.

As animações produzidas neste período, em sintonia com a produção cinematográfica, são um retrato mais explícito e visceral da propaganda de guerra anti-japonesa. Segundo Burke (2004, p. 23):

Enquanto os escritores podem esconder suas atitudes sob uma descrição impessoal, os artistas são forçados pelo meio que trabalham a adotar uma posição clara, representando indivíduos de outras culturas como semelhantes ou diferentes deles próprios.

A animação, por sua própria natureza técnica, tendenciosa ao exagero, vai produzir um acervo de símbolos muito mais radical e influente que os outros meios e, devido a sua própria afinidade e capacidade de penetração em todas as faixas etárias. Será um meio eficiente de propaganda, sendo reconhecido tanto pelos executivos dos grandes estúdios, quanto pelo próprio governo estadunidense.

Todos esperam que o desenho seja exagerado, que vá além dos limites da realidade. Os personagens do desenho, em sua maioria, não são humanos e quando são representações de um, em especial no caso do japonês, aparecem em um hibridismo estético entre pessoa e animal, fazendo coisas que o ser “civilizado” não faz.

Para entender os estereótipos criados em torno da figura do japonês com o uso de figuras animais, é necessário entender, dentro da cultura americana, quais simbologias animais são consideradas negativas e porque as mesmas seriam associadas ao seu adversário nipônico. Para Jung (2016), o animal representa a natureza primitiva e instintiva do homem. As formas animais designam movimentos e experiências psíquicas, que surgem em outras manifestações do inconsciente e quanto mais primitivo o animal, mais profundo o extrato do inconsciente ele representa. É um fenômeno psicológico comum um indivíduo se identificar em alguma coisa ou animal.

Na linguística, as metáforas animais são avaliadas por Kövecses (2010) como o terceiro domínio-fonte mais produtivo das Metáforas Conceituais presentes em nosso sistema conceitual. Segundo o autor, boa parte do comportamento humano é compreendido em termos do comportamento animal. Esse recurso é utilizado, em sua maioria, para mapear de forma

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

negativa ou positiva as características dos seres humanos. Segundo Gilbert Durand (2002, p. 13):

O animal apresenta-se como um abstrato espontâneo, o objeto de uma assimilação simbólica, como mostra a universalidade e a pluralidade da sua presença tanto numa consciência civilizada como na mentalidade primitiva. A linguística comparada notou também, desde há muito tempo, que a repartição de substantivos faz-se primitivamente segundo as categorias do animado e do inanimado. O Bestiário, portanto, parece solidamente instalado na língua, na mentalidade coletiva e na fantasia individual. Na animação, esse recurso linguístico materializa-se na tela de cinema em forma de imagens de personagens animais ou antropozoomórficos onde, no caso dos inimigos do Eixo. Os animais escolhidos para esta construção narrativa são arquétipos há muito no imaginário do homem ocidental como símbolos de fraqueza, primitivismo, ou qualquer antônimo às qualidades que o “ser americano” enxergava em si.

Uma das metáforas animais mais utilizadas nas animações para caracterizar o japonês foi a do macaco.

Figura 1: O macaco japonês no desenho Cap n' Cub, de Ted Eshbaugh (1945).



III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Na imagem acima, extraída do desenho *Cap n' Cub* (1945), os bichos aliados (ratinhos e cachorros) enfrentam nos ares os aviões dos macacos japoneses. No trecho, o símio está a mirar uma aeronave de seus adversários, para fazer um ataque pela traseira. Apesar de ser algo na atualidade compreendido como racista, poucos entendem porque no imaginário ocidental a figura deste animal é associada a minorias, como africanos, indígenas ou asiáticos.

Esta metáfora remonta ao Iluminismo europeu, onde estudiosos afirmavam que as raças humanas haviam sido criadas por Deus de forma separada. Nesse esquema, os europeus brancos eram descritos como os mais próximos dos anjos, enquanto os demais grupos estariam mais próximos aos macacos (BRADLEY, 2013). Em 1770, o cientista holandês Petrus Camper (1722-1789) afirmou que o homem original era grego antigo. Quando este humano original colonizou a superfície do globo, ele degenerou sob a influência do clima. Na visão de Camper, macacos, chimpanzés e orangotangos eram versões degeneradas do homem original.

Com a Teoria da seleção natural de Darwin (1809-1882), que aponta os grandes símios como nossos ancestrais, a associação do ser humano com os macacos de forma pejorativa ganha um aval cientificista. Além disso, embora a maioria dos evolucionistas acreditasse que todas as raças humanas descendiam da mesma linhagem, eles também notaram que a migração e a seleção natural e sexual criaram variedades, “raças” humanas que, aos seus olhos, pareciam superiores ou inferiores. E os novos campos de estudo do homem, como Sociologia e Antropologia, afirmavam no campo cultural a superioridade ou inferioridade de determinados grupos étnicos baseados no conceito de raça. Cada uma dessas maneiras de pensar sobre a relação entre humanos e macacos reforçou a conexão feita pelos europeus e povos americanos de origem europeia em pensar o outro como mais semelhantes aos macacos que ao ser humano.

Em *Tokio Jokio* (1943), desenho feito em formato de um cinejornal, como o locutor diz, “um exemplo da terrível propaganda japonazi”, os japoneses são representações de humanos, mas todos possuem características que os deformam a ponto de serem mais semelhantes a macacos do que a seres humanos. Todos, sem exceção, são retratados com grandes orelhas, narizes grandes, lábios carnudos (semelhantes às caracterizações de Blackface), dentes encavalados ou exagerados para sua boca, baixa estatura, coluna

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

encurvada, o que não permite ficar numa postura ereta e pernas côncavas, que afetam o seu modo de andar.

Figura 2: Japonês fritando uma salsicha numa bomba incendiária em Tokio Jokio (1943)¹⁷⁸



Na imagem acima, extraída do segmento supostamente educativo com relação a bombas incendiárias, vemos uma ilustração de um “típico” japonês, com roupas da aristocracia europeia, mas com uma constituição que pouco lembra a humana, com pernas curtas, orelhas e dentes grandes e olhos “rasgados”. O pequeno ser usa uma bomba incendiária para assar uma salsicha, deixando evidente a ignorância baixa capacidade de raciocínio do povo nipônico.

¹⁷⁸ Fonte: Tokio Jokio (1943). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sy9rGAO-qfc>> Acesso em: 04/03/2019.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

No trecho dedicado a demonstração de calma e controle do General Masaharu Homma (1887-1946) frente a um ataque aéreo (4''05'''), é apresentado um personagem desesperado correndo em uma floresta atrás de abrigo. Ao encontrar um esconderijo numa casca de árvore, o oficial se depara com um gambá. Entretanto, quem veste uma máscara para se proteger do fedor característico é o animal. A imagem abaixo, que traz este momento de encontro do animal com o oficial nipônico é emblemática, pois mostra um gambá muito mais humanizado que o próprio japonês, tendo até mesmo que se proteger atrás de uma máscara de gás.

Figura 3: O gambá com máscara de gás para se proteger do japonês em Tokio Jokio (1943)¹⁷⁹



A escolha em retratar o primitivismo como fenótipo inato ao japonês é ainda mais evidente no desenho *Bugs Bunny Nips the Nips* (1944), onde a estrela dos desenhos da

¹⁷⁹ Fonte: Tokio Jokio (1943). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sy9rGAO-qfc> . Acesso em: 04/03/2019.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Warner, *Pernalonga*, se vê em uma ilha deserta “infestada” de japoneses. Esta animação, por em cores, nos permite perceber a escolha sempre por cores amareladas para retratar a pele do adversário nipônico. No curta, os soldados japoneses apresentam os mesmos moldes fisionômicos dos de *Tokio Jokio*: baixa estatura, orelhas de abano, dentes grandes, miopia, pernas côncavas e curtas e baixa estatura. Entretanto, outro detalhe é acrescentado nestes personagens, que agora encontram-se descalços, com pés deformados e desproporcionais para sua estatura.

Na aparição do guerreiro nipônico se faz desnecessária a presença de um personagem que represente um equivalente (humano) como herói (estadunidense), suas feições e maneirismos foram feitos para ressaltar sua natureza animalisca e inferioridade mesmo em presença de um simples coelho. Além de sua postura e gestos semelhantes a um primata, o personagem está constantemente histérico, gritando palavras sem nexos com uma voz estridente. A atitude do herói Pernalonga no curta mostra que, além dele ter trejeitos com mais “humanidade” que seu rival, revela um comportamento dotado de crueldade e desdém para com o japonês, adversário tido como traiçoeiro e desleal, desumanizado ao máximo, o qual não merece ser respeitado como um adversário à altura.

O segundo adversário nipônico no curta é uma figura tradicional da sociedade japonesa: o lutador de sumô, que é retratado com uma corpulenta fisionomia em desproporção com a cabeça, que é pequena, mas com os característicos dentes evidentes, em aspectos semelhantes a um gorila. O representante nipônico se revela exatamente o que seus traços indicam: uma massa corpórea que se resume a força, mas pouca inteligência, tornando-se alvo fácil da inteligência do astuto coelho. Sendo derrotado no embate corpo a corpo, o coelho sabe que não adianta recorrer a meios brutos para a vitória, então recorre a estratégia do travestimento temporário, onde se veste de mulher para fugir de uma situação ou para derrotar seu adversário. Aparece para seu inimigo vestido de Gueixa, a *Dragon Lady* nipônica, fazendo com que o lutador se apaixone. A ver seu adversário já sem defesas, de olhos fechados e à espera de um beijo de sua amada, desfere o golpe mortal em sua cabeça. O adversário, antes impossível de combater pelos meios “legítimos”, é neutralizado pela artimanha do coelho (SANDLER, 1998), e derrotado pelo golpe de marreta. O lutador olha para o público, com o semblante já desfigurado pela dor, pronto para a sua queda final.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Figura 4: O lutador de sumô e a sua "gueixa" em Bugs Bunny Nips the Nips (1944)¹⁸⁰



Em *The Ducktators* (1942), a figura do pato é escolhido como protagonista na história que, antes mesmo de *A Revolução dos bichos* (1945), escolhe o ambiente bucólico da fazenda para construir sua alegoria de como os regimes totalitários operam em uma sociedade. O cenário perfeito para construir a narrativa de que “animais são iguais, mas alguns animais são mais iguais que os outros” (ORWELL, 1983). O pato, na simbologia ocidental, é um representante da fraqueza, animal que facilmente engana-se, uma presa fácil.

Em *The Ducktators*, os três ditadores responsáveis pelas nações do Eixo encontram-se representados como aves (Hitler e Tojo como patos e Mussolini como ganso), assim como também aqueles que são seduzidos pelas palavras dos líderes e tomam conta da fazenda. O desenho traz como personagem principal e “vilão” da história o pequeno *Adolf Duck*, mas aos 4’33’’ do curta o narrador anuncia a terceira força para tornar o Eixo ainda mais “bobo”. Na

¹⁸⁰ Fonte: Bugs Bunny Nips the Nips (1944). Disponível em: <https://www.dailymotion.com/video/x3gfpfd>. Acesso em: 04/03/2019

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

aparição do *Tojo Duck*, o pato faz sua entrada, remando em um lago e cantarolando: “*I’m a japanese sap man, sneaking on with the dew; I’m just a japanese sap man, I’m a little crazy too*”¹⁸¹ (PAULO, 2019). O pato traz todos os traços do estereótipo vigente deste adversário oriental: olhos puxados com óculos, coluna encurvada dentes grandes e modos afetados, sempre esfregando as mãos e pedindo desculpas pelo comportamento, embora ele se comporte de forma ardilosa, tentando “anexar” e transformar em uma “ilha sob mandato japonês” o que acaba por se revelar um casco de uma tartaruga. A tartaruga indignada põe-se a bater no pato japonês, que tenta fugir das pancadas fingindo ser chinês. Dos três animais protagonistas, é o menor e mais afetado em trejeitos, caracterizando a diferença de tratamento por parte dos animadores para com os personagens nipônicos.

Figura 15: Tojo Duck tentando fugir da investida da tartaruga em *The Ducktators* (1942)¹⁸²



Depois de se juntar aos demais patos ditadores e instaurar seu regime totalitário na fazenda, a pomba lidera a guerra para a restauração da paz no lugar, trazendo o fim que merecem aqueles que tentam pôr fim a liberdade e que são capazes de atrocidades bárbaras

181 A música cantarolada seria uma versão paródica da canção *Japanese Sandman*, composta por Richard A. Whitting e Raymond B. Egan.

182 Fonte: *The ducktators* (1942). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KsBG34TSJJ4>. Acesso em: 04/03/2019

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

como a *Marcha da morte de Bataan*: a morte. Este era o destino comum de todos os personagens asiáticos das obras de animação: morrer nas mãos de seus algozes. Alguns de forma sádica, passando por torturas antes de seu destino, mas o final não podia ser reescrito, só haveria vitória com a aniquilação total do japonês.

Conclusão

A construção mítica do “perigo amarelo” e sua adaptação para os desenhos, são uma pequena amostra de uma sociedade que, ao mesmo tempo fixa seu papel como mensageira e paladina da liberdade e igualdade entre os homens, mas que encontra em seu seio, profundas divisões sociais baseadas no mito racial de superioridade do WASP¹⁸³. Sua própria mitologia de origem e pureza faz com que seus maiores inimigos no conflito, os alemães e japoneses, recebam tratamentos distintos. O japonês é o inimigo, e não há nenhuma distinção desse inimigo, não há diferença entre uma criança em Tóquio ou um jovem nascido e criado nos Estados Unidos. Sua natureza perniciosa e vil está presente em sua “raça” (PAULO, 2019).

Desenhos como *Bugs Bunny Nips the Nips*, *Tokio Jokio* e *The Ducktators* serviram como justificativa para ações racistas por parte do governo e também da sociedade para com os japoneses. As consequências desses curtas vão muito além da função de levantar o moral das tropas e arrecadação de bônus de guerra. Induziram um transe coletivo onde qualquer um com fenótipo oriental era uma ameaça. Tendo por base essas construções narrativas, uma grande massa de imigrantes japoneses, alguns em sua segunda ou terceira geração nascida em solo norte-americano, foram realocados para campos de concentração, perdendo muitas vezes seus bens materiais como casas e plantações. Todos, desde imigrantes já nascidos em solo americano, eram considerados de forma histórica e irrestrita como ameaças à segurança nacional (PEARL HARBOR EM CHAMAS, 2009). Embora houvesse a expectativa por parte do Departamento de guerra em assentar essa população em pequenas cidades pelo país, a enxurrada de longas e desenhos onde japoneses são retratados como monstros continuavam a ser exibidos nas salas de cinema, e nenhuma cidade os aceitaria (FIVE...2017).

Como resultado desse avançado processo de desumanização do japonês, centenas de milhares de civis perderam suas vidas em Hiroshima e Nagasaki. A imagem generalizada do

183 WASP é o acrônimo inglês White, Anglo-Saxon and Protestant usado para designar a parcela da sociedade americana, em sua maioria elite, de ascendência britânica e de religião protestante. Este grupo é apontado como detentor do domínio histórico sob as instituições financeiras, acadêmicas, culturais e legais dos EUA.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

japonês como uma praga sub-humana forneceu a justificativa para as decisões que resultaram não só no confinamento de milhares de cidadãos nipo-americanos em “campos de concentração”, mas também ao lançamento das duas bombas atômicas. Nas palavras de Harry S. Truman (WEINGARTNER, 1992, P. 55). “a única linguagem que eles parecem entender é a que usamos quando os bombardeamos. Quando você tem que lidar com um animal, você tem que tratá-lo como um animal (...)”.

Referências

- BRADLEY, James. *The ape insult: a short history of a racist idea*. 2013. Disponível em: <<https://theconversation.com/the-ape-insult-a-short-history-of-a-racist-idea-14808>>. Acesso em: 01 ago. 2018.
- BUELL, Raymond Leslie. The Development of the anti-japanese agitation in the United States. *Political Science Quarterly*, v. 37, nº 4, p. 605-638, Dec. 1922. The Academy of Political Science. <http://www.jstor.org/stable/2142459>.
- BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: história e imagem*. São Paulo: EDUSC, 2004.
- DOWER, John. *War Without Mercy: Race and Power in the Pacific War*. Nova Iorque: Pantheon Books, 1986.
- DURAND, Gilbert. “As faces do tempo”, em *As estruturas antropológicas do imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FIVE came back: Story of Hollywood and the Second World War. Direção de Laurent Bouzereau. Música: Jeremy Turner. 2017. Son., color. Legendado.
- HOPPESTAND, Gary. *Yellow Devil Doctors and Opium Dens: A Survey of the Yellow Peril Stereotypes in Mass Media Entertainment*. The Popular Culture Reader, 3d ed. Christopher D. Geist and Jack Nachbar (Bowling Green , Ohio : Bowling Green University Popular Press , 1983.
- HUANG, Haifeng. The Pathology of Hard Propaganda. *Journal of Politics*, California, 18 dez. 2017. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3055019>. Acesso em: 21 set. 2018.
- Japão estende seus tentáculos pelo Pacífico. in. *Coleção 70º aniversário da 2ª Guerra Mundial*, v.13. São Paulo: Abril coleções, 2009.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

- JUNG, Carl G. et al. (Org.). *O homem e seus símbolos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2016.
- KOPPES, Clayton R.; BLACK, Gregory D. What to show the world: The Office of War Information and Hollywood 1942-1945. *The Journal of American History*, [S. l.], Junho 1977.
- LU, Megan. *Orientalism in Hollywood: Asian American representation in early U.S. cinema*.
- LUSTOSA, Isabel et al. (Org.). *Imprensa, humor e caricatura: A questão dos estereótipos culturais*. 1. ed. Belo Horizonte: Humanitas, 2011. 560 p.
- ORWELL, George. *A revolução dos bichos*. Trad. de Heitor Ferreira. Porto Alegre: Globo, 1983.
- PAULO, Inajara Barbosa. *Os cartoons vão a guerra :: uma análise de discurso dos desenhos animados da Warner Bros. na campanha Estadunidense da Segunda Guerra Mundial*. Dissertação (Mestrado em história) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/62177/R%20-%20D%20-%20INAJARA%20BARBOSA%20PAULO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 1/jul./20.
- Pearl Harbor em chamas: EUA entraram na guerra. in. *Coleção 70º aniversário da 2ª Guerra Mundial*, v.12 – São Paulo: Abril coleções, 2009.
- ROSENSTONE, Robert A. *A história nos filmes, os filmes na história*. Tradução de Marcello Lino. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- SHULL, Michael S.; WILT, David Edward. *Hollywood war films (1937-1945)*. North Carolina: McFarland & Company Inc., 1996.
- _____. *Doing Their Bit: Wartime American Animated Short Films (1939-1945)*. North Carolina: McFarland & Company Inc., 1987.
- VAUGHN, Stephen. *Holding fast the Inner lines: Democracy, Nationalism and the Committee on Public Information*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1980.
- WEINGARTNER, James J.. Trophies of War: U.S. Troops and the Mutilation of Japanese War Dead, 1941-1945. *The Pacific Historical Review*, Los Angeles, v. 61, n. 1, p.53-67, fev. 1992.
- WHITING, Richard A. *The japanese sandman*. In: Paul Whiteman and his Ambassador Orchestra. Victor, 1920. 1 Disco sonoro, lado B.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

PROJETO CULTURAL “SOUZA DOCA”

Carmen Regina Dornelles Nogueira¹⁸⁴

Ronaldo Bernardino Colvero¹⁸⁵

Samuel Elias Candeiro¹⁸⁶

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo apresentar, de maneira sintetizada, um dos estudos oriundos do Projeto de Extensão "Preservação da Memória Institucional no Exército Brasileiro: o caso da Companhia ‘Souza Docca’”, o qual é resultante de intensa pesquisa histórica e investigativa, realizada no período de um biênio, acerca dos elementos de memória atinentes à 1ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada – "Companhia Souza Docca", bem como, tem por objetivo, fundamentar e expor as propostas de retificação da denominação e estandarte histórico da unidade; tombamento do Cemitério Público do Camaquã como patrimônio cultural do município, por ser este o local onde fora sepultado o patrono da unidade militar; produção de um documentário institucional; confecção de um Livro Histórico da Organização Militar; e, especialmente, criação de um Espaço Cultural, com natureza museológica, no seu interior. Ressalta-se ainda que, com escopos bem definidos, o trabalho, por meio de atividades de campo, pautou-se em buscar documentos e bibliografias nos mais variados espaços histórico-culturais oficiais do estado e do país a fim de confluir com os postulados teórico-metodológicos convencionais, proporcionando, conseqüentemente, a possibilidade de um reconhecimento interno e externo ao projeto.

O povo que desconhece, que não sente, que não ama e não palpita com seu passado perde o sentido de si mesmo e se desgarrá ou fica à mercê dos povos fortes ou dos aventureiros audazes. (DOCCA, 2014, p. 452).

184 Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora adjunta da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), *Campus* São Borja, no município de São Borja/RS, onde exerce a coordenação do curso Licenciatura em Geografia (EAD/UNIPAMPA/UAB) e a do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas – PPGPP (UNIPAMPA). E-mail: cr.unipampa@hotmail.com.

185 Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor adjunto IV da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), *Campus* São Borja, no curso de Ciências Sociais – Ciência Política e Ciências Humanas. Professor do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPEl). Líder do grupo de pesquisa Relações de Fronteira: História, Política e Cultura na Tríplice Fronteira Brasil, Argentina e Uruguai. E-mail: rbcolvero@gmail.com.

186 Graduando e bolsista de projeto de extensão pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – 2020. Acadêmico do curso Licenciatura em Geografia pela UNIPAMPA, *Campus* São Borja, e integrante da 1ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, em São Borja. E-mail: candeiro.samuel@eb.mil.br.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Paradoxalmente, até pouco tempo, mesmo detendo uma denominação oficial e histórica reconhecida e logrando mais de três décadas de existência na Força Terrestre, a realidade é que, havia, de fato, uma insuficiência notória de narrativa e acervos culturais que pudessem colaborar para a construção de um entendimento mais tangível acerca do histórico da 1ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada (1ª Cia E Cmb Mec) e que lhe autenticassem, conseqüentemente, uma identidade cultural mais consistente perante os variados públicos da sociedade. Diz-se “até pouco tempo”, pois, devido a esse imbróglio é que surgiu o Projeto de Extensão “Preservação da Memória Institucional no Exército Brasileiro: o caso da Companhia ‘Souza Doca’” – projeto este engendrado a partir do manifesto interesse do acadêmico Samuel E. Candeiro e coordenado pelos professores Dra. Carmen Regina Dornelles Nogueira e Dr. Ronaldo Bernardino Colvero – com o intuito de resgatar, por meio de esforço conjunto entre universidade e instituição militar, a identidade institucional da corporação militar supracitada através da construção de um estudo histórico que proporcione ao efetivo interno e à população civil um maior entendimento acerca das origens, constituição e funcionalidade desta Organização Militar (OM); buscando, paralelamente, dialogar com conceitos pertencentes aos principais autores das áreas da Geografia Cultural, Memória Social, Patrimônio Cultural e História Institucional.

Destacamos que, após obtermos o concorde do comando e estarmos plenamente em consonância com a política institucional do Exército Brasileiro, o projeto iniciou objetivando coletar apenas as informações concernentes ao patrono da unidade, Coronel José Fernandes de Souza Doca, através de pesquisa e investigação com vistas a materialização de um memorial em sua homenagem. Entretanto, diante de novas descobertas ao longo do processo e do surgimento de necessidades intrínsecas à sua natureza, o projeto foi se desdobrando e se redesenhando continuamente até fixar-se no formato atual.

Do ponto de vista orgânico acreditamos ser vital a uma OM ter formalizada uma narrativa que (re)construa a sua história, permeando pelos acontecimentos e experiências mais significativos, para identificar assim a sua essência, pois, “todos os seres humanos, coletividades e instituições necessitam de um passado, mas apenas ocasionalmente o passado é revelado pela pesquisa histórica” (HOBSBAWM, 1998, p. 285). Destarte, em conformidade

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

com a Diretriz para a Implantação do Projeto Raízes, Valores e Tradições¹⁸⁷ e as recomendações inseridas nas Cartilhas 1 e 5 do Projeto Raízes, Valores e Tradições – que tem por títulos “Sugestões aos Comandantes de OM” e “Modelo para Divulgação das Raízes, Valores e Tradições das OM” –, elaboradas pelo Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX), estruturamos o histórico da OM por meio de consulta em Boletins Internos (BI), em um documento administrativo interno que é homônimo e possui poucas páginas narrando os principais feitos e fatos da unidade¹⁸⁸, em periódicos locais, em endereços eletrônicos relacionados, em bibliografias relacionadas, nos arquivos históricos de variadas instituições e a parceiros e amigos simpatizantes da história militar.

Convém lembrar, que, temos a consciência de que a construção da memória coletiva de uma instituição não consolida-se apenas fundamentando-se em consulta a acervos e/ou documentos históricos, deve-se levar em consideração, sobretudo, as memórias individuais dos colaboradores pertencentes a esta instituição, afinal, “o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo” (POLLAK, 1989, p. 10). Segundo Maurice Halbwachs (1990, p. 53), sociólogo francês e adepto da escola durkheimiana, “a memória coletiva envolve as memórias individuais,” porém não se pode confundir com elas. Assim, uma depende da outra, se, o todo não se comprometer com a perspectiva do que é subjetivo. Nesse sentido, “a memória coletiva é o lócus de ancoragem da identidade do grupo, assegurando a sua continuidade no tempo e no espaço” (HALBWACHS apud PERALTA, 2007, p. 6).

Para Halbwachs a função primordial da memória enquanto imagem partilhada do passado é a de promover um laço de filiação entre os membros de um grupo com base no seu passado coletivo, conferindo-lhe uma ilusão de imutabilidade, ao mesmo tempo em que cristaliza valores e as acepções predominantes do grupo ao qual as memórias se referem. (idem, op. cit., p. 5-6).

187 A Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX), seguindo a Portaria nº 255, de 4 de julho de 2016, do Estado-Maior do Exército (EME), possui dentro do Projeto Estruturante Nova Educação e Cultura (PENEC) do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), o Projeto Raízes Valores e Tradições (PRVT). Segundo a Diretriz, atualmente, a sociedade brasileira vive uma crescente crise de valores que poderá ter graves reflexos para o Exército. O PRVT foi desenvolvido a partir da necessidade de se internalizar as raízes, os valores e as tradições no âmbito do Exército Brasileiro (EB) e de se promover uma maior integração entre o EB e a sociedade. Este projeto tem por objetivos: divulgar o patrimônio histórico do Exército, visando ao fortalecimento dos valores, tradições e ética profissional militar; incentivar a pesquisa e a difusão da História Militar do Brasil; estimular o culto aos heróis militares nacionais; e conhecer os aspectos históricos da região, estado e município onde o militar está servindo.

188 Documento criado pela Portaria nº 653, de 07 de dezembro de 1994, do Ministério do Exército, onde aprova as normas para a elaboração do Registro Histórico das Unidades, Repartições e Estabelecimentos do Exército.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Felizmente, através do crescente aumento de pesquisas acadêmicas relacionadas, é possível constatar a busca e a valorização da identidade por grupos corporativos e a aceitação e o interesse pelo resgate da memória surgindo não só em instituições públicas, mas também em empresas privadas, conforme aponta Figueiredo, no qual:

inúmeros exemplos de centros de memórias [...] têm surgido no Brasil nos [...] últimos anos, como o Núcleo de Memória Odebrecht, o Centro de Memória Bunge, o Memória Globo, o Memória Votorantim, o Projeto Memória Bosch, o Espaço Memória Pão de Açúcar, o Centro de Memória Natura, o Memória Petrobras, entre muitos outros. (2009, p. 9 apud COSTA; BARROS; CELANO, 2012, p. 6-7).

Isso denota, claramente, a substancial necessidade das diversas organizações, quer públicas ou privadas, em autoafirmarem suas imagens por meio do resgate ao pretérito, ratificando indubitavelmente, que, a memória valoriza a singularidade da marca de cada instituição e promove a sua sustentabilidade, perpetuidade e legitimidade, principalmente em momentos de crise, tornando-se invariavelmente fonte de conhecimento, base de criação e inovação (informação verbal)¹⁸⁹. Posto isto, o presente estudo de memória institucional inserido no referido projeto, em conformidade com as Normas para as Atividades de Extensão e Cultura (Resolução nº 104, de 27 Ago 2015), tem por pressuposto constituir-se, através de suas ações e tenções, em elo fundamental entre universidade e sociedade, interagindo dialogicamente entre as instituições envolvidas com o livre propósito de impactar e transformar positivamente o cenário social no qual pretende inserir-se, fomentando simultaneamente a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Por conseguinte, para fins de pesquisa, destacamos como objeto de estudo deste projeto o resgate e a preservação da memória institucional da 1ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, projetando com isso instalar um Espaço Cultural, com natureza de museu, no interior da OM, com capacidade prevista para acomodar todos os acervos e bens culturais investigados e explorados, almejando inserir e conectar todos os públicos

¹⁸⁹ Informação verbal extraída da palestra de Paulo Knauss de Mendonça, diretor do Museu Histórico Nacional (Ibram/MinC), durante o seminário de “Preservação da Memória Institucional: Perspectivas e Interdisciplinaridades”, realizado na Câmara dos Deputados, em Brasília, em novembro de 2018.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

interessados pela temática à cultura castrense¹⁹⁰, consolidando, mormente, a integração do Exército com a sociedade.

E, por consequência, diante de todo o acervo cultural coletado, aspiramos discorrer, também, sobre outros processos já parcialmente concluídos, como os de retificação da denominação histórica e estandarte histórico da unidade, de “Companhia Souza Docca” para “Companhia Coronel José Fernandes de Souza Doca” – sem a adição do vocábulo “c” e com a inserção do título militar e dos primeiros nomes –, a fim de eliminar as confusões com o sobrenome de seu filho, General de Brigada Emílio Fernandes de Souza Docca; tombamento do Cemitério Público do Camaquã como patrimônio cultural e histórico da cidade, especialmente por ser este o local onde fora sepultado o patrono da unidade militar; fabricação de uma produção artística, ou seja, um documentário não-ficcional, cooperado entre a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e a OM, com o compromisso de explorar e transmitir as principais impressões subjetivas dos integrantes e ex-integrantes dessa unidade; e, por fim, elaboração de um Livro Histórico sobre a OM condensando todas as suas idiossincrasias, assim como os principais fatos e acontecimentos que ainda são relevantes para a continuidade de sua história, registrando paralelamente as etapas constituintes deste projeto, etapas estas possibilitantes do resgate memorial.

Neste sentido, o presente artigo tem como desafio maior o de apresentar sucintamente o estudo que é resultado da realização de intensa pesquisa histórica acerca dos elementos principais da memória institucional desta corporação militar. Partindo, pois, dessa perspectiva e tentando facilitar a análise do conteúdo, o artigo será dividido em três partes, que versarão sobre o histórico da OM, as causas que justificam a criação do projeto cultural e os desdobramentos do projeto acompanhado de suas proposições.

Breve Histórico da Organização Militar

Localizada geograficamente às margens do rio Uruguai, fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, São Borja, cidade/guarnição escolhida para receber uma Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, segundo propunha o Projeto Estratégico Força

190 Conforme o Glossário de Termos e Expressões de Educação e Cultura do Exército, a definição para cultura castrense ou cultura militar é a forma específica de cultura que serve para desenvolver a identidade, a sensibilidade, a visão de mundo próprias dos militares e os valores e atitudes afins às atividades profissionais que são realizadas nas instituições militares.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Terrestre/90, é caracterizada por ser predominantemente de clima subtropical, ter um relevo plano e vegetação campestre, fazendo divisa com a Argentina (NO) – mais especificamente com a cidade gêmea de San Tomé, pertencente à província de Corrientes – e com os municípios sul-rio-grandenses de Garruchos e Santo Antônio das Missões (NE), Itacurubi (E), Unistalda (SE), Maçambará (S) e Itaqui (SO).

Deve-se salientar que, mesmo abrigando uma pequena população de aproximadamente sessenta mil habitantes, segundo informa o último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁹¹, a localidade tricentenária é detentora de variados títulos – algo atípico para este porte demográfico –, como o “Primeiro dos Sete Povos das Missões”¹⁹², “Terra dos Presidentes”¹⁹³, “Berço do Trabalhismo”¹⁹⁴ e “Capital Gaúcha do Fandango”¹⁹⁵, destacando-se no cenário nacional pela sua importância política, histórica e cultural.

É certo afirmar, que, muito embora esta OM ainda seja moderna, quando comparada a outras unidades no quesito existência, sua trajetória, ao contrário do que se pensa, prova-nos que sua história não é tão efêmera quanto parece ser – fato este evidenciado com a continuidade do projeto que ora é desenvolvido. Três décadas e um quadriênio de história são mais do que suficientes testemunhos reais de um cumprimento integral, cabal e devotado dos deveres exigidos na Constituição Federal, nossa Carta Magna; contribuindo, esta Companhia, deste modo, permanentemente, na garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais,

191 Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-borja/panorama>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

192 Sete Povos das Missões é o nome que se deu ao conjunto de sete aldeamentos indígenas fundado pelos jesuítas espanhóis na Região do "Rio Grande de São Pedro", atual Rio Grande do Sul, composto pelas reduções de São Francisco de Borja, São Nicolau, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo Custódio. Os Sete Povos também são conhecidos como Missões Orientais, por estarem localizados a leste do Rio Uruguai. Segundo Aurélio Porto, a primeira a nascer, fundada pelo padre Francisco Garcia de Prada, era uma extensão da redução de San Tomé, de onde saíram 1.952 pessoas, no ano de 1682. E foi desta redução que nasceu a vila de São Borja, em 1834, e a atual cidade de São Borja, em 1887.

193 A Lei Estadual nº 13.041/2008 declarou oficialmente São Borja “Terra dos Presidentes”, por ser a cidade natal de dois dos maiores ex-presidentes do Brasil: Getúlio Dornelles Vargas e João Belchior Marques Goulart.

194 Informalmente, São Borja, é reconhecida no meio político como o “Berço do Trabalhismo”, afinal, dela saiu os maiores defensores dos direitos dos trabalhadores. Getúlio, Jango e Brizola foram os principais líderes do antigo PTB (1945-1965), partido de linha nacionalista com forte presença nos sindicatos – que, na época, eram subordinados ao Ministério do Trabalho.

195 O fandango é um estilo musical que surgiu na Península Ibérica (Portugal e Espanha), com forte influência árabe, e que há décadas faz parte da cultura do Rio Grande do Sul. Aqui, no estado, os gaúchos usam a palavra para se referir aos bailes nativistas, que misturam diferentes ritmos e danças. O município de São Borja foi declarado a “Capital Gaúcha do Fandango”, por meio da Lei Estadual nº 15.093, por ser a sua Semana Farroupilha a que mais se destaca na região da Fronteira Oeste, sendo repercutida por diversos meios de comunicação devido aos seus bailes gaúchos, números de dias de bailes, quantidades de bailes e recepção dos maiores nomes de conjuntos/bandas gaúchas que animam os seus fandangos.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social, desde a data de instalação até os dias hodiernos.

A versão histórica oficial da corporação, conquanto seja diminuta e rara de se encontrar, narra, conforme consta em arquivos internos, que, com a reformulação do Exército nos anos de 1960, o 26º Grupo de Artilharia de Campanha, que ocupara as atuais edificações da Companhia de Engenharia de 1944 até 1973, transferiu-se da guarnição de São Borja para a de Guarapuava, no estado do Paraná, levando consigo todo o material e deixando permanecer apenas as suas antigas instalações. Diante disso, surgiu na época uma preocupação a mais para o comandante da guarnição, o Coronel Luís Armando Franco de Azambuja, haja vista que, além de ter de se encarregar pela sua unidade, o 2º Regimento de Cavalaria Mecanizado - Regimento João Manoel (2º R C Mec), não poderia o mesmo deixar de dar atenção às acomodações que permaneciam vazias com a saída do Grupo de Artilharia.

Buscando solucionar o problema, o comandante do 2º R C Mec resolveu, então, reunir todos os militares que não tinham residência própria na cidade, dividindo em alojamentos essas instalações e transformando-as em uma pequena Vila Militar, chegando a abrigar, aproximadamente, cerca de 30 (trinta) famílias de militares.

Em 1985, ao assumir o comando do Regimento, o Coronel Décio Pennafirme Teixeira regularizou a situação de moradia dessas famílias e construiu a atual Vila Militar dos Subtenentes e Sargentos. Através da construção dessa vila as famílias começaram a desocupar as antigas dependências do Grupo de Artilharia no mesmo ano, tornando possível desse modo a criação efetiva de uma Companhia de Engenharia em São Borja, ação concretizada pela Portaria Ministerial nº 083, de 19 de dezembro de 1985, tornando-a subordinada funcionalmente e administrativamente à 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada - Brigada José Luiz Menna Barreto, 3ª Divisão de Exército - Divisão Encouraçada e Comando Militar do Sul, respectivamente.

A reforma dessas instalações, portanto, para a acomodação da nova OM, iniciou-se com o apoio da Comissão Regional de Obras 3 (CRO/3), em virtude da grande área do quartelamento ser um fator que viesse a oferecer um maior grau de dificuldade na execução das obras, não impedindo em nada, entretanto, o bom desempenho já conhecido da CRO/3 no cumprimento desta missão. Concluída a reforma, chegaram os primeiros integrantes da

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Companhia de Engenharia, a começar pelo seu primeiro comandante, Major Irineu Pasini, seguido por mais 06 (seis) oficiais, 21 (vinte e um) subtenentes e sargentos e 01 (um) soldado do núcleo base, militares estes, inclusive, que o auxiliaram, em 1987, na 1ª Incorporação dos Conscritos.

Através da Portaria Ministerial nº 749, de 22 de setembro de 1997, foi concedido à 1ª Cia E Cmb Mec o Estandarte e a Denominação Histórica “Companhia Souza Docca”¹⁹⁶, denominação esta escolhida para homenagear o bravo militar são-borjense Coronel Honorário do Exército José Fernandes de Souza, nascido no ano de 1812, e que incorporou o vocábulo Docca ao seu nome por ter, ainda como alferes, aprisionado uma embarcação com esta denominação.

Assim, desde sua instalação até os dias de hoje, a 1ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada vem desempenhando proveitosamente todas as missões – a título de exemplo, participação em operações e exercícios de adestramento militar, operações de manutenção da paz das Nações Unidas¹⁹⁷, ações subsidiárias no município e cidades limítrofes, competições desportivas, ações cívico-sociais, dentre muitas outras – a ela atribuídas, colaborando exemplarmente na formação profissional e na conduta moral dos militares que nela serviram e ainda servem, não deixando em um só momento de cumprir com o seu papel junto a sociedade são-borjense e ao Exército Brasileiro, afinal esta é a caserna onde “nasce o soldado e se aprimora o cidadão”¹⁹⁸.

Causas de justificação do Projeto Cultural “Souza Docca”

Examinando o comportamento e o desenvolvimento humano – desconsiderando as classificações caracterizantes de cor, sexo, religião, convicção ideológica ou classes social e econômica – ao longo das eras, constata-se o quanto tem se tornado cada vez mais patente o compartilhamento mútuo da necessidade em estabelecer conexões com elementos pretéritos racionalizadores de sua experiência existencial e minimizadores dos impactos provocados

196 Ver o tópico 3.1 (Retificação da Denominação Histórica e Estandarte Histórico).

197 A 1ª Cia E Cmb Mec colaborou diretamente, enviando parte de seu efetivo, em três Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas: Missão de Assistência à Remoção de Minas na América Central (MARMINCA), em Honduras, no ano de 1995; Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola III (UNAVEM III), no ano de 1996; e Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti (MINUSTAH), entre os anos de 2004 e 2017.

198 Lema da 1ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada: “aqui nasce o soldado e se aprimora o cidadão”.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

pela modernidade globalizada – fato este justificado pela humanidade estar atualmente envolvida em um contexto global de valores efêmeros e identidades descentralizadas –, pois, conforme Le Goff aponta, “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (1990, p. 477).

Curiosamente, essa tendência, que se costuma verificar em indivíduos e sociedades estados-nação organizadas geopoliticamente, repercutiu também nos ambientes organizacionais brasileiros, mesmo que tardiamente quando comparado a outros países. Pois, como Barbosa (2010) analisa em sua dissertação, enquanto os primeiros trabalhos que podem ser classificados como de memória empresarial aparecem na Europa e EUA já no início do século XX, no Brasil estes surgem somente a partir dos anos de 1960 influenciados pelo paradigma historiográfico da Nova História, onde, de acordo com Totini e Gagete (2004, p. 115 apud BARBOSA, 2010, p. 46), passa-se a

enxergar o objeto de pesquisa não somente como uma unidade de produção de bens e serviços, mas como de produção de significados socioculturais, **colaborando** sensivelmente para o estudo da construção e consolidação da cultura e da identidade corporativas. (grifo do autor).

Constituindo-se organicamente em cerca de 1.309 (hum mil trezentos e nove)¹⁹⁹ Organizações Militares – assim caracterizadas por possuírem denominação oficial, Quadro de Organização (QO) ou Quadro de Lotação de Pessoal Militar (QLPM) e Quadro de Distribuição de Efetivos (QDE) próprios – desmembradas em todo o território pátrio, o Exército Brasileiro, como instituição nacional permanente e regular, assume cotidianamente o seu papel constitucional de guardião da soberania nacional e dos princípios/valores morais e éticos da nação, surpreendentemente, valorizando, também, de maneira exemplar, no âmbito organizacional, embora ainda haja oportunidades de melhoria, a preservação da memória institucional de suas unidades através da confecção de documentos que registrem o histórico das próprias OM, alinhado corretamente com o que determina a recente Diretriz de Implementação do Projeto Raízes, Valores e Tradições, a qual tem por objetivos:

identificar, coletar e disseminar boas práticas, visando estimular a implantação, o aperfeiçoamento e a manutenção de projetos e ações

199 Informação extraída do Portal Brasileiro de Dados Abertos.

Disponível em: <<https://dados.gov.br/dataset/organizacao-militar>>. Acesso em 18 jul. 2019.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

executivas que propiciem sistematizar o conhecimento das raízes, dos valores, das tradições, dos deveres e da ética militar e a consequente internalização dessas informações nos integrantes do Exército Brasileiro, nos diversos níveis de Comando, em todas as Organizações Militares; fortalecer e disseminar os hábitos, atitudes e condutas tradicionalmente praticadas nos Estabelecimentos de Ensino do Exército de Caxias, voltados para o aprendizado da história da Força, o culto aos seus heróis e o desenvolvimento das virtudes castrenses, consolidados ao longo da carreira; e contribuir para o fortalecimento do espírito cívico, dos valores morais e éticos no seio da sociedade, por meio do exemplo e da saudável interação. (Portaria nº 255, de 4 de julho de 2016, do Estado-Maior do Exército).

Todavia, antes mesmo da exposição, transparência e vigência deste recente projeto de resgate das raízes, valores e tradições da Força Terrestre, coordenado e fomentado pela DPHCEX, é certo afirmar que, já havia por parte de sucessivos comandos da Companhia de Engenharia uma preocupação em estabelecer mecanismos de produção e tutela do histórico da OM. Isto se confirma quando são examinados os seus documentos internos, onde consta um estudo histórico – realizado pelo Sr. Pedro Conceição O’Campos, advogado e ex-defensor público do estado do Rio Grande do Sul, o qual é admirador e entusiasta desde os tempos pueris do destacado patrono da Companhia, influência esta causada, certamente, pelas vívidas lembranças de quando ouvia as românticas histórias contadas por seu avô – encaminhado ao extinto Centro de Documentação do Exército (CDEX), no ano de 1996, com o objetivo de a unidade adotar uma denominação histórica e adquirir um estandarte histórico; além de um projeto de levantamento de dados/documentações juntamente com um trabalho de conclusão de curso, concisos, porém, com grande valor documental, fazendo referência ao patrono da OM, sendo ambos desenvolvidos pelo Sr. Tiago Cadó Fernandes – na época, acadêmico do curso de História e soldado integrante do efetivo militar –, em parceria com a Universidade da Região da Campanha (URCAMP), no ano de 2007, com o objetivo de agregar informações a toda comunidade civil e militar acerca do personagem que participou ativamente de beligerâncias locais e regionais.

Contudo, embora sejam positivos os esforços de construção do histórico da OM durante todos esses anos, pela falta de centralização e organização, principalmente, dos acervos (i)materiais coletados e produzidos – contribuindo isto, por consequência, pela não existência de um histórico oficial da unidade militar com a estrita finalidade de assessorar melhor os comandantes, efetivo interno e público em geral –, sentimos a necessidade e obrigamo-nos a

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

dar início a um projeto aglutinador de todos os elementos memoriais alusivos à história da Companhia de Engenharia. Afinal, a existência de um histórico organizacional é a possibilidade mais concreta a uma instituição de poder aproximar e inter-relacionar os subordinados, comandantes, família e sociedade a sua peculiar história, entremeando-os naqueles principais feitos e fatos ocorridos no lugar. Jacques Le Goff (1990), ao ilustrar sua explanação com o exemplo do povo etrusco, chama a atenção para a importância do “existir” e fazer “existir” a memória coletiva de um grupo, isto é, de ao menos haver um esforço conjunto, democrático, ético e facilitador da existência do histórico de um povo, acompanhado de uma preocupação contínua de subsistência e perpetuidade desse histórico no decorrer dos tempos, para que a passagem nesta realidade, ainda que profícua e grandiosa, não venha a se resumir ao nada.

Não conhecemos os Etruscos, no plano literário, a não ser por intermédio dos Gregos e dos Romanos: não nos chegou nenhuma relação histórica, admitindo que esta tenha existido. Talvez as suas tradições históricas ou para-históricas nacionais tenham desaparecido com a aristocracia que parece ter sido a depositária do patrimônio moral, jurídico e religioso da sua nação. Quando esta deixou de existir enquanto nação autônoma, os Etruscos perderam, ao que parece, a consciência do seu passado, ou seja, de si mesmos. (MANSUELLI, 1967, pp. 139-140 apud LE GOFF, 1990, p. 477).

Portanto, eis aí a preocupação imposta por não existir até o presente momento uma memória institucional, concreta e oficial que valorize a sustentabilidade desta organização militar no decorrer dos tempos.

Elaborar este material por meio deste projeto, tendo por objeto de estudo a própria OM, trata-se, pois, da oportunidade latente de contextualização de sua existência, justificação e ressignificação de sua importância local perante os variados públicos inseridos na região. Depreende-se, então, que, a possibilidade de divulgar o conhecimento histórico institucional serve e servirá invariavelmente de fomento para a construção de um pertencimento identitário dos envolvidos, tanto no âmbito individual quanto no corporativo, sobretudo, dos integrantes e recém-ingressos, atraindo-os assim cada vez mais a executar com disciplina consciente²⁰⁰,

200 Conforme o Glossário de Termos e Expressões de Educação e Cultura do Exército, a definição para disciplina consciente é a capacidade moral que permite ao militar agir em conformidade com normas, leis e regulamentos que regem a Instituição, voluntariamente, sem necessidade de coação externa.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

espírito de corpo²⁰¹ e fé na missão²⁰² as intenções e determinações expedidas pelo comando, enquanto que, para o público externo em geral, a exposição e absorção desse conhecimento é e será a expressão maior de um trabalho de responsabilidade cívico-social exercido pela instituição.

A propósito, um dos motivos que impeliu o encetamento e a continuidade deste projeto cultural foi a descoberta de algumas incongruências e negligências cometidas reiteradas vezes contra a memória institucional desta Companhia de Engenharia e reproduzidas incoerentemente, como se verídicas fossem, no decorrer dos anos. A denominação histórica é um dos exemplos, onde devido a um erro ortográfico, contido desde a elaboração do estudo histórico e repercutido por décadas, produziu-se uma confusão do sobrenome do patrono com a de seu filho, eliminando, injustamente, a homenagem a quem o é de direito; outro exemplo ocorre no dia de celebração do 12º aniversário da Companhia, no ano de 1997, quando é realizada uma formatura em comemoração à anuência da denominação histórica e estandarte histórico pelo Ministério do Exército, ocasião esta em que o comando da unidade negligentemente peca em anunciar a Sra. Brazilina Damaceno de Souza como descendente direta do Souza Doca²⁰³, quando na realidade os verdadeiros declinantes são seu falecido esposo, Sr. Belizário Maciel de Souza (neto por parte de pai) e, sua filha, a Sra. Maria de Lourdes Damaceno de Souza (bisneta por parte de pai); surpreendentemente, devido à falta de acesso dos mesmos referenciais históricos já supracitados, aconteceu também, em distintos comandos, duas inaugurações incomuns de um mesmo Espaço Cultural – em 2007, inauguração do Museu Souza Docca e em 2010, inauguração do Espaço Cultural Souza Docca –, sendo que, na realidade, nenhum dos dois detém um reconhecimento e/ou registro de homologação autorizados pela diretoria competente do Exército, a DPHCEX.

Porém, deve-se ressaltar que, a descoberta dessas incongruências e negligências – além das novas referências – só foram possíveis graças a realização das atividades de campo, onde

201 Conforme o Glossário de Termos e Expressões de Educação e Cultura do Exército, a definição para espírito de corpo é o valor de orgulho inato aos homens de farda por integrarem o Exército Brasileiro, atuando em uma Organização Militar e exercendo suas atividades profissionais, por meio de suas competências, junto aos seus superiores, pares e subordinados.

202 Conforme o Glossário de Termos e Expressões de Educação e Cultura do Exército, a definição para fé na missão do Exército é o valor que advém da crença inabalável na missão do Exército Brasileiro, em defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil e participar de operações internacionais.

203 Boletim Interno nº 235, de 19 Dez 97, da 1ª Cia E Cmb Mec.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

consultas, pesquisas e investigações às fontes primárias e secundárias puderam ser feitas em variados lugares, como: Arquivo Histórico e Documental da 1ª Cia E Cmb Mec, Arquivo Histórico e Documental do 2º R C Mec, Arquivo Público Municipal de São Borja, Cartório de Registros Cíveis de São Borja, Arquivo Histórico Regional do Comando Militar do Sul, Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Biblioteca Rio-Grandense, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Museu da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, Arquivo Histórico do Exército e Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. E é desta forma, em concordância com os postulados teórico-metodológicos e as recomendações emitidas pela DPHCEX, que temos buscado estruturar o histórico oficial da OM por meio de consulta em Boletins Internos, em um documento administrativo interno que é homônimo e possui poucas páginas narrando os principais feitos e fatos da unidade, em periódicos locais, em endereços eletrônicos relacionados, em bibliografias relacionadas, nos arquivos históricos de variadas instituições e a parceiros e amigos simpatizantes da história militar.

Desdobramentos, proposições e perspectivas do Projeto Cultural “Souza Doca”

Segundo Michaelis (2015), em seu Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, o vocábulo projeto é denotativo de “propósito de executar algo” e “esboço de trabalho que se pretende realizar”. Já Maximiano, importante professor e pesquisador da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), define gestão de projetos como “um empreendimento temporário ou uma sequência de atividades com começo, meio e fim programados, que tem por objetivo fornecer um produto singular dentro de restrições orçamentárias” (2002, p. 26).

Conquanto este projeto tenha iniciado vislumbrando coletar, apenas, as informações que fossem concernentes ao patrono da unidade, objetivando materializar um memorial em sua homenagem no interior da OM, surpreendentemente, diante de novas descobertas ao longo do processo e do surgimento de necessidades intrínsecas à sua natureza, o projeto foi se desdobrando e se redesenhando continuamente até fixar-se no formato atual. Tendo agora por perspectiva, onde antes o resultado esperado era apenas um, a oferta de cinco produtos díspares – porém, coesos entre si – ao alcance de toda a comunidade civil e militar.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Retificação da Denominação Histórica e Estandarte Histórico

Como já mencionamos anteriormente, a denominação histórica “Companhia Souza Docca” foi adotada pela 1ª Cia E Cmb Mec em referência ao Coronel Honorário do Exército José Fernandes de Souza Doca, por meio da Portaria Ministerial nº 749, de 22 de setembro de 1997, doze anos após sua criação. Todavia, ao serem consultados documentos primários, associados a biografia do patrono, em variados arquivos históricos do estado e do país, verificou-se a incorreta ortografia empregada pela OM em sua denominação histórica atual, ocorrência esta também ratificada pelo genealogista Diego de Leão Pufal (2017, p. 1), onde aponta em seu relatório que o patrono “ao que tudo indica assinava Doca, mas nas gerações seguintes seus descendentes passaram a assinar Docca”.

O fato é que se todas as fontes documentais forem examinadas minuciosamente haverá uma clara percepção de desigualdade gráfica no sobrenome deste militar, uma vez que seu filho, General de Brigada Emílio Fernandes de Souza Docca, fora um dos únicos da família a fazer uso desta configuração nominal. Com isso, mais uma confusão é constituída, simplesmente pelo motivo da denominação histórica apropriar-se somente de um sobrenome que ainda é homófono²⁰⁴ a outro, indiretamente fazendo parecer que a homenagem seja direcionada ao filho, embora o pai seja o detentor de direito do tributo.

Sendo filho de José Manuel Cardoso de Souza – decendente de açorianos, da Ilha de São Miguel, Portugal – e de Gertrudes Francisca Fernandes Lima, José Fernandes nasceu em São Borja por volta de 1812/1814. Até onde se tem conhecimento, seu estado civil sempre foi de solteiro, conquanto tenha mantido união estável em toda a sua vida com apenas duas mulheres, Francisca Zeferina de Souza – com quem teve seis filhos – e Maria José da Rosa – com quem teve dois filhos, dentre eles o General Emílio Fernandes.

Quando jovem, alistou-se na Guarda Nacional da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, participando logo em seguida de combates reais, em especial na região dos Espinheiros, durante a Guerra dos Farrapos, onde

havendo em lance de heroísmo, aprisionado uma pequena embarcação denominada Docca, passou a ser chamado de ‘o alferes da Docca’, ou o ‘homem da Docca’ e, tendo ficado conhecido por essa antonomásia, adotou-o mais tarde como sobrenome. (GAY; DOCCA, 2014, p. 405).

204 As palavras homófonas são aquelas que têm pronúncia idêntica, mas grafias diferentes. Assim, a palavra é composta pela junção dos termos *homo*, que significa “mesmo” e *fonía*, que significa “som”.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Em seguida, há diversos registros, principalmente, em Ordens do Dia, da extinta Secretária de Finanças e Guerra do Império, de sua participação nas Guerras contra Oribe e Rosas – ou Campanha de 1851-1852 – e contra o Paraguai – ou Guerra da Tríplice Aliança ou ainda Grande Guerra, para os paraguaios –, envolvendo-se em quase todas as batalhas dessa última beligerância, tornando-se fatalmente “o apelido, [...] tradicional, ao ponto de figurar em documentos oficiais” (GAY; DOCCA, 2014, p. 406).

É de se destacar, que, pelas copiosas amostragens e provas de seus melhores atributos em situações belicosas recebeu muitas referências elogiosas advindas de seus superiores, dentre eles Duque de Caxias, Conde d’Eu e Brigadeiro João Manoel Menna Barreto, além de medalhas e condecorações homologadas a época pelo próprio imperador, Dom Pedro II.

Após ter participado do maior conflito armado internacional já existente na América do Sul, o Coronel dedicou-se as tarefas de sua estância no Camaquã e a atividade política, tendo sido eleito vereador da Vila de São Borja, entre os anos de 1877 e 1880. Conforme Gay e Docca afirmam (2014), o militar “faleceu em sua própria estância, aos 12 de outubro de 1893 e foi sepultado em terras de sua propriedade, no pequeno cemitério, próximo do Porto da Barca, no Camaquã” (p. 420).

Em face da colossal biografia deste patrono e a fim de não persistirmos mais erroneamente no destoar da veracidade histórica e no confronto às Diretrizes e Política Cultural do Exército Brasileiro, remetemos a DPHCEX, em fevereiro de 2019, um documento formal solicitando a retificação da denominação histórica e do estandarte histórico desta OM; pois, diante de todo o material consultado, julgamos melhor adotar como denominação histórica oficial a grafia original assumida pelo próprio patrono quando validava seus documentos (nome completo e alcunha sem adição da consoante "c" e sem o acento agudo na vogal "o"), afinal,

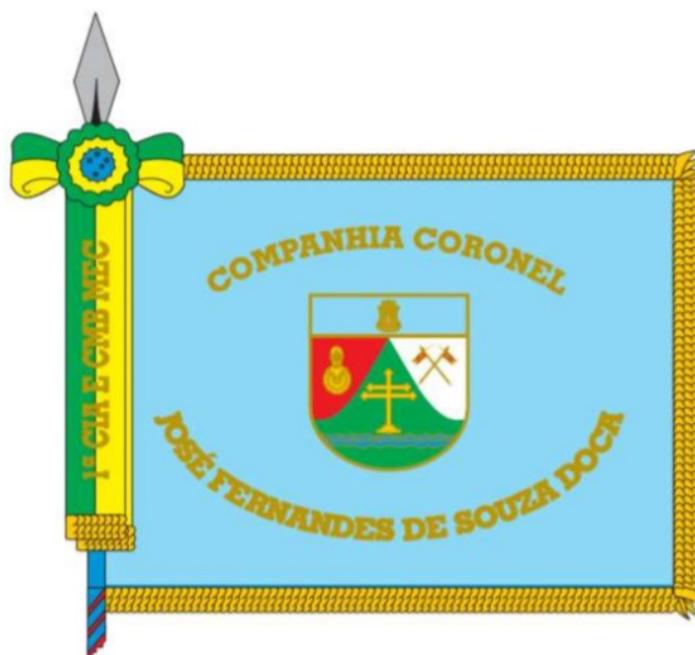
a imediata efetivação da correção é necessária, uma vez que a OM pode se consolidar como um dos principais locais de memória do referido vulto histórico, e precisa, necessariamente, apresentar versões comprometidas com a verdade histórica. (BETT, 2019, p. 1).

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Figura 1 – Estandarte Histórico e Denominação Histórica da 1ª Cia E Cmb Mec (retificadas)



Inesperadamente, porém, em um momento oportuno, a solicitação foi atendida e a modificação foi homologada pelo General de Exército Edson Leal Pujol, no dia 29 de outubro de 2019, por meio das Portarias do Comandante do Exército nº 1.736 e 1.742, constantes no Boletim do Exército nº 45/2019, passando a denominação histórica da unidade chamar-se “Companhia Coronel José Fernandes de Souza Doca”²⁰⁵, fato este que corrobora para a desconstituição peremptória da confusão perdurada por muitos, os quais presumiam ser a homenagem direcionada ao filho de José Fernandes, visto que este sim empregava o sobrenome com os dois “cês”.

Tombamento do Cemitério Público do Camaquã

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...].²⁰⁶

²⁰⁵ A inclusão do título militar (Coronel) à denominação histórica foi sugerida oficialmente pelo relator do DPHCEX, sendo posteriormente admitido pelo Estado-Maior do Exército e Comandante do Exército, respectivamente.

²⁰⁶ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 216.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Partindo-se desse pressuposto, é certo afirmar que, por ser este local – constante em livros e na própria certidão de óbito, conhecido como Cemitério Público do Passo do Camaquã, na região do Porto da Barca, em São Borja – o lugar exato onde José Fernandes fora enterrado em meados de 1893, sem dúvidas, por essa e outras razões, torna-se incontinenti merecedor de ser reconhecido como patrimônio histórico e cultural do município de São Borja.

Contudo, não é possível afirmar com total asserção que a necrópole ainda abrigue integralmente os restos mortais do patrono da OM devido ao abandono sofrido pelo lugar durante muitas décadas, à constatação de práticas comuns de roubo de cadáveres para fins de rituais cabalísticos, somando-se ainda o fator tempo que chega a ser superior a cem anos de existência. Entretanto, o Cemitério Público do Passo do Camaquã merece o seu tombamento não só por ser um dos particulares mais antigos existentes no município, mas também, por apresentar-se como a possibilidade mais próxima de valorização e preservação da memória de um dos heróis da Guerra do Paraguai *in loco*, pois, naquele espaço viveu e morreu um são-borjense que acumulava qualidades exemplares de um verdadeiro combatente, militar, político e, sobretudo, patriota.

Evidências não faltam para fundamentar a proposição de que este é o verdadeiro cemitério no qual foi enterrado Souza Doca. A sua própria certidão de óbito ratifica a localização, como da mesma forma a visita de seu filho, General Emílio Fernandes de Souza Docca, em São Borja, em 1943, testificando através de fotografias a veracidade da informação. De igual modo, as referências contidas nos livros “Souza Docca – Vida e Obra”, de Mário Calvet Fagundes, e “Invasão Paraguaia na Fronteira Brasileira do Uruguai”, de João Pedro Gay, acrescido de notas de Emílio Fernandes de Souza Docca, reforçam mais ainda que este é o local onde repousa o espírito e a memória do patrono militar.

Neste sentido, por acreditarmos que “a razão precípua de um lugar de memória é parar o tempo, impedir o esquecimento, imortalizar a morte e materializar o intangível para prender o máximo de sentido num mínimo de sinais” (SENRA, 2012, p. 2) e que “a preservação do Patrimônio Cultural e Natural do município de São Borja é dever de todos os seus cidadãos”²⁰⁷, encaminhamos à Prefeitura Municipal de São Borja em agosto de 2019, por intermédio do Vereador Ayrton Poerschke Ferrari, um requerimento, acompanhado de estudo

207 Lei Municipal de São Borja nº 5.108, de 30 de dezembro de 2015.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

sobre o caso, solicitando o tombamento do local – com a devida autorização do Sr. Antônio Carlos Fiorim, proprietário da fazenda, o qual demonstrou parecer favorável à requisição e ciência de todas as nossas intenções todo o tempo –, por entendermos, como parte integrante de uma instituição que valoriza a preservação das tradições, da memória e dos valores morais, culturais e históricos de suas organizações militares, que o resgate e a construção da memória institucional desta corporação servirá para contribuir com a elevação da história cultural de São Borja e do povoado que ali reside, pois paralelamente a isso, nosso compromisso também é o de proporcionar aos moradores locais e futuros visitantes um novo espaço geográfico de lazer e memória para o município.

Figura 2 – Decreto Municipal nº 18.205, de 12 setembro de 2019



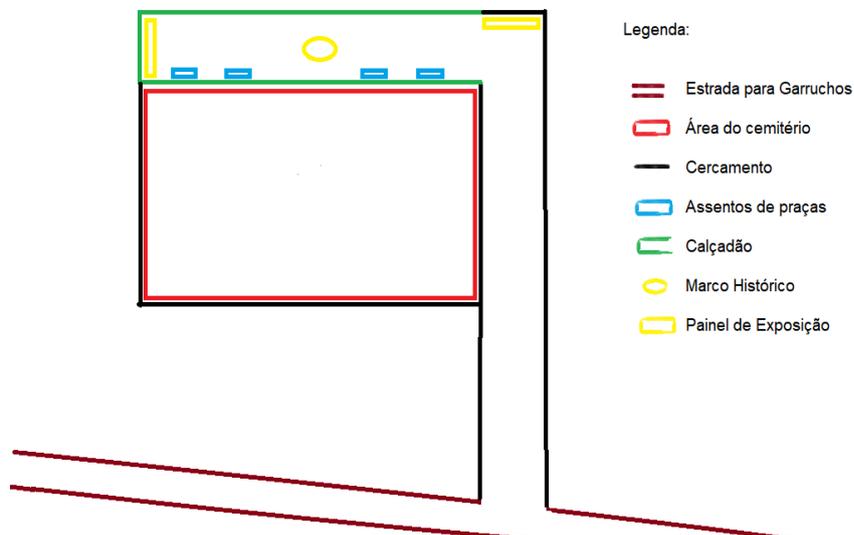
Felizmente, passado um mês do envio da petição, a solicitação foi atendida e o tombamento do cemitério foi sancionado pelo Sr. Eduardo Bonotto, Prefeito de São Borja, no dia 12 de setembro de 2019, por meio do Decreto Municipal nº 18.205, reconhecendo incontestavelmente que o local seja preservado como patrimônio histórico e cultural do município de São Borja. No momento aguardamos resposta de alguns empresários da região para o financiamento da reforma do cemitério, que tem por objetivo facilitar e estimular as visitas ao local que não oferece ainda uma infraestrutura adequada.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Figura 3 – Croqui de revitalização do Cemitério Público do Camaquã



Criação do Espaço Cultural “Souza Doca”

Com o intuito de se desenvolver, no interior da OM, um lugar de memória que aglutine elementos da cultura castrense e da história da própria instituição, o Espaço Cultural “Souza Doca” apresenta-se como uma possibilidade real de patrimonialização da identidade institucional desta corporação, uma vez que poderá inserir variados públicos às suas idiosincrasias, estabelecendo dessa forma conexões pela “intermediação institucionalizada entre indivíduo e objetos materiais” (SENRA, 2012, p. 5).

Apropriando-se da expressão “lugares de memória” utilizada por Pierre Nora (1993), sua referência àqueles locais valorosos em que se constrói a identidade individual e coletiva, temos como missão, diante do vasto acervo cultural já identificado e catalogado²⁰⁸, preservar a memória institucional desta OM à partir da exposição dos episódios mais relevantes de sua história, apresentando, concomitantemente, elementos (i)materiais peculiares inerentes de sua formação a fim de se “valorizar a dimensão humana, estimular o espírito de corpo, emular a operacionalidade da tropa e consolidar a integração do Exército com a sociedade” (DPHCEX, 2018, p. 3). Tencionamos, também, da mesma forma, preservar a memória do Coronel José Fernandes de Souza Doca, patrono da OM e herói nacional, por meio da exposição de acervos relacionados a fatos marcantes de sua vida, destacando, especialmente, sua participação na

²⁰⁸ Ao todo, são mais de 1.000 (mil) bens culturais identificados e catalogados para comporem o acervo do Espaço Cultural “Souza Doca”, são eles: troféus, retratos, lembranças, documentos, livros, revistas, objetos, bustos, fotografias, maquetes, cd’s e dvd’s.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

emblemática resistência aos paraguaios na Vila de São Borja, assim como sua atuação integral na Guerra da Tríplice Aliança, oferecendo, sobretudo, como visão de um espaço cultural aberto, democrático e sem fins lucrativos, um ambiente dinamizador dos valores e da ética castrense, como da História Militar e suas tradições, inserindo de tal modo o público-alvo à cultura militar, nosso maior patrimônio; indubitavelmente, a adoção de uma comunicação mais dinâmica e interativa com o público-alvo, através da exposição periódica de variados acervos, temáticas e projetos culturais, possibilitará modificar, parcialmente ou integralmente, a visão conservadora daqueles que pensam ser os espaços culturais lugares anacrônicos e/ou estáticos, impulsionando, conseqüentemente, a reincidência dos visitantes no recinto.

O espaço físico, por conseguinte, tem por proposta constituir-se basicamente em um agrupamento de seis instalações distintas, apresentando-se, porém, conectado e inserido em uma área total de 118 m² (cento e dezoito metros quadrados), na parte frontal da OM – localização esta estratégica por atrair a atenção de todos que passam pelo logradouro e segura por não interferir diretamente na segurança orgânica do aquartelamento –, sendo disposto da seguinte maneira: relações públicas, banheiro unissex, sala de exposições, sala de pesquisas e estudo, reserva técnica e sala de audiovisual. Proporcionando também, vale lembrar, facilidades a todos os visitantes, como: estacionamento, sanitário (já citado), bebedouros, telefone público, internet e áreas de descanso.

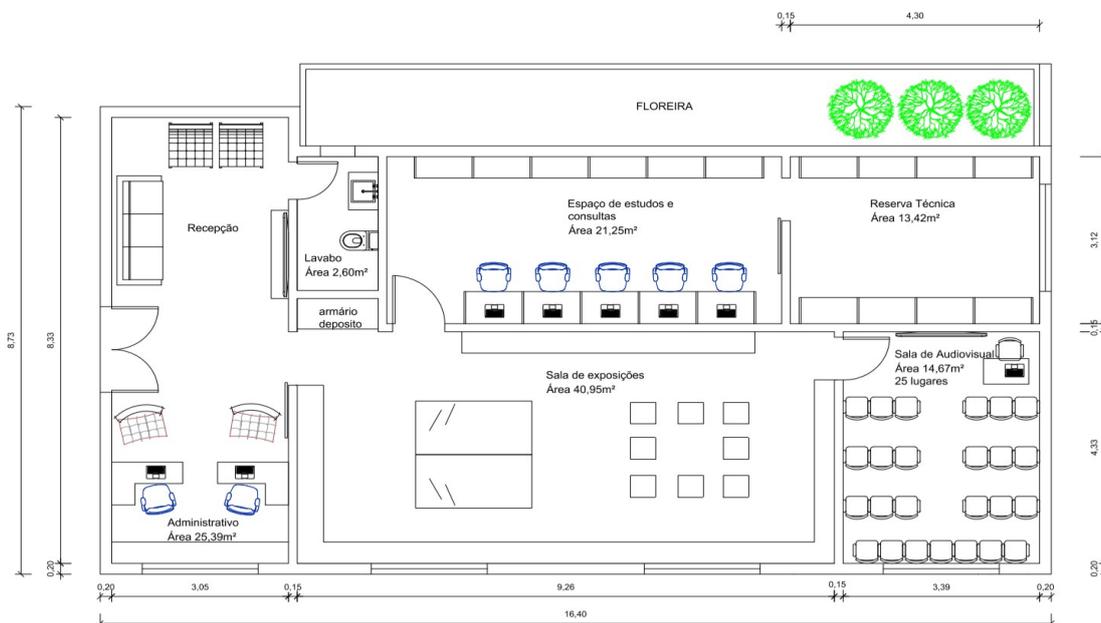
Obviamente, tendo por certo que a concretude deste espaço depende, direta e unicamente, da anuência dos escalões superiores do Exército, até o momento muito já se alcançou e progrediu. A exemplo, a obtenção, por meio do estabelecimento de parcerias com o setor público e profissionais autônomos do município, dos projetos de engenharia e arquitetura da futura instalação sem ônus algum para o Erário Público. Colaboração esta voluntária e digna de todo o reconhecimento das sociedades civil e militar.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Figura 4 – Projeto arquitetônico (planta baixa) do Espaço Cultural “Souza Doca”



No momento o processo de criação do Espaço Cultural encontra-se em análise pelo escalão superior do Exército Brasileiro.

Documentário Institucional e Livro Histórico da OM

Sendo o cerne deste projeto o trabalho de resgate da memória institucional da Companhia de Engenharia, não seria justo se não consultássemos e incluíssemos, além das fontes documentais, as reminiscências mais representativas ainda presentes e ocultas no imaginário individual/coletivo que ocorreram na corporação, ilustrando-as por meio de registros visuais e permanentes. Le Goff (1990, p. 53) reflete:

É claro que a passagem do oral ao escrito é muito importante, quer para a memória, quer para a história. Mas não devemos esquecer que: 1) oralidade e escrita coexistem em geral nas sociedades e esta coexistência é muito importante para a história; 2) a história, se tem como etapa decisiva a escrita, não é anulada por ela, pois não há sociedades sem história. .

Sendo o nosso propósito o de transcender os muros institucionais e desenvolver vínculos duradouros com os mais variados coletivos da sociedade (escolas, universidades, instituições públicas/privadas, etc.) – afinal, uma das principais características da extensão é esta, ser um processo educativo, cultural e científico que articule, amplie, desenvolva e

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

realmente o ensino e a pesquisa e viabilize a relação transformadora entre comunidade universitária e comunidade externa, possibilitando a produção e a troca de conhecimentos entre as duas instâncias sociais –, promovemos, por conseguinte, como possibilidades agregadoras à proposta a produção de um documentário institucional que explore e transmita as principais memórias e lembranças de alguns dos integrantes e ex-integrantes da unidade sobre a referida OM, abordando conjuntamente os desdobramentos e os processos intrínsecos que cooperaram para a consecução deste projeto; e a elaboração de um Livro Histórico sobre esta OM condensando todas as suas singularidades, assim como os principais fatos e acontecimentos que ainda são relevantes para a continuidade de sua história, registrando simultaneamente as etapas constituintes deste projeto, etapas estas possibilitantes do resgate de sua memória, pois,

na mistura, é a memória que dita e a história que escreve. É por isso que dois domínios merecem que nos detenhamos, os acontecimentos e os livros de história, porque, não sendo mistos de memória e história, mas os instrumentos, por excelência, da memória em história, permitem delimitar nitidamente o domínio. (NORA, 1993, p. 24).

Considerações finais

Esperamos, sem reservas, obter como resultados desse projeto de extensão, que tem uma duração aproximada de dois anos de pesquisas e investigações, a real preservação das memórias e da história desta instituição em estudo, possibilitando o livre acesso da população a tais conteúdos; a possibilidade de uma interação mais intensa e produtiva entre a comunidade acadêmica e a OM; a criação efetiva de um Espaço Cultural, com natureza de museu, no interior da OM com capacidade prevista para acomodar todos os acervos e bens culturais investigados e explorados no estudo histórico a ser elaborado, almejando inserir e conectar todos os públicos interessados pela temática à cultura castrense, consolidando dessa forma a integração do Exército com a sociedade; a exposição correta da denominação histórica e estandarte histórico da unidade, agora “Companhia Coronel José Fernandes de Souza Doca”, a fim de eliminar os imbróglis com o sobrenome de seu filho, General de Brigada Emílio Fernandes de Souza Docca; realizar a reforma do Cemitério Público do Camaquã, recentemente tombado pela prefeitura municipal e reconhecido como patrimônio cultural e histórico da cidade, para facilitar e estimular a visita no local; produzir um documentário, não ficcional, que explore e transmita as principais memórias e lembranças de

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

alguns dos integrantes e ex-integrantes da unidade sobre a referida OM, abordando conjuntamente os desdobramentos e os processos intrínsecos que cooperaram para a consecução deste projeto; e, por fim, elaborar um Livro Histórico sobre esta OM condensando todas as suas idiossincrasias, assim como os principais fatos e acontecimentos que ainda são relevantes para a continuidade de sua história.

Tendo, portanto, este projeto, como pressuposto, constituir-se, através de suas ações e tentações, em elo fundamental entre universidade e sociedade, interagindo dialogicamente entre as instituições envolvidas com o livre propósito de impactar e transformar positivamente o cenário social no qual pretende inserir-se, fomentando simultaneamente a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, esperamos, também, que a disponibilização dessas valiosas informações sirvam de base para a realização de futuras pesquisas, tanto para o ensino básico quanto para o ensino superior do município, além de constituírem-se em elementos de pesquisa para essas mesmas redes.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Andréia Arruda. *A memória institucional como possibilidade de comunicação organizacional: o caso Exército Brasileiro*. Porto Alegre, 2010.

BETT, Ianko. *Considerações do Setor de Pesquisa e História do Museu Militar do Comando Militar do Sul acerca do Projeto Cultural Souza Doca*. Porto Alegre, 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.

Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 16 set. 19.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comandante do Exército. Portaria nº 1.030, de 11 de outubro de 2013. Aprova as Instruções Gerais para a Criação, Organização, Funcionamento e Extinção de Espaços Culturais no âmbito do Exército Brasileiro e dá outras providências. Boletim do Exército, Brasília, DF, 13 out. 2013.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Portaria nº 255, de 4 de julho de 2016. Aprova a Diretriz para a Implantação do Projeto Raízes, Valores e Tradições do Exército Brasileiro. Boletim do Exército, Brasília, DF, 8 jul. 2016. Disponível em: <www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/copiar.php?codarquivo=1451&act=bre>. Acesso em: 14 jun. 2019.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

BRASIL. Exército Brasileiro. Departamento de Educação e Cultura do Exército. Portaria nº 76, de 29 de maio de 2014. Aprova as Instruções Reguladoras para a Criação, Organização, Funcionamento e Extinção de Espaços Culturais. Boletim do Exército, Brasília, DF, 29 mai. 2014.

BRASIL. Exército Brasileiro. Boletim Interno: 1ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada. 235. ed. São Borja: [s.n.], 1997.

CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural* / Paul Claval; tradução de Luíz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3. Ed. – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

COSTA, Alessandra de Sá Mello da; BARROS, Denise Franca; CELANO, Ana. A Construção da Memória Empresarial como Estratégia de Comunicação Organizacional: Uma Discussão Inicial. In: *XXXVI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, 36., 2012, Rio de Janeiro. Encontro. Rio de Janeiro: Anpad, 2012. p. 01 - 12. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_EOR2771.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2019.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FAGUNDES, Mário Calvet. *Souza Docca: vida e obra*. Porto Alegre: [s.n.], 1961.

FREITAS, Osório Tuyuty de Oliveira. *A invasão de São Borja*. Porto Alegre: Editora Globo, 1935.

GAY, João Pedro. *Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai* / João Pedro Gay; comentada e editada pelo Major Souza Docca. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2014.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade* / Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 11. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

HOBBSBAWM, Eric. Não basta a história de identidade. In: *Sobre História: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques. História e memória / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. *Administração de Projetos: como transformar ideias em resultados* – 2ª ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

MORE: Mecanismo online para referências, versão 2.0. Florianópolis: UFSC Rexlab, 2013.

Disponível em: <<http://www.more.ufsc.br>>. Acesso em: 17 de junho de 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. São Paulo: Departamento de História de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUC-SP, nº10, 1993, pp. 07-28.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. In: *Arquivos da Memória, Antropologia, Escala e Memória*, 2., 2007, Lisboa. Disponível em: <www.fcsh.unl.pt/revistas/arquivos-da-memoria/ArtPDF/02_Elsa_Peralta%5B1%5D.pdf>.

Acesso em: 22 jun. 19.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989.

PUFAL, Diego de Leão. *Pesquisa genealógica: um pouco da genealogia e história do Coronel José Fernandes de Souza Doca*. Florianópolis, 2017.

RETAMOSO, Alex Sander. *História, memória e as paisagens culturais da cidade histórica de São Borja* / Alex Sander Retamoso, Carolina Campos, César Peixoto de Oliveira; [et.al.]. 2ª ed. Herval d'Oeste, SC: Polimpresos, 2015.

SANTOS, Milton. *Por Uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, 1986, 3ª edição.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SENRA, M. C. S. M. L. Cidade, identidade e os lugares de memória. *Revista Unimontes Científica*, Montes Claros, v.14, n. 2, p. 01-11, 2012.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

EXPOSIÇÕES DE MAQUETES: MUSEUS MILITARES, MEMÓRIAS E ENSINO

William Gaia Farias²⁰⁹

Preâmbulo

O uso de maquetes como forma de representação do passado nos museus é tema raro na historiografia internacional, embora as discussões de diferentes diretrizes sobre museus e exposições tenham se desenvolvido consideravelmente nas últimas três décadas. Temáticas voltadas aos museus como espaços de ensino em ambiente não escolar e educação informal, direcionados a públicos variados têm contribuído bastante para o debate sobre as potencialidades dos espaços museológicos na perspectiva de ensino. Contudo, também são relevantes discussões desvinculadas de diretrizes de ensino que, igualmente, contribuem para a compreensão das potencialidades dos museus, enquanto espaços de memórias e narrativas de passados.

Neste artigo priorizei o estudo do tema, considerando os usos das exposições de maquetes e outros pequenos objetos em museus europeus, já que no Brasil este recurso é pouco recorrente. Não obstante, esta investida, objetiva também realizar um exercício para despertar a atenção às potencialidades das exposições que utilizam maquetes e, com isso, sugere incentivar novos caminhos com a inclusão da visita aos museus nas propostas de ensino. Isto, inclusive, pode ocorrer fisicamente nas cidades onde o processo de ensino-aprendizagem acontece, ou por meio virtual, já que, atualmente, muitos museus e galerias passaram a disponibilizar as exposições em plataformas virtuais.

A utilização das exposições como representações são evidentes no *Museo Naval de Madrid* (Espanha), *Musée Royal de l'Armée et de l'Histoire Military de Bruxelles* (Bélgica), Museu Militar de Lisboa (Portugal), Museu Marítim de Barcelona (Espanha), *Musée de L'Armée*, em Paris (França), Museu do Combatente, em Lisboa (Portugal). Após observações sobre os métodos de exposição empregados nestes museus, realizei vários registros fotográficos que são usados como fonte neste trabalho que também propõe novas possibilidades de emprego das maquetes e exposições no ensino de história, tanto em exposições permanentes de museus militares, como em exposições temporárias.

209 Professor Associado IV da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará e integrante do Grupo de Pesquisa Militares, Política e Fronteiras na Amazônia.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

As maquetes, mais do que objetos decorativos, podem ser recursos didáticos expressivos na construção de narrativas sobre o passado de sociedades, indicando diferentes dimensões da vida social, política e cultural, em situações de cotidiano e em casos especiais, como nas batalhas e expedições (COSTA; NASCIMENTO; SANTOS, 2012). Em escalas reais ou reduzidas representam lugares, edificações, embarcações, pessoas, animais e outros seres e objetos, expressando valores diversos, tais como representações culturais (CHARTIER, 1988), concepções de nacionalismo, patriotismo, sentimentos de conquistas e perdas de povos, nações, grupos étnicos, exércitos, comandantes, reis e dinastias. As exposições de maquetes são formas de contar histórias nacionais, ideias de história e concepções sobre o passado e de patrimônio histórico.

Museu, memórias e narrativas do passado

Os museus existem desde a Antiguidade Clássica, quando os objetos, considerados como artes, eram colecionados e guardados em templos gregos e romanos. O segundo período de destaque dos museus foi o Renascimento quando muitos objetos artísticos e outros que pertenciam aos príncipes receberam atenção especial e foram guardados nos “gabinetes de curiosidades, com coleção de objetos raros ou considerados estranhos” (CORDOVA; MAYER, p. 144-145). Mas, foi no terceiro momento e sob influência das ideias do Iluminismo, que os museus europeus sofreram modificações expressivas e passaram a ser valorizados como espaços de pesquisas, e a configurar como espaço cultural e símbolo de determinados poderes, procurados por homens de ciência e elites letradas. Neste sentido, Maria Cordova e Milena Meyer afirmam que “[...] esses espaços pautam-se por relações de poder e disputas dentro do que podemos chamar de campo cultural, além de serem responsáveis pela produção e/ou conservação e exposições de bens simbólicos”. (CORDOVA; MAYER. p.145).

Na Europa, estes espaços tiveram grande desenvolvimento no final do século XVIII, e os museus de arte e arqueologia e galerias de retratos foram os precursores do que mais tarde viriam a ser os museus históricos e museus militares. Já no século seguinte, estes últimos passaram a ter importantes significados como espaços destacados e associados as narrativas nacionalistas e de enquadramento nas concepções de civilização em dimensão internacional do que eles mesmos seriam modelos. (MENESES, 1994. p.15).

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

As modalidades ou especialidades de museus foram marcantes na Europa, a partir do final do século XVIII. Nesta multiplicidade, destacam-se os museus enciclopédicos, históricos, de arte, de folclore, antropologia, arqueologia e de História Natural (MENESES, 1994. p.16). Já no século XX e primeiras décadas do XXI, houve o surgimento e a ampliação dos museus temáticos, vinculados aos poderes públicos e privados, tanto de grandes grupos empresariais, como de entidades envolvidas em questões sociais, defesa de direitos humanos, sindicais e outras que atribuem valores a criação e manutenção de museus e, portanto, de memórias sociais, ligadas as suas experiências. Esta ampliação museológica, por extensão, foi acompanhada da expressiva dilatação e diversificação de tipos de objetos que compõem os acervos museais. Isto tudo vai ao encontro dos interessados em conhecer as exposições por diferentes motivações, sendo que aos historiadores, em especial, representa um mosaico de possibilidades para produções na área, seja em tempos passados ou presente.

O movimento de desenvolvimento dos museus nos sentidos, significados, especialidades e interesses de entidades, setores públicos e privados é acompanhado do desenvolvimento de canais de debates sobre as formas de gerenciamento e valorização dos patrimônios históricos e culturais.

Os museus históricos apresentam bastante relações entre passado e presente. Portanto, os objetos dos acervos destes, pelo aspecto da cultura material, possuem valores históricos específicos, já que são destacados pela condição simbólica que assumem, enquanto objetos de memórias, com possibilidades de ajudar no entendimento de questões das vidas humanas em contextos sociais, econômicos, culturais, políticos, etc. (VIEIRA, 2017, p.141). Neste sentido, os museus históricos e militares apresentam importantes caminhos para análises sobre o passado, por abrirem possibilidades de reflexões e diálogos entre passado e presente. Neste caso, destaco a noção de memória que, no museu histórico, pode corresponder a noção que Nora (1993) classificou como “lugar de memória”, ao perceber o significado que os museus históricos e seus ricos acervos passaram a ter no último cartel do século XX.

Tomando como base estas questões acerca da memória, entendo que os museus são lugares de narrativas históricas. E quando trato de narrativas, procuro abarcar as várias formas que este gênero pode assumir e, não somente a escrita. As narrativas de eventos e heróis nacionais, por exemplo, podem ser feitas por meio pinturas em telas e tablas, como nas exposições permanentes de vários espaços como, por exemplo, no *Museo do Prado*

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

(Espanha), *Musée du Louvre* (França), *Museo de Bellas Artes de Valência* (Espanha), *Musée de la Ville* (Bélgica), *Museo Casa Natal de Picasso* (Espanha), *Museu da República* (Brasil), etc., além de miniaturas, maquetes, esculturas, armas, vestimentas, medalhas, bustos e outros objetos que remetem ao passado e que fazem parte dos enredos pretendidos pelos curadores e instituições, mas que também podem ser peças de outras narrativas, como as de intelectuais de vários campos do conhecimento e diferentes modalidades de museus.

As narrativas possíveis nos museus, em certa medida estão relacionadas às formas de compreensão do passado e seus usos. No caso dos museus históricos e, principalmente dos museus militares, que estão no centro deste artigo, é preciso considerar as peculiaridades destes espaços e seu processo de constituição e mudanças, já que se trata de instituições que também mudam, como tudo nas sociedades. Mesmo as narrativas de construção de heróis e eventos exaltados passam por reelaborações narrativas e simbólicas relacionadas a temas relevantes a grupos sociais defensores de ideias de história, memórias e passados vinculados a concepções favoráveis a exaltação de abstrações como Pátria, Nação, Civilização, etc.

A este respeito, cabe a referência a obra de Pierre Nora (1993) e suas contribuições ao significado da memória ao discutir e criticar construção de identidades nacionais únicas por meio de genealogias de nações, cuja materialização em grande parte se deu pela evocação de lugares onde tais memórias eram construídas a partir das mitificações próprias dessa forma de narrativa. Nora (1993, p.8), compreendeu a importância da memória e do patrimônio no processo de mediação pelo historiador da memória como uma das formas eficazes de sua ação profissional.

Sobre algumas exposições

Recursos imprescindíveis nos museus, as exposições podem revelar muitos caminhos de narrativas sobre o passado e importantes aspectos dos momentos que as produzem, no tempo pretérito ou presente. Estas exposições assumem diferentes aspectos metodológicos e usos de recursos, tais como sequências didáticas, efeitos, iluminação, equipamentos audiovisuais, objetos, etc., principalmente neste momento de ampliação e surgimento acelerado de novas tecnologias que podem ser usadas na preparação de exposições, como aparelhos sofisticados de projeção, efeitos, áudio e iluminação e jogos digitais, bastante utilizados no *Museo Marítim de Barcelona* e *Musée Royal de l'Armée et de l'Histoire Military*

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

de Bruxelles, por exemplo. Mesmo diante de importantes recursos que o século XXI apresenta em instituições museais, optei por abordar a utilização das maquetes como representação em museus europeus visitados recentemente e com características apresentadas a seguir.

O *Museo Naval de Madrid* que conta com um rico acervo contendo armas, pequenos objetos navais, algumas embarcações originais em tamanho real e muitas maquetes de navios de várias modalidades que atuaram em todos os continentes do mundo, sobretudo no que se refere ao período da expansão marítima ibérica. Nas exposições há uma diversificação de material bélico da infantaria e artilharia naval e com objetos de todos os continentes que a Espanha esteve presente durante as Grande Navegações.

O *Musée Royal de l'Armée et de l'Histoire Military de Bruxelles*, um dos maiores no gênero com acervo constituído de milhares de objetos, da idade moderna ao tempo presente, tais como o admirável acervo de armas de lâminas e de fogo, bandeiras, marmitas, rádios transmissores, cartas, armaduras, capacetes, aviões, tanques e outros carros que foram usados em diferentes batalhas. Neste acervo, com organização das exposições permanentes que conjugam ordem cronológica, campanhas ou guerras, armas, fardas e equipamentos de terra, mar e ar, e com muitas maquetes que servem de apoio às exposições por representarem equipamentos como canhões, navios, tanques de guerra, dentre outros em diferentes contextos.

O *Museu de História Militar de Portugal*, em Lisboa mantém excelente acervo com diversas telas de representações de militares destacados na história política e militar portuguesa em diferentes processos passados pelo país, além de armas, fardas, indumentárias e muitos outros tipos de objetos frequentemente usados em museus militares, onde as maquetes de armas, carros e tanques de guerra vinculados às campanhas do Exército português são importantes recursos didáticos.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Figura 1 –Sem título.



Fonte: Lisboa, Museu do Combatente, julho de 2019.

Figura 2: Exposição A Trincheira – Parte: Soldado operando os radiotransmissores enquanto outro descansa.



Fonte: Lisboa: Museu do Combatente, julho de 2019.
Exposição A Trincheira – Parte: Soldado lendo carta na trincheira.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Ainda em Lisboa temos o *Museu do Combatente*, com acervo centrado nos eventos militares do século XX, apresenta exposições permanentes com muitas peças relacionadas a diferentes batalhas aéreas, terrestres e marítimas, uma coleção de maquetes de aviões de vários modelos denominada *Evolução do Avião, 1903-2008* apresentados em expositores de vidro, com a identificação dos modelos e período de atuação, sem maiores detalhes. Dentre as peças deste acervo há também pequenas estatuas destacando símbolos e homenagens militares. A exposição conta com quadros, com reprodução de páginas jornais, destacando as batalhas com presença militar portuguesa, veículos militares (carros, motos, tanques), armas originais de todas as dimensões e muitas outras peças que possibilitam análises sobre as ações militares em batalhas e a respeito do uso das tecnologias, além da espetacular exposição intitulada *A trincheira: uma espetacular viagem no tempo* que procura representar a vida cotidiana dentro de uma trincheira do Exército português na Primeira Guerra Mundial, com um cenário em tamanho real e uso de bonecos e armas originais distribuídos no amplo e subdividido espaço da referida exposição.

Figura 3: Maquete da Galera Reial, del siglo XVI. José Carreras.



Fonte: Barcelona: Museu Marítm de Barcelona, julho de 2019.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Figura – 4: Maquete: La motonave Ciudad de Sevilla, de la Compañía Trasmediterránea, transportó pasaje en su vida ordinaria, pero también viajeros muy especiales, como por ejemplo refugiados judíos que huían de la Francia ocupada por los nazis en 1940. Desconhecido.



Fonte: Barcelona: Museu Marítim de Barcelona, julho de 2019.

O *Museu Marítim de Barcelona*, apesar de não ser denominado como museu militar, apresenta exposições marcantes para análises de história militar, marítima, dos esportes náuticos, da tecnologia marítima, dentre outras perspectivas de análises históricas, sendo um verdadeiro convite as viagens pelas memórias.

Há de se destacar que este museu faz excelente e intenso uso das maquetes como representação de vários processos, empresas e tecnologias navais de guerra e paz, com maquetes de navios de diferentes épocas da Idade Média ao século XX, além de estaleiros e diques e outras estruturas da logística naval. As reflexões sobre o passado também são estimuladas pelos jogos digitais com questões do acervo e de sua relação com outros conteúdos e formas de ensinar, sendo de todos os museus de todos os gêneros que já visitei, talvez o mais destacado quanto a capacidade de ensino/aprendizagem.

Em Paris, o *Musée de l'Armée Invalides*, criado em 1670, sob o reinado de Luís XIV, que conta com centenas de peças desde a antiguidade ao século XXI as quais vão das armas e equipamentos rudimentares até as mais sofisticadas e até mesmo o túmulo de Napoleão I e

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

outros vultos políticos e militares da França. Este museu, como muitos outros do gênero, faz uso expressivo das maquetes enquanto representação. Mas este tipo de recurso em exposições não é usado apenas nos museus militares, pois em espaços museais de outros gêneros as reproduções em pequenas dimensões são recursos para enfatizar aspectos arquitetônicos diversos, como por exemplo, no *Musée du Louvre, Pantheon de Paris* (França), *Panteão Nacional* (Lisboa/Portugal), no *Museo de Bellas Artes de Valencia*.

Figura 5 - : Peça: Sant Joan de Caselles (Canillo).



Fonte: Andorra Velha: Museu da CAEE – Exposição de Maquetes, 2019.

Figura – 6: Peça: Catedral de la Seu d’Urgel (Alt Urgell. Catalunya - Espanya).



Fonte: Andorra Velha: Museu da CAEE – Exposição de Maquetes, 2019.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Mas como principal referência do gênero, a Exposição de Maquetes do Centro de Artes de Escaldes-Engordany – CAEE, na Paróquia de Escaldes, no Principado de Andorra, região do Pirineus, merece destaque. Esta exposição é especificamente de maquetes, sendo composta de treze peças que representam construções marcantes em Andorra, Espanha e França. São castelos, vilarejos e igrejas, assim descritos: *Absis de Sant Miquel d'Engolasters* (Escaldes-Engordany), *Sant Jaume d'Engordany* (Escaldes-Engordany), *Sant Romà dels Vilars* (Escaldes-Engordany), *Sant Miquel d'Engolasters* (Escaldes-Engordany), *Casa de la Vall* (Andorra la Vella), *Casa d'Areny-Plandolit* (Ordino), *Castell de Foix* (Aireja - França), *Catedral de la Seu d'Urgel* (Alt Urgell. Catalunya - Espanya), *Sant Martí de Nagol* (Sant Julià de Lòira), *Sant Romà de les Bons* (Encamp), *Sant Joan de Caselles* (Canillo), *Sant Martí de la Cortinada* (Ordino), *Santa Coloma* (Andorra la Vella) que visitei no mês de julho de 2019, sendo bastante procurada por turistas, sociedade civil em geral e muitos estudantes da Educação Básica do principado em questão.

Aspectos relevantes nesta exposição, primeiramente, é ser especialmente de maquetes das edificações históricas de região do Pirineus, mas quase sempre acompanhadas de telas em óleo ou desenho do prédio representado, o que significa uma exposição de dois tipos de expressões artísticas. As peças desta exposição são identificadas individualmente, seguida de alguns aspectos da história da edificação representada, embora com limitações no que se refere a importância social destes espaços no tempo de edificação e dos acontecimentos do cotidiano e os marcos que destacaram estas edificações e que os tornaram patrimônio histórico e cultural. Trata-se de informações fundamentais para motivar os visitantes nas viagens ao passado e despertar sentimentos favoráveis a consciência de preservação e valorização cultural, de algum modo representadas pelas maquetes.

No geral, estas maquetes são decoradas de acordo com no período mais destacado de sua existência, contando com paisagismo e decoração de acordo com o original do momento destacado no memorial, como por exemplo: pintura, madeira envelhecida, pedras, objetos representando mobílias, armas, vegetação etc. (ARAÚJO; SILVA, 2018).

As maquetes abrem caminhos para reflexão sobre os modos de vida, relações sociais, cultura, estratégias de construção, dentre outros fatores importantes de sociedades e grupos

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

sociais que viveram em diferentes espaços e períodos da história (SILVA; SANTOS; PAASHAUS NETO, 2012).

Olhar de professor nos museus: algumas considerações

Ao analisar o nível de conhecimentos articulados entre as informações/ensinamentos/aprendizagem das exposições como sequências didáticas e sua pertinência ao conhecimento escolar dos visitantes e existência de jogos voltados nos museus, conclui que as exposições de maquetes abrem muitas possibilidades de compreensão das questões sobre culturas, relações sociais, tecnologias passadas e estratégias militares, modelos arquitetônicos, engenharia naval e conhecimentos marítimos, cartográficas, geográficas, dentre outras. No entanto, mesmo utilizando as maquetes, há museus que apresentam estes objetos expostos como peças originais que pertenceram a reis, presidentes, comandantes militares representando eventos importantes. Contudo, ainda quando assumem o papel de representação, faltam alguns complementos e estratégias de análise nas sequências didáticas. Este é o caso do *Museo Naval de Madrid*, que conta com um riquíssimo acervo de maquetes de embarcações que representam construções marítimas de diferentes períodos da expansão ibérica pelo mundo, mas com muitas limitações no que se refere às informações a respeito das peças, dos contextos de surgimento das maquetes e do que estão representando. É importante enfatizar que aqui não estou me referindo a necessidade de um texto escrito com uma narrativa histórica, mas apenas tratando da necessidade de uma identificação mais detalhada sobre as peças e sua presença no referido museu.

É preciso considerar que quanto a questões pedagógicas, o museu é edificado nos pilares do conhecimento visual, cognitivo e narrativo. Mas para isso precisa ser flexível e evitar formas de conhecimento que partam de concepções fechadas em “verdades” prontas e irrefutáveis, partindo do potencial do acervo que permite viagens por meio de imaginações despertadas pelos objetos, seus mistérios, curiosidades e místicas, apresentados em determinadas sequências didáticas impulsionadoras de narrativas (MENESES, 1994. p.10).

No entanto, para além das discussões do potencial dos museus ao ensino de história, há debates relevantes sobre a modalidade de museu histórico e militar, principalmente quanto ao conhecimento científico, já que, enquanto guardião de memórias que podem ser ativadas a partir de objetos diversos vinculados a diferentes conjunturas e eventos, sob prismas

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

diferenciados da vida dos homens, em sociedades e tempos específicos. O museu é um recurso estratégico capaz de ampliar as percepções sobre as significações da museália que, por esta e outras razões, possuem funções documentais, já que de algum modo, despertam atenções para possíveis inteligibilidades das experiências sociais e culturas relacionadas concretude dos objetos e suas circularidades. Neste caso, concordo com Ulpiano Meneses (1994. p.11), ao afirmar que “[...] sem museu com acervo, a inteligibilidade do mundo material sofreria rude golpe em qualquer sociedade complexa. O desenvolvimento das técnicas de reprodução, da telemática etc., não reduzirá, penso, a função do museu no domínio da documentação”. Este autor acredita ainda, que o museu justifica as funções sensoriais e contemplativas dos objetos no âmbito da cultura material, capazes de despertar interesses diversos, cognitivos e afetivos.

Quanto a dinâmica, estratégias e sequencia didática das exposições visitadas, a do *Museu Marítim de Barcelona* se destaca pela organização das peças em uma sequência didática que prioriza ideias de processos históricos, mais não resumindo a cronologia ou a linearidade. É evidente o interesse em expor as peças sob diferentes ângulos de abordagens, considerando elementos de cultura marítima, vestimentas, tecnologias, modelos, tipo e funções das embarcações no decorrer de décadas e séculos, conforme a disponibilidade das peças. É notória a capacidade de permitir ao visitante uma avaliação sobre seu conhecimento a respeito das exposições por meio dos jogos educativos distribuídos pelas seções do museu em questão.

Não há dúvida sobre a relevância que as maquetes assumem nestes museus por serem objetos representativos de construções (terrestres, aéreas ou marítimas), muitas vezes em escala reduzida, que dão ênfase em patrimônios históricos e culturais a medida que possibilitam o vislumbre sobre os mesmos e, neste sentido, também cumprem a missão de servir de elo entre a proposta do curador, a compreensão de passado e ideias de história com os visitantes que, por razões diferenciadas, são atraídos aos museus pelo afã de um diálogo com o passado de civilizações, grupos sociais específicos, peças, indumentárias, modos de vida, guerras, reinados, dinastias, tecnologias, manifestações culturais e outras dimensões que longas viagens nos e aos museus podem permitir.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

Baixando as cortinas

Apresentada as considerações sobre as maquetes nos museus e os diferentes ângulos de percepção sobre o valor deste tipo de objeto de representação, não poderia fechar este texto sem lembrar da razão de existir das maquetes. Neste sentido cabe reafirmar que são objetos de representação do passado em variadas situações e dimensões. Verdadeiras obras de arte, cuidadosamente produzidas para representar “coisas da vida”, de uso social dos homens de diferentes sociedades em tempo de paz e guerra e, em diferentes manifestações da vida. A maioria destas maquetes, produzidas de matéria-prima distintas, de acordo com o que se pretendia representar e por quanto tempo, são cuidadosa e tecnicamente preparadas para expressar uma construção específica, em seus detalhes que, muitas vezes, variam conforme o entendimento e pontos valorizados pelos produtores (artistas). Estes que recorrem a técnicas de envelhecimento de madeira, pintura, paisagismo, decoração e outras estratégias que permitem uma aproximação da construção representada.

A produção de maquetes é uma prática antiga. Mais antiga que muitos museus, inclusive. Portanto, há objetos com esta classificação que fazem parte de acervos de exposições permanentes com duplo *status*.

As maquetes podem ser peças de representações de construções, povoados, batalhas e outros eventos do passado produzidas especificamente para os museus e adquiridas por encomenda ou doações. Assim, estas peças integram os acervos com propósitos definidos nas diretrizes dos museus e de suas propostas pedagógicas.

Mas há maquetes que ingressam na vida dos museus na condição de peças raras pelo seu próprio passado. Neste caso me refiro as que foram recebidas por reis, imperadores, governadores, ministros, parlamentares, intelectuais, militares de comando, heróis de guerra e outros que tiveram seus feitos reconhecidos em vida e foram homenageados e/ou presenteados com objetos representativos de suas ações ou trajetórias marcantes em determinadas épocas. Seja em forma de objetos de decoração representativos de construções como “coisas reais” ou em forma de arte escultural com elementos simbólicos que formam verdadeiras narrativas em seu conjunto icônico. Estas peças assumem duplo significado nos acervos, pois são representações de espaços, batalhas, armas etc., de contextos anteriores a suas existências e, ao mesmo tempo, são peças que fizeram parte da mobília dos homenageados que tiveram seus lugares específicos como decoração de casas, palácios,

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

quarteis e outros lugares de moradia ou trabalho. Este é o caso de algumas maquetes que, em vida, Luís XIV presenteou ou foi presenteado e que fazem parte do acervo do *Musée de l'Armée Invalides*, que mantém muitas outras miniaturas como peças raras que um dia foram presentes, homenagens, símbolos de acordos e tratados, etc. por imperadores, generais e outros agentes do poder.

Há museus que ainda apresentam certa dificuldade para expressar os significados das maquetes e miniaturas, suas possibilidades de surgimento, seus propósitos de construção, estruturas que representavam e outras questões de possibilitem entender suas existências. Talvez esta dimensão sobre os processos históricos de criação destes objetos de variados campos de representação seja mais cuidadosamente compreendida pelos recursos de análise do passado recorrentemente utilizados pelos historiadores, mas voltados às exposições.

Referências

ARAÚJO, Raimundo Lenilde de; SILVA, Eduardo Rafael Franco da. Utilização da maquete, como recurso didático para o ensino da Geografia. *I Colóquio Internacional de Educação Geográfica – IV Seminário Ensinar Geografia na Contemporaneidade “Educação Geográfica no Âmbito Ibero-americano: contextos e perspectivas*. Maceió, 12 a 14 de março de 2018.

CHARTIER, Roger. *A história cultural, entre práticas e representações*. São Paulo: Difel, 1988.

CORDOVA, Maria Julieta Weber.; MAYER, Milena Santos. Museus, cultura e cidadania. In: FARIAS, Francisco Ramos de.; PINHO, Leandro Garcia. *Educação, memória e história*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

COSTA, Maria do Socorro Portela; NASCIMENTO, Pollyanna Cristina Costa; SANTOS, Jean Silvados. Maquete como recurso pedagógico na construção do conhecimento interdisciplinar. *IV FIPED. Fórum Internacional de Pedagogia*. Parnaíba – Piauí. Campina Grande: REALIZE Editora, 2012.

MENESES Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, n. Ser. v.2 p.9-42, jan./dez. 1994.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez, 1993.

SILVA, TEREZINHA DE J. P. DA; SANTOS, SEVERINO P. DOS; PAASHAUS NETO, AUGUSTO. As contribuições das maquetes táteis na Educação Patrimonial dos Museus. *Fórum Patrimônio: ambiente construído e patrimônio sustentável*. Belo Horizonte, Vol. 9, n. 2. Jul/Dez, 2012.

VIEIRA, Guilherme Lopes. O museu como lugar de memória: o conceito em uma perspectiva histórica. *Mosaico*. Vol. 8, n, 12, 2017.

III ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR
II COLÓQUIO DE PESQUISAS DO GEHM

29 a 31 de outubro de 2019

ISBN 978-65-88095-00-3

ISBN: 978-65-88095-00-3

BR



9 786588 095003